

ASPECTOS

DA POLÍTICA ECONÓMICA PORTUGUESA

(1963-1964)

POR

L. M. TEIXEIRA PINTO

PROFESSOR CATEDRÁTICO DO INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

IMPrensa
NACIONAL

LISBOA
1 9 6 5

**ASPECTOS DA POLÍTICA
ECONÓMICA PORTUGUESA**

(1963-1964)

L. M. TEIXEIRA PINTO

PROFESSOR CATEDRÁTICO DO INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

ASPECTOS DA POLÍTICA ECONÓMICA PORTUGUESA

(1963-1964)



IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

1965

ÍNDICE

	Pág.
Nota introdutória	7
Palavras proferidas no acto de transmissão de poderes . .	13
Declaração feita no Porto durante a visita às novas instalações da Efavec	15
Conferência de imprensa	21
Despachos sobre a colocação dos petróleos de Angola . .	35
Despacho orientador sobre o inquérito feito aquando da exportação de grandes quantidades de conservas de peixe que foram consideradas impróprias para consumo em alguns mercados externos	39
Conferência de imprensa	43
Palavras proferidas no acto de posse do director do Instituto Português de Conservas de Peixe e do presidente da Junta Nacional do Azeite	87
Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 223, que estabelece o novo regime cerealífero e do preço e características do pão (<i>Diário do Governo</i> n.º 206, 1.ª série, de 2 de Setembro de 1963)	89
Palavras proferidas na reunião com governadores civis e representantes dos distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre	99
Palavras proferidas no acto de posse do presidente do Fundo de Fomento de Exportação	103
Reunião com a Comissão Central do Plano de Fomento da Secretaria de Estado da Indústria	107
Discurso proferido na cerimónia da entrega do alvará ao Grémio Nacional dos Industriais de Têxteis	111
Exposição feita à Assembleia Nacional sobre «a crise agrícola nacional e as medidas tomadas para a enfrentar» . .	117

Palavras proferidas no acto de posse dos dirigentes do Fundo de Fomento Florestal e Aquícola	189
Palavras proferidas na reunião havida no Ministério da Marinha, em que representantes da pesca agradeceram a SS. Ex. ^{as} os Ministros da Marinha e da Economia a aceleração do programa de construções para a pesca . .	191
Despacho sobre a instalação de uma refinaria e de um complexo petroquímico no Norte de Portugal	195
Palavras proferidas na cerimónia que teve lugar no Ministério da Economia para divulgação pública do despacho dado sobre a instalação de uma refinaria e de um complexo petroquímico no Norte de Portugal	201
Palavras proferidas no acto de posse dos membros do conselho administrativo do Fundo de Abastecimento . . .	205
Palavras proferidas de improviso para encerramento da reunião com os representantes da agricultura, comércio e indústria locais no decorrer da visita oficial à Guarda — transcrição da imprensa	209
Palavras proferidas de improviso para encerrar a reunião com os representantes da agricultura, comércio e indústria locais no decorrer da visita oficial a Viseu — transcrição da gravação feita pela Emissora Regional . . .	219
Reunião com a Comissão Central do Plano de Fomento da Secretaria de Estado da Indústria	233
Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 835, que atribui ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, sob proposta do Ministro da Economia, a definição dos princípios a que devem obedecer a organização e o funcionamento dos mercados e dos circuitos de comercialização e a política dos preços (<i>Diário do Governo</i> n.º 175, 1. ^a série, de 27 de Julho de 1964)	239
Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 900, que mantém em vigor, para a campanha de 1964-1965, com as alterações constantes neste diploma, o disposto no Decreto-Lei n.º 45 223, que estabelece o novo regime cerealífero (<i>Diário do Governo</i> n.º 205, 1. ^a série, de 1 de Setembro de 1964)	241
Subsídio à lavoura no âmbito do Decreto-Lei n.º 45 900, de 1 de Setembro de 1964 (trigo)	245
Subsídio à lavoura no âmbito do Decreto-Lei n.º 45 900, de 1 de Setembro de 1964 (milho, centeio e batata) . . .	247
Conferência de imprensa	249
Relatório da proposta de lei sobre orientação agrícola . . .	287

Relatório da proposta de lei sobre defesa da concorrência	293
Palavras proferidas aquando da reunião havida com representantes da vitivinicultura	297
Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46 193, que cria a Inspeção-Geral das Actividades Económicas	303
Palavras proferidas de improviso na sessão efectuada na sede da Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho, em que foram assinados contratos sobre recolha e tratamento de leite entre organizações da lavoura e da indústria e agradecido ao Ministro da Economia o benefício havido para a região de Entre Douro e Minho pela modificação havida no preço do leite e do milho	309
Despacho sobre o relatório da Comissão de Estudo do Problema de Navegação do Rio Douro	313
Palavras proferidas no acto de transmissão de poderes . .	315

NOTA INTRODUTÓRIA

E *CONTRANDO-SE* já impressa a quase totalidade do volume contendo elementos que pareciam mais importantes para analisar a orientação do Ministério da Economia nos anos de 1963 e 1964, afigurou-se conveniente completar esses elementos com as palavras proferidas nos actos de transmissão de poderes que iniciam e encerram a minha passagem pelo Ministério.

Entre os referidos elementos — e não foram incluídos muitos despachos e palavras proferidos em várias ocasiões ou cerimónias — podem encontrar-se alguns mais *significativos*. São eles a apresentação pública — Junho de 1963 — da política económica exposta ao Governo e às Comissões de Economia e Finanças da Assembleia Nacional; a política agrária e regional — exposição feita à Assembleia Nacional, relatório da proposta de lei de orientação agrícola, improvisos em Viseu e na Guarda —, cujo modo de concretização, em grande parte, não se encontra aqui incluído, por se dispersar por diferentes diplomas e despachos onde se apresentam algumas premissas de acção; e, finalmente, as palavras proferidas no Porto em Janeiro

de 1963 e as de transmissão de poderes em 1965, onde se faz um apanhado muito sumário das premissas da acção e da actividade do Ministério.

Haveria ainda interesse em conhecer o programa de acção agrária para 1965 ⁽¹⁾, que, tendo sido preparado e elaborado por técnicos e serviços do Ministério e apreciado em diferentes reuniões, foi finalmente aprovado em fins de Fevereiro; nesse programa, entre outras coisas, se evidencia o interesse posto no acréscimo de produtividade das culturas de trigo, milho e centeio e na formação e extensão profissionais; para a execução desse programa tinham sido consignados ou previstos, para além das verbas incluídas no Plano de Fomento para 1965, outros recursos, quer do Ministério da Economia — provenientes dos Fundos de Abastecimento e de Fomento de Exportação e de organismos de coordenação económica e corporativos obrigatórios —, quer do subsídio ao milho, centeio e batata que as Federações dos Grémios da Lavoura tinham direito a receber (fora entretanto calculada e aprovada a sua repartição, conforme despachos sobre o subsídio à lavoura). Não foram utilizados esses recursos — e entre eles se evidenciam 100 000 contos destinados a incrementar as actividades dos Fundos de Melhoramentos Agrícolas e de Fomento Florestal — porque o programa de acção fora completado em Fevereiro, e só então se apro-

⁽¹⁾ Encontrava-se pronto para publicação através da Junta de Colonização Interna.

varam também os programas das Federações dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho e do Nordeste Transmontano, que eram os únicos até essa data enviados ao Ministério a fim de se concretizar a deliberação do Conselho Superior de Agricultura sobre o subsídio à lavoura.

A leitura atenta permitirá talvez avaliar da unidade e da coerência da orientação seguida ou proposta. Algumas omissões se podem, por exemplo, encontrar quanto à política de preços. Na verdade, embora o esquema de luta contra a alta de preços se encontrasse claramente esquematizado, não pôde concretizar-se.

O diploma sobre a centralização da orientação da política de preços no Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos só pôde publicar-se, com algumas alterações, em Julho de 1964, mas a elaboração do Plano de Fomento ocupou a atenção do Conselho até princípios de 1965; em fins de Fevereiro de 1965 foi publicado o diploma sobre a Inspecção-Geral das Actividades Económicas (entrando em vigor 90 dias depois), e, entretanto, foram organizados o dispositivo de informação do consumidor e a campanha de vendas com redução de preços, solicitada ao Instituto Nacional de Estatística a actualização dos índices de custo de vida em Lisboa e Porto e preparados os diplomas que continuavam a acção neste aspecto da luta contra a pressão inflacionista, prevendo em particular uma mais estreita colaboração entre os Ministérios das Finanças e da Economia e uma mais ampla interpenetração entre a política nacional de distribuição

e de preços e as políticas municipais em matéria de mercados e abastecimento.

Uma outra eventual omissão se refere a aspectos da política industrial. Aconteceu que teve de se esperar pela aprovação do Plano de Fomento para se lançarem ou apresentarem algumas providências — caso, por exemplo, da lei de defesa da concorrência — e pela coordenação com o condicionamento industrial à escala nacional; foram estudadas, preparadas e apresentadas as bases que, em nosso entender, poderiam ser seguidas para a metrópole — orientação, aliás, referida na reunião com os industriais que colaboraram com a Secretaria de Estado da Indústria na elaboração do Plano de Fomento — e aguardou-se a oportunidade de publicação do diploma sobre condicionamento industrial à escala nacional.

Além disso, e dentro da orientação proposta e aprovada para o sector industrial do Plano de Fomento, tinham sido determinados os estudos, não só para dar conteúdo a sugestões da Câmara Corporativa, mas também para o estabelecimento de uma melhor base estatística, tendo sido encomendado ao Instituto Nacional de Estatística um novo inquérito industrial; igualmente foram lançadas as bases para definição e instalação de zonas ou pólos industriais no interior do País: tinha sido já prevista a zona de Viseu, por nela parecerem concorrer alguns elementos necessários à industrialização, e estes estudos eram conduzidos pela Divisão de Economia do Instituto Nacional de Investigação Industrial. Igualmente se encontravam em curso,

com a colaboração de reputados técnicos estrangeiros, os trabalhos e estudos sobre as indústrias químicas e de veículos automóveis, de máquinas-ferramentas e siderúrgica, que permitiriam concretizar mais a orientação a seguir em dois sectores prioritários do desenvolvimento industrial — químicas e metalomecânicas — e explicar o papel dinâmico que a indústria automóvel pode ter na industrialização portuguesa.

19 de Março de 1965.

com a cooperação de vários outros órgãos
for, os serviços e relações sobre as indústrias pri-
vadas e de relações comerciais, de negócios, pro-
priedade e indústria, que possam ser desenvolvidas
para a organização e a execução de projetos de
trabalho de desenvolvimento industrial — projetos e
programas — e também a parte de
os e indústrias autônomas para serem desenvolvidas
em Portugal.

10 de Maio de 1961.

*Lisboa, 4 de Dezembro de 1962 **

Pouco tenho a dizer. Pouco tenho a dizer, porque as palavras que, em meu nome e dos Secretários e Subsecretário de Estado, possa dirigir a V. Ex.^a, Sr. Prof. Ferreira Dias, em nada sublinharão o prestígio que tem, a competência e as virtudes sem par com que tem exercido todas as funções ao longo de uma carreira que honraria qualquer homem e eleva uma personalidade ao respeito de todos. Posso somente exteriorizar publicamente os sentimentos que tenho por V. Ex.^a: grande respeito e admiração.

Desejaria também dirigir as mais cordiais saudações aos Srs. Drs. João Mota Pereira de Campos e Samuel Sanches e Eng.^o Edgar de Oliveira. Finalmente, não quero esquecer nesta saudação todos aqueles que a este Ministério servem e a ele devotam parte de uma vida de trabalho.

Pouco tenho a dizer, porque a tarefa primordial deste Ministério é tomar decisões, e não levar a cabo realizações completas. As decisões de política económica exigem estudo, reflexão, sensatez e coragem, e deve este Ministério tomá-las com oportunidade ou nelas participar com entusiasmo. Por seu lado, as realizações concretizam-se através de persistência, audácia e espírito de empresa, que têm de caracterizar a actividade privada, isto é, todos aqueles que fazem ou devem fazer «economia».

* Palavras proferidas no acto de transmissão de poderes.

A eficácia da acção deste Ministério depende da colaboração que se conseguir manter entre todos os seus componentes e em todos os níveis, da conjugação de políticas e da articulação de actividades que vier a estabelecer-se entre os vários Ministérios que têm responsabilidades na orientação da vida económica, financeira e social do País. A não existir este espírito de entreaajuda, poderá fazer-se obra individual e conseguir-se talvez alguma valorização pessoal, mas ambas serão efémeras e ínfimas, se atendermos às perspectivas da História e às necessidades do País.

Sem ideias preconcebidas, este Ministério encontra-se disposto a escutar e estudar críticas e sugestões, porque sem as primeiras não poderemos corrigir inevitáveis erros, e sem as segundas dificilmente chegaremos às melhores soluções. E se as boas intenções podem contar nos julgamentos que dos homens se fazem, elas não têm influência decisiva nos acontecimentos. Por isso, estamos certos de que não podemos agradar a todos os interesses; apesar disso, esperamos não trair o interesse de todos.

Porto, 21 de Janeiro de 1963 *

Não é por acaso que a minha primeira deslocação oficial se faz à cidade do Porto. Nascido no distrito e ligado à cidade por laços muito diversos, e todos profundos, não deve surpreender que aqui tenha desejado fazer esta primeira declaração pública. Mas se esta razão não existira, bastaria lembrar para justificar a escolha que o Norte do País, em geral, e o Porto, em particular, possuem das mais fundas tradições industriais portuguesas.

Esta região merece, porém, no domínio da política económica, uma atenção e cuidado particulares. Atenção, porque, se as tradições merecem respeito, não devem ser subtraídas a uma análise ponderada que conduza ao melhor meio de as conservarmos. Cuidado, porque, a processar-se o desenvolvimento industrial com a mesma configuração dos últimos anos, podemos chegar a uma estagnação ou declínio da participação da coroa industrial do Norte na economia portuguesa. E isto porque a tradição conserva, como mais importantes, sectores industriais que atingiram há muitos anos o zénite do seu desenvolvimento no processo de expansão económica e que foram relegados pelo progresso técnico a uma estagnação ou declínio relativos.

A indústria do Norte tem, portanto, de se renovar nos seus processos e de ser nova nas modalidades industriais, e, sob este aspecto, a empresa que hoje visito representa

* Declaração feita no Porto durante a visita às novas instalações da Efacec.

um esforço de organização e de progresso que merece louvor.

Pode dizer-se que cabe ao Governo tomar medidas que facilitem a modificação da referida tendência, mas não devemos esquecer que pertence fundamentalmente à iniciativa dos empresários que aqui vivem ou se venham a instalar a evolução do panorama industrial do momento, com o seu cortejo de implicações económicas e sociais.

Atentemos na iniciativa do Governo. A escolha da região do Porto para a instalação de uma refinaria de petróleos e de uma petroquímica traduz um passo muito importante no caminho de novas modalidades industriais. A intenção do Instituto Nacional de Investigação Industrial, se encontrar o indispensável apoio no sector privado e em outros sectores da Administração, de levar a cabo a criação de um instituto têxtil, muito poderá contribuir para a difusão do progresso técnico; assim se irá ao encontro da necessidade de renovar os processos do sector têxtil algodoeiro, que tanto peso tem na economia industrial desta região e, mesmo, do País.

Inquieta-me, porém, que se venha a verificar um desinteresse ou ausência da iniciativa privada que tenha de ser substituída por iniciativa pública. Inquieta-me, porque o Estado tem já muitas tarefas, enormes responsabilidades e escassos recursos e podemos correr o risco de ver criar um vazio que abra caminho a demagogias fáceis e a pseudo-reformas. Deste fenómeno temos exemplos sempre renovados em muitas regiões do Mundo; em quase todas brotaram entusiasmos efémeros, em todas houve desilusões irremediáveis.

E, por isso, indispensável que a iniciativa privada tome o lugar que lhe cabe na nossa estrutura político-económica. Conscientes de que o liberalismo económico pode morrer dos seus próprios excessos e abusos, não esqueçamos que é indispensável aplicar alguns dos seus princípios com uma justa moderação. Observe-se ainda que a técnica contemporânea tornou-se tão complexa que não pode im-

provisar-se ao sabor de cada um e exige-se a orientação e a coordenação das iniciativas individuais e das iniciativas públicas. O Ministério da Economia deve pôr em prática as suas intervenções quanto possível em estreita colaboração com os responsáveis pela vida económica nacional e em íntima conjugação com outros sectores da administração pública. Muitas vezes me tem sido posta a questão: qual a política económica que vai seguir? Não julgo ser maneira de perguntar, nem tenho possibilidade de responder a uma questão assim formulada. Maneira de perguntar, porque uma política, embora seja eivada da personalidade que cada um lhe consegue imprimir, não é nem pode ser uma política pessoal, e só na medida em que tiver o apoio e a compreensão de muitos virá a resultar. Isto é, uma política para ser eficaz torna-se impessoal e ultrapassa os homens que a formularam. Possibilidade de responder, porque é em contacto com as realidades portuguesas, homens e situações, que posso forjar uma opinião concreta acerca da maneira de pensar e de sentir dos homens e do modo de resolver situações.

Ora o momento actual da vida económica portuguesa é difícil, não só por razões alheias ao processo natural de crescimento, mas também pela complexidade das estruturas que caracterizam esta fase do desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento económico é complexo e lento, e na sua acepção mais ampla implica transição, evolução. Só numa economia estacionária a conduta é orientada por padrões rígidos que condicionam ou limitam as iniciativas. O preconceito gerado pela carência de oportunidades leva a uma valorização excessiva da actividade puramente intelectual, de tal modo que se é levado à sua ostentação mesmo quando não se exerce. Daqui deriva uma tendência para a burocratização demasiada e persistente, destinada a ocupar e pseudodignificar o homem na sociedade. Em tais economias a centralização excessiva é quase inevitável e cai no pormenor. A orientação transforma-se em tutela e, perante o nú-

mero dos problemas, a elaboração da política desce por vezes à repartição e os aspectos administrativos sobem ao gabinete do Ministro.

Numa sociedade dinâmica as mentalidades transformam-se, as transformações tendem a institucionalizar-se e as instituições a especializar-se. Mas nem a evolução nem a institucionalização se processam harmoniosamente. Uns sectores evoluem rapidamente, ultrapassando o ritmo médio de crescimento, outros resistem apegados à tradição no clima cronológico do passado. Ambos se sentem incompreendidos, ambos julgam possuir a verdade. **Aos olhos de um observador atento o quadro de um país em desenvolvimento é um amontoado de contrastes e de incoerências, em que coexistem os mais antigos e os mais modernos processos económicos.** Nesta fase, os contrastes são tão grandes que a sociedade parece viver num clima de confusão em que as incompreensões e a divisão podem ganhar vulto. Apego à tradição e desejo de renovação alternam-se e conflituam por vezes.

Os esforços feitos no decénio de 1950 a 1960 para desenvolver a economia portuguesa deram os seus frutos e não deve constituir motivo de crítica ou de surpresa o facto de o panorama da vida portuguesa ser heterogéneo. Não basta, por isso, ter a geometria da renovação, pois que a realidade não se conforma bem com a abstracção logicamente válida, intelectualmente desejável, mas humanamente custosa. De que serve criticar a indústria, escarpelizar a agricultura, se ao tratarmos do sector traumatizamos os homens? O diálogo de dois mundos diferentes é impossível se não encontrarmos um modo de dialogar e uma maneira de conviver.

Não basta, por conseguinte, reformar imitando, é necessário renovar adaptando ou inovar compreendendo.

Quem não desejaria um Portugal onde a indústria fosse a mais moderna, a agricultura a mais evoluída, o comércio o mais eficaz? Quantos pensaram que para ser assim

a sociedade portuguesa não poderia ser o que é na sua vida quotidiana?

É por isso que, para além de querer o progresso, é necessário saber o que ele custa em termos humanos. É por isso que, para além de renovar ou reformar, é indispensável estar seguro de que as instituições novas ou renovadas que se desejam corresponderão ao Portugal do futuro.

Tudo isto significa que a elaboração de uma política económica exige tempo, o apoio de muitos e a conjugação com outras políticas, nomeadamente no campo social e cultural.

Tenho visto muito mundo e estudado alguma coisa. Dizem que aos Portugueses não falta valor, mas escasseiam os recursos e a união. Não quero negar o que tenho visto e vou vendo, porque o maior erro do espírito é acreditar as coisas como se quer que elas sejam. Mas, como nada se faz sem esperança, creio que não errarei por falta de fé. Dizer, portanto, que vou tentar prosseguir a política económica anterior de modo a aproveitar os aspectos positivos e a aperfeiçoar as actuações menos eficazes parece redundante e banal. É, no entanto, a minha intenção imediata.

Não quero antecipar-me às múltiplas ideias que adivinho existirem no Norte quanto à solução de alguns dos seus problemas económicos, porque de uma coisa estou certo: nunca nesta região faltaram nem iniciativas nem coragem e persistência para as concretizar. Que os homens não desmintam o que sei serem, e a política económica será o que eles forem.

*Lisboa, 19 de Março de 1963 **

Esta reunião com a imprensa destina-se a tentar informar o público acerca dos aspectos mais salientes da actividade deste Ministério e a tentar esclarecer, através das respostas às questões formuladas pelos representantes dos órgãos de informação, as interrogações, dúvidas ou pontos obscuros que possam naturalmente ter surgido na observação da vida económica nacional destes últimos meses.

Tenho esperança de que dos contactos regulares que haja com os representantes da informação venham a resultar vantagens mútuas. Em qualquer caso, estou certo de que o Ministério da Economia terá todo o interesse em tentar informar e esclarecer, clara e objectivamente, sempre que assim possa contribuir para a solução de problemas existentes.

A situação actual da economia portuguesa e o que se antevê para os tempos mais próximos não podem aconselhar uma atitude de optimismo fácil. O ano de 1962 continuou a ver aumentar a produção nacional de bens e serviços, ainda que tenha havido uma redução do ritmo de crescimento económico. Os números, embora provisórios, indicam uma expansão de cerca de 6 por cento contra 7 por cento em 1961 e 8 por cento em 1960; apesar disso, o desenvolvimento processou-se a um ritmo superior à média do decénio anterior.

* Conferência de imprensa.

A recuperação evidenciada no sector da agricultura e pecuária, recuperação essa sempre aleatória, não pôde compensar o afrouxamento da expansão da actividade industrial, e o facto de as despesas de investimento mostrarem somente um ligeiro acréscimo acentua os efeitos da perda de velocidade do desenvolvimento da nossa economia.

Em termos absolutos, a taxa de crescimento de 6 por cento pode justificar uma visão optimista da nossa economia, mas se olharmos ao grau de desenvolvimento português e à tendência decrescente que se vem verificando, concluímos que devemos ter a preocupação justificada de relançar a economia portuguesa no clima de expansão.

A melhoria na balança de transacções correntes da zona escudo e a evolução do mercado monetário e financeiro constituem resultados positivos que diminuem a apreensão quanto às possibilidades de desenvolvimento económico futuro e reforçam a confiança na estabilidade monetária e financeira portuguesa.

Traçadas as linhas muito gerais da actividade económica portuguesa em 1962, não podemos esquecer que a evolução da economia portuguesa é informada actualmente, entre outros, pelos seguintes elementos:

- a) Prioridade do esforço de defesa;
- b) Mercado único português;
- c) Movimento de regionalização europeia.

Ninguém de boa fé pode negar a transcendência destas determinantes ou os factos que as impõem, ou imaginar que os resultados da sua influência não irão transformar o panorama económico e social do País e até já o estão modificando.

Se adicionarmos ao que se acaba de referir as afirmações tocantes à imperiosa necessidade de acelerarmos o desenvolvimento económico do espaço português, mantendo a estabilidade monetária e financeira, concluímos

que as opções possíveis da política económica portuguesa não são numerosas e que teremos de vencer as dificuldades de compatibilização entre os objectivos e as condições de desenvolvimento.

Vou limitar as minhas considerações a um simples comentário quanto a tipos gerais de actuação que podem ser seguidos e já têm sido utilizados alternada ou simultaneamente no passado, umas vezes com sucesso, quando eram complementares, noutras ocasiões com conflitos, quando eram concorrentes. Uma dessas possibilidades de agir assenta em princípios de economia mais liberal e encontra-se ligada a compromissos internacionais que temos vindo a assumir; é difícil, se não impossível, submetermos uma economia às regras do comércio livre sem que estas afectem outros sectores para além do comércio externo. Outra política possível tem uma feição intervencionista e é aconselhada pelas necessidades de nos defendermos e desenvolvermos simultaneamente; é difícil ou impossível pedirmos a uma economia que se conforme com as necessidades de defesa vivendo com as satisfações da paz.

Não vemos outra maneira de conseguirmos conjugar quanto possível estes tipos de actuação, que não seja mediante uma reformulação dos nossos sistemas de intervenção, tornando-os, por um lado, menos mesquinhos e inflexíveis e, por outro, mais amplos e eficazes. Não devemos ter ilusões quanto às dificuldades a vencer e sacrifícios a suportar, nem quanto às aparentes contradições que iremos encontrar.

Espero que estaremos preparados para levar a cabo com autenticidade a formulação de uma política económica desta natureza. Espero que conseguiremos despertar as empresas privadas para uma realidade que cada dia mais se nos impõe. Espero que viremos a agir em conjunto coerente e coordenado como as circunstâncias nos exigem. Disse que tinha apenas esperança, e não digo desde já uma certeza, porque tendo formulado a mim

próprio estas questões, não estou ainda seguro da resposta, embora já esteja certo de que, por nosso lado, chegado o momento e reunidas as condições, não hesitaremos em seguir o caminho que nos pareça mais consentâneo com os interesses portugueses.

Eis em termos muito genéricos o dilema em que se encontra a nossa política económica, e aquele que mais deve preocupar o papel do coordenador das três Secretarias de Estado.

Uma outra questão vem sendo muito debatida: a situação da agricultura portuguesa. Sabemos que se encontra em posição desanimadora de norte a sul, dizem-nos que muitos preconizam como única solução imediata a subida dos preços agrícolas. Longe de mim pensar que, em alguns produtos, teremos outra solução, mas longe de mim está também a ideia de ignorar as fundas consequências sociais, económicas e até monetárias de uma utilização indiscriminada do parâmetro dos preços.

Basta lembrar a situação económica do assalariado para termos de ponderar cuidadosamente qualquer solução que venha a diminuir o seu poder de compra; tal significa que não posso desligar a política de preços da evolução da política de salários. Mas não haverá alternativa? Há aquela que tem sido seguida no passado através de subsídios que vêm absorvendo anualmente centenas de milhares de contos.

Não creio que esta política possa ser intensificada sem reforço substancial dos meios financeiros à sua disposição, mesmo se tivermos em conta os aperfeiçoamentos indispensáveis que têm de ser feitos na política de atribuição de subsídios.

A situação geral da lavoura tem, contudo, e por isso, aspectos que transcendem claramente o âmbito do Ministério da Economia. Se aliarmos ao quadro, já conhecido e divulgado, a circunstância de um Inverno rigoroso, não surpreende que tenhamos problemas regionais de relativa gravidade que virão, se continuar a processar-se a mesma

evolução, a exigir intervenção rápida e intensa para impedir que a pobreza se transforme em miséria, a expectativa em insatisfação e os campos em desertos. No entanto, em aspectos particulares da agricultura e do comércio, os Secretários de Estado poderão fazer uma exposição mais aprofundada do que qualquer que pudesse intentar.

P. — É quase um lugar-comum dizer-se que temos aumentado a nossa capacidade produtora. Para se atingir, porém, tão patriótico objectivo, e supõe-se que isso é possível, além do mais, é indispensável produzirmos o máximo ao mínimo custo. Estamos habilitados a fabricar, com boas condições técnicas e de preço, tudo o que o estrangeiro deverá adquirir?

Que medidas têm sido tomadas pelo Ministério da Economia ou quais as que estão agora previstas no propósito de fomentar em mais larga escala a natural valorização do muito que já somos capazes de produzir em todos os nossos sectores de produção?

Não falta quem afirme que as nossas repartições técnicas não têm sido chamadas a desempenhar, como seria intuitivo e necessário, uma acção planificadora da produção, como ponto de partida para uma maior expansibilidade, e que essas deficiências já se estão a radicar penosamente na vida nacional.

O condicionamento industrial em vigor, diz-se que não deve, certamente, servir de pretexto para aniquilar, num ou noutro caso, os esforços despendidos pelo nosso comércio exportador, a partir do momento em que se crê ter havido um critério exagerado na classificação do dimensionamento industrial de vários sectores fabris, e quantos destes, revista a sua posição, como o requer o interesse do País, poderão contribuir bastante para um aumento potencial das nossas exportações.

As nossas estruturas económicas, agrícolas, comerciais e industriais estarão aptas a integrar-se na responsabili-

dade de diversa ordem que a unificação do espaço português está a provocar?

Não são já pequenos os embaraços que se conhecem no que respeita à movimentação das nossas transacções e suas diferentes parcelas dos nossos territórios ultramarinos?

R. — Eu inverteria antes a pergunta, quer dizer, inquiriria se o estrangeiro nos pode comprar aquilo que produzimos em boas condições económicas.

É evidente que a nossa capacidade de concorrência, em relação ao estrangeiro, e eu agora refiro-me à indústria, é débil por vezes, e é débil por várias razões de todos conhecidas. Primeiro, a nossa posição, incluindo a geográfica, depois a infra-estrutura, que não será, em alguns casos, a mais adequada; por outro lado ainda, o problema da organização das próprias empresas, a respectiva dimensão, quer dizer, todo aquele complexo de factores que tem sido apontado como fraqueza da nossa organização industrial. A este respeito têm sido seguidas, fundamentalmente, duas políticas: uma delas é a do condicionamento e a outra a da reorganização.

A política do condicionamento tem visado, sobretudo, evitar que as empresas deixem de atingir uma capacidade óptima, ou melhor, que a sua capacidade óptima de produção possa ser perturbada pela entrada de novas empresas.

A política de reorganização tem em vista, fundamentalmente, dar dimensões a certos sectores e a certas empresas no sentido de que tenham uma produtividade maior e, portanto, produzam aos tais baixos custos que V. Ex.^a referiu.

Esta tem sido a política tradicional em Portugal, até agora. Não vejo, neste momento, razões para que ela se possa modificar.

Aliás, nós não podemos pôr de lado uma política sem ter algo que a substitua, isto é, não temos neste mo-

mento alternativas imediatas para substituir a política de condicionamento ou a política de reorganização. Essa substituição, a fazer-se, tem de ser sempre lentamente e de maneira tal que seja uma substituição construtiva e não uma substituição destrutiva.

Que medidas tem tomado o Ministério em relação a cada uma destas políticas, que, estou certo, são aquelas que tinha em mente? Quanto ao condicionamento era costume ouvir dizer-se que haveria uma certa dificuldade em saber quais eram os critérios seguidos pelos serviços competentes na determinação dos processos de condicionamento e na sua ampliação. Eu não tinha outra solução senão aquela que neste momento adoptei: pedi aos serviços esses critérios e distribui-os à Corporação da Indústria e às associações industriais, no sentido de ouvir dos próprios industriais se há, ou não, razão para modificar esses critérios e, pelo menos, para eliminar uma crítica frequente: a de que os interessados não sabiam quais eram os critérios seguidos.

Portanto, esta foi uma das medidas que estou a seguir na linha do condicionamento: ouvir, de acordo com o que eu tive ocasião de afirmar no Porto, os próprios interessados.

Quanto à reorganização, o meu primeiro problema foi reunir todos os trabalhos das últimas comissões reorganizadoras que se encontravam constituídas, a trabalhar ou a não trabalhar.

Portanto, foi assim que consegui, após alguns meses, reunir esses elementos e, em relação aos relatórios que acaso já tenham sido entregues, a minha primeira reacção — e, quando digo a minha, digo a do Subsecretário da Indústria — foi de devolver ao sector industrial, ao conjunto dos interessados, neste sector, os relatórios existentes, visto que também tinha recebido, não digo reclamações, pelo menos alguns comentários, no sentido de que muitos dos industriais não teriam sido ouvidos na reorganização do seu próprio sector.

Não sei em que medida isto corresponde à verdade, mas, exactamente para calar essa crítica, devolvi aos próprios interessados os relatórios para receber os comentários em tempo útil.

Assim aconteceu, para já, por exemplo, no caso da reorganização da indústria de lanifícios, que é um sector importante, visto que aí havia um elemento adicional: os próprios interessados tinham-se lamentado de que o tempo era pouco para propor uma solução alternativa. Agora dei-lhes algum tempo para que a proponham.

Foi o caso, ainda, da reorganização da indústria do açúcar: também distribuí a todos os interessados o relatório existente e creio que, possivelmente, se caminhará para uma solução, que, aliás, devo dizer que não tenho muita pressa em acelerar, na medida em que, segundo me dizem os industriais, esperam essa reorganização há 30 anos.

Do mesmo modo estou a proceder com a indústria do vidro, e assim farei com cada um dos sectores, à medida que vou dispondo dos relatórios e, portanto, posso ouvir o conjunto dos interessados. Isto com um objectivo: ouvi-los e saber quais as soluções alternativas que nos propõem.

Assim, se conseguirmos chegar a um acordo possível quanto às vias de reorganização, e creio que algum acordo será possível, será essa a melhor solução. Na verdade, não há melhor disciplina do que aquela que é livremente consentida.

Quanto ao problema da exportação, que estava, em certa medida, implícito na pergunta que me dirigiu, creio ser intenção do Secretário de Estado do Comércio — embora não lhe deva emprestar intenções, mas pelo menos está no nosso espírito — a necessidade de retomarmos, em grande, o problema do Fundo de Fomento de Exportação, com o fim de conseguir uma maior conjugação do Fundo com os interesses dos próprios exportadores. Mas, não se trata de matéria fácil. Porquê? Porque

muitos dos nossos industriais ainda têm, e compreensivelmente, o seu espírito voltado, exclusivamente, para o mercado interno. Porque não se deram, possivelmente, conta, e talvez até sem culpa própria, dos movimentos europeus que se estavam dando e das modificações das regras comerciais do Mundo, como muito bem notou o Secretário de Estado do Comércio. Mas, por isso mesmo, tentaremos — digo tentaremos — modificar a actuação do Fundo de Fomento de Exportação no sentido de tornar mais estreita a sua colaboração com os industriais exportadores. Além de tentar despertar nos próprios industriais o desejo de serem exportadores, há que remover a concepção que alguns possam ter da exportação, que não está, por vezes, certa.

Por isso, creio, segundo me disseram, que ainda recentemente a própria Associação Industrial Portuguesa criou uma secção de industriais exportadores, no sentido de fazer com um *pool* desses industriais uma avaliação dos problemas que encontram quando querem exportar. Ora, isso é um elemento muito valioso para a política do Fundo de Fomento de Exportação. E não creio que lhe possa dizer mais nada.

P. — V. Ex.^a prestou ao País alguns esclarecimentos muito oportunos e muito necessários. Mas eu tinha ainda uma outra consideração a fazer. Têm as nossas repartições técnicas sido chamadas a desempenhar, como seria intuitivo e necessário, uma acção planificadora na produção como ponto de partida para uma maior exportabilidade?

R. — Quanto à acção planeadora da produção, queria só dizer que, em princípio, o problema do planeamento é assunto que depende, fundamentalmente, da Inspecção Superior do Plano de Fomento e, agora, do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, onde há uma Direcção dos Serviços de Planeamento e Integra-

ção. Portanto, as repartições serão chamadas, e têm sido chamadas, por vezes, ao planeamento da produção. Isso tem acontecido na agricultura, e, em certa medida, na indústria.

Acrescento ainda que, para a elaboração do III Plano de Fomento, e em colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Industriais, e dirigido até pelo inspector superior, existe um grupo de trabalho que, neste momento, agrupa já algumas centenas de industriais, no sentido de ver quais são as perspectivas possíveis de instalação de novas indústrias dos diferentes sectores para o período que corresponderá ao III Plano de Fomento. Mais do que isso não se poderá fazer, porque o nosso sistema económico é um sistema que deixa ainda frequentemente à actividade privada, e muito bem, a iniciativa das instalações de indústrias.

O único sistema que podemos seguir nessa matéria não é um sistema imperativo, de dizer que se faz esta, ou aquela, ou aqueloutra indústria, mas sim puramente indicativo. Ora, é nessa base que está a trabalhar esse grupo, para nos dizer quais são os sectores em que se deverá ampliar a nossa produção para fazer face às necessidades da nossa economia. Isto pelo lado da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, em colaboração com os industriais interessados. Mas pelo lado do Instituto Nacional de Investigação Industrial estamos também, agora, a acelerar aquilo a que se chama o quadro das inter-relações industriais, isto é, a procurar saber em que medida o desenvolvimento de uma indústria arrasta ou não o das indústrias complementares, para evitar certos estrangulamentos que no passado se têm verificado. E por vezes criamos uma espécie de vazio nestas ligações entre os vários sectores, que vai comprometer o funcionamento da própria indústria final.

Com o relatório que me hão-de apresentar, creio que muito em breve — penso que em fins de Abril, pelo menos, o possa ter —, e com a aceleração que se prevê dar ao quadro de inter-relações industriais, já estaremos em me-

lhores condições de poder planejar o desenvolvimento industrial português. Mas, no entanto, há duas coisas que são quase imprevisíveis neste momento e que condicionam, como já chamei a vossa atenção, toda a nossa possibilidade planeadora. Uma é o resultado da regionalização europeia, pois não sabemos qual vai ser o sentido que vai tomar a formação dos mercados europeus, e não podemos, portanto, prever *a priori* qual vai ser a posição que podemos obter nesses mesmos mercados.

Por outro lado, também empreendemos uma obra de envergadura muito grande, que é a unificação do mercado português, mas é muito difícil prever *a priori* quais são as consequências de muito largo alcance do desencadear desse processo. E, por isso, temos aqui duas condicionantes, sobre as quais há pouco chamei a atenção, que tornam, se não impossível, pelo menos muito difícil qualquer previsão em bases seguras.

P. — Em face da actual e precária situação da lavoura, situação que já vem a arrastar-se há anos, e em face do possível planeamento regional que ora se anuncia, o Ministério da Economia encara a hipótese de promover uma reforma agrária?

R. — Não sei, quando se põe o problema da reforma agrária, o que as pessoas têm em mente. Por mim, a única coisa que tenho em mente são as leis que neste momento estão publicadas no nosso país quanto a emparcelamento e quanto a colonização interna e arrendamento.

Ora bem, se é a essa matéria que se quer referir, respondendo que as leis estão publicadas e têm de ser executadas quanto possível de acordo com o espírito que as orienta. É claro que uma lei vale o que está no seu texto, mas vale fundamentalmente pela execução que dela se fizer. Ora é nossa intenção executar as leis com o melhor espírito, mas com esta ideia: é de que temos de ter em conta que uma lei tem sempre de vencer resistências na

sua aplicação, mas para as vencer não pode só criar oposições; tem de criar, também, adesões. É nisso que consiste a dificuldade da política do Ministério da Economia.

Repito: nós tentaremos aplicar essas leis de acordo com o espírito com que foram promulgadas e procuraremos vencer as eventuais dificuldades que encontrarmos, tentando fazer um esforço de esclarecimento e adesão indispensáveis à sua aplicação.

Poderei ir mais além, mas não creio que tenha sido nesse espírito que foi feita a pergunta.

No entanto, se pretender esclarecer mais a sua pergunta, talvez lhe possa dar a resposta adequada.

P. — Eu desejo saber o seguinte: estão a processar-se as operações de emparcelamento e levantou-se o problema do emparcelamento ou parcelamento; o problema da racionalização das culturas, do próprio planeamento regional, tudo isto não provocará a necessidade de uma reforma?

Quando me refiro a uma reforma agrária quero referir-me a uma reforma que pode ser tudo, por exemplo, a racionalização das culturas, das operações de emparcelamento ou parcelamento, e não apontarmos a operação de emparcelamento como a panaceia da situação da agricultura portuguesa.

R. — Eu creio que ninguém apontou as leis de colonização, o emparcelamento e o arrendamento como a panaceia da agricultura portuguesa. Evidentemente que é natural que as pessoas que defendem esses pontos de vista, que são aqueles a que se pode chamar a variante ou a escola das reformas das estruturas, ponham todo o empenho no triunfo desse método. Isto não quer, porém, dizer que esses mesmos reconheçam que esse método é, por si só, suficiente.

Em contrapartida, outra variante ou escola que põe todo o problema, por exemplo, na política de preços, tam-

bém é possível que não esqueça que há que fazer alguma reorganização ou adaptação de estruturas. É natural, no entanto, que ponham à frente as suas próprias preocupações e aquelas que julgam ser elemento mais importante. Mas, como em todos os problemas económicos, nunca há uma única solução e um único instrumento.

Os instrumentos têm de ser conjugados e o grande problema da política é a dosagem em cada momento desses instrumentos. É por isso que, contrariamente ao que muita gente pensa, uma grande vantagem de uma política económica é variar e adaptar-se.

com a cooperação de vários outros órgãos
for, os serviços e relações sobre as indústrias pri-
vadas e de relações comerciais, de negócios, pro-
priedade e indústria, que possam ser desenvolvidas
para a organização e a execução de projetos de in-
teresse do desenvolvimento industrial — e também a
realização de estudos — e também a realização de
projetos de desenvolvimento industrial e de in-
dústria portuguesa.

10 de Maio de 1961.

*Lisboa, 25 de Maio de 1963 **

A leitura de relatórios disponíveis, a análise de exposições feitas pelos interessados e o conhecimento de razões aduzidas em várias reuniões das companhias de petróleos indicam que haveria ainda informações a colher e afirmações a comprovar. Espera-se vir a ter conhecimento das primeiras e aceita-se de boa fé a veracidade das últimas. Assim tem de ser, se quisermos encontrar uma solução rápida.

Parece, aliás, conveniente dar a conhecer, para são esclarecimento da opinião pública, que a colocação das ramas de Angola e até de produtos da refinaria de Luanda vinha já sendo resolvida, do ponto de vista de quantidades, pois foi intenção firme, e expressa em reuniões com empresas, absorver uma tonelagem superior aos excedentes de produção destes primeiros meses, deixando para depois a questão dos preços. Deve também salientar-se que nunca se levantaram dúvidas (disposição manifestada em várias reuniões) em encontrar solução rápida e favorável à província de Angola e nessa atitude foi o Governo acompanhado pelas companhias refinadoras e distribuidoras da metrópole e de Moçambique.

O Ministério da Economia, ao tomar esta decisão, só pode, no entanto, garantir que se colocarão excedentes de produção e que uma parcela considerável terá preço superior à cotação real do mercado internacional. A decisão

* Despacho sobre a colocação dos petróleos de Angola.

constitui, portanto, uma solução parcial do problema, tal como foi encarado por este Ministério, mas procedeu-se assim na convicção de que estes sobrepreços, e aqueles que são pagos na própria província pelas ramas aí extraídas, virão a constituir fonte gratuita de recursos para o desenvolvimento económico de Angola.

Dois outros aspectos devem ainda ser considerados.

Um, a exigência de se estabelecer um programa de embarques, pois a indústria de petróleos trabalha em condições técnicas e comerciais que não são compatíveis com remessas inesperadas; acresce que a frota petroleira necessita também de programas bem estabelecidos ao longo do ano para não ter de elevar custos de transporte resultantes ou de demoras nos portos ou de manutenção de capacidade ociosa. Deste modo, os preços fixados só devem ser aplicados a partir do momento em que tal programa esteja estabelecido; até essa data devem funcionar as quotas previstas para o mercado internacional, que, sendo mais amplo, poderá absorver mais facilmente essas ofertas inesperadas. Interessa, pois, à empresa exportadora angolana a elaboração rápida do referido programa em colaboração com as empresas transportadoras.

O outro aspecto é a necessidade de se estabelecerem contratos entre a empresa vendedora e as sociedades compradoras, pois a Administração não tem de intervir nos problemas emergentes do modo de execução dos contratos de compra e venda, desde que estes se enquadrem na orientação agora dada.

Deve salientar-se finalmente que, para além das vantagens de maiores preços e de garantia de compra de excedentes, se encaram outros benefícios para Angola, pois se prevê que poderão ser colocados produtos que permitam à refinaria de Luanda vir a cumprir o programa de 450 000 t.

Assim, tendo em conta a solidariedade que existe entre as diversas parcelas de território nacional, a alegada necessidade de extrair 1 200 000 t para determinar a reserva

recuperável do jazigo Tobias, decidiu-se proteger a colocação e o preço das ramas extraídas, o que será feito mediante a comparticipação das empresas produtoras refinadoras e importadoras e distribuidoras, em todo o território nacional e, bem assim, da empresa transportadora, de modo a assegurar, do ponto de vista de mercados, a realização do plano apresentado de 1 200 000 t de produção por um período de um ano.

Neste sentido, a repartição prevista é a seguinte:

	Toneladas
Pedido para a refinaria de Luanda . . .	450 000
Outras refinarias em território nacional (a) 400 000	
A colocar nas condições do mercado internacional de petróleos:	
Com a colaboração das empresas metropolitanas	200 000
Pela Petrofina	150 000
<i>Total</i>	<u>1 200 000</u>

(a) Inclui 50 000 t do Ministério da Marinha. Na refinaria da Sacor inclui-se a tonelagem referente a *processing* da Sonap, Shell, Mobil e B. P.

O preço de compra das ramas de Tobias F. O. B.-Luanda é fixado em \$ 1,65 por barril para as 400 000 t destinadas a «Outras refinarias em território nacional».

Salvo modificação sensível das condições vigentes no mercado internacional de petróleos, os preços fixados vigorarão para o período de um ano a partir da data deste despacho e serão aplicados a partir do momento em que estiver elaborado o programa de embarques.

Será fixado posteriormente pelo Ministério da Marinha o frete a pagar à Soponata Lisboa-Luanda-Lisboa para os produtos destinados a consumo no espaço económico nacional.

com a cooperação de vários outros órgãos
e entidades e também sobre as instituições que
estão a ser criadas, de modo a garantir a
unidade e a eficiência das ações. A
organização da estrutura da
dos documentos e a sua
manutenção — e a sua
e a sua manutenção.

10 de Maio de 1961.

*Lisboa, 7 de Junho de 1963 **

Parece ter ficado bem determinada a responsabilidade do Instituto Português de Conservas de Peixe. Mais ainda, a leitura do processo indica claramente que este importante sector da exportação se encontrava sem intervenção disciplinadora do Instituto.

As opiniões de industriais são claras: o modo como trabalhava era quase inútil burocracia que dificilmente justificava a sua existência. O alheamento, a passividade e a negligência consciente da direcção são patentes. Há que substituí-la. Caberá à nova direcção punir os funcionários que, de acordo com o inquérito, incorrem em diversos graus de responsabilidade.

No caso da Junta Nacional do Azeite são menos evidentes as faltas, mas não as responsabilidades e o desinteresse. Haverá que completar o inquérito quanto à extensão da responsabilidade do outro membro da direcção, porque quanto ao presidente não restam dúvidas. Note-se com apreço, e em contrapartida, a atitude do director do laboratório da Junta no decorrer do inquérito.

Comunique-se ainda: ao Secretário de Estado da Agricultura, os factos passados com funcionários da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários. Afigura-se conveniente conhecer com mais profundidade a extensão das suas res-

* Despacho orientador dado sobre o inquérito feito aquando da exportação de grandes quantidades de conservas de peixe que foram consideradas impróprias para consumo em alguns mercados externos.

ponsabilidades e a medida em que os factos relatados no inquérito eram do conhecimento da Direcção-Geral; ao Secretário de Estado do Comércio, os factos que interessam à actividade da Comissão de Coordenação Económica, do Fundo de Fomento de Exportação e da Intendência-Geral dos Abastecimentos — parece haver matéria para completar o inquérito, pelo menos, num dos casos relatados; ao Subsecretário de Estado da Indústria, a morosidade dos serviços da Direcção-Geral dos Serviços Industriais — parece haver, pelo menos, motivo para advertência; às entidades competentes, as providências referidas no relatório do inquérito.

Tomem-se as seguintes providências:

Não parece discutível a necessidade de reorganizar a indústria e o comércio de conservas de peixe. O Instituto Português de Conservas de Peixe, em colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Industriais e os representantes do sector, deverá preparar um projecto de reorganização a apresentar até fins do corrente ano.

O Instituto Português de Conservas de Peixe e a Junta Nacional do Azeite deverão aplicar sanções disciplinares, no exercício da sua competência, às empresas que, conscientemente, intervieram e ou se conluiaram na fraude. A aplicação destas sanções é independente do processo que correrá pelo Tribunal Colectivo de Géneros Alimentícios e da abertura de processos crimes nos casos em que tal possa ter lugar.

Proponha-se ao Ministério da Justiça a constituição de um grupo de trabalho para levar a cabo com urgência o estudo com vista à uniformização e eventual revisão dos diplomas referentes aos delitos contra a economia nacional.

A forma como se deram os factos relatados e o momento que atravessamos, em que parece verificar-se um recrudescimento de fraudes, especulação e açambarcamento, impõem a maior severidade no julgamento de tais actos.

Devem ser destruídos os lotes de conservas de peixe que, após inspecção, se verifique serem impróprios para consumo.

A Intendência-Geral dos Abastecimentos deve intensificar a fiscalização, de modo a dispormos rapidamente dos resultados das diligências pedidas pelo inquiridor. Que sejam tornados públicos tais resultados.

Dê-se público testemunho do apreço pela forma como foi conduzido o inquérito. Raras vezes na Administração inquérito tão complexo terá sido levado a cabo em tão curto espaço de tempo. Sublinhe-se ainda a coragem e o desassombro das conclusões. É facto que só merece assinalar-se quando essas qualidades escasseiam. Demonstra ainda a experiência que, quando tais qualidades estão ausentes, as dificuldades acumulam-se e as intervenções do Estado são simples demonstração de autoridade que desvirtuam o Poder sem representarem autêntico Governo.

Na verdade, mais grave que os factos é o ambiente de desinteresse e passividade de alguns serviços. Por isso, a luta contra este estado de espírito e a repetição de delitos desta gravidade toma claramente proporções de uma tarefa séria e enorme. Teremos para isso de reforçar, no âmbito do Ministério, os serviços de inspecção e fiscalização, tendo em conta a conveniência de dispormos de um órgão centralizador desses serviços.

Apesar disso, sabemos que não será a última vez que viremos a intervir contra delitos desta natureza, embora não veja razões para que as sanções a aplicar não possam ser mais pesadas; por nosso lado, não hesitaremos em, provadas as responsabilidades, punir aqueles que lesam a economia nacional.

Os objectivos e as tarefas da Administração e do Governo não devem ser subvertidos pela influência de elementos cuja actividade e atitudes desprestigiam a Administração e que podem tentar outros fracos e comodistas. E não param aqui os perigos de transigir com tais elementos, pois nas suas actividades e atitudes inspiram

sentimentos de indignação e injustiça àqueles que, com dificuldades, mas com devoção, cumprem o seu dever. Tentemos acabar com tais atitudes e actividades, sem atender a pessoas ou influências, e ao procedermos assim contribuiremos para reforçar a frente interna num momento difficil da vida nacional. Por parte do Ministério da Economia, e de acordo com os instrumentos cuja aplicação dele dependem, levarei aonde puder este aspecto da sua tarefa.

De facto, recuso-me a acreditar que o mal não tenha remédio. Confirma muito esta esperança o ter visto os resultados deste inquérito.

*Lisboa, 28 de Junho de 1963 **

Chegou o momento de analisar e definir o quadro em que se irão inscrever os esforços e de tornar nítida a orientação a que obedecem as iniciativas do Ministério da Economia. É de desejar que a exposição e debate possam ser amplos e objectivos, pois assim tentaremos partilhar com os intervenientes na vida económica um sentimento indispensável quando se trata do futuro do País: a confiança.

As responsabilidades do Ministério da Economia são sublinhadas pelo momento actual: espreita-se um sinal de fraqueza ou de desalento na frente económica, como se fosse aquela onde se espera que as forças se esgotem ou faleçam com rapidez. Todos devem esforços e acatam disciplinas. No sector económico da Administração Pública explicitam-se linhas de acção de maneira que cada um, ainda que profundamente embrenhado na vida quotidiana, saiba o lugar que poderá ocupar na defesa do que é válido no presente e na construção do futuro. Sabemos quão difícil é construir com a preocupação exclusiva do actual e, se não é inútil uma análise da realidade presente, deve preocupar-nos a esquematização de certo número de objectivos ou fins colectivos reconhecidos como desejáveis. O quadro actual da vida portuguesa, ainda que possa mostrar-se susceptível de vivificação ou renovação, deve estar presente na acção; só assim, ao

* Conferência de imprensa.

fazermos prevalecer considerações realistas na tomada de decisões, teremos consciência da distância entre a ideologia e a acção e distinguiremos no tempo as novidades das inovações, a moda do autêntico progresso.

Ao reflectir sèriamente sobre a vida económica portuguesa, pode concluir-se que certo número de intervenções ficou sem sequência. Eram evidentes as boas intenções de cada uma, mas a agitação legislativa e administrativa conduz, por vezes, os agentes da vida económica, inundados por uma abundância de pequenas intervenções, a interrogarem-se sobre a linha orientadora e a quedarem-se perplexos ou desanimados. É bom recordar que o principal obstáculo ao progresso é frequentemente o próprio homem, que se adapta mal às modificações da sua vida quotidiana; trata-se de o esclarecer e convencer, sob pena de perdermos a força da participação voluntária.

Uma interrogação venho pondo: não será mais conveniente intervir menos, demarcando o quadro concreto da vida económica em que cada um de nós pode agir? Não será possível definir um conjunto de regras do jogo económico?

A resposta não é fácil, mas parece em grande parte caber ao Ministério da Economia. Assim a começo elaborando, sem pressa vertiginosa ou receio paralisador.

Nesta orientação, não está no meu espírito pensar que uma descrição do quadro económico português seria por si só suficiente para traçar linhas orientadoras e de acção da política económica. Se assim procedêssemos ou pensássemos, cairíamos em fórmulas intelectuais e abstractas, tão do agrado de alguns, mas que geram estados de decepção e desânimo naqueles que, bem intencionados, pretendem modificar nessa base a evolução da economia portuguesa. Deste modo, a primeira prevenção a fazer é quanto à atitude de imitação fácil de algumas *élites*, atitude essa que resulta da consideração isolada de um ou vários factores que melhor conhecem e da ânsia de perfeição que os anima. Não é invulgar que as concepções

que se defendem sejam um somatório do que há de melhor em cada país ou sociedade, e acontece frequentemente que a nossa legislação é a «melhor de todas» na forma — e porque não nas ideias? —, mas incapaz de se poder aplicar, porque se destina a um *país ideal e abstracto*, e não ao Portugal *concreto*, que *vive e trabalha* com sorte diferente nessa *luta* quotidiana. É preciso conhecer o País, debruçar-se e falar com o povo que o habita, ter vivido as suas dificuldades, partilhar de algumas das suas ambições, para que o esforço bem intencionado e honesto que muitos fazem seja eco indispensável das populações. Isto é, aquele que, por força do mérito ou das circunstâncias da vida, se eleva ou se mantém na escala social, não pode nem deve desligar-se das realidades, e a sua tarefa fundamental é a de aplicar o que sabe ou o que tem na interpretação do progresso — progresso ordenado e adaptado ao espírito daqueles que venham dele a beneficiar, conjugando tradição e rotina com modernismo e inovação, mas sempre no sentido de, como homem responsável, ser factor de progresso dentro do país em que vive, e não elemento de confusão e anarquia das mentalidades a que se dirige. É esta perspectiva humana e corrente, esta possibilidade de estar na vida de um povo, que deve caracterizar a escolha das alternativas que se oferecem à política económica que, quanto mais interfere em aspectos imperiosos do viver (alimentação, trabalho, alojamento, vestuário), mais se deve aproximar dos problemas do homem.

Haverá também que vencer a desconfiança que possa existir em relação às intenções e os ressentimentos acumulados quanto aos processos. Por essa razão, deve na política económica cuidar-se de informar das razões que a justificam e das intenções que a determinam. Poderão alguns pensar que nos devemos contentar com menos. Por mim, gostaria tão-sòmente de encontrar a linguagem simples e directa, a explicação clara e sem reservas que as levam ao espírito de todos e até daqueles que, embora discordando, souberem os fundamentos da divergência e pude-

rem repensar sèriamente as razões que a cada um assistem. Creio que nos aproximaremos assim de uma atitude aberta, que dê lugar à melhor compreensão da relatividade das várias posições e a uma apreciação mais viva do valor de diversidade da natureza humana. Talvez por este modo se venha a cooperar mais fortemente na resolução dos problemas económicos tal como eles se apresentam. Se assim não for, que por esta via nos seja ao menos permitida a solução de algumas questões e que os caminhos que aí possam conduzir, ainda que diversos, não deixem por essa razão de tentar alcançar os mesmos objectivos. De facto, continuo a pensar que nos tempos presentes e no caso português a divergência quanto aos meios não deve significar forçosamente divisão quanto aos fins.

Seja este o campo em que pretendo situar-me, porque se me afigura que um pouco de trabalho sério vale mais do que uma enorme propaganda, até porque no mundo de hoje se fatigam e esgotam rapidamente os superlativos.

Análise das contas económicas do continente

Todos vivem a realidade económica, embora nem sempre a conheçam.

Território de pequena dimensão na Europa, de solo considerado pobre e de subsolo onde não abundam recursos minerais, encontra o continente na sua orla marítima um factor não desprezível, quer da sua economia, quer da sua História. O elemento humano é quantitativamente reduzido (8,6 milhões), concentra-se fortemente em redor das cidades de Lisboa e Porto (cerca de um terço) e, do ponto de vista económico, é desvalorizado por uma insuficiente qualificação profissional. Números recentes que caracterizam a economia portuguesa indicam que a capitação anual do produto atingia 8 contos, o que é reduzido em comparação com outros países europeus.

A produção interna encontra-se repartida entre a actividade primária (cerca de 25 por cento), a indústria transformadora (38 por cento) e os serviços (37 por cento). O facto de a população activa não se repartir de modo similar por estes três sectores (cerca de 40 por cento encontra-se na actividade primária) implica produtividades diferentes e, consequentemente, desigualdade de níveis de réditos e remunerações para componentes dos três sectores da produção e para as famílias dependentes.

Se olharmos a economia do continente no seu aspecto geográfico, deparamos com duas grandes zonas: uma industrial, em redor das cidades de Lisboa e Porto (coroa industrial), e outra agrícola, que ocupa praticamente o resto do continente.

Estas zonas correspondem, portanto, a regiões mais ou menos pobres (estima-se que as populações da zona industrial receberão cerca de 60 por cento do rendimento nacional), o que, para além da diversidade de problemas sociais ligados ao «bem-estar rural» e ao «urbanismo», estabelece um vínculo entre regiões, profissões e níveis de vida.

Qualquer das zonas atrás indicadas é susceptível de divisão geográfica entre Norte e Sul; esta divisão, mais marcada na área agrícola, em virtude dos dados naturais que determinam a actividade rural e que diferenciam claramente duas grandes sub-regiões agrícolas separadas pelo vale do Tejo, pode também fazer-se na área industrial, em consequência da diferente estrutura industrial do Norte e do Sul.

Esta visão estática deve ser acrescentada por uma observação dos agregados que caracterizam a evolução da economia nos últimos anos. A leitura dos números do último decénio permite concluir que:

- 1.º O consumo passa de 73 para 72 por cento e o investimento de 12 para 13,5 por cento, o que é sintoma animador se olharmos à necessidade

de incrementar o investimento por recurso à poupança interna;

2.º Se marca um ligeiro declínio da participação das exportações na procura, acompanhado de um acréscimo da percentagem das importações na oferta. Estas variações contrárias afectam o equilíbrio externo, e a evolução dos défices de procura interna que vêm sendo satisfeitos pelo exterior sublinha a importância deste sector.

Estas conclusões suscitam todo um conjunto de interrogações que dizem respeito:

No sector privado, à capacidade e iniciativa próprias para promover e financiar o desenvolvimento mediante sacrifícios do consumo;

No sector público, à capacidade e possibilidade de intervir nos consumos e investimentos, directa e indirectamente, sem pôr em causa os princípios informadores do nosso sistema económico;

No sector externo, à capacidade para importar, que limita o ritmo de desenvolvimento, se desejarmos manter a estabilidade externa e até interna da moeda.

Vejamos cada um dos sectores:

No sector privado os não consumos dependem dos hábitos e mentalidades dos consumidores e da distribuição dos rendimentos, e os investimentos da existência ou criação de uma classe empresarial com espírito de inovação e progresso, que se prive dos consumos imediatos, em vista de realizações futuras, para o que deve inserir-se num meio propício à iniciativa individual. Em qualquer dos casos a estrutura e comportamento do sistema de crédito pode desempenhar papel significativo. Os múltiplos indicadores visíveis nas ruas das grandes cidades, nas colunas da imprensa e noutros meios de

informação parecem mostrar que o espírito de abstenção de consumos não pretende ser regra; por outro lado, a leitura da imprensa e as reclamações quanto a certas formas de intervenção não me parece tenham traduzido um clima de estímulo à iniciativa individual. O sector privado, entregue a si próprio e ao exclusivo funcionamento das variáveis da economia de mercado, não deverá ser suficiente para promover o crescimento económico acelerado.

No sector público a solução virá a assentar:

- a) Na política fiscal e, em particular, na reforma tributária, que se aproxima do seu termo;
- b) Na existência de órgãos ou actuações de intervenção e, em particular, de informação e orientação do Estado, que terão de ser completados ou adaptados às novas exigências da economia;
- c) Numa política de consumo, através de imposto indirecto.

Finalmente, no sector externo a evolução normal do comércio e os arranjos em que participámos não constituem ainda solução para o desequilíbrio externo. **Terá de se ir elaborando uma política de comércio externo ligada intimamente aos problemas do desenvolvimento, e é à luz de verificações tão simples como aquelas que apresentamos que tem sido e continuará a ser encarada a participação portuguesa em agrupamentos ou associações que pugnem simplesmente pela liberdade de trocas.** Acontece ainda que o esforço recentemente feito para unificar economicamente o espaço português abre uma nova perspectiva que terá de se conjugar com a política que vinha sendo seguida e sobre a qual lhe foi atribuída indiscutida prioridade.

Se abandonarmos a óptica da procura e oferta globais e nos restringirmos às condições produtivas internas, concluímos que, no último decénio, o produto interno cres-

ceu a uma taxa que ronda a média anual de 4 por cento. Como se processou esse crescimento? Quais os sectores que para ele mais têm contribuído?

Adoptando a tradicional divisão em sector primário, secundário e terciário, deparamos com um declínio da participação da actividade primária e uma ascensão rápida das restantes.

Convém, no entanto, aprofundar as razões que explicam esta diversidade de comportamento, decompondo a variação global por sectores produtivos específicos.

Neste aspecto, enquanto a «pesca» tem exteriorizado uma recuperação rápida nos últimos anos que a levou a ultrapassar o nível do ano de 1956, a evolução das indústrias extractivas é francamente desfavorável. A agricultura, silvicultura e pecuária mostram uma marcada estagnação no último decénio, sendo o valor da produção destes últimos anos praticamente idêntico ao dos anos de 1951, 1953 e 1954, e uma análise mais pormenorizada do produto bruto agrícola — apesar da pouca confiança que merecem as estatísticas agrícolas portuguesas — permite concluir que esta estagnação atingiu vários produtos (vegetais, animais e florestais).

Na indústria transformadora e da construção não conhecemos os valores da produção de cada sector, mas o andamento dos índices de produção industrial evidencia um desequilíbrio sectorial, com sectores dinâmicos, como a electricidade, as químicas e petróleos, os produtos minerais não metálicos, as metalúrgicas, metalomecânicas e material eléctrico, e transformadoras diversas (pasta de papel . . .), a par de sectores em estagnação relativa.

Isto é, marcou-se uma expansão nas indústrias de produtos intermediários (energia e semiprodutos) e de bens de equipamento. Esta evolução parece indicar, no campo industrial, uma fase de transição no processo de desenvolvimento económico do País, mas também sugere alguma correcção, se pensarmos nas matérias-primas provenientes da agricultura europeia ou tropical.

Analiseemos agora razões de desenvolvimento de determinados sectores. O binómio «procura-investimento» é factor estratégico explicativo dos acréscimos de produção numa economia de mercado. A procura não constitui ainda, e em nosso entender, factor decisivo e limitativo da política de desenvolvimento, na medida em que o défice da procura interna tem aumentado e em que, portanto, mediante uma selecção adequada dos investimentos, se poderia, pelo menos, fazer uma política de substituição de importações (sem falar das potencialidades abertas ao acréscimo de exportações).

O investimento, embora não seja o factor exclusivo, pois o processo produtivo implica uma combinação de vários meios, em proporção diversa conforme as modalidades de produção e as técnicas utilizadas, representa elemento estratégico fundamental do crescimento de um sector.

Ora, nos últimos anos (1952-1962) verificamos claramente:

- Uma quase estagnação do investimento na agricultura e nas indústrias extractivas;

- Uma expansão rápida dos investimentos na indústria transformadora, que passam de 1,4 milhões de contos para 5 milhões (tal não é inteiramente significativo, pois aqui se inclui a construção, que deve absorver uma grande parte deste investimento), e nos serviços.

Só quanto a estes últimos podemos analisar a sua decomposição, a qual evidencia para o investimento:

- Uma elevada taxa de acréscimo na electricidade (passando de 500 000 contos para 1,3 milhões de contos);

- Um ritmo mais lento nos transportes e comunicações (1,2 milhões de contos para cerca de 2 milhões de contos, marcando um compasso de espera nos últimos anos).

Este desdobramento simples do volume e evolução dos investimentos pode explicar (entre outras causas) a relativa estagnação da agricultura, e põe o problema de saber se investimentos tão avultados nos outros sectores foram realizados sem sacrificio do sector primário, e foram «reprodutivos».

Neste aspecto, podemos unicamente salientar que especialistas de vários sectores têm afirmado existir um sobreequipamento, quer na indústria transformadora, quer nos transportes, quer, até, na electricidade. Afigura-se, portanto, haver algo a corrigir na direcção do investimento, de modo a atender mais à sua utilização racional e à sua reprodutividade.

Da análise das contas nacionais decorre que existem:

- 1.º Desequilíbrios sectoriais e, concomitantemente, regionais, na medida em que os elementos motores do crescimento se localizam nas coroas industriais de Lisboa e Porto e em que se evidencia a estagnação da agricultura;
- 2.º Desequilíbrio externo, em especial da balança comercial;
- 3.º Desequilíbrio entre a formação de poupança interna e as necessidades de investimento.

Estudiosos com preocupações sociais levantariam outros problemas relacionados com os aspectos sociais do desenvolvimento. Sabemos, porém, que o sentido social do desenvolvimento é indispensável mas não é suficiente, pois não pode conduzir-se uma política social sem um sólido fundamento económico.

Não queria demorar a análise da estrutura da economia. Deve agora o engenho de governantes e governados dirigir-se para corrigir aqueles defeitos que consideram mais importantes e o bom senso ditar a cada um a noção de que, se a perfeição não existe sobre a Terra, algo se pode

melhorar no nosso país. Para isso interessa perseverança, trabalho, devoção, disciplina, e até sacrifício, para irmos progredindo.

Premissas da acção

Quem se debruçar sobre o povo português não pode deixar de reconhecer as suas potencialidades. Quando se pensa o que foi e é, o que lhe tem sido pedido e o que tem dado, como trabalha, se sacrifica, luta e progride em várias regiões, climas e sociedades, não pode haver outra reacção que não seja acreditar no povo português. Este o primeiro factor positivo de qualquer obra de progresso económico.

Quem observar a economia de hoje, os princípios que a informam e os objectivos a que se destina não pode negar a dimensão social da actividade económica, a preocupação com a justiça na repartição dos seus frutos e a base que representa de política social. É traço nítido e inconfundível da época presente que a economia se encontra ao serviço do homem.

Quem analisar as sociedades económicas modernas e as suas exigências, verifica que o «homem» é elemento motor do progresso e que o seu saber e conhecimento, perícia e adestramento são condições prévias e básicas de progresso económico e social. A escassez ou ausência de homens instruídos e aptos a levar a todos os sectores métodos de acção racionais e modernos compromete e, por vezes, condena as melhores iniciativas. Vencer a ignorância, instruindo e educando as populações, é condição indispensável e simultânea de uma política de desenvolvimento económico.

Quem conhecer os factos políticos do desenvolvimento económico e social nas diferentes partes do Mundo, as realidades da interpretação entre aspectos económicos, sociais e políticos, as exigências da acção para um rápido desenvolvimento económico, entre as quais avultam a não

neutralidade do Estado e o concerto de intervenção através do planeamento, difficilmente pode negar que se modificaram problemas tradicionalmente postos aos regimes políticos. Um desenvolvimento económico rápido e equilibrado exige instituições políticas que, além de dinâmicas e justas, sejam eficazes e, portanto, fortes e estáveis na sua essência e coordenadas na sua acção.

Quem meditar sobre a economia portuguesa não pode ignorar que ela tem sido orientada pelos princípios do equilíbrio financeiro e da estabilidade interna e externa da moeda. Estes os pontos cardiais das minhas reflexões, pois constituem elemento básico de um desenvolvimento económico são, mesmo tendo em conta a maleabilidade indispensável na condução de qualquer política económica e financeira. Os responsáveis pela política económica não podem também ignorar o ritmo a que se vem processando o crescimento nos últimos anos, buscando soluções para aspectos conjunturais que possam ter abrandado o ritmo de crescimento.

Objectivos

Atento o quadro traçado e os aspectos que considere relevantes, surgem naturalmente vários conjuntos de objectivos a atingir.

Um conjunto de ordem predominantemente económica: procurar acelerar o ritmo de crescimento, contrariando a tendência para o declínio, harmonizando o processo de crescimento pela correcção de desequilíbrios sectoriais e regionais.

Outro de natureza predominantemente social: procurar melhorar o nível de vida de grupos sociais menos favorecidos, satisfazendo necessidades colectivas e repartindo mais igualmente os rendimentos. Sabemos que o crescimento económico, quando exclusivamente acompanhado da variação dos aspectos económicos, esquece (aqui como em todos os países) grande número de necessidades colectivas que raramente se resolvem ao nível de agir indivi-

dual. O Ministério da Economia pode tentar contribuir para este objectivo: levando o progresso económico ao interior do continente, corrigindo desequilíbrios sectoriais e tendo em conta a dimensão social na solução de problemas empresariais e de preços.

Ao fixarmos estes objectivos não esqueceremos que a dinâmica actual e passada criou um contexto que não devemos destruir sem termos sólidamente assentes as bases do enquadramento futuro. Uma política económica só será eficaz se assentar directamente nas realidades actuais.

Dados e parâmetros da política económica

Dois aspectos importam basicamente a qualquer política económica presente:

- a) Prioridade do esforço de defesa;
- b) Unificação do espaço económico português.

O esforço de defesa representa factor que deve também ser coordenado com a actividade económica, pois é, ele próprio, fonte de *procuras no mercado* e de formação de mentalidades e de homens que virão a inserir-se num quadro económico que nem sempre se adaptará aos seus novos horizontes.

A unificação do espaço económico português tenderá a alargar o mercado, mas exige como condição essencial a coordenação de diferentes economias, a fim de que o mercado seja organizado, pois este aspecto antecede ou iguala a importância da liberdade de trocas nas regiões em desenvolvimento.

Dada a vocação ultramarina e o esforço aí empreendido, não podemos vacilar nas prioridades nem transigir nos objectivos, sob pena de sermos traídos pelos resultados de escolhas menos pensadas e de nos negarmos no domínio da acção. Isto é, temos de manter o dinamismo e autenticidade do esforço.

Finalmente, a política económica conhece e tem de atender a um parâmetro de acção: atitude perante a regionalização da economia europeia e mesmo mundial. A regionalização das economias é dado que temos de considerar à luz das realidades presentes, na medida em que a sua evolução afecta a economia portuguesa e em que virá a constituir uma variável importante da nossa política económica quando oportuna e activamente conseguirmos as vantagens que resultem da actual situação europeia e mundial e da sua previsível evolução. Em qualquer caso, não podemos confundir o permanente com o transitório; no contexto do mundo actual é menos realista pensar que o facto «nacional» será próximamente abandonado. E será, portanto, à luz das necessidades, exigências e vantagens próprias de cada nação que devemos observar a tendência para os grandes espaços plurinacionais. Isto é, o grau e ritmo de inserção da economia portuguesa na economia mundial (se tal existe na realidade para além de mero conceito) são variáveis que deverão manusear-se a partir das exigências da política económica do espaço português e medir-se pelas vantagens e inconvenientes de vária ordem: económica, social, política e até cultural.

De entre os aspectos dessa regionalização que mais frequentemente vêm a público, sublinhemos de novo que a organização dos mercados é tão ou mais importante do que a liberdade de trocas. No caso português, a política económica após a guerra e o período de reconversão foi orientada para modificar o desenvolvimento espontâneo do sistema económico. Duas atitudes eram possíveis:

Uma, que não podia deixar de ser seguida, consistia em garantir ao mercado uma nova hierarquia de investimentos cuja procura não resultaria do livre jogo do mercado. A organização dos mercados prevalecia sobre os princípios de funcionamento do liberalismo económico. Os planos de fomento e, por exemplo, o lançamento e intensificação da política de electri-

cidade foram testemunho dessa faceta indispensável da política de desenvolvimento.

Outra, mais recentemente adoptada, atribuía, nas decisões de investimento, maior importância às escolhas de mercado livre e, na prossecução de uma tal política, a evolução da produção e do investimento dependeria — no plano interno — do acréscimo da procura no mercado. Isto é, os critérios motores ficavam ligados a perspectivas de curto prazo e a sua aplicação não significaria necessariamente o recurso ao planeamento. Esta política assentava numa série de impulsos dados pelo exterior à nossa economia, por meio das facilidades na exportação e da concorrência da importação. É supérfluo evidenciar que, na medida em que as decisões económicas correspondiam exclusivamente ao estímulo do mercado, seria diferida a solução de problemas inerentes a regiões, sectores e grupos sociais situados à margem desse mesmo mercado.

Com os dados actuais, não podemos fazer prevalecer a segunda atitude sobre a primeira, salvo se quisermos alterar prioridades que pela via política e social nos são dadas.

É, no entanto, assunto que, pela sua complexidade e vastidão, merece uma análise mais profunda, a que espero poder dar a atenção que merece num futuro próximo.

Planeamento e programas de acção

A partir da análise que acaba de fazer-se, tem de concluir-se que a alavanca do desenvolvimento económico e social português virá a ser constituída pelos planos de fomento. À margem das economias e sistemas, continua a intensificar-se a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de tomada de decisão, com o fim de substituir o empirismo, que compromete a realização dos objectivos, devido à sua eventual incompatibilidade e incoerência, por

uma ordenação sistemática e racional dos meios disponíveis. A noção do plano deve ser entendida nesse sentido e despojada, portanto, de conteúdos políticos que, embora cada vez com menor frequência, lhe são atribuídos. O recurso ao plano aparece então como uma faculdade posta ao serviço do Governo para se desempenhar, de maneira politicamente mais eficaz, das funções que lhe cabem e das responsabilidades que tomou em relação à comunidade nacional.

No caso do desenvolvimento económico e social, os esforços a empreender são globais e, portanto, não podem ser exclusivamente encarados ao nível do Ministério da Economia. É problema de todos os Ministérios, interessa a todos os portugueses, o que mais reforça a exigência de unidade na acção e o imperativo de a concretizar numa colaboração harmonizada. A expressão desta vontade colectiva deverá ser o plano de fomento (ou outros programas de idêntico alcance), e é através dele que a Nação fará as suas opções para o futuro próximo.

O plano, ao impor disciplinas, tem de ser simultaneamente flexível, para se adaptar às circunstâncias imprevisíveis, e não imperativo, para poder conter a descentralização de decisão e de actuação. A tarefa do Ministério da Economia é uma parcela da obra que é o plano de fomento, e só nele integrada terá verdadeiro significado e plena eficácia. De outro modo, caberá somente ao Ministério a possibilidade do diagnóstico e a responsabilidade dos males, sem dispor de meios terapêuticos (clínicos e cirúrgicos) adequados.

No caso dos desequilíbrios regionais, não deixam de ser pertinentes algumas das observações anteriores. Todos sabem que tais desequilíbrios não podem ser resolvidos exclusivamente por via do livre jogo dos factores económicos.

Por exemplo: as transferências populacionais a que assistimos não podem por si sós provocar modificações profundas nas estruturas de produção e representam, por vezes,

factor adicional de empobrecimento em regiões cujo meio económico, social e humano é incapaz de encontrar novo equilíbrio na base de condições modernas de produção e produtividade. Não surpreende, portanto, que nas regiões de emigração encontremos, a par de uma melhoria do nível económico, o sentimento de retrocesso e abandono. E há razões para isso. Um êxodo rural excessivo tem influência negativa, na medida em que o desenvolvimento pressupõe a presença de uma mão-de-obra jovem e de um largo mercado potencial.

A eficácia da emigração como meio de resolver desequilíbrios estruturais virá ainda diminuída se entrarmos em linha de conta com o facto de as regiões já desenvolvidas verem aumentado o dinamismo de crescimento com o afluxo de mão-de-obra jovem e barata. Mas este resultado também apresenta aspectos negativos, pois a concentração excessiva, verdadeira congestão por vezes, conduz a custos elevados de instalação para a população transferida, caso não queiramos ver regressar o próprio nível social dessas populações. Isto é, o sector público vê-se a braços com um duplo problema: custos sociais inerentes ao urbanismo excessivo e investimentos regionais indispensáveis para contrariar o empobrecimento das populações rurais.

Êxodo rural e urbanismo excessivo explicam a preocupação que deve haver com o desenvolvimento do interior do País. E este objectivo só é possível sem tensões insustentáveis quando vivemos num período de forte dinamismo global: é mais fácil agir sobre os fluxos de investimento do que sobre o capital já existente. E temos ainda como certo que aumentando a procura interna ficaremos menos dependentes da conjuntura internacional.

O objectivo de levar a economia ao interior do País só poderá ser prosseguido com uma orgânica adequada que dê ao Ministério da Economia maiores possibilidades de acção regional. Não devemos, porém, perder de vista que o planeamento e desenvolvimento regionais não são panaceia para todos os problemas. Teremos de começar

em breve, apoiando-nos sobre estruturas já existentes e dando sempre larga margem às iniciativas e interesses locais. Haverá ainda que aproveitar investimentos de arranque que, tendo sido projectados sem esse objectivo, possam servir para elaborar listas regionais de investimento. Encontram-se neste caso a região alentejano-algarvia e eventualmente as bacias hidrográficas do Mondego e do Douro. É sobre esses investimentos presentes e futuros que o Ministério da Economia entende dever assentar o início da sua experiência de desenvolvimento regional, na certeza de que ela não será possível se não tiver decidido apoio das entidades locais e de outros Ministérios.

Neste caso, como em todos os outros, me importa pouco quem faz; interessa-me, sobretudo, que se faça, sem desperdício de energias e de capitais.

Temos, finalmente, outro processo mais imediato de caminhar para os objectivos que enunciámos: definir linhas orientadoras que tracem e definam o campo de acção em que as iniciativas privadas e públicas vão tendo lugar. É neste plano que o Ministério da Economia pensa trabalhar desde já, no sentido de sistematizar intervenções e permitir um programa de acção imediata, sem deixar de o enquadrar no futuro.

Orientação e acção

Actividades rurais

A agricultura portuguesa põe hoje ao Governo problemas de uma gravidade especial. Dela depende ou vive uma boa parte da nossa gente e a consciência que vai tomando do seu modo de viver, aliada à aspiração crescente de melhores níveis de vida para todos os portugueses, conduz alguns a dar prioridade à política agrária. E não está fora das realidades esta atitude, nem se pode designar como egoísta. Basta recordar que a industrialização se vem processando a ritmo elevado, mas que algumas das nossas

indústrias se debatem com a insuficiência de mercado, para termos legitimamente de nos interrogar sobre se a estagnação relativa do sector agrícola não constitui hoje travão do nosso crescimento.

Não pretendo ser longo e pormenorizado nesta matéria. Basta lembrar o muito que se tem escrito e publicado sobre a agricultura portuguesa, para se concluir que se os seus progressos fossem medidos pelas palavras ou pela legislação haveria razão fundada para sermos optimistas. Assim não acontece.

De uma agricultura de subsistência que conhecia, por vezes, problemas de excedentes, teremos de passar a uma agricultura destinada ao mercado. E esta transformação económica tem de ser acompanhada de uma profunda evolução social do mundo rural. E tal não é fácil, e será fatalmente lento.

O mundo rural não é uniforme de um extremo a outro do País e não podem, portanto, aplicar-se soluções homogéneas a realidades heterogéneas. No entanto, a diversidade de medidas que iremos adoptando não pode ser simples justaposição de intervenções, sob pena de, ao virem desarticuladas, resultarem contraditórias. Tal implica que se deve desde já dispor de metas para as quais nos encaaminharemos e a que daremos expressão mais concreta no plano de fomento, mas sem deixar, por isso, de tentar esboçar alguns dos objectivos.

A agricultura desempenha no mundo de hoje e nos países mais evoluídos um tríplice papel:

- Base dos rendimentos dos agricultores;
- Fonte de produtos alimentares para os não agricultores;
- Factor de expansão das exportações.

Tal vem a significar que uma agricultura progressiva deve tender para a rentabilidade das explorações, o que exige abertura ao progresso científico e técnico e partici-

pação no processo económico em pé de igualdade com outros sectores.

Sublinhemos algumas ideias fundamentais a que deverá obedecer a agricultura:

Ser destinada ao mercado;

Ter rentabilidade;

Caminhar para a paridade com outros sectores.

Mas ao admitirmos estes princípios concluímos que os problemas da comercialização se tornam primaciais, os dos custos e preços muito importantes e os de ordem social de solução quase inadiável.

Nestas poucas palavras se contêm factores novos de orientação. Exemplifiquemos:

O *crédito agrícola*: ao ser alargado, tem de abandonar a óptica das garantias reais para atender à rentabilidade. A *capacidade de uso dos solos*: não basta que sejam aptos a esta ou aquela produção, é indispensável que os produtos tenham mercado. A *dimensão da exploração*: a noção toma aspectos que ultrapassam aqueles que habitualmente lhe são atribuídos, pois deixa de ser uniforme, arbitrária ou abstracta. Além disso, como os produtos agrícolas se dirigem ao mercado, a sua produção não é mais do que uma fase do processo que os leva ao consumidor, e a indispensável ligação terá de se estabelecer entre diferentes fases do circuito; isto é, a agricultura, a indústria e o comércio têm de se expandir harmoniosamente e entreajudarem-se para que possam sobreviver em conjunto.

Ao encararmos o problema deste modo e ao atendermos à diversidade das condições naturais e à sua maior influência na agricultura, seremos inevitavelmente conduzidos a inserir o progresso da agricultura não só no âmbito do processo económico total, mas também no quadro do desenvolvimento económico regional.

Mas como abrir a agricultura ao progresso técnico e científico se ela não dispuser de homens com conheci-

tos, se não tiver um fluxo constante de informação? Só mediante um grande esforço de formação, investigação e informação o poderemos fazer. Não duvido da capacidade dos nossos investigadores nem dos conhecimentos dos nossos técnicos agrários, mas entre estes e a multidão dos que trabalham o solo e nele vivem existe uma imensa terra de ninguém que teremos de ocupar.

Devem aproximar-se os técnicos agrários da terra e os rurais da escola. A parte referente ao ensino terá solução adequada no âmbito do Ministério da Educação Nacional. Dentro das actividades do Ministério da Economia, teremos de reorganizar a investigação e a extensão agrárias.

O problema da rentabilidade exige técnica que diminua custos. Esta não pode ser conseguida somente pela formação rural e pela intensificação da extensão agrícola, pois serão necessários canais naturais de difusão de conhecimentos e de recolha de problemas. Neste sentido se devem formar quadros que sejam alheios à exploração (não à agricultura) e que venham a ser dirigentes e consultores de agrupamentos de agricultores (sob forma corporativa, cooperativa ou outra). A agricultura precisa de organizar-se.

O mercado não se atinge hoje sem uma comercialização eficaz. Esta questão é fundamental, atendendo à baixa produtividade e ao elevado custo da distribuição no nosso país. Sabemos que na agricultura o problema é de solução difícil: o afastamento geográfico dos produtores em relação aos consumidores, a disseminação e número de produtores, a mentalidade do agricultor voltado ainda frequentemente à noção de subsistência e do carácter complementar e fortuito dos excedentes, tudo conduz à proliferação de intermediários e à multiplicação das fases do circuito comercial.

Uma comercialização eficaz não pode fazer-se sem se organizar o mercado interno e de exportação. Deste modo, e dada a impossibilidade de organizarmos simultaneamente todos os mercados, iremos tentar aqueles que mais

interessam ao presente e ao futuro da vida agrária, do ponto de vista interno e externo. Assim, daremos maior prioridade à organização dos mercados dos produtos pecuários, hortícolas, e frutícolas e da floresta (cortiça, resinas e madeiras), tentando diminuir o número de intermediários, intensificando a possibilidade de armazenagem e de transformação industrial e melhorando a qualidade dos produtos através da normalização e garantia da qualidade, em particular na exportação.

Ora esta organização dos mercados agrícolas não pode fazer-se sem um conveniente apoio de fundos de regularização e sem o auxílio do crédito agrícola. Neste sentido se irá reorganizar o Fundo de Abastecimento, tentando a sua progressiva, ainda que lenta, transformação num Fundo de Regularização, e sabemos que será em breve organizado o sistema de crédito agrícola.

Resta o problema da adaptação das culturas ao solo, clima e mercados. Neste aspecto, parece definida a orientação:

Intensificação do povoamento florestal, regulamentando também a Lei n.º 2069 e alargando, por conseguinte, a acção do sector público com a florestação pelo sector privado;

Intensificação do fomento pecuário e frutícola, definindo e completando as regras do seu funcionamento;

Expansão da agricultura mediante a utilização do regadio já existente ou daquele que venha a resultar de planos de rega ou do aproveitamento com fins múltiplos de bacias hidrográficas;

Execução das leis de colonização interna, integrando-as no conjunto da política agrícola e, em particular, do desenvolvimento regional;

Revisão do regime de cultura cerealífera, transformando-o num instrumento dinâmico, mas gradual, de adaptação de culturas;

Estabelecimento de um sistema regular de consulta e colaboração entre o sector público e privado através quer do Conselho Superior de Agricultura, quer dos conselhos regionais.

Outras intervenções estão ainda projectadas e esperamos poder fazê-lo sob a forma de um conjunto de textos novos ou de sistematização de outros já publicados, mas sempre com a intenção de definir uma orientação global à agricultura portuguesa.

Energia e indústria

Também no domínio energético depara a economia portuguesa com problemas que urge resolver: o crescimento rápido exige quantidades sucessivamente maiores de energia.

A política energética foi baseada em aproveitamentos hídricos existentes, utilizando supletivamente carvões nacionais, e na transformação das ramas importadas. Acontece, porém, que os melhores — em custo e dimensão — aproveitamentos hídricos se encontram já em funcionamento, construção ou projecto e que, entretanto, se começou a fazer exploração de petróleo nas províncias ultramarinas. Se acrescermos a estas novas condições o facto de as disponibilidades financeiras obrigarem a grande ponderação no início e execução de obras custosas, e de as centrais térmicas, alimentadas hoje com produtos derivados do petróleo, serem de instalação mais barata (embora de exploração mais cara), teremos de repensar o equilíbrio térmico-hídrico que foi base da nossa política de electrificação. A solução prevista baseia-se na antecipação da entrada e no aumento da potência de grupos térmicos. Teremos assim uma grande central térmica no Sul, o que permitirá, aliás, aproximar os centros de gravidade da produção e do consumo, diminuindo custos de transporte. São do conhecimento público alguns factos referentes à política de combustíveis líquidos e que previu

a instalação de uma refinaria no Norte, a qual corresponde a acréscimos substanciais previstos no consumo de combustíveis, localizando-se ainda na zona de consumos de produtos e permitindo a instalação de uma indústria química derivada que muito poderá contribuir para alterar o panorama industrial da região nortenha.

Mas não findam aqui os problemas da energia.

Há que atender aos aspectos dos preços, em que seremos conduzidos a um estudo e a um eventual reajustamento da formação dos preços e tarifas, se quisermos apoiar o objectivo de levar a economia ao interior do País. Mas não sei se o conseguiremos sem revisão do regime de concessões da produção e da distribuição.

Finalmente, temos o problema dos novos aproveitamentos hídricos para fins eléctricos ou múltiplos. Neste caso se insere o aproveitamento do Mondego, e espero que, num futuro não muito longínquo, o do Tejo, pois julgo que poderá beneficiar a economia regional e do País o facto de termos só de recordar — sem as viver — as inundações e cheias que periodicamente assolam estas regiões. Estou certo de que os técnicos portugueses, que tantas provas têm dado, virão a encontrar soluções económicas e técnicas adequadas e que um estudo económico, umas vezes prévio, outras vezes simultâneo, permitirá definir melhor a reprodutividade de cada investimento e estabelecer a indispensável prioridade entre diferentes obras.

Mais haveria, no entanto, a dizer. As condições novas aconselham que se reveja o conjunto da política energética nacional e que as leis básicas sejam renovadas de modo a dispormos de um quadro de orientação para os próximos anos. Nesse sentido, fazer reviver o Conselho Superior de Electricidade e vir oportunamente a criar uma Comissão Permanente de Energia muito poderão ajudar à definição das novas directrizes.

Quanto ao sector industrial, serei breve. Verifica-se um decréscimo da sua taxa de crescimento, que uns situam

em razões internas e outros nas condições externas, embora não saibam exactamente as causas. Teremos de deixar de lado aspectos conjunturais, embora se reconheça que uma política financeira de expansão, acompanhada de uma maior e mais forte coordenação das políticas financeira, monetária, económica e social, é requisito prévio da sua solução.

A industrialização não se discute, é política a seguir.

Ela tem como primeiro objectivo a absorção de uma mão-de-obra crescente, proveniente de novos braços e de trabalho libertado, quer pela agricultura, quer pela racionalização da própria indústria e dos circuitos comerciais. Além disso, a indústria deve obedecer às regras concorrenciais, em virtude de se inserir num mundo competitivo como o actual e ainda por encontrar nessa competição estímulo para maior produtividade e permanente progresso técnico. Logo, maior e melhor expansão da indústria.

Nesta orientação, teremos de aproveitar vantagens de concorrência, lutando simultaneamente contra os seus defeitos e inadequações à fase de desenvolvimento do País. A indústria tem vivido debruçada sobre o mercado interno, defendida do exterior pelas barreiras aduaneiras e protegida no interior pelo condicionamento. Apesar disso, as empresas industriais portuguesas raramente têm a possibilidade de produção em massa (quer devido ao poder de compra de uma boa parte da população, quer à diversidade de preferências, quer ainda por insuficiente propensão para exportar). Têm-lhe faltado assim condições de auto crescimento ordenado, e a vida neste clima protector tem contribuído para a tornar muito *lucrativa*, como alguns pretendem, mas para travar o progresso.

E não temos de criticar, por vezes, esta atitude. Perturbada quanto à escolha da orientação a seguir, surpreendida por métodos diferentes, insuficientemente informada quanto ao significado e extensão das transformações que se vêm operando na Europa, é minha opinião que muito fez a indústria nesta última década.

Chamar a indústria à colaboração e participação na preparação das decisões, fazer ou apoiar o seu esforço de informação, parece-nos importante para qualquer caminho que venhamos a seguir.

E até porque é mais simples e rápido fazer de novo do que remodelar o existente, teremos uma atitude favorável à prioridade de instalação de novas empresas ou modalidades industriais.

Acredito que a alguns espíritos o problema não se ponha deste modo e que a opção entre novos empreendimentos e reorganização dos existentes não tenha de fazer-se. Quem, no entanto, viver o mercado financeiro e as condições actuais de crédito concluirá certamente que a oferta de fundos disponíveis é certamente inferior às necessidades desta dupla acção, que a atracção de capitais estrangeiros deverá fazer-se mais para novas instalações do que para remodelação das existentes, que as resistências a vencer serão sempre menores e a racionalização mais fácil nas novas empresas.

Em qualquer das hipóteses (indústrias novas ou renovadas), deparamos com o factor «mercado» como elemento limitativo. Olhando o mercado interno, e tendo em atenção as dificuldades que eventualmente condicionam uma política de acréscimo de poder aquisitivo da população, não vejo outra alternativa que não seja um melhor aproveitamento do mercado já existente, quer na metrópole, quer nas províncias ultramarinas. É possível que a definição aduaneira do espaço económico nacional, conjuntamente com a solução prevista para pagamentos interterritoriais, possa alargar o mercado comprador de produtos nacionais, que virá ainda a beneficiar das maiores procuras resultantes do desenvolvimento e, em especial, do impulso que conseguirmos dar à agricultura.

Mas é para o mercado externo que devemos dirigir a nossa atenção. E aqui o problema consiste em saber que mercados oferecem maiores potencialidades à exportação nacional. A decisão terá de tomar-se, atendendo ao con-

dicionalismo já criado, mas não deve ser adiada a necessidade de uma definição na escolha por atitudes de espera ou expectativa, as quais conduzirão inevitavelmente a uma atitude semelhante do sector industrial e agrícola, com a consequente travagem no ritmo de investimento. O desconhecimento em que nos encontramos quanto a alguns mercados aconselha ainda que, para além do esforço próprio, aceitemos o concurso de cooperação externa na exportação.

Outro aspecto importante da indústria é a mão-de-obra. Aqui deparamos com um elemento favorável: a abundância e a qualidade potencial do trabalho nacional, dado o exemplo constante da fácil aquisição pela mão-de-obra portuguesa da disciplina e da especialização do trabalho industrial. Também aqui o nível geral de instrução é básico para qualquer obra séria de formação profissional, ainda que as iniciativas já tomadas de formação profissional acelerada e o incremento que se poderá dar à acção do Instituto Nacional de Investigação Industrial venham a enfrentar as necessidades mais imediatas da indústria nacional em operários semiespecializados e quadros médios. De novo, e neste aspecto, a cooperação e a própria instalação de fábricas estrangeiras e o exemplo de imitação que desencadeia podem completar o esforço nacional. Tenhamos, porém, bem presente que aqui, como noutros campos, só o esforço próprio e a formação acelerada de quadros nacionais constituem resposta adequada ao problema.

Abordamos finalmente o factor capital. Vem sendo habitual estimar o investimento médio por operário para o desenvolvimento industrial, tudo dependendo da natureza da indústria e da composição de investimento que se adopte (com maior ou menor intensidade de capital). No caso português, as estimativas feitas para fazer face à absorção de novos braços na indústria significam acréscimo substancial do ritmo actual de formação de capital na indústria. E por muitos esforços que se façam — e de-

vem fazer — para se aumentar a formação interna de capital, de modo a atingirmos a percentagem indispensável à fase do arranque, não podemos prescindir da cooperação externa para auxiliar a aceleração do desenvolvimento económico nacional. Por isso se torna necessário não só orientar os capitais nacionais para novas indústrias, mas também fomentar o investimento externo. Não vejo como tal se possa conseguir sem uma íntima colaboração entre o sistema de crédito — em particular a longo e médio prazo — e as prioridades estabelecidas pelo Governo, e sem uma política fiscal adaptada à política económica, quer sectorial, quer regional.

O Ministério da Economia tentará contribuir para uma definição dos sectores prioritários, entre os quais se situarão certamente indústrias de exportação e de transformação de produtos agrícolas. Terá ainda de pensar e tentar agir no domínio da assistência técnica à indústria, em especial às pequenas e médias empresas.

Em resumo, a acção deve tentar:

- 1.º Alargar o mercado;
- 2.º Acelerar a instalação de novas unidades;
- 3.º Adaptar a indústria;
- 4.º Atrair técnica e capitais.

Para atingir estas metas nas condições actuais teremos de fazer algumas adaptações na política industrial.

A política de reorganização será continuada, mas deverá fazer apelo a métodos indirectos, a par dos métodos directos tradicionalmente preconizados. A liberalização do mercado, conjugada com a política fiscal e de crédito, com a normalização dos produtos e exigência de qualidade e com cumprimento de uma política de salários e de obrigações sociais, pode ajudar a transformar alguns sectores. Recorreremos a métodos directos, sempre que possível, com a colaboração e compreensão dos interessados, naqueles sectores em que, havendo possibilidades de autofinanciamento, falta vontade de modernização, nas indústrias de

exportação e actividades em que encontramos problemas sociais urgentes a resolver sem que a reorganização crie problemas ainda maiores. Mais: a reorganização terá de ter em conta aspectos regionais, pois não poderemos abandonar toda uma região que vivia tradicionalmente ligada a um conjunto de empresas industriais que sejam condenadas em nome da dimensão óptima.

A reorganização libertará a mão-de-obra, que se irá adicionar às entradas anuais naturais e que requererá uma conversão ou reclassificação que não deverá esquecer-se. A utilização prevista do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra poderá ser auxílio precioso para estes problemas, se for enquadrado numa política definida de reorganização.

Outra política tem sido adoptada no campo industrial: o condicionamento. Não julgo que a devamos manter como tem sido; não penso que a possamos abandonar como alguns desejam. As obrigações assumidas no campo internacional e o livre-cambismo aí implícito conduzem a que aceitemos algumas das suas regras do jogo, sob pena de mantermos inconvenientes de cada sistema: do liberalismo e do intervencionismo.

Assim teremos de caminhar para uma liberalização — não digo libertação — na instalação de:

Indústrias destinadas à exportação;

Empreendimentos destinados à transformação de produtos agrícolas incluídos nas leis de orientação da agricultura;

Empreendimentos de grande dimensão que interessem ao desenvolvimento económico do País ou estimulem a concorrência.

O condicionamento industrial deverá, portanto, evoluir no sentido de:

- a) Impedir a entrada de pequenas ou médias empresas sem condições (condicionamento técnico);

- b) Descentralizar a indústria (desenvolvimento regional);
- c) Evitar desajustamentos sectoriais (desenvolvimento equilibrado ou harmónico).

Não basta, contudo, a utilização de instrumentos negativos — impedir ou regular a entrada de novas empresas —, teremos de elaborar regras de acção positiva: isto é, leis de fomento industrial, de regulamentação de investimentos externos, que sejam efectivamente orientadoras e polarizadoras dos capitais nacionais e estrangeiros.

Esta acção no terreno das variáveis da economia de mercado não deve inibir o Governo de tomar iniciativas dentro do quadro que constitucionalmente lhe está fixado.

Deste modo, a intervenção do Estado em empresas de economia mista deverá fazer-se sempre que se revele indispensável como meio de arranque ou regularização.

Dentro deste espírito, será elaborada uma nova lei de fomento industrial e uma regulamentação do poder económico que permita sem perigos uma maior liberdade económica.

Comércio

Ao referirmos os problemas da agricultura abordámos já a comercialização. Considera-se, na verdade, a actividade comercial como outro sector cuja modificação e orientação assume particular relevo. A modernização do comércio consiste, por um lado, em assegurar a distribuição de produtos cuja produção em massa tende a acentuar-se e, por outro, em aumentar a produtividade das empresas e dos circuitos, de modo que resulte uma baixa de custos de distribuição.

No processo económico moderno o acto de distribuição é tão importante como o de produção e numa economia em crescimento as maiores quantidades produzidas põem problemas maiores ao distribuidor para as fazer chegar

às mãos do consumidor aos menores preços. O relevo do comércio mais ainda se acentua numa economia aberta sobre a Europa e sobre o Mundo, em que a progressiva redução das barreiras aduaneiras introduz na concorrência empresas estrangeiras em condições de suposta igualdade com as actividades nacionais.

Não podemos, por outro lado, lutar para conseguir fortes acréscimos de produtividade dos sectores industrial e agrícola mediante grande esforço de investimento e ver esta maior produtividade absorvida total ou parcialmente por uma rede de distribuição que tornaria quase inútil, do ponto de vista nacional, um investimento avultado. O atraso técnico do sector de distribuição tem umas vezes causas próprias (predomínio da pequena loja, falta de formação profissional, individualismo «negativo» de alguns comerciantes), outras vezes alheias (legislação inadequada, persistência de regras anacrónicas de intervenção . . .). E sobre estas últimas que poderá o Ministério actuar mais directamente: basta notar que alguns circuitos e regras em vigor datam do período de emergência criado pela guerra de 1939-1945. É evidente que a permanência desses sistemas tem originado ganhos avultados para alguns, mas fica por determinar se o País não ganharia mais com outros sistemas.

É, no entanto, o sector em que a intervenção é mais difícil, não só porque há muito campo para estudo, mas também porque levantará naturalmente grandes resistências de interesses que se julguem feridos. Pergunto a mim mesmo se com espírito de cooperação adequado à época presente os defensores de sistemas de distribuição ultrapassados não terão mais vantagem em evoluir para formas modernas, obtendo assim lucros resultantes da função «distribuidora» em lugar de ganhos provenientes de intermediário privilegiado. Não serão só resistências a vencer. Há também muito estudo a realizar: quase não existem estatísticas de distribuição como sistema organizado. De facto, os organismos dispõem de muitos números e infor-

mações que cuidadosa, regular e burocraticamente recolhem, sem que deles se sirvam para elaborar estatísticas modernas e adequadas. Nesse aspecto se está fazendo um esforço neste Ministério.

Vários elementos se podem apontar como necessários à reorganização dos circuitos comerciais: um referente ao estudo dos factos e formação do homem, outro destinado a conhecer e satisfazer as necessidades dos consumidores, outro destinado a modernizar as empresas.

Alguns meios institucionais, técnicos e jurídicos podem ser utilizados. Por agora, tentaremos fazer publicar o Estatuto do Comerciante em bases bastante amplas, que tragam ao sector um nível económico, social e profissional compatível com as funções de distribuição. Além disso, serão reorganizados alguns circuitos de distribuição — menos do que é desejável —, tornando-os mais curtos e eficazes.

É assunto que deparará com grandes obstáculos, mas a que será devotada uma parte do esforço deste Ministério, até porque, com reduzido investimento e um considerável esforço de organização, conseguiremos maior produtividade da função de distribuição e uma maior satisfação do consumidor. Não vemos razão para que a intervenção do Estado não possa fazer-se sentir — tal como na indústria — nos casos em que a iniciativa privada se mostre incapaz ou relutante. Tal poderá traduzir-se no desenvolvimento de certo número de organismos e, mesmo, na formação de sociedades de economia mista.

Mais se entende que há grande urgência e prioridade na reorganização do comércio de exportação, o que poderá ser conseguido através de uma acção intensa dos organismos de coordenação económica. Está ainda por determinar — mas não errarei ao afirmar que o País perde somas consideráveis — o desperdício provocado pela concorrência entre exportadores portugueses, algumas vezes desleal, mas sempre em proveito do estrangeiro. Haverá que complementar esta reorganização com um reforço da

actividade do Fundo de Fomento de Exportação, embora transformado e dirigido para um mais amplo contacto com a actividade privada, orientando-a e aconselhando-a em matéria de tantas dependências como é a exportação. Neste sentido teremos também de agir para levar velhos e novos produtos a mercados não tradicionais, diminuindo assim a nossa dependência dos países e dos produtos tradicionais. Neste contexto se deve sublinhar o interesse de reforçar o intercâmbio económico com a Espanha e de não rejeitar (se tal for necessário) o recurso a múltiplas formas de cooperação económica que, entre dois países vizinhos, amigos e em fase idêntica de desenvolvimento, se podem estabelecer. Não queria demorar este aspecto da política económica, pois já afirmei que merece lugar destacado, a que oportunamente darei atenção.

O que acabo de dizer significará necessariamente alteração na orgânica do Ministério da Economia. Tal não deve impedir-nos de prosseguir. Muito há a fazer, e perante a grandeza da tarefa ninguém, por si só, a levará a cabo.

Eis, portanto, o que proponho, na certeza de que só o conseguirei com a colaboração de todos e no decorrer do tempo. É uma obra colectiva que se impõe, compreendida e partilhada, não regateando esforços e disciplinas, sobrepondo o nacional ao pessoal. De outra maneira, teremos esforços isolados, sempre valiosos e meritórios, mas arriscados ao insucesso. E não importa o prestígio pessoal que se alcance ou perca, interessa o País, ainda que a experiência mostre que se é mais dado à injúria do que à crítica, à inveja do que à emulação. A tarefa que se avizinha não pode realizar-se num momento. Ela pressupõe um firme e rápido caminhar, mas a estrada é longa e difícil. Haverá momentos de desânimo porque se não vê o termo, mas pensemos que a comunidade nacional é também obra de solidariedade com as gerações futuras. Estuguemos o passo. Não percamos o norte.

Sabemos que as sociedades modernas são sociedades industriais e tal tem um significado sociológico profundo. Estamos ainda na fase de arranque para esse tipo de sociedade. Teremos de enfrentar esse período de transição armados com o conhecimento do que queremos e da vontade de o realizar, com a consciência e o orgulho de um povo que, sendo ainda pobre, não se diminui por essa condição, mas nela encontra força para construir o futuro.

Seguidamente o Ministro pôs-se à disposição dos representantes dos órgãos da informação para responder às perguntas que entendessem dever fazer-lhe.

P. — Tem V. Ex.^a já algum projecto, quanto ao que acaba de afirmar acerca da colaboração com a Espanha, que nos possa comunicar?

R. — Nada mais do que o resultado das conversações havidas aquando da visita do Ministro das Finanças de Espanha a Lisboa, e das declarações públicas então feitas e os contactos que, entretanto, tive com o Sr. Ministro da Indústria espanhol, que encontrei na Alemanha. Posso ainda acrescentar que um e outro lado parecem estar abertos a formas de colaboração que, naturalmente, podem revestir as formas mais variadas.

P. — O Sr. Ministro, no capítulo da electricidade e da energia, parece anunciar uma mudança na orientação até agora traçada. Poderá, assim, esperar-se que venha a haver alguma concorrência entre os produtores de energia, hoje submetidos a um regime de completa direcção estadual?

R. — Não creio que a evolução no domínio da energia possa operar-se no sentido de uma libertação completa e de concorrência dos produtores, em particular dos produtores da rede primária. Creio que isso é um aspecto

que terá de ser extremamente ponderado, antes de modificarmos a orientação quanto aos produtores da rede primária, pois creio que é a esses que pretende referir-se.

P. — Dentro do sistema que V. Ex.^a há pouco preconizou, os superiores interesses do País não determinariam que grande número de indústrias — a corticeira, a de conservas, a de peixe, a de cordoaria, de frutos e de carnes, de tecidos de algodão e de seda, de calçado, de chapelaria, de resinosos e de tintas, de lanifícios e de chocolates e, até, a de panificação — devam ser objecto imediato de grandes concentrações industriais?

R. — Tenho uma certa dificuldade em responder com validade para um grande conjunto de sectores, porque, se o problema de concentração industrial é, depois de procedido a conveniente estudo, aconselhável para alguns, noutros nem sempre o é. Há, mesmo, por exemplo, quanto ao sector têxtil, grande discussão quanto ao nível da dimensão óptima, que, aliás, é sempre difícil de determinar.

Estudos feitos quanto à dimensão óptima das empresas nacionais deixam-nos um tanto perplexos quanto às conclusões a chegar. Portanto, a concentração umas vezes terá de fazer-se; outras, é até natural que tenha de se fazer o contrário. Quer dizer: não se pode afirmar que, para uma realidade heterogénea como é a indústria, a concentração seja o único meio possível de solução do problema.

P. — Outro problema que aguarda solução e todos dizem que é de muito difícil solução. Como poderemos colocar no estrangeiro os excedentes de toda a nossa produção?

R. — Como acaba de dizer, é de difícil solução e constitui o desejo de todos os países, pelo que não creio que

possamos colocar os excedentes de toda a nossa produção nos mercados externos. Do que não há dúvida é de que temos de fazer um esforço para a comercialização de alguns desses produtos e para a expansão da nossa produção. Temos ainda de procurar modificar um pouco a mentalidade do industrial, que — aliás compreensivelmente — vive ainda debruçado sobre o mercado interno. Fá-lo-á compreensivelmente — repito e sublinho —, mas hoje tem de mudar a sua mentalidade, para, em vez de pensar só no mercado interno (e quantas vezes, quando pensa no mercado interno pensa só na metrópole), ter de fazê-lo em relação ao mercado nacional, pelo menos, e ao europeu. Mas este alargamento total do horizonte demorará, fatalmente, algum tempo.

P. — Existe algum obstáculo à expansão, à colocação dos nossos produtos no estrangeiro, por virtude de aquisição da matéria-prima, que algumas vezes, mesmo quando é de origem nacional, é cada vez mais difícil de obter e é mais cara?

R. — Devo dizer que esse assunto tem sido sempre objecto de muita controvérsia, porque o desejo de todos os industriais é ter as matérias-primas o mais barato possível e vender os produtos manufacturados o mais caro possível. É evidente que tem sido cada vez mais considerado o regime das matérias-primas que servem de base a produtos que se destinam à exportação, no sentido de evitar o problema que acaba de referir. É claro que os industriais, em particular aqueles que trabalham com produtos de exportação, dispendo do mercado interno, colocam no exterior produtos a preços diferentes, o que, aliás, é prática corrente no estrangeiro.

Os industriais que desejam o desenvolvimento industrial do País não podem (desculpe a expressão) querer Deus para si e o Diabo para os outros. Portanto, tem

de seguir-se aqui uma certa dosagem entre a possibilidade de importação de matérias-primas e em regime de draubaque e, digamos, o fomento da indústria nacional.

P. — A uma pergunta sobre a liberalização das importações do ferro, respondeu o Ministro:

R. — Ao que conheço e me lembro, as importações de ferro estão liberalizadas. Quanto ao regime de preços, existe, como sabe, uma tabela.

P. — Em todo o caso, diz-se que para os aços que vão em Portugal fabricar não há preço estabelecido. A propósito, informam que certos serviços ingleses andam a fazer uma auscultação constante junto de determinados industriais, a quem perguntam se querem importar ferro e aços, de que maneira e como.

R. — Isso apenas mostra o cuidado que os nossos amigos ingleses põem nas suas auscultações . . .

P. — O Sr. Ministro poderia esclarecer-me sobre as possibilidades e perspectivas de desenvolvimento dos mercados não tradicionais ou, mais concretamente, os da América Latina e da Europa oriental? Procurará o Ministério desenvolver o comércio externo com esses países? E em que condições?

R. — O Ministério estudará todas as oportunidades possíveis. Estão, aliás, a ser projectados novos mercados.

P. — Gostaria muito de obter uma resposta concreta sobre este assunto: no quadro da estruturação apresentado por V. Ex.^a admite-se igualmente o aumento de preços de produtos agrícolas e de pesca?

R. — A política de preços tem de ser decidida em função de um conjunto de condições de carácter económico e social. Quanto aos produtos, digamos agrícolas e de pesca, já está anunciado o aumento de preço do leite, visto que foi um caso em que se chegou a essa conclusão depois de ponderados todos os factores.

Quanto a outros produtos, estamos a seguir o mesmo método de trabalho. Quer dizer: não faremos modificações de preços sem que ponderemos, convenientemente, todos os factores económicos, e designadamente no seu aspecto social, que a ninguém preocupará mais do que a mim. Queria dizer que não podemos, pela via dos preços, fazer uma política que devia ter sido seguida por outra via. Assim, por vezes, para manter determinado preço por um produto X — não interessa agora o produto em questão —, significa da parte do Fundo de Abastecimento subsídios da ordem de 130 000 contos por ano, e com tendência para aumentar. Isto quer dizer que temos de pensar que para manter certos preços teremos de recorrer a maiores subsídios.

Portanto, há uma dosagem entre diferentes factores e, por isso, já disse, numa conferência de imprensa, salvo erro, que não poderíamos manter alguns preços sem reforço substancial dos subsídios, porque os produtos agrícolas, ou outros, têm um custo de produção que também tem tendência para subir.

Nós vamos cobrindo as diferenças para manter os preços, mas quer dizer que em certo momento passamos a viver num regime quase totalmente artificial, em que não há relação entre os custos da produção e os preços de venda ao público. Essa política compreende-se em determinados momentos, mas não pode ser constantemente seguida, pelo menos sem alguns ajustamentos. Suponhamos, por exemplo, que fazíamos um determinado preço a um produto e que para fomentar o consumo dávamos inicialmente um subsídio, que poderia ser da ordem dos 10 000 ou 12 000 contos.

Dá-se em seguida uma expansão considerável desse produto, e, se os custos de produção aumentam, o subsídio subirá para 80 000 ou 90 000 contos. E se continuarmos, dentro de um ano ou dois ultrapassará os 100 000 contos. Essa política tem, portanto, uma fase de arranque, visto que a acção do Fundo de Abastecimento é de emergência, e não de subsídios sistemáticos. Tal intervenção justifica-se, por exemplo, quando há comércio entre mercados que têm preços muito diferentes e não desejamos perturbar muito o mercado com os preços de produtos importados de outro. Portanto, o Fundo intervém para situações de emergência.

Entendem alguns que o Fundo de Abastecimento tenha uma intervenção sistemática de subsídios. Quanto a isso, basta dizer que o *deficit* estava quase a ultrapassar o milhão de contos.

P. — O Sr. Ministro referiu-se na sua exposição a alguns sistemas inadequados de distribuição, a maior parte deles herdados do tempo da guerra. Eu recordo-me, agora, a propósito, do caso do bacalhau e da farinha. E, a propósito, lembro-me de que os industriais de panificação reclamam, há muito tempo, a liberdade na escolha do fornecedor, considerando o regime que tem vigorado como principal responsável pela má qualidade do pão que, em geral, se come no nosso país. Gostaria de perguntar a V. Ex.^a se há algum processo de satisfazer aquela reivindicação para que regressemos à situação anterior à guerra, a fim de que o público possa vir a dispor de pão de boa qualidade, tal como acontece na generalidade dos países.

R. — Eu queria só dizer que estamos a contemplar a hipótese entre tantas outras. Mas o regime cerealífero é o problema mais complicado que tenho defrontado no Ministério, porque vai desde os produtores até ao consumidor do pão, que é uma matéria extremamente sensível.

Além disso, é fácil agir-se sobre alguns desses circuitos quando a opinião pública conhece bem esses mesmos circuitos. Ora bem: o que acontece é que esses circuitos, embora não sejam misteriosos, a verdade é que a imprensa ainda não se debruçou sobre eles.

Assim o público, muito compreensivelmente, pois eu também sou público e portanto também tive a mesma opinião, só se apercebe da falta de um produto ou de que um produto é de má qualidade, mas não conhece as razões do circuito que a tal conduzem. O que aconteceu, porém, é que se às vezes vamos intervir num circuito, compreensível ou incompreensivelmente, há faltas no abastecimento ou piora até a sua qualidade. A razão aparente é apenas porque se intervém nesse circuito.

A opinião pública, em geral, reclama que a melhor solução é voltar a estar como dantes. Isto tem sido uma luta quase contínua e julgo que um dos seus principais motivos é de que a opinião pública não conhece bem as diferentes fases do circuito, que é às vezes tão longo que alguns se perdem no caminho.

O resultado é que estou convencido de que haveria o maior interesse em que a opinião pública tivesse claro conhecimento do diagrama de alguns circuitos comerciais. Nessa altura, estou convencido de que será muito mais fácil agir.

P. — Nas Jornadas Agrícolas há pouco realizadas foi afirmado que passámos de exportadores a importadores de arroz em prazo curto, creio que em cerca de dez anos, em virtude da contracção da área do cultivo, em virtude de o Governo recetar ficarmos com excedentes não exportáveis. Ora foi também afirmado que a E. F. T. A. seria um esplêndido mercado, pois somos praticamente o único produtor de arroz dos países da E. F. T. A. Desejava saber quais as medidas previstas para fomentar nova produção orizícola, de modo a podermos passar de novo a exportar.

R. — Tem todo o direito a pôr a pergunta, simplesmente a minha resposta fica condicionada à maneira como a pergunta foi feita. O que queria dizer é que como Ministro da Economia devo antes pensar se devo fomentar de novo essa cultura, ou se devo fomentar certos produtos que possam ser cultivados na área do arroz. Não sei se me faço entender. Não posso ver o problema só nessa base, e não posso dizer unilateralmente que a área destinada ao arroz tem de ser alargada, antes de saber se as áreas regadas podem ter outros destinos até para culturas mais ricas e úteis. Deve compreender-se que no plano do agricultor o problema se ponha nesses termos. E eu compreendo porquê.

O arroz é das culturas ricas que a agricultura tinha e, portanto, era uma cultura em que se concentravam alguns dos esforços em áreas regadas (algumas pelo Estado) e a agricultura pôde beneficiar desta vantagem. Quanto se vê que a margem de lucro possível nessa cultura se foi restringindo é legítimo desejar fazer regressar algumas áreas da cultura do arroz.

Eu agora pergunto: não será equivalente fomentar outras culturas e produtos hortícolas que também têm mercado dentro da E. F. T. A.? Isto é a pergunta que temos de fazer.

P. — Dentro de um ponto de vista de economia de divisas, pode pelo menos começar-se a fazer a cultura do arroz de molde a satisfazer as necessidades nacionais e a evitar a saída de divisas para o estrangeiro, na medida em que até já fomos exportadores?

R. — Isso corresponde ao ângulo de visão anterior, ao ângulo da agricultura de subsistência. Quer dizer, na base de que devemos produzir sempre tudo aquilo de que precisamos.

Ora o problema é que num mundo aberto ou que tende a abrir-se como o actual, o que é verdade para os produtos

industriais é-o em certa medida para os produtos agrícolas, salvo se fizermos outras considerações que não são de natureza económica. Aqui é muito difícil situar-se, porque é um problema muito delicado. Se fizermos outras considerações, que não sejam de natureza económica, pode justificar-se um pouco, ainda, a permanência da ideia de autarcia. Veja, por exemplo, o caso do arroz. Algumas áreas que eram destinadas ao arroz creio que foram aplicadas à cultura do tomate, porque os agricultores consideram essa cultura mais rica e permite a exportação dos produtos derivados.

Que significa isto? É que quando pensamos que devemos produzir o arroz suficiente para a produção nacional, o problema tem de pôr-se nestes termos: dos terrenos que são susceptíveis dessa cultura e qual a produção que no mercado aberto traz para o País maior número de receitas. Porque eu posso importar 1 milhão de quilos de arroz, mas, por essa mesma razão, posso exportar não sei quanto milhões de quilos de produtos hortícolas.

Assim, no ponto de vista de divisas, o problema não pode ser visto parcela por parcela, mas em conjunto. E, todavia, problema que está em estudo neste momento.

P. — O próximo regime cerealífero trará profundas alterações no respectivo sector e acarretará também a criação de um já falado Instituto Nacional de Cereais?

R. — Não creio, porque o regime cerealífero dura há muitos anos e não podemos cortar com o passado, como se ele não existisse. O que poderá traçar-se é uma linha de orientação para promover uma transformação gradual do actual para outro. Por isso esse regime prolongar-se-á por mais alguns anos, porque é perfeitamente impossível mudar tudo de um dia para o outro.

P. — O Sr. Ministro falou num reestudo do problema da energia sob a forma termoelectrica. Pergunto se prevê

a utilização de gás natural e se há pesquisas em Portugal sobre a sua existência ou projectos de importação sob a forma de metano e sua instalação?

R. — Há prospecções em Portugal. Quanto à utilização de gases importados, o problema chegou a levantar-se quanto a determinada produção francesa cujas empresas pensaram na sua exportação para a Europa, por via marítima e até de *pipe-line*. No entanto, isso é um futuro longínquo e as dependências são tão grandes nessa matéria que não há, por agora, qualquer garantia quanto à exportação para a Europa. Portanto, os únicos que estamos aproveitando são os derivados da refinação de petróleos. Assim, o aproveitamento que se pode fazer com as centrais térmicas é o do *fuel-oil*.

Trata-se, deste modo, de um problema que terá de ser considerado quando essa exportação puder fornecer corrente regular que permita um abastecimento da nossa indústria se for a custo menor a energia daí proveniente.

P. — A imprensa noticiou, há pouco, que no Brasil foi publicada uma lei contra o abuso de poder económico de duas empresas e que em Espanha foi levada às Cortes também uma proposta de lei com o mesmo objectivo.

Eu quero perguntar a V. Ex.^a se se pensa legislar neste sentido, ou, mais concretamente, se sairá, dentro de pouco tempo, a regulamentação das leis das coligações económicas, que já é de 1936, e das sociedades anónimas, que já é de 1942?

R. — Eu queria só dizer que já nas minhas declarações anteriores referi que se pretendia uma lei de regulamentação do poder económico e, portanto, é minha intenção que haja uma lei nesse sentido, muito embora já existam regulamentações que estão dispersas por vários organismos de coordenação económica que têm grande poder de intervenção. No entanto, julgo haver necessidade de

sistematizar a regulamentação do poder económico que torne possível o exercício de uma maior liberdade económica sem incorrer nos seus perigos.

E minha intenção firme elaborar tal projecto de lei, como aliás existe hoje em quase toda a Europa. Um dos poucos países em que não existia era a Espanha, que recentemente a elaborou.

*Lisboa, 29 de Junho de 1963 **

Não creio que muitas palavras sublinhem mais a importância que se atribui a este acto de posse do que o simples facto da presença do Secretário de Estado do Comércio, Subsecretário da Indústria e a minha própria.

Entende este Ministério que os organismos de coordenação têm ainda uma importância singular no conjunto dos órgãos de intervenção económica. A vida económica e o seu movimento rápido são frequentemente incompatíveis com o processo burocrático tradicional do serviço público e, por isso, se pretendeu que os organismos estivessem imbuídos de uma mentalidade diversa. Se assim não acontecer, condenam-se pela sua própria maneira de agir. Daí que os dirigentes devam evitar cair na rotina que os iniba de actuar com rapidez quando os acontecimentos não são rotineiros. As melhores pessoas e qualidades podem falir como dirigentes se esquecerem este imperativo e faceta dos organismos de coordenação económica. Assim tem acontecido, por vezes, e ninguém mais o lamenta do que eu próprio, porque tenho fé nos organismos e nos homens.

Queria, para terminar, pôr em evidência um facto que parece merecer realce. Quase não conhecemos pessoalmente os novos dirigentes. Fez-se a escolha na base de resposta à seguinte questão: qualidades de competência, dedicação e seriedade no trabalho. Quis o conjunto de indicações, e muitas foram, que a escolha recaísse em VV. Ex.^{as} Não pedimos mais do que a aplicação dessas qualidades numa acção rápida e ponderada.

* Palavras proferidas no acto de posse do director do Instituto Português de Conservas de Peixe e do presidente da Junta Nacional do Azeite.

*Lisboa, 2 de Setembro de 1963 **

1. Tem vindo periódica e repetidamente a afirmar-se que o conjunto de disposições que constituem o «regime cerealífero e do pão» deveria ser objecto de alteração profunda. As modificações efectivamente introduzidas por este diploma não constituem, portanto, novidade ou surpresa, tendo havido até a preocupação de inovar com prudência que alguns acharão demasiada. Apesar disso, não evitaremos certas dificuldades no funcionamento de um novo regime, e para as resolver com rapidez prevê-se a tomada de decisões através de simples portaria ou despacho, o que dará o necessário grau de flexibilidade à aplicação de um sistema novo.

Dada a complexidade do assunto, entendeu-se repartir o conjunto de problemas e soluções por diferentes diplomas, evidenciando-se aqueles que abordarão o problema da reconversão da cultura cerealífera e as questões de utilização de cereais, em especial para a panificação, deixando-se aspectos técnicos e regulamentares para outros diplomas.

2. Todos reconhecem que seria ideal haver apenas um tipo de farinha de trigo para panificação. Todos compreendem que, com o preço garantido ou real do trigo nacional, se torna praticamente impossível fixar um preço desse tipo único de farinha a um nível suficientemente baixo para

* Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 223, que estabelece o novo regime cerealífero e do preço e características do pão («Diário do Governo» n.º 206, 1.ª série, de 2 de Setembro de 1963).

que ao pão tivessem acesso todas as classes da população, excepto se houvesse uma intervenção compensadora de preços que não se comporta dentro dos limites financeiros do Fundo de Abastecimento.

Este facto não impede que não se considere excessivamente artificial o sistema actual de três tipos de farinha de trigo para panificação. Entendeu-se, por isso, que seria de suprimir um dos tipos presentes, sem afectar os consumidores de menores recursos, que são precisamente aqueles para quem o pão tem particular incidência nos orçamentos familiares. Deste modo, abandona-se a farinha de trigo de tipo intermédio e melhora-se a farinha de tipo inferior — que passa a designar-se por «farinha de 2.^a qualidade» —, o que permitirá melhorar a qualidade do pão inferior sem alterar o seu preço, embora isso signifique que o Fundo de Abastecimento poderá perder até 70 000 contos.

No sentido de evitar aumentos de preço e adequar o novo tipo de farinha às condições reais da produção nacional e até às preferências tradicionais dos consumidores, previu-se a incorporação de farinhas espodadas de centeio e de milho. Por essa via se contribui também para o incremento do consumo de cereais de produção tradicional nas regiões centro e norte e se evita alguma importação de trigo.

Durante as múltiplas sessões de trabalho que houve que realizar com entidades, públicas e privadas, mais ligadas aos sectores da moagem e da panificação, foi levantada a dúvida de saber se o novo regime de farinhas não viria a conduzir ao desaparecimento da indústria de moagens de trigo em rama que trabalha para abastecimento público. Na previsão de que tal venha a acontecer — e o progresso o tem ditado em todo o Mundo —, vai suspender-se a concessão de licenças de instalação de fábricas desse sector e ordenou-se às entidades competentes que estudem com os actuais industriais do ramo e com a Federação Nacional dos Industriais de Moagem o caminho que deverá ser seguido.

Aproveitou-se a presente revisão do regime de farinhas para rever as taxas de extracção de milho e centeio para incorporação na farinha de trigo, mantendo, embora, as características daquelas farinhas. Tal modificação implicará, provavelmente, sacrifícios para empresas federadas na Federação Nacional dos Industriais de Moagem, embora se admita que seja um sacrifício transitório, porque o maior volume de laboração de tais unidades virá a compensá-las das eventuais perdas momentâneas.

Outra alteração será de assinalar no panorama cerealífero nacional. Trata-se da revisão do preço e da forma de distribuição da sêmea. Por ter sido defendido pelos técnicos e pelos representantes da lavoura que, no próprio interesse dos criadores de gado, convinha retirar o estímulo à utilização da sêmea que é representado pelo baixo preço oficial até agora praticado, procede-se à sua rectificação, embora sem o situar ao nível que se pratica no mercado livre. Por outro lado, atendendo a que se têm notado certas anomalias na distribuição do mesmo produto, a Junta Nacional dos Produtos Pecuários passa a fazer a sua requisição total às fábricas de moagens integradas na Federação Nacional dos Industriais de Moagem e a proceder à distribuição de acordo com critérios que permitam a sua mais racional utilização.

Igualmente se modificam as características das farinhas para bolachas e massas, a fim de permitir às indústrias respectivas uma maior resistência à intensificação da concorrência externa, proporcionando-lhes uma melhor qualidade das matérias-primas e libertando-as gradualmente da obrigatoriedade de incorporar produtos de menor qualidade.

Ainda dentro do novo regime cerealífero, será de registar a ligeira subida do preço do centeio — o que pode proporcionar um sinal orientador e vir a beneficiar as regiões que se encontram habitualmente fora das preocupações do regime cerealífero.

Não se tomam ainda decisões mais amplas quanto ao milho, porque se concluiu que havia estudos a fazer e a completar. De facto, pode surpreender que, interessando o milho uma boa parte da população rural portuguesa, não tenha havido maior número de estudos quanto a esse problema. Parece que assim acontece, mas é orientação que terá de ser revista. Ordenou-se, deste modo, a intensificação de trabalhos que se vinham realizando quanto às possibilidades de redução dos encargos que oneram o circuito de compra e distribuição do cereal e da sua valorização, quer através de sistemas de preços e produtividade, quer de uma maior industrialização. Quanto ao trigo, é de esperar que venha gradualmente a sua produção a ficar limitada aos solos que respondam às exigências da sua cultura, o que, com a melhoria de técnica, poderá dar a rentabilidade desejada à sua exploração dentro do processo de reconversão de culturas.

3. Deve ainda referir-se um aspecto que se tem ligado ao regime cerealífero: o sistema de comercialização dos adubos. Este também terá de sofrer alterações, em virtude dos compromissos internacionais resultantes da Associação Europeia de Comércio Livre. A liberalização do comércio e a aceitação de sistemas naturais de concorrência têm de vigorar no mercado de adubos, ainda que possam adoptar-se providências para evitar um grande impacte, em especial na indústria de azotados, que é de criação recente e representa vultosos investimentos. Deste modo, teremos de seguir os princípios de liberalização que afectam especialmente aqueles adubos que estavam sujeitos a regimes especiais, como os superfosfatos, os adubos potássicos e a cianamida cálcica. Dada a novidade do sistema, não se dispõe ainda de elementos suficientes para saber em que medida essa liberalização redundará em benefício da lavoura ou detrimento da indústria, ainda que o acesso que venha a ter-se à importação de adubos possa ser factor, quer de estabilização,

quer de perturbação do mercado, a que o Governo não pode deixar de estar atento.

4. Ao determinar-se a orientação para o regime cerealífero do ano de 1963-1964 não se pode, com efeito, deixar de a integrar na política de reconversão agrária que imperativos da hora presente obrigam a seguir em vastas áreas de terra em exploração agrícola. Na realidade, os movimentos de liberalização e um alargamento de áreas competitivas no comércio internacional e, em especial, europeu, e objectivos de ordem social interna conduzem a iniciar, o mais rapidamente possível, uma evolução do sector agrícola, que tem vivido à luz do espírito de abastecimento e autarcia, em precárias condições económicas.

Quer nos aspectos da política de abastecimentos, quer à luz dos critérios da economia de mercado, a evolução tem de orientar-se para a obtenção de maior rentabilidade das explorações, o que, obviamente, implica produção ao mais baixo custo, ajustamento aos mercados que melhor paguem e conveniente organização dos circuitos económicos.

A produção ao mais baixo custo não pode alhear-se de uma primeira condição: a do ajustamento das culturas à capacidade de uso dos solos, na interdependência das suas características com o clima, com a técnica e com os factores de produção disponíveis.

Assim, neste complexo conjunto de factores desenham-se as seguintes tendências de utilização dos solos:

- 1) Regadio, para as terras planas que disponham de água;
- 2) Cultura arvense, arborícola e arbustiva de sequeiro, em terras susceptíveis de mecanização;
- 3) Florestação, quer sob a forma estreme, quer em regime silvo-pastoril, e ainda plantas produtoras de óleos essenciais ou outras, em faixas intercalares, conforme as condições técnico-económicas das regiões.

Não se dispõe ainda de todos os elementos que permitam considerar rigorosamente a aptidão do conjunto das diferentes regiões do País a estes tipos de produção. Julga-se, porém, ser possível em breve dispor de maior número de elementos, embora já se conheça, ao sul do Tejo (esboço da carta geral de ordenamento agrário), mais de 1 milhão de hectares que terão de ser transferidos de cultura agrícola para a exploração florestal.

Quando estiver concluído o esboço da carta geral de ordenamento agrário, poder-se-á proceder ao esboço da carta de zonagem de culturas para todo o País. Esta deve permitir, depois de pormenorizada com cartas à escala de 1:225 000, segundo prioridades a estabelecer, considerar em bases mais seguras o desenvolvimento económico equilibrado das regiões, na convergência das melhores condições para:

- 1) Incremento de regadio;
- 2) Fomento pecuário;
- 3) Fomento da fruticultura;
- 4) Fomento das culturas horto-industriais;
- 5) Fomento da produção de sementes, especialmente com vista a exportação;
- 6) Incremento da mecanização;
- 7) Correção das estruturas fundiárias;
- 8) Uso de práticas de conservação de solos e de água, drenagem daqueles cuja utilização é normalmente afectada pelo excesso de água e, de um modo geral, melhoramentos fundiários que conduzam a aumento da rentabilidade das explorações.

Entretanto, admitindo mesmo que a reconversão das culturas não ajustadas à capacidade de uso dos solos e a mercados é operação gradual e custosa, tal não impede que, desde já, se estabeleça um princípio de orientação para a substituição de culturas nas terras presentemente ocupadas em condições económicas precárias pela cultura

cerealífera de sequeiro. Deste modo, e nesta fase, haverá que destacar solos que apenas comportam utilização florestal, criando um conjunto de incentivos para a sua progressiva reconversão, e que melhorar a técnica da rotação onde a cultura cerealífera encontre compensação económica.

Para atender ao primeiro objectivo será revista e regulamentada a Lei n.º 2069, admitindo normas simples, mas eficazes, para as empresas privadas poderem acelerar o ritmo de povoamento florestal, fixando prioridades que atendam às bacias hidrográficas dos perímetros de rega, aos projectos de arborização já existentes e estímulos e auxílios aos proprietários dessas terras. Neste sentido prevê-se também a adaptação da Lei de Melhoramentos Agrícolas às condições de crédito florestal nos casos em que a floresta é complemento da exploração agro-pecuária, bem como a poder apoiar outros empreendimentos agrícolas que, presentemente, não são por aquela lei contemplados.

No segundo caso, e quanto à cultura cerealífera, assume aspecto destacado, além da mecanização, a substituição dos pousios por prados melhorados de sequeiro, não só para aumento da produção pecuária, mas também para combate à erosão e para se conseguirem melhores condições de produtividade, pois que experiências realizadas e em curso revelam a possibilidade de se evitar o alqueive durante os meses de Inverno, bem como as mondas, para além do acréscimo de fertilidade que as forragens de leguminosas comunicam a esses solos.

Encontra-se ainda em preparação e será publicada até ao fim do corrente ano a legislação sobre mecanização da agricultura e sobre a acção conjugada do fomento forrageiro e pecuário, dando-se por esta forma possibilidade de incrementar em base mais sólida o Plano de Fomento Pecuário, que foi recentemente iniciado.

Encontram-se também em curso a recolha e análise de elementos económicos e técnicos sobre os perímetros de

rega existentes e a estabelecer, a fim de que possa incrementar-se a reprodutividade dos grandes investimentos realizados e a realizar.

Deste modo, incentivos à cultura do trigo devem ser gradualmente transferidos para a florestação, mecanização, cultura forrageira e fomento pecuário, com o duplo objectivo de se melhorar a técnica da cultura cerealífera onde ela seja de manter e de se proceder à conversão ou melhoria de culturas nos restantes solos.

5. A cultura do trigo tem, efectivamente, sido objecto desde há largos anos de protecção especial. Merecem referência particular os empréstimos de campanha, as moratórias concedidas, o subsídio à produção de trigo, atribuído a título excepcional, nos anos de 1961 e 1962, no valor de, respectivamente, 200 000 e 160 000 contos, e ainda o subsídio para semente de trigo seleccionada.

Não parece dever fazer-se a avaliação das vantagens e inconvenientes do sistema de crédito à cultura do trigo. Basta referir que representantes da lavoura têm, ultimamente, afirmado não haver vantagem na continuação daquele adiantamento, havendo até quem lhe atribua largas responsabilidades nas dificuldades invocadas para a lavoura do trigo.

O Governo, tendo em conta tais afirmações e os estudos realizados quanto à aptidão cultural dos nossos solos, adoptou uma orientação que, ponderadas muito especialmente as razões de natureza financeira que impendem sobre a Administração, parece ser a mais adequada à presente situação, representando o esforço financeiro máximo que por ora se pode encarar. Nesse sentido, e indo ao encontro dos desejos expressamente manifestados pela lavoura trigueira, foi decidido eliminar os empréstimos à cultura do trigo. No entanto, por não se entender aconselhável a eliminação imediata, como tinha sido sugerido, decidiu-se considerar um esquema de redução gradual em quatro anos. Esta redução será feita atra-

vés do crédito concedido por hectare, conjugada com diminuições da área a beneficiar e com redução do limite dos empréstimos individuais.

Com o objectivo de diminuir os encargos dos lavradores que resultam das moratórias em vigor, fará o Governo um esforço financeiro considerável, atendendo às circunstâncias presentes, para se substituir temporariamente aos lavradores em dívida para com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. Este esforço, que atingirá quase 230 000 contos em dois anos (período de reembolso da soma em dívida), representará um empréstimo sem juro à lavoura e com prazo de três anos de diferimento no reembolso. Esta quantia, à medida que for sendo reembolsada a partir de 1966, virá a constituir um fundo de apoio à agricultura para intensificação da reconversão cultural que ora se inicia.

Por outro lado, as quantias que forem sendo libertadas em consequência das reduções de financiamento à cultura do trigo serão canalizadas para a reconversão, e isso representará no fim do período transitório de quatro anos um apoio financeiro à lavoura que poderá ir até 400 000 contos, além do crédito agrícola normal, última-mente situado em cerca de 1 milhão de contos.

Representa esta orientação uma atitude de compreensão e apoio aos problemas da agricultura portuguesa que não pode deixar de sublinhar-se. De facto, só assim se compreende que o Governo tome compromissos, na ordem financeira e no momento actual, que vão até 630 000 contos de crédito adicional à lavoura, sendo uma parcela mutuada sem juros. Não poderia também tomar-se esta providência sem que houvesse esperança séria e definida quanto à atitude presente e futura da lavoura, quer compreendendo o momento difícil que o País atravessa, quer contribuindo decisivamente para o progresso económico e social de uma boa parte do povo português.

*Lisboa, 16 de Outubro de 1963 **

Não se deslocaram VV. Ex.^{as} a este Ministério por acaso. As palavras que pronuncio não são resultado de uma ideia transitória. Não é por acaso, porque um conjunto de circunstâncias e de factos desde há muito apontavam como método para enfrentar o problema económico e social do Alentejo o desenvolvimento regional, como polarizador de intervenções dispersas, como corrector de disposições parciais, como veículo de boas vontades locais. E não pode dizer-se que alguns alentejanos não tenham tido disso consciência quando, nos inícios de 1960, levantaram esse problema, ainda que limitado à escala de um concelho.

Os estudos realizados não fizeram senão confirmar aquilo que preexistia nas consciências: o problema do Alentejo era uno e quase indivisível e podia, com vantagem para todos, completar-se a região com as terras algarvias. Mas as ideias levam tempo a aceitar-se, as inovações exigem coragem para se compreenderem.

Os anos passaram e só hoje vejo pela primeira vez reunidos representantes de todos os distritos do Alentejo e do Algarve. E creio que a ocasião é apropriada, porque é indispensável que surjam homens, velhos e novos, que conduzam o Alentejo a enquadrar-se, com dificuldade e sacrifício sem dúvida, nas novas condições que regem a

* Palavras proferidas na reunião com governadores civis e representantes dos distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre.

economia nacional e a que não são alheios problemas políticos da mais variada natureza.

Se as condições políticas que existem são diferentes, a vida portuguesa não pode continuar-se na indiferença e na rotina e na manutenção de situações que, por muito justificadas que sejam, saberão apagar-se perante a nova dimensão das necessidades nacionais. Estou certo de que os alentejanos de boa vontade compreenderão essas novas condições e participarão na tarefa de reconversão que se iniciou, embora desde há anos viessem a ser pedidas alterações semelhantes, reconhecida a necessidade de mudança e até apontada a política económica existente como causa da crise do Alentejo.

Não creio também que esta mudança seja por si só suficiente — embora fosse necessária — para alterar as condições económicas e sociais da região, e deve antes procurar-se no desenvolvimento equilibrado de uma agricultura reconvertida, ligada à indústria e a novos circuitos comerciais, o caminho do progresso económico e social. Mas também estou certo de que nada disto bastará sem a vontade local, e nesse aspecto tenho a alegria de verificar com a vossa presença que tal acontecerá. E tal acontecerá porque tenho confiança no vosso trabalho e entusiasmo, tal acontecerá porque, a par dos presentes, muitos outros estão dispostos a devotar-se a essa tarefa.

Em breve espero, portanto, dar cunho mais solene à criação da Comissão para o Desenvolvimento do Alentejo e Algarve, sendo para isso necessário que a coordenação com actividades que não dependem deste Ministério possa fazer-se ao nível regional e que o projecto de diploma sobre a Junta de Acção Económica Regional possa ter o seguimento adequado.

E não julgo que esta tarefa de reconversão deva apenas abranger o Alentejo, porque, ao pensar-se nas aptidões agrícolas e florestais do Algarve, para não falar das tão conhecidas aptidões turísticas, não pode deixar de reconhecer-se que uma transformação profunda virá a dar-se nos

próximos anos nesta parcela de Portugal. E também aí só um desenvolvimento equilibrado pode evitar decepções profundas, porque o turismo, que se espera seja a alavanca de transformação algarvia, é fonte de muitas receitas, mas origem de muitas desilusões.

De facto, o turismo vem em ondas que se mantêm por pouco tempo e o exemplo tantas vezes repetido de regiões turísticas privilegiadas que hoje regressaram à normalidade tem de ter-se em conta em qualquer política de investimento turístico e no assentar de uma política económica regional. Mas, como o turismo, pelas suas exigências e consequências, transforma também a paisagem económica e social das regiões, temos uma razão adicional para pensarmos que o Algarve de amanhã será diferente daquele que hoje conhecemos.

Espero também ter ocasião de, muito em breve, anunciar medidas complementares daquelas já tomadas pelo Governo. Dizem respeito ao incremento dos recursos postos à disposição do Fundo de Melhoramentos Agrícolas, ao acréscimo substancial do fomento pecuário, à florestação da serra de Ossa, que nos foi sugerida pelos representantes alentejanos, à regulamentação da Lei n.º 2069, que permitirá um incremento da florestação do sector privado, à instalação de algumas unidades industriais no Alentejo, ligadas à transformação de produtos locais.

E se pensarmos nas despesas efectuadas com as obras de rega e nas despesas complementares que inevitavelmente terão de ser feitas para se fazer o aproveitamento económico dessas obras, se pensarmos na florestação da serra do Algarve, para a qual o apoio das entidades locais é indispensável, se referirmos a aplicação das centenas de milhares de contos que irão ser mobilizadas para reempréstimos à lavoura, não restam dúvidas de que a obra a realizar é grande e terá de ser de todos, apesar do descontentamento de alguns.

Neste Ministério não é hábito anunciar o que não se pode fazer. E vai-se fazendo aquilo que se julga dever

fazer. Neste Ministério existe uma consciência de unidade das Secretarias de Estado que tem permitido até agora realizar o que muitos diziam desejável, reconheciam impossível e desejavam irrealizável. Mas tudo isto será insuficiente se não houver a consciência do Governo de que o panorama económico e social do País tem de modificar-se. Interpretar os factos à luz das realidades parece indispensável, mas isso não basta; é necessário que exista uma vontade colectiva do Governo, e só essa pode explicar as modificações que se têm verificado e aquelas que no futuro virão a dar-se. Assim vamos caminhando no desejo de servir o interesse do País e de corresponder à aspiração ao progresso que existe na maioria dos Portugueses.

*Lisboa, 28 de Outubro de 1963 **

Não é indispensável ser longo para ser claro.

No decénio de 1950-1960 as exportações mundiais cresceram à taxa anual de 6,4 por cento. Em Portugal continental, no período quase equivalente de 1951-1952 a 1962, o produto interno bruto a preços constantes elevou-se de cerca de 46 milhões de contos para 75,3 milhões de contos (cerca de 64 por cento); as importações de bens e serviços subiram de 10,7 milhões para 17,8 milhões de contos (quase 64 por cento); por seu lado, as exportações passaram de 10,2 para 15,1 milhões (incremento de 50 por cento).

Um ensinamento. A expansão fulgurante das exportações mundiais, conjugada com a abertura progressiva de muitos mercados e a alteração da estrutura do comércio internacional, conduziu a uma evolução do conceito tradicional de exportação. Por um lado, a exportação deixou de ser acto exclusivo de venda de produtos no estrangeiro e toma frequentemente a forma de participação técnica, financeira e até social na vida de outro país. Por outro, a evolução operada nos circuitos de distribuição e na técnica de venda exige maior profissionalização dos homens e melhor especialização nas técnicas. Em suma: não se exporta ao sabor da produção, mas ao gosto do comprador; não é exportador quem quer, mas quem sabe. E não finda aqui o ensinamento. No mundo da economia de mercado,

* Palavras proferidas no acto de posse do presidente do Fundo de Fomento de Exportação.

a exportação depende menos de esforços isolados do sector público do que do esforço colectivo, concertado e auxiliado do sector privado. Esforço colectivo, porque tem de ser empreendido por todos: produtores, comerciantes, exportadores e agentes do sector público. Concertado, porque haverá que arbitrar constantemente conflitos de interesses individuais em função do interesse nacional. Auxiliado, porque se exigem pré-investimentos em informação e comercialização que não podem ser levados a cabo isoladamente pelo exportador. Cabe, por isso, ao sector público promover a aglutinação de esforços, arbitrar interesses opostos, orientar em novos e velhos mercados.

Organizar, portanto, a exportação sem coarctar iniciativas legítimas ou desencorajar esforços inovadores é tarefa fundamental em que o Fundo de Fomento de Exportação tem de participar. E digo participar porque, no caso da metrópole, quer os organismos de coordenação económica, quer os órgãos dependentes dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, quer o Banco de Portugal, desempenham função do maior relevo no acto complexo de exportar.

Na linha de orientação que se vai imprimindo a este Ministério, foi convidado para a presidência do Fundo de Fomento de Exportação um empresário privado, participam nos seus órgãos fundamentais representantes dos Ministérios interessados, os presidentes das Corporações da Lavoura, Comércio e Indústria, e aí viremos a encontrar uma maioria de representantes do sector privado. Era uma experiência que tinha de ser feita e da qual todos certamente aproveitarão.

Após um ensinamento, ensaiaremos uma conclusão. A exportação de bens e serviços atinge hoje cerca de 20 por cento do produto interno, e a evolução que foi mencionada significa que o défice da procura interna, que é satisfeito pelo exterior, vem aumentando e se situa nos últimos anos entre 3 e 4 milhões de contos (excluído o ano anormal de 1961). Admitindo que o desenvolvimento eco-

nómico se processe a taxa equivalente à do último decénio — e todos lutaremos por maior expansão —, chegaremos a um estrangulamento externo que travará o crescimento, salvo alteração profunda da evolução e da estrutura do nosso comércio externo ou acréscimo da nossa dependência em termos de balança de capitais. **E um país que mantém a sua independência não pode algemar-se em matéria tão essencial na sua economia e nas suas finanças.**

Ora a exportação de produtos metropolitanos para o estrangeiro subiu de 4,6 milhões de contos em 1953 para 8,2 milhões em 1962, mas é claramente insuficiente, atendendo a que estes números dizem respeito só a produtos e se avaliam a preços correntes. Duas notas adicionais: a componente mais fulgurante do acréscimo nos últimos anos — fios e tecidos — conhece hoje dificuldades em grandes mercados; o nosso maior cliente — a Europa dos Seis — está evoluindo em sentido que, não sendo de maior facilidade, não permite assegurar que o acréscimo verificado em 1962 — quase de 20 por cento em relação ao ano anterior — venha a repetir-se no futuro. Paremos por aqui, e concluamos sob uma nota optimista. Os produtos de exportação surgidos no pós-guerra, e que em 1949 representavam 9 por cento das nossas exportações, atingem já hoje cerca de 20 por cento, o que traduz uma sadia diversificação que convém assinalar e que o Fundo de Fomento de Exportação deve prosseguir como objectivo.

Se estas são as realidades, encontraremos outros motivos de optimismo quanto às potencialidades. Tenho frequentemente ouvido dizer que não faltam mercados para produtos portugueses. E é verdade. Mas como também sabemos que não se improvisam nem exportações nem exportadores, será mais realista dizer que não faltam mercados para artigos que se podem produzir em Portugal e que se saiba vender no estrangeiro.

Modificar hábitos do produtor, criar condições favoráveis ao investimento ou persuadir empresários a correr o risco de produções sem apoio do mercado interno é matéria de

muita dificuldade e só quem o não tentou dirá da sua simplicidade.

Por seu lado, aqueles que vivem a vida da exportação conhecem obstáculos da mais diversa índole nos mercados mais amigos, desde restrições indirectas, por processos chamados liberais, até acordos em que voluntariamente somos obrigados a limitar a nossa exportação.

E não vejo outro meio numa economia como a nossa para defrontar essas dificuldades que não seja findar entre portugueses com uma divisão que enfraquece e uma concorrência que arruína. E todos ganharemos se os organismos de coordenação económica intervierem lembrando este aspecto da economia nacional e se os exportadores, ao associarem-se, tiverem a coragem de esquecer pequenos interesses mercantis.

O que se acaba de dizer é bastante, a quem quiser entender, para concluir que não se atribuem exclusivamente ao estrangeiro os atrasos de exportação. Erros da nossa organização e mentalidade privada e pública explicam alguns reveses e perdas. Cuïdemos, pois, de diminuir defeitos próprios para que não sejamos acusados de faltas que a outros pertencem, mas que a nossa informação ou propaganda não explicitam. Os agrupamentos ou associações de exportadores, trocando experiências e informação, podem traçar um quadro mais realista da situação actual e futura e que a todos poderá servir.

O Fundo de Fomento de Exportação tem de impulsionar esta experiência, procurando estar presente sem viver da aparência, sendo ponto de encontro, de aperfeiçoamento profissional e de definição clara da classe de exportadores.

Vão VV. Ex.^{as} ter uma tarefa árdua e mesmo ingrata. Disporão de todo o apoio que os Ministérios das Finanças e da Economia possam dar-lhes para reorientar a instituição, que, tendo prestado grandes serviços num dado enquadramento, ganhou jus à sua autonomia. Que sendo a orientação outra, sejam outros os resultados. eis o voto que formulo.

*Lisboa, 12 de Novembro de 1963 **

É com grande alegria que venho a esta reunião. Nem de outra maneira poderia ser para quem, como eu, deu alguns dos seus primeiros passos de economista numa secção de estudos de uma associação de industriais. E queria sublinhar que desde então tive esperança de que a colaboração com o sector privado se viesse a reforçar, certeza de que era possível, porque sempre aqui encontrei independência no estudo, respeito pelas opiniões alheias e aspiração constante ao progresso e à integração num esforço colectivo.

Por isso, quando evidencio a necessidade de colaboração com o sector privado ou apelo para a cooperação de todos, não pronuncio frases feitas vazias de conteúdo ou de experiência. Sinto-as, porque vivi este ambiente, ponho-as em prática, porque tenho fé nos homens e acredito nas instituições.

E se não ouvem palavras de agradecimento, isso resulta da convicção de que não as esperam, ainda que as mereçam. E não vejo melhor modo de corresponder ao vosso entusiasmo e interesse do que tentar explicar algo do que penso ou tenho feito, na certeza de que desejaria ter realizado muito mais e na consciência de que esforços isolados e individuais não poderiam conduzir muito mais além.

Uma primeira interrogação terá surgido ao espírito de todos: porquê um plano intercalar?

* Reunião com a Comissão Central do Plano de Fomento da Secretaria de Estado da Indústria.

Várias razões aconselharam esta opção, umas de natureza técnica, outras de ordem política. As primeiras resultavam da necessidade de aperfeiçoar os métodos de planeamento, o que era difícil de levar a cabo em curto espaço de tempo. Técnicas de planeamento mais perfeitas exigem elementos humanos e materiais da mais diversa natureza. E, se não é fácil formar técnicos, exige tempo montar em bases sólidas uma orgânica eficaz de planeamento.

Na ordem política, a indefinição e incerteza que pesavam sobre a formação da Europa, a impossibilidade de determinar, sem grande margem de erro, os resultados da unificação do espaço económico português, e, finalmente, a prioridade atribuída ao esforço de defesa e ao desenvolvimento económico das províncias ultramarinas, tornavam precária qualquer tentativa de planear rapidamente e em bases seguras o desenvolvimento económico português. E pior seria errarmos muito do que pacien-tarmos um pouco.

A resposta natural, e nem sequer original, seria a de irmos elaborando um plano mais curto (três anos), sem comprometermos ou iludirmos a execução do II Plano de Fomento, dando, portanto, início ao Plano Intercalar em 1965.

A elaboração deste Plano permitiria, além disso, a preparação de técnicos, o estabelecimento e afinação de uma orgânica e a rodagem de uma colaboração entre diferentes sectores interessados no fomento. Podemos assim ter esperança, sem alimentarmos ilusões, de que os planos de fomento possam ser melhorados na técnica, alargados no âmbito e acrescidos nas ambições.

Entre os elementos mais frutuosos e importantes da preparação do novo plano situo esta iniciativa de colaboração com a indústria. E está feita a prova de que foi assim entendida, ao verificarmos que algumas centenas de industriais se encontram hoje pensando em termos de evolução e projectos para os próximos anos. Só vemos

mérito nesta nova dimensão da mentalidade, que, abandonando o quotidiano, começa a projectar o futuro e a configurar um Portugal diferente, que estou certo poderá ser acusado de ambição, mas nunca de economicamente estagnado ou socialmente injusto.

Pode ainda perguntar-se porque ouvir a indústria com tanta insistência e com espírito tão aberto. A razão é simples. O sector industrial, sendo alavanca do desenvolvimento, é também aquele em que a iniciativa privada se acentua, na medida em que a intervenção directa do Estado terá sido menos exigida. A primeira preocupação do Governo é a de ouvir e saber qual a concepção que cada um de vós tem do sector a que pertence e qual o progresso que cada um espera e deseja. Não houve, por isso, limites prévios ou objectivos prefixados, porque, ao procedermos de outro modo, podíamos correr o risco de desencorajar iniciativas ou boas vontades e, o que seria mais criticável, não teríamos elementos para afirmar que interpretávamos correctamente as aspirações e o sentir da indústria.

Recollida uma opinião que será clara e objectiva, estará o Governo em condições de a analisar à luz de outros critérios, e espero que a possa trazer de novo à apreciação da indústria antes de a inscrever como decisão final. Assim temos procedido em aspectos importantes da política industrial do Ministério. Recordo, por exemplo, que apresentámos à consideração da indústria quer critérios seguidos pela Direcção-Geral dos Serviços Industriais no condicionamento metropolitano, quer o projecto de condicionamento à escala nacional. E sempre esta atitude se mostrou frutuosa: pudemos ultimamente corrigir alguns critérios e elaborar em Junho passado, e em base mais segura, a posição do Ministério da Economia quanto ao condicionamento industrial à escala nacional.

E não finda aqui a vossa tarefa. Os relatórios já elaborados faziam críticas tão úteis que levaram o Ministério da Economia a pedir que fossem apresentadas su-

gestões para alargar e aprofundar o esquema básico da Lei n.º 2005, de reorganização e fomento industrial. Espero que essas sugestões venham a servir de base à reformulação dos quadros em que se inscreve a iniciativa privada e do apoio que ela deve merecer. Ficaria, no entanto, incompleta a construção de uma política industrial, se não fosse publicada, como espero, nova legislação quanto a investimento de capitais estrangeiros, não tivesse a possibilidade de enviar brevemente à Câmara Corporativa um projecto de lei sobre defesa de concorrência, não houvesse ocasião de adaptar o pensamento e orgânica de serviços à noção de fomento, afastando-os paulatinamente da concepção de intervencionismo burocrático.

E ficaremos todos insatisfeitos — e mesmo tristes — se virmos que o projectado Centro Nacional de Produtividade não se transforma num Centro de Cooperação Técnica com a Indústria, em especial no domínio tão importante da assistência à média e pequena empresa.

E teremos motivos para apreensão se concluirmos que o sistema de crédito não exerce as funções de orientador e guia do sector privado, completando com maleabilidade e meios as funções selectivas do sector público.

Finalmente, desejaria confessar que tenho grandes esperanças em que o próximo plano seja mais industrial, vendo nele inseridos projectos conveniente e directamente interligados, a par de uma política industrial orientadora.

É uma aspiração a que a indústria pode dar conteúdo, porque vontade não a poderei negar, apoio não o discutirei, recursos técnicos e financeiros teremos de os procurar unindo os nossos esforços.

Em matéria económica, quanto mais tentarmos ignorar os factos no presente mais eles nos desmentem no futuro.

Construamos, portanto, a cooperação franca e aberta que espero e vos proponho, porque ao encararmos assim as realidades de hoje menores serão as dificuldades de amanhã.

Porto, 18 de Dezembro de 1963 *

Após palavras de saudação ao Sr. Governador Civil do Porto, Associação Industrial Portuense, Corporação da Indústria e empresários, o Sr. Ministro disse:

Bastaria invocar a indústria têxtil algodoeira e a cidade em que me encontro para justificar a presença neste acto. Seria, porém, injusto esquecer que as relações de amizade com o Doutor Gonçalves de Proença reforçam a colaboração natural existente entre pessoas empenhadas na prossecução de objectivos similares e ingrato não recordar que dirigentes da indústria sempre vincaram o papel importante que cabia ao Ministério da Economia na actividade deste Grémio.

É sobre os princípios ou factos que informam este preâmbulo que se me afigurou útil discorrer com brevidade, embora consciente dos seus múltiplos aspectos e reconhecendo que tarde ou cedo teremos de lhe atribuir mais tempo das nossas meditações.

Enumeremos por agora alguns factos ou princípios:

A situação da indústria têxtil algodoeira;

A ligação entre a política económica e social;

Os vínculos entre a actuação do sector público e as entidades patronais.

1. Vem sendo hábito encarecer a importância do sector têxtil algodoeiro e longe de mim a ideia de assim não

* Discurso proferido na cerimónia da entrega do alvará ao Grémio Nacional dos Industriais de Têxteis.

proceder. Esse hábito dispensa somente de repetir os números indicadores e significa que aceitamos o papel relevante deste sector na vida industrial portuguesa.

A actividade da têxtil algodoeira dependeu sempre, em maior ou menor escala, de factores exteriores ao Portugal do continente europeu, quer pelas compras de matérias-primas e equipamento, quer pela colocação dos seus produtos finais. A permanência ou instabilidade de alguns desses factores era, portanto, exterior à acção do Ministério da Economia e a ela permanecem quase alheias. Por seu lado, as necessidades e técnica da laboração significavam uma produção trabalho-intensiva a que o nível de salários e outros custos do trabalho davam ou uma feição competitiva nos mercados externos, ou um maior sinal lucrativo nos mercados protegidos. E, que alguns me perdoem, assim viveu e fez fortuna, quantas vezes de forma desordenada, muita da indústria algodoeira durante os períodos de permanência dos factores externos e internos, e do mesmo modo morreu e se arruinou, também de maneira desregrada, outra parte da indústria, sempre que predominou a instabilidade dos factores e a inadaptação dos empresários.

Os resultados tomaram diferentes feições, e uma houve de natureza social, cujo relevo sempre foi sublinhado e a gravidade nem sempre foi compreendida.

O correr do tempo quase sempre traz consigo, de forma mais ou menos perceptível, alterações dos dados característicos e dos meios de actuação. Apesar disso, viveu-se um período de euforia resultante do aproveitamento de novos e velhos mercados que atirou a têxtil algodoeira para lugares cimeiros das indústrias exportadoras. Este impulso deveu-se principalmente aos mercados estrangeiros onde a competição de preços ou qualidade nos ia sendo favorável. Mas estas mesmas condições existiam para novos países ou regiões com mão-de-obra abundante e que beneficiavam de possibilidades de concorrência similares. O aparecimento de novos concorrentes e a

áspera competição provocaram uma invasão dos maiores e melhores mercados e uma correspondente reacção. De facto, os países mais liberais nos seus princípios e afirmações deixam de o ser no seu comércio quando são atingidos os seus próprios interesses. E assim aconteceu. Se tivermos em conta que outros mercados se fecharam por outras razões, não parece que tenhamos muito tempo para adiar o confronto com as realidades.

A prospecção e conquista de mercados não é tarefa fácil, nem pode ser conduzida na anarquia em que tem vivido. Os compromissos internacionais em que tínhamos fundado alguma esperança de «permanência» — factor importante para a colaboração e condução de uma política — revelaram um carácter ilusório de que a têxtil algodoeira sofre reflexos directos. E as províncias ultramarinas, no caminho do progresso, irão produzir uma parte do seu próprio consumo de matérias têxteis.

Por seu lado, o factor trabalho deixou de ser variável estratégica ou parâmetro de acção dos empresários, e, assim, acontece que as adaptações fabris se tornam mais difíceis do que anteriormente, reduzindo possibilidades competitivas da nossa indústria quando concebidas em termos tradicionais.

Não serão bastantes estes factores para termos de repensar o futuro da indústria têxtil algodoeira? Sem dúvida. Disso todos temos íntima consciência, embora esperanças vãs ou fatalismo ancestral, para não falar de egoísmo, criem em alguns a ilusão de que salvarão sòzinhos os seus próprios interesses. Poderia dizer mais. As opiniões que tenho recolhido indicam que estamos, por vezes, conhecedores do que há a fazer, mas ainda nesses casos raramente somos conduzidos a agir. Uma teia, quase invisível, de fricções, responsabilidades difusas e dispersas e mentalidades menos abertas, conduz a uma quase paralisia e inércia, cuja análise deve ser cuidadosamente feita, antes de escolhermos o modo de acção.

Se a tudo o que acabei de expor, aliarmos a concentração de efeitos que resultam da localização da indústria, creio bem que os empresários do Norte devem e terão de pôr em prática as qualidades que nunca lhes faltaram, e espero que o Grémio ora constituído possa ser veículo da sua expressão e afirmação. Tarefas não escasseiam.

2. A política social é praticamente a outra face da política económica. É através daquela que vamos pôr ao serviço do homem os resultados desta. E, por isso, se uma face não corresponder à outra, podemos ser conduzidos, como na história das moedas, ou a uma inflação ou a um entesouramento. No primeiro caso, a euforia transitória e a sua base demagógica são seguidas de um trágico despertar quando verificamos que o País transformou a obtenção de créditos em prémio de atitudes que ultrapassam o campo económico e que constituem por vezes autênticas opções políticas remuneradas. E não será necessário descrever as consequências internas da inflação sobre as classes menos favorecidas, sobre os estados de tensão social ou mesmo sobre o desenvolvimento económico. No segundo caso, o enriquecimento exagerado de alguns agrava desequilíbrios sociais, sobre os quais difícil é passar sem grande custo e sério risco. Não me pertence a mim falar sobre os aspectos sociais, embora os viva e sinta mesmo sem falar.

3. Abordo finalmente o problema dos vínculos entre a actuação do sector público e as entidades patronais. Por vocação e exigência da sua própria actividade, tem o Ministério da Economia de estar em contacto permanente com as entidades patronais.

As associações patronais desempenham um papel que não devemos esquecer, na medida em que sejam autênticamente representativas e intérpretes das aspirações do sector. Mas essa representação é, e será, uma representação de interesses que terão de ser avaliados segundo princípios e dados mais amplos que os situem e enquadrem no interesse geral. Acontece também que esses inte-

resses, ao organizarem-se ou ao serem organizados, ficando desligados dos órgãos e entidades que elaboram e executam a política económica, terão tendência a transformar-se em grupos de pressão externa. Procurarão apoio transitório em diferentes pólos, conforme as ocasiões, tentarão transformar problemas particulares em problemas nacionais para assim fazer vingar um ponto de vista de pseudo interesse geral e quantas vezes actuarão com objectivos não económicos, em que o político ou o pessoal desempenham papel que num caso é inevitável, noutro condenável e na sua conjugação autenticamente nocivo. Na verdade, e do mesmo modo que amontoados de pedras não são edifícios, as aglomerações de interesses não representam uma política.

As organizações patronais teriam por isso interesse em vínculos da mais diversa índole com os Ministérios de que efectivamente dependem as suas actuações económicas e financeiras e não creio que nos devamos confinar às boas relações pessoais e actuais entre dirigentes e dirigidos. Se assim não procedermos, ficaremos à mercê das pessoas e das contingências, quando devíamos cuidar que as instituições funcionassem para além delas e para bem de todos. O Ministério da Economia continuará a procurar a colaboração das entidades patronais e das organizações que melhor se adaptem à elaboração e execução da política económica definida pelo Governo. O momento é de austeridade e sacrifício e, por isso, não podemos ou devemos desperdiçar recursos humanos e financeiros.

A economia concertada é somente meio para percorrer o caminho do progresso económico e social e exige a conjugação de esforços de governos que governem e de organizações que funcionem.

Estas palavras pretendem continuar a esclarecer alguns aspectos da vida industrial portuguesa e da sua organização, na convicção de que a indústria têxtil algodoeira poderá fazer um balanço das actividades através dos seus autênticos representantes e colaborar nas soluções de sa-

crifício que se nos impõem. Abandonemos as lamentações, construamos um optimismo esclarecido, diminuamos os elogios e soluções fáceis e procuremos na persistência e no trabalho o progresso a que aspira e tem direito o povo português.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1964 *

1. Deve previamente esclarecer-se que a análise feita cinge-se compreensível e necessariamente ao problema agrícola da metrópole, ainda que o aviso prévio tenha sido anunciado como abordando «a crise agrícola nacional».

2. Não constitui novidade a afirmação de crise agrícola e com certa regularidade se aponta a «crise» e se avaliam as políticas. E esta regularidade pode até permitir pensar que a «crise» tem significado diferente do habitual em economia e lançar a dúvida quanto à extensão e profundidade do problema.

Na economia, o grau de permanência de factores traça também a fronteira entre a «conjuntura» e a «estrutura» e, deste modo, a repetição da «crise» pode significar um problema estrutural da lavoura que poderá ser mais ou menos explicitado por razões conjunturais. Não podemos, aliás, esquecer que, como membro do Governo e como professor de Economia, sempre se apontou o sector agrícola como fundamental no processo de desenvolvimento e na política de expansão que havia a seguir. E, portanto, à luz de dois aspectos gerais — crise estrutural de um sector, papel estratégico nesta fase de crescimento —, e não em referência a aspectos particulares ou específicos

* Exposição feita à Assembleia Nacional sobre «a crise agrícola nacional e as medidas tomadas para a enfrentar».

mais ou menos exactos ou demagógicos, que será informada esta exposição. Houve já oportunidade de apresentar à Comissão de Economia as linhas gerais da política do Ministério e os factores que a condicionavam e, por isso, me absterei de abordar de novo esse assunto, embora umas e outros estejam sempre presentes como pano de fundo de intervenções feitas, pedidas ou sugeridas pelo Ministério. A convite da Comissão de Economia tive também recentemente o prazer e a honra de expor com mais pormenores a política agrária e, deste modo, não deve surpreender que este texto retome em grande parte a declaração então feita.

Mas como se entendeu, e bem, que o problema da agricultura não era especificamente português, analisaremos inicialmente:

1) A agricultura no mundo de hoje

3. Creio não interpretar mal um dos grandes economistas agrícolas contemporâneos ao afirmar que os fumos das chaminés das fábricas são possuídos por $\frac{1}{3}$ e desejados por $\frac{2}{3}$ dos homens, mas têm impedido quase todos de entrever o papel que a agricultura desempenha nas sociedades modernas.

Històricamente, sempre se apontou a Natureza como factor essencial da agricultura e o homem, ao colher os seus frutos, com maior ou menor esforço, era por ela determinado. Os fisiocratas encontravam nessa actividade a base da produção e da acumulação, os maltusianos as fronteiras do crescimento demográfico, os ricardianos o princípio da repartição do produto e capital e alguns economistas alemães a explicação da localização. E terá interesse recordar que muitas das chamadas leis económicas assentaram em exemplos de produção agrícola, o que poderá significar que, não sendo conhecidos os seus autores como economistas rurais, sempre a agricultura e a sua

análise fizeram parte de conceitos mais amplos que não podemos, hoje como ontem, confinar nos limites da exploração agrícola, pois nem sequer explicaremos o comportamento desta, ignorando o que se passa em seu redor. Assim, todos os elementos que modificaram a produção e os mercados, sejam eles preços de factores, níveis de tributação, ajustamentos de transportes e comunicações, progresso da técnica ou da previdência social, alterações da política internacional, ou até da ordem pública interna, interessam à economia agrária de modo tal que, por vezes, na sua evolução, encontramos no campo exterior à economia explicações mais válidas do que a variação de um preço ou de uma área de exploração.

Além disso, o homem, ao conduzir uma luta mais ou menos desigual contra os agentes atmosféricos, o solo, os parasitas e outros elementos, actua num quadro de organização económica, social e política, introduzindo ou permitindo a introdução de técnicas mais ou menos eficazes com intuitos da mais diversa natureza que vão desde acabar com a fome, a manter o prestígio familiar e as tradições, até a aumentar o lucro e, pretendem alguns, a comprovar o espírito socialista. Por isso, não se pode nem esquecer a organização económica e social nem os objectivos imediatos e últimos de uma sociedade nem os intuitos dos homens, ao analisar ou ao querer modificar as formas de produção. Tal não impede que, para alguns, o desejo de modificação e melhoria não seja aliciante a ponto de não cuidarem de outros factores, e para outros a ânsia de defender o habitual esteja tão arreigada que ignorem a aspiração constante ao progresso económico e social. E nem uns nem outros têm inteira razão, situando-se o problema em não termos de optar entre extremos tão revolucionários ou tão retrógrados.

Notemos, por exemplo, a facilidade com que se defende e reclama a reorganização ou reconversão industrial e até comercial como meio seguro e indispensável de aumentar

a produtividade da indústria e do comércio e a emoção que levantam no mundo as «reformas agrárias», em que constantemente conflituam objectivos económicos e sociais. Por isso as palavras «reorganização» e «reconversão» traduzem um espírito de moderação que, sem ignorar aspirações profundas, têm em conta outras realidades humanas e sociais.

4. É evidente que na agricultura o leque de problemas não se abre igualmente do mesmo modo e com idêntica importância em todas as regiões. Basta notar que na Europa as terras cultivadas representavam 64 por cento da superfície produtiva, em África 30 por cento e na Austrália e Nova Zelândia cerca de 6 por cento, para concluirmos que os problemas são fatalmente diferentes. A mesma diversidade se concluiria da percentagem da população empregada na agricultura, variando de 5 por cento na Inglaterra até quase 90 por cento na Tailândia. E se tomarmos em conta as participações da agricultura no produto, encontramos variações menos amplas que traduzem também diferenças claras de produtividade.

Apesar disso, apontam muitos autores a existência de problemas generalizados que interessam a agricultura, e não me afastarei muito da realidade se os caracterizar do seguinte modo:

- 1) Como produzir mais para alimentar uma parte da humanidade: *o problema da fome*;
- 2) Como produzir melhor: *a adaptação da exploração às técnicas*;
- 3) Como repartir e distribuir melhor os resultados da produção: *a comercialização e os preços*.

Em quase todos os países existem, embora em dosagem diferente, estes problemas e pode afirmar-se que a questão agrícola é acima de tudo fulcro das sociedades e economias subdesenvolvidas, enquanto nas economias industrializadas é peripécia de desenvolvimento onde a indústria é motriz e os problemas de comércio interessam mais a

repartição do que a produção. Nas sociedades em desenvolvimento ou transição, o sector agrário repartido entre uma tradição que pesa e uma transformação ou evolução que se impõe não encontra por vezes o caminho difícil, mas irreversível, que as circunstâncias vão apontando e obrigando a percorrer. E é preferível escolher o próprio caminho a ser arrastado por vias que se desconhecem ou ignoram.

5. A partir da revolução industrial a agricultura situa-se numa espécie de segundo plano e já Adam Smith, em fins do século XVIII, afirmava:

Desde o declínio do império romano, a política da Europa evoluiu constantemente, mais num sentido favorável aos ofícios, à manufactura e ao comércio — indústrias citadinas — do que à agricultura — indústria dos campos.

Na verdade, uma sociedade que se desenvolve é uma sociedade que se industrializa, e as exigências de uma expansão equilibrada atribuem papel motor à indústria, mas não podem suportar uma agricultura que não se adapte às novas condições e combinações dos factores. Entre a agricultura e as outras actividades produtivas processa-se um constante ajustamento e adaptação; caso contrário, tarde ou cedo, o sector primário vem a constituir ou travão do crescimento ou fonte de perturbação. A simples leitura de quadros de interdependência ou de matrizes da actividade mostra que a produção agrária vai sendo inserida como elo de uma cadeia de actividades e a interdependência vai aumentando com o desenvolvimento.

A simples citação de números quanto aos Estados Unidos da América mostra que o produto líquido agrícola a preços constantes aumentou de 40 por cento em 40 anos (1910-1950), a população activa diminuiu de 50 por cento e o capital agrícola aumentou de 20 por cento; foi uma

evolução singular no domínio da produtividade, de tal modo que muitos a consideram grande «revolução» da economia americana. A própria agricultura tendia a industrializar-se. Apesar disso, podia ler-se recentemente (Janeiro de 1964) na exposição do presidente dos Estados Unidos ao Congresso sobre a situação económica:

A produtividade agrícola continua a aumentar. A produção agrária em 1963 foi de cerca de 12 por cento superior à média de 1957-1959 e continua a representar um novo máximo pela sexta vez consecutiva. Embora o acréscimo da produção das colheitas tenha sido limitado a partir de 1960 pela redução da área destinada ao trigo e aos cereais secundários, as produtividades crescentes destas produções acompanharam a redução da área. Assim, as colheitas, em 1963, foram maiores do que em 1960, apesar de a área ter diminuído de 5 por cento e o volume de trabalho de 11 por cento.

Apesar de tudo isto, em termos americanos, mais de 40 por cento das famílias rurais são consideradas pobres. E, por isso, no programa para 1964, se sublinhava «a necessidade de maiores esforços para ajudar a economia rural a ajustar-se ao enquadramento tecnológico e económico que rapidamente está variando».

A par da decrescente participação no produto e crescente interdependência das actividades encontramos ainda muitas relações funcionais que, apesar da sua evidente atenuação, continuam a existir por razões técnicas ou históricas. Assim, as colheitas comandam por razões técnicas a actividade de certos sectores em que têm grande relevância os transportes (dada a dispersão da produção) e a armazenagem (dada a sua característica temporal). Os preços agrícolas continuam, por razões históricas, a ser preços estratégicos, porque, entrando imediatamente no custo de vida, criam ou perpetuam uma psicologia conhe-

cida, em que a articulação preços agrícolas-salários-custos-preços não pôde ainda ser interrompida.

6. Esta última razão explica também que o problema agrícola em países industrializados se considere mais como problema social, eleitoral e financeiro do que como problema económico. E pode proceder-se assim porque a população agrícola é percentagem reduzida do total, e, sendo elevada a capitação de rendimento, no conjunto e em outros sectores, pode mais facilmente proceder-se a uma transferência.

Um modelo simples para um país de capitação de 1500 dólares e com uma população agrícola de 10 por cento, atendendo as diferenças normais de produtividade, indica que a transferência de 1 por cento do rendimento das classes não agrícolas pode incrementar o rédito do sector agrícola em mais de 15 por cento. Em casos semelhantes em países medianamente desenvolvidos cada 1 por cento daria eventualmente origem a 2 por cento de acréscimo do sector agrícola. Há, no entanto, que atender, em qualquer caso, à carga tributária, à sua distribuição e evolução, à importância que toma o imposto indirecto e às prioridades a que devem satisfazer as despesas públicas, e ao ponderar esses factores podemos entender as atitudes mais ou menos compreensivas dos diferentes Ministérios das Finanças.

Mas nos países subdesenvolvidos também o problema agrícola — sendo, por vezes, problema de fome — se transforma em assunto político, eleitoral e social e, sendo questão de pagamentos, se apresenta com características financeiras e como reflexo da política internacional. A análise do problema está feita em muitos manuais, e não creio que interesse para o caso presente.

7. No mundo actual alguns aspectos contribuem para agravar as dificuldades da agricultura. O sector rural, isolado dos mercados modernos de distribuição, vê aumentar o desvio entre o preço de venda dos produtos agrícolas e

industriais, o que afecta em especial as pequenas e médias explorações agrárias. E a impotência e o isolamento dos pequenos lavradores são também os das pequenas nações, que vêem no mercado mundial as cotações dos produtos agrícolas e industriais afastarem-se progressivamente, dando origem a relações ou razões de troca que são causa de frequentes reclamações desses países e vão constituir elemento fundamental da próxima Conferência Mundial sobre Comércio e Desenvolvimento.

Para aquilatar da importância da evolução das razões de troca basta referir que todo o auxílio financeiro às regiões subdesenvolvidas foi, por vezes, absorvido pela variação das cotações internacionais dos produtos primários.

Varridas por estas dificuldades, que acarretam crescente desigualdade de remuneração e mal-estar num meio social mais transparente, as explorações agrícolas defrontam questões inerentes à «dimensão» e à «técnica da sua exploração», do ponto de vista económico e para reduzir custos, e problemas quanto ao «acesso à propriedade ou à exploração», do ponto de vista social e para fazer face à agitação social e ao desemprego.

Por esta dupla razão, as reformas agrárias ganharam vulto de panaceia e os aspectos de «estrutura» prioridade na lista dos objectivos. E estes últimos encontram-se em muitos ou todos os países ou regiões, desde os subdesenvolvidos (fome de terra em zonas densamente povoadas, emoção política da existência da grande concessão ou plantação europeia nos países recentemente vindos à independência) até àqueles já industrializados ou em via de evolução (por exemplo: Dinamarca, França e Itália), em que o problema da dimensão se põe frequentemente em termos de «exploração» e onde, por vezes, conta mais a possibilidade de acesso à exploração do que à propriedade.

8. Mas a perspectiva da análise não deve legitimamente confinar-se a este problema da propriedade ou ex-

ploração, antes devendo abarcar o conjunto da «produção e do comércio agrícola», onde se evidencia o modo como se organiza a cooperação na produção e no comércio entre produtores isolados e dispersos, em face de consumidores pequenos mas aglomerados (isto é, o problema do abastecimento urbano ou da exportação). São múltiplas as soluções que vêm sendo dadas, mas em todas se vinca o aspecto vertical, a coexistência de organizações plurais (variadas conforme as circunstâncias) e a intervenção do elemento industrial (transformar não só para conservar, mas também para ajustar às preferências de sociedades de abundância).

E ao falar de «organização» queremos significar mais do que um simples esforço de ajuda entre alguns agricultores para produzir ou vender. É evidente que estas associações que tendem a especializar-se um pouco mais para melhorar o seu nível de vida ou reduzir os seus esforços são elementos primários, para não dizer catalíticos, de transição para uma agricultura menos isolada e individualista. Mas não basta. É necessário um passo em frente para que essas associações saibam impor, obrigar ou impedir de modo a que constituam autêntica disciplina da profissão e do produto e órgão de difusão válido de ideias novas.

Esta exigência da evolução significa também que a gestão de associações ou agrupamentos tende a profissionalizar-se, e daí que a formação de dirigentes agrícolas tome carácter de grande relevância.

9. Mas, ao procurar-se o acesso ao mercado, convirá ter presente quais as suas características.

É conhecido, do ponto de vista económico, o pouco dinamismo dos mercados de muitos produtos agrícolas: os grandes desvios da procura provêm da evolução demográfica, pois é baixa a elasticidade-rendimento de produtos agrícolas tradicionais ligados à alimentação — os produtos-massa. Sendo assim, poderia prever-se uma diferença

sensível no comportamento entre produtos-massa destinados à alimentação e produtos agrícolas destinados à indústria, mas essa diferenciação atenua-se ao surgir a concorrência de produtos de síntese que a indústria química vem **pondo** à disposição da própria indústria.

Estes dois elementos — baixa elasticidade-rendimento e expansão de sucedâneos industriais — têm sido factores limitativos na dinâmica das vendas e a procura a prazo de produtos agrícolas eleva-se menos rapidamente do que a procura de bens industriais.

Se olharmos também à forma que hoje reveste o consumo em sociedades modernas — em particular nas zonas urbanas —, ligado ao crédito pessoal a prestações para produtos industriais, em especial bens duradouros, concluímos que mesmo por essa via caminhamos para uma pressão sobre as despesas alimentares. No caso de uma redução do poder de compra é prioritariamente afectada esta categoria de despesas, até porque não pode fugir-se ao pagamento das prestações sem incorrer em grandes dificuldades sociais externas.

Geram-se situações que em sociologia alguns designam como «revolta condicionada», em virtude de as unidades de consumo concluírem que a «alimentação», sendo uma necessidade a que não se pode fugir, o aumento de preços de alimentos essenciais é um atentado directo e sem defesa à pessoa humana ou ao cidadão, enquanto em outras categorias de despesa existe aparentemente uma opção deliberada ou racional. E, ao entrar-se em processo inflacionista, a primeira amputação que se faz no rédito provém exactamente da actualização das «prestações», e a primeira rebelião que se verifica é contra o acréscimo de preços dos produtos alimentares essenciais.

A par disso, o afastamento entre consumo e produção e a preferência por alimentos fáceis e rápidos de preparar multiplicam a procura de produtos semipreparados: embalados, conservados, pratos preparados, enlatados, congelados, sumos, massas e farinhas alimentícias, leites e

ovos em pó . . . O preço de venda do produto consumido vem assim a inserir uma parcela de transformação, embalagem e publicidade.

A remuneração da produção primária vai correspondendo a uma percentagem menor das despesas alimentares e a transformação vai permitir uma redução dos riscos por destruição de produtos frescos não vendidos (o que era antes aparentemente suportado pelo comerciante).

Encontramo-nos assim, hoje, em face de uma série de produtos-qualidade — considerados ricos ou fáceis do ponto de vista alimentar (frutas, hortícolas, lacticínios, carnes . . .) ou do ponto de vista social (flores e essências, aperitivos e sobremesas, condimentos . . .).

Também neste domínio a absorção directa da produção pela fábrica e a existência de *stocks* limitam para alguns produtos as oscilações de preço na produção, mas não anulam o relativo dinamismo da sua procura, e é para eles que as sociedades em desenvolvimento se dirigem.

10. O desvio entre preços na produção e no consumo parece assim prejudicar o agricultor, mas não devemos esquecer que a comparação, no tempo, de preços de produtos industriais de consumo corrente (automóveis, rádios, frigoríficos, aspiradores, outra aparelhagem doméstica eléctrica e outros produtos-massa) conduz-nos a concluir por baixas significativas, até fulgurantes, apesar das taxas mais diversas que sobre eles incidem.

Se pensarmos, porém, no produtor agrícola, que vê uma multidão de intermediários na colocação dos seus produtos, que vê chegar os produtos industriais que compra através de outra cadeia de intermediários, apesar de a racionalização e a concorrência limitarem as margens de distribuição deste circuito, não surpreende que as queixas se acumulem nesta matéria.

Direi algo mais: o problema consiste em saber se pode pagar-se melhor à produção sem transmitir a alta ao con-

sumidor. Na verdade, a diferença média entre preços na produção e no retalho é duas vezes mais elevada nos produtos agrícolas do que nos industriais.

E há mercados de circuitos simples (como os cereais) onde se encontra uma tendência à superprodução em termos mundiais e económicos e, portanto, ao alinhamento dos preços, embora a separação de mercados possa manter preços internos diferentes, até porque os riscos de perdas ou perturbações são diminuídos pela simplicidade técnica da armazenagem e pela facilidade de enfrentar a escassez em virtude das próprias reservas mundiais.

O problema, neste caso, assume antes carácter financeiro e de pagamentos quanto à economia de excedentes ou à economia de défices, porque os custos da imobilização são elevados e a sua adopção deve assentar numa previsão válida quanto à evolução futura dos mercados. A política americana é exemplo de excedentes que procuram reduzir-se, quer por escoamento no mercado mundial (mesmo nos adversários), quer por redução das áreas cultivadas. E os estudos da F. A. O. quanto à previsão da procura de produtos agrícolas para 1970 mostram a preocupação com o aspecto da previsão.

E há mercados de «profissionais» — mais recentes —, como o da carne, frutas e legumes, e até dos vinhos, onde a complicação é regra e os intermediários absorvem margens especulativas consideráveis. Pode mesmo dizer-se que o sistema de produção e comercialização em economia liberal beneficia o comerciante no caso dos produtos agrícolas e o produtor no caso dos produtos industriais.

A tendência actual é para fazer participar o produtor nos benefícios mediante a sua associação ou cooperação, e em quase todos os países, mesmo de feição mais liberal (como os Estados Unidos e a Alemanha), os movimentos cooperativos e similares desempenham papel fundamental. E aqui se insere de novo o aspecto da organização da lavoura.

11. Mas para além da comercialização encontramos também certa especificidade no sector agrícola quanto às condições de produção. A remuneração do «trabalho agrícola» é inferior à de outros sectores, não só pela baixa produtividade média derivada do carácter aleatório da produção ou do atraso das técnicas, mas também pela especificidade de prestação de trabalho, que comporta largas horas de tempo improdutivo. E não falamos da diferença do custo de vida básico entre a cidade e o campo. Nestas condições a hipótese de igualdade de remuneração conduziria a uma sobrevalorização do trabalho agrícola, e ao ter em conta que a relação preços agrícolas-salários continua a ter validade em todos os países, essa paridade levaria, por si, a uma revolução na escala de preços. Apesar disso, a pressão para a igualação relativa de salários é grande, mas, dada a sua impossibilidade imediata, haverá sempre uma razão para fuga ao trabalho rural, a qual é ainda estimulada pela atracção da «cidade e dos seus encantos». Em face desta situação a procura de métodos mecanizados ou capital intensivos tem sido a regra e a tendência para instalar explorações polivalentes a solução complementar. Caímos assim na habitual conjugação da inovação técnica com a policultura e a indústria agrícola.

E quanto à remuneração do capital, uma constelação de razões conduzem a uma taxa menor do que na indústria, e se algumas delas são similares às que se apontam para o trabalho, outras são específicas, e entre elas a própria mentalidade do empresário agrícola que não procura no «lucro» todas as compensações da terra.

12. Em conclusão, duas características:

desigualdade na evolução dos preços agrícolas e industriais na produção (havendo a distinguir entre produtos-massa e produtos-qualidade):

a) Em virtude das oscilações e cotações dos mercados mundiais;

b) Pela inserção de constante inovação na indústria, a qual ao ser transmitida à agricultura conduz a uma divisão de benefício da produtividade;

c) Pela posição do agricultor no mercado;

desigualdade de remuneração do trabalho ou capital, em que se diferenciam vários aspectos: quanto ao trabalho, menor aproveitamento do trabalhador e rarefacção da mão-de-obra, ou seja o que se pode chamar desemprego tecnológico (algumas vezes oculto) e o êxodo rural; quanto ao capital, menor grau de utilização e de domínio do risco e menor receita residual, pelas razões anteriores.

As respostas que se estão esboçando ou executando são as seguintes:

Simplificação dos circuitos de distribuição (procurando o acesso ao mercado ou aos seus lucros, em que desempenha papel importante a cooperação e a economia contratual). Aplica-se em especial aos produtos-qualidade;

Estabilização dos preços dos produtos primários no mercado mundial, em especial para os bens tropicais (mediante a cooperação económica internacional: acordos sobre produtos, conferências definidoras de princípios de equidade . . .);

Apoio à inovação técnica: mecanização, incrementando a produtividade do trabalho e fugindo à rarefacção de mão-de-obra; complemento ou polivalência da exploração, permitindo repartição racional do trabalho ao longo do ano; selecção e melhoria das sementes e espécies cultivadas, redução das perdas provocadas pelos inimigos das culturas, utilização e regularização das águas, reconstituição de fertilidade do solo, etc., destinadas a elevar a produtividade. Neste aspecto são indispensáveis a existência e intensificação dos serviços de educação e assistência técnica, para que os produtores compreendam por si e adiram à

vantagem de adoptar métodos científicos e técnicas modernas;

Procura de explorações de dimensão óptima que permitam a inovação, garantam o trabalho e respondam às questões sociais.

Em suma, podem ainda sintetizar-se nestes termos as seguintes tendências e aspectos:

a) *Irreversibilidade de participação decrescente da agricultura numa sociedade em desenvolvimento;*

b) *Existência de problemas de:*

- 1) Fome e alimentação;
- 2) Adaptação da exploração às técnicas e condições naturais;
- 3) Comercialização e preços.

c) *Elaboração de respostas globais:*

- 1) Integração crescente da agricultura no circuito produtivo;
- 2) Reformas agrárias e reconversões culturais (conforme predomina o problema social ou o aspecto económico;
- 3) Inovações com técnicas capital-intensivas;
- 4) Simplificação de circuitos de distribuição com partilha dos seus frutos e estabilização dos preços;
- 5) Acordos ou cooperação ao nível local, regional, nacional ou mundiais.

Analisemos agora, e sumariamente, o caso português.

II) O caso português

13. Com uma capitação de produto baixa em termos europeus; com uma composição do produto e da população que põe em relevo a habitual disparidade de níveis de produtividade e de vida entre diferentes sectores profissionais;

com desequilíbrios regionais bem marcados entre a cidade e o campo, a costa e o interior; com diferenciação clara entre agricultura do Norte e do Sul do País, eis como muitos autores têm descrito, em termos económicos, o continente português. Tentaremos, no entanto, sublinhar mais aquilo que nos une do que os aspectos que nos dividem ou diferenciam, embora estes não possam ignorar-se em questões de equilíbrio regional.

São de todos conhecidos os números quanto aos sectores básicos: a maior parcela (40 a 44 por cento) da população trabalha na agricultura e produz a menor percentagem (23 a 25 por cento) do produto nacional.

Serão, contudo, menos divulgados os elementos componentes do produto agrícola, em que se destacam, com maior ou menor variação, conforme o ano:

	Percentagens
Carne-leite	20
Os cereais com menos de	20
Madeiras, resinas, cortiça	17
Vinhos	12-15

E convirá evidenciar que:

1) Apesar da posição carne-leite, temos um dos mais baixos índices pecuários da Europa (a Grécia e a Itália têm 30-40 por cento, a França, Bélgica . . . , 60 por cento ou mais), e a representação de 17 por cento está longe de corresponder à aptidão florestal reconhecida do território, que deve atingir quase 50 por cento da área;

2) Uma análise mais pormenorizada mostraria graus de monocultura em *Évora e Beja*, onde o trigo participa em cerca de 70 por cento do produto interno bruto vegetal desses distritos, em *Braga e Viana*, onde surge o milho, com cerca de 40 por cento, e *Setúbal e Portalegre*, onde voltamos a encontrar o trigo com mais de 50 por cento. Deparamos ainda com elevado grau de concentração, em valor global, para frutas e produtos hortícolas em *Faro* (70 por cento), mas que representam uma gama diferen-

ciada de produção, e para vinhos em *Lisboa* (47 por cento), *Vila Real* (41 por cento), *Leiria* (40 por cento);

3) A evolução do produto bruto da agricultura mostra um acréscimo nos primeiros anos de 1950 em relação ao período anterior e com poucas flutuações tem mantido um nível semelhante — o que pode traduzir uma estagnação relativa. (Basta apontar que os números de 1960–1961 são idênticos aos de 1953–1954 e, embora a comparação não seja válida por os anos agrícolas serem de natureza diferente, pode concluir-se que deve estar a processar-se uma remodelação da nossa agricultura, embora tão lenta que não se reflecte nos seus indicadores — esta uma possível interpretação.)

Sobre os problemas da agricultura portuguesa melhor dirá a leitura de uma série de relatórios feitos por peritos de organismos internacionais, como a O. C. D. E., F. A. O. e B. I. R. D. ou por técnicos nacionais reputados. Seria também do maior interesse a leitura de elementos constantes de exposições feitas por ilustres Deputados em diferentes debates e em especial na apreciação da Lei de Meios ou dos planos de fomento ou na reorganização agrária, embora se possa dispensar a sua apresentação exaustiva, por serem conhecidos desta Assembleia.

Faremos a transcrição de alguns passos do relatório do Banco Mundial sobre economia portuguesa (1962):

23. *Agricultura.* A agricultura, incluindo floresta e pesca, produz cerca de um quarto do produto nacional bruto e emprega cerca de metade da população (quadro 8). Além disso, os produtos agrícolas, quer na sua forma natural, quer transformados, representam cerca de 60 por cento das exportações totais, sendo os principais componentes o peixe, o vinho, a cortiça e outros produtos da madeira (quadro 23).

24. A principal actividade agrícola consiste na produção de bens alimentares para consumo interno: os cereais (trigo, centeio, milho e arroz), as leguminosas

comestíveis e a batata ocupam metade da área cultivada (quadro 9). Uma grande parte da produção de azeitonas, vinho e frutas é consumida internamente. Os 10 por cento da área cultivada que beneficiam de irrigação são utilizados na cultura do arroz, trigo e certas frutas e produtos hortícolas. A produção de cevada, aveia e fava é de pouca importância e não existe praticamente cultura forrageira.

25. A produção agrícola mantém-se estagnada há cerca de uma década. Do princípio dos anos 30 ao princípio dos anos 50 a área cultivada aumentou de mais de 20 por cento e a produção de cerca de 30 por cento. Sem mais terra disponível e com rendimentos estagnados, não tem havido novos aumentos da produção. Recentemente verificou-se, no entanto, algum êxito na expansão da produção comercial de frutas e produtos hortícolas, em particular de tomate para conserva. A produção de gado sofreu com a falta de alimentação adequada e a produção de carne (principalmente vaca e porco) não aumentou durante os anos 50. Os fracos resultados (*poor performance*) da agricultura portuguesa, comparados com os de outros países da Europa ocidental, são indicados no quadro 10.

26. Em grandes áreas de Portugal as condições naturais são desfavoráveis à agricultura. Os solos são pobres, a pluviosidade é baixa e, no Norte, o terreno não é favorável à mecanização (mapa 2). Cerca de um quarto a metade da actual área cultivada não é própria para agricultura contínua. No entanto, com a falta de orientação para utilizações alternativas, encontram-se semeadas grandes áreas que seriam próprias para floresta ou pastagens (mapa 3). Os métodos de cultura são primitivos, é utilizado muito pouco fertilizante e a tradicional rotação de sementes é ineficaz para manter a fertilidade do solo. Mesmo a força animal é pouco utilizada. Existe, em

geral, falta de conhecimentos técnicos e de orientação técnica. As disposições de comercialização inadequadas, excepto para os cereais, e o grande número de intermediários impedem o desenvolvimento da agricultura comercial.

27. Estas condições adversas são acentuadas pelo sistema de propriedade da terra. No Norte está largamente adoptada a propriedade familiar e as quintas foram fragmentadas durante gerações. Metade das propriedades têm menos de um hectare cultivado e a maior parte delas consiste em fragmentos dispersos. Por outro lado, no Sul, predominam as grandes propriedades. Para o conjunto de Portugal, 1 por cento das 850 000 propriedades têm 50 por cento de área cultivada, enquanto metade das propriedades têm menos de 5 por cento da área. Finalmente, cerca de um quinto das propriedades mantém-se em regime de arrendamento, a maior parte em condições que não encorajam a manutenção da fertilidade do solo.

28. Muito se poderia fazer para mudar esta situação. Até agora o Governo tem dado pouca importância (*emphasis*) ao investimento agrícola, no seu Plano de Fomento em curso, sendo apenas 17 por cento do total dos investimentos projectados para os seis anos destinado à agricultura, e o financiamento ficou, até agora, bastante aquém das previsões. Existem planos para extensão da irrigação no Sul, mas o Governo tem ainda de assegurar a publicação da legislação sobre propriedade da terra, que é condição prévia para um programa efectivo. Os grandes lavradores resistem a tentativas de redução das suas propriedades e de obrigação de produções novas, com as quais não estão familiarizados e que pensam seriam menos lucrativas do que as que são actualmente vendidas a preços subsidiados (ver Par. 30). Além disso, o Governo tem aparentemente hesitado em apressar os

seus projectos de lei para emparcelamento da propriedade no Norte e reforma do sistema de arrendamento.

Do relatório da O. C. D. E. — Junho de 1963. — *Agricultura, silvicultura e pesca*:

9. O crescimento médio da produção e da produtividade agrícolas, no decurso da última década, foi muito reduzido. Verificou-se uma expansão considerável na produção agrícola e florestal nos primeiros anos do decénio de 1950; registaram-se, sem dúvida, progressos nos métodos de cultivo, mas o aumento da produção, sobretudo de cereais, explica-se, em parte, pela redução dos pousios, por vezes em terrenos marginais, que foram arroteados durante os anos de 1930-1940, os quais se julga, agora, serem mais adequados para a silvicultura. De qualquer modo, as receitas agrícolas aumentaram, mas sem que se tenha verificado um aumento suficiente nos investimentos agrícolas. Em período mais recente, registou-se uma série de más colheitas, por motivo de condições atmosféricas desfavoráveis. No conjunto, enquanto na maior parte dos países membros as dificuldades residiam no facto de a agricultura enfrentar uma crise de abundância, Portugal não parece ter beneficiado dos modernos progressos da tecnologia.

Ainda que numerosos factores tenham certamente contribuído para uma tal situação (por exemplo, a taxa ainda elevada de analfabetismo), a insuficiência do volume dos investimentos teve nesse facto uma acção preponderante.

O II Plano de Fomento consigna à agricultura uma parcela mais importante dos investimentos previstos, mas verificaram-se neste sector atrasos consideráveis. O caso das obras de irrigação do Alentejo, ao sul do Tejo, é digno de nota: os estudos técnicos já haviam

sido completados, o financiamento estava assegurado, mas o início dos trabalhos foi sendo largamente retardado, por se reconhecer necessário introduzir certas alterações nos direitos de propriedade; finalmente, em Novembro de 1962 foram adoptadas as disposições legais julgadas indispensáveis para o início dos trabalhos.

A estrutura da propriedade constitui, na realidade, um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento da agricultura. Enquanto nas províncias do Sul predominam os latifúndios, a pressão populacional provocou no Norte a sua fragmentação excessiva.

10. Embora as estatísticas de que dispomos subestimem talvez a produção pecuária e de lacticínios, não oferece dúvida, no entanto, que o desenvolvimento neste sector tem sido muito lento. O peixe parece continuar a representar a maior fonte de proteínas de origem animal da população, e esta particularidade do regime alimentar, aliada ao facto de Portugal ser um país tradicionalmente exportador de peixe, explica a existência de uma indústria de pesca bastante apreciável. Finalmente, deve mencionar-se a grande importância da silvicultura, mormente no que se refere às exportações. Durante o período em estudo, as providências tendentes a manter e a melhorar a eficiência da produção nestes dois sectores foram aplicadas com mais êxito, no conjunto, do que na produção agrícola e pecuária.

Do relatório do II Plano de Fomento, vol. II, 1958:

... exceptuando as áreas ocupadas pelas vinhas, oliveiras e árvores de fruto, que podem ainda estender-se além dos limites actuais, deparando com condições mesológicas apropriadas, há que admitir que a cultura arvense e hortícola, fora de novos regadios, não oferece perspectivas de expansão.

Pelo contrário, tudo indica que, por imposição das necessidades de conservação do solo e de valorização de trabalho, a cultura cerealífera de sequeiro tenderá a circunscrever-se às manchas de maior produtividade do solo, entregando ao aproveitamento florestal boa parte dos terrenos que hoje ocupa. Será de admitir ainda que esta redução da área de cultura cerealífera não venha a afectar o nível geral da produção, visto que os novos recursos da técnica podem permitir maior intensificação cultural, com supressão ou encurtamento dos pousios e acréscimo das produções unitárias.

A superfície florestal do País foi avaliada em 2 500 000 ha, o que representa 38 por cento da extensão cultivada e 28 por cento do total do território.

Ainda que este índice de arborização seja dos mais elevados da Europa, o certo é que as nossas possibilidades florestais estão longe de ser atingidas. Parece apresentarem-se como áreas onde a cultura florestal é necessária defesa contra a erosão e ao mesmo tempo o melhor empreendimento económico, parte da superfície agrícola hoje entregue à cultura cerealífera, grande parte dos 810 000 ha da superfície inculta, mas produtiva, e 602 000 ha da superfície inculta, mas cultivável, de aptidão predominantemente florestal.

Do relatório do grupo de técnicos sobre a agricultura portuguesa, 1962:

As características dos solos e do clima portugueses condicionam a utilização daqueles a bem definidas directrizes, que importa ter sempre presentes. Assim:

a) Grande parte do território português, já pela pobreza do solo, já pelo seu relevo e declive, não pode ser explorada nas condições tradicionais, pelo

que terá de ser considerado um novo ordenamento cultural.

A floresta cabe, além de uma função protectora, a função de rendimento, que é, sem dúvida, naqueles casos, mais remuneradora, desde que se recorram a técnicas de intensificação.

b) Pela irregularidade do clima o território tem melhores condições para ser aproveitado por culturas arbóreas e arbustivas do que por culturas arvenses. De facto aquelas resistem melhor à alternância de períodos húmidos e secos; sucede, além disso, que o clima dá a certos produtos daquelas culturas características excepcionais de qualidade; é o caso das vinhas e das frutas.

c) A intensificação cultural à base de culturas herbáceas será tanto menos aleatória quanto mais se dispuser da possibilidade de, pela rega, assegurar às plantas um abastecimento regular de água.

d) A relativa pobreza dos terrenos e a rápida transformação da matéria orgânica no solo obrigam a recorrer a grandes incorporações desta, desde que se queira manter ou aumentar o nível de fertilidade. Daí o ser necessária, para além da sua função económica, a presença de densos efectivos pecuários nas explorações, tanto mais elevados quanto for procurada a intensificação cultural.

14. Com maior ou menor ênfase os relatórios sobre a agricultura de Portugal europeu acentuam os problemas dos desajustamentos de culturas, da estrutura agrária, da organização da produção e dos mercados, das técnicas aplicadas, de disparidades regionais, para não referir aspectos de ordem social e, por vezes, de natureza política.

Não creio que nenhuma análise serena e desinteressada do caso português possa chegar a conclusões muito diferentes, ainda que possa naturalmente atribuir maior ou menor importância a um ou vários dos aspectos.

A atitude relativamente a esses problemas não poderia ser outra senão ajudar a Secretaria de Estado da Agricultura a elaborar e a pôr de pé uma política agrícola, integrada na política económica geral. Assim se foi procedendo e nesta base o debate sobre o aviso prévio poderá ser mais uma preciosa achega, pois na orientação que vem sendo adoptada pelo Ministério, sempre se defendeu que os assuntos fossem apreciados e conhecidos pelos organismos competentes.

Mas a política agrícola, como qualquer política sectorial, não pode nem deve desligar-se do conjunto da actividade económica e das circunstâncias conjunturais.

Quanto à economia portuguesa, uma análise aprofundada mostraria que, após o impulso dado com a execução da política de electrificação, com o lançamento do I Plano de Fomento, com a determinação de instalar uma siderurgia, viesse a ser indispensável fomentar a agricultura para que não constituísse travão de qualquer progresso geral. As experiências de desenvolvimento desequilibrado tinham dado amargos frutos e a leitura do Relatório do II Plano de Fomento, elaborado em 1957, fazia crer que o problema assim fora sentido. Por isso o impulso que fosse continuado a dar à indústria, não sendo acompanhado de idêntico esforço na agricultura, viria a dar maior acuidade ao problema agrário e a torná-lo prioritário no processo de desenvolvimento. Estas as linhas gerais do resultado da análise, embora possa haver opinião discordante, mas a ser assim teremos de avaliar o modelo e concepção de desenvolvimento que lhe serve de base, porque a política portuguesa tem sido de «progresso equilibrado» e de «expansão com estabilidade».

Quanto às circunstâncias, pouco será necessário acrescentar. E entre elas tenho certamente de mencionar e sublinhar o esforço com a defesa, que é prioritário no conceito nacional e a Assembleia Nacional ainda recentemente aplaudiu. E outra prioridade tem sido implícita ou explicitamente aceite: o esforço de investimento nas províncias

ultramarinas. E seria injusto não reconhecer, olhando ao que se tem feito nesta matéria, atentas as circunstâncias e os recursos, que, não havendo explicação pelo «milagre», certamente a haverá pela muita competência, trabalho e justeza de princípios. Será difícil esquecer estas circunstâncias no dia a dia, se quisermos manter a coerência de atitudes e a coordenação e canalização de recursos indispensáveis à concretização de uma política.

15. É, portanto, a esta luz que devemos pôr este problema económico: como manter o desenvolvimento económico da metrópole?

Seria esta a primeira interrogação. E o ponto de partida era, e é, o seguinte: os recursos do Ministério da Economia estavam fixados ou pelo orçamento ou pelas dotações do Plano de Fomento; a orientação geral era de «não reforço ou acréscimo de despesas»; os fundos disponíveis do Ministério da Economia estavam esgotados, consignados e os défices existentes foram agravados pela política que teve de ser seguida quanto a alguns problemas de abastecimento que se encontraram em final do ano de 1962 (azeite, batata, bacalhau, . . .). Noutros termos, os défices de fundos próprios atingiam algumas centenas de milhares de contos e havia receitas futuras consignadas até 1964; nenhuma política válida poderia ter sólido fundamento sem caminharmos para o reequilíbrio financeiro, que era, aliás, exigido também pelas próprias condições intrínsecas do mercado monetário e financeiro.

Nestas condições qual foi a política seguida: procurar coordenar a acção interna do Ministério (o que se afigura ter sido conseguido); rever a situação financeira de modo a preparar a base de qualquer política de fomento; aferir a validade das ideias e dos resultados dos estudos quanto aos problemas da economia portuguesa e à possível política a seguir nas circunstâncias actuais. Quanto a este último aspecto, e no caso concreto do problema agrícola, talvez não seja inútil citar um extracto da conferência

feita nos primeiros meses de 1962 sobre a economia portuguesa, e que traduzia um ângulo de visão:

Na agricultura, conjugamos uma política de consumo e de auto-abastecimento de alguns produtos, que se traduz, entre outras, pela política de preços agrícolas, com políticas de hidráulica agrícola (rega), de povoamento florestal e de colonização interna, a que acrescentamos a reorganização agrária e os planos de fomento pecuário e frutícola, recentemente anunciados.

A política de preços agrícolas é indispensável, mas não se tem adaptado às condições cambiantes do comércio e produção e encontra-se estruturalmente desajustada às condições ecológicas da produção. O reconhecimento e ordenamento agrários mostram claramente este desajustamento. Na medida em que visou a auto-suficiência, a crítica fundamental que se lhe pode fazer é a de não ter tomado em conta as aptidões agrícolas dos solos, ter perpetuado uma localização deficiente das culturas, ter actuado desligada das outras formas de intervenção, contrariando incentivos de outra maneira proporcionados, ou não utilizando o «sistema de mercado» como estímulo para produções mais adequadas.

As medidas de hidráulica agrícola e de povoamento florestal datam de há muitos anos e correspondem a uma necessidade. O volume de investimento na agricultura não nos leva, porém, a pensar que elas tenham sido executadas à cadência a que foram imaginadas e com a amplitude que se lhes quis e devia dar. Um exame mais atento dessas políticas conclui pela sua insuficiência e pelo seu carácter exclusivo de obra pública, mas não altera a ideia fundamental de que o «princípio» está certo.

Quanto à «colonização interna», pode dizer-se que o organismo que dela se ocupou, e apesar das funções

que lhe foram tardiamente cometidas, foi mais amplo nos estudos do que nas realizações. Estas foram em reduzido número e pouco encorajadoras, o que, aliás, se pretende explicar de diversas maneiras, mas creio que a principal explicação se encontra no elemento humano, «que normalmente tem má preparação tanto no que se refere ao nível de cultura como à receptividade para os ensinamentos que se lhe facultam». Não surpreende, por isso, que o êxito da Junta de Colonização Interna se afirme mais na concessão de créditos a longo prazo e a baixo juro, previstos pela lei de melhoramentos agrícolas, do que nas intervenções directas de colonização, para as quais não estava preparada, não tinha meios de acção ou o enquadramento humano indispensável, para cuja formação, aliás, pouco podia contribuir.

Estas políticas estão a ser completadas por algo tão em voga como «correção da estrutura agrária», «reorganização da agricultura» ou «reforma agrária». Acontece, porém, que a reforma agrária é um problema onde coexistem e entram em conflito constante objectivos de justiça social e fins de produtividade económica. No primeiro aspecto, ela não constitui mais do que uma parcela do problema geral de redistribuição da riqueza e do rendimento, e a sua importância em muitos países menos desenvolvidos deriva de à agricultura se afectar ou dela depender uma grande parte da população. Pode surpreender, portanto, que no nosso país o problema se tenha levantado não no contexto da economia portuguesa, mas sim no âmbito limitado do território metropolitano, apesar de recentemente se ter legislado para o ultramar sobre problemas de propriedade de terras; ora, no contexto mais amplo da economia portuguesa, não parece que exista uma das justificações principais da reforma agrária — escassez de terra — se admitirmos que Angola e Moçambique são como o Minho ou o Alentejo. Outra

das razões que aconselham a reforma agrária é a aplicação mais produtiva dos factores na agricultura, mas de novo podemos cair numa controvérsia interminável quanto às vantagens da dimensão da exploração, na medida em que os factores não são homogéneos e, em particular, os factores terra e natureza variam consideravelmente de região para região e até dentro da região (vejam-se as dificuldades do emparcelamento), este último, infelizmente, ao longo do próprio ano.

Deste modo, para não ficarmos deslumbrados com o aspecto social e demagógico do termo «latifundiário», teremos de analisar cuidadosamente o conteúdo da dimensão e a eficácia da exploração.

A reforma agrária só por si, para além das repercussões económicas que por agora desprezamos, tem decerto um grande apelo social, mas ele é efémero se não forem criadas condições para a obtenção de um nível de vida razoável para os novos proprietários e pode até ser contraproducente se acaso se concluir, algum tempo passado, que os grandes proprietários, os latifundiários, passaram a viver melhor porque conseguiram desfazer-se de terras menos rentáveis, obtendo uma liquidez que vinham procurando.

Teríamos, portanto, que admitir implicitamente que os factores produtivos que se iam reunir em propriedade de menor dimensão eram diferentes e, portanto, que a terra não era a mesma, que as condições de trabalho eram diversas, que os conhecimentos eram modernos e progressivos, que o produto era remunerador.

Mas, por exemplo, no Alentejo, se olharmos a massa rural e a própria terra, ficamos na dúvida quanto à hipótese anterior, pois o sequeiro é extenso, o trigo não é rentável e o analfabetismo não é inexistente.

Este último aspecto é da maior importância, pois ainda recentemente um economista, ao estudar as estatísticas de um grande número de países, encontrou uma correlação extremamente significativa entre o produto por cabeça na agricultura e a percentagem de analfabetismo nos sectores rurais. Claro que se podem invocar as relações de causa e efeito entre os dois elementos, mas numa sociedade onde o «homem» tenha importância fundamental, não vemos razões para que não se atribua à formação rural um papel predominante.

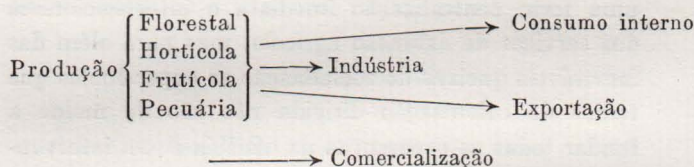
A carência de conhecimentos pode ser suprida com uma forte centralização imediata e intervencionista dos serviços de extensão agrícola, mas para além das inevitáveis queixas de socialização as experiências que temos de colonização dirigida não são de molde a fundar todas as esperanças na eficácia dessa intervenção. Por outro lado, o estabelecimento de uma assistência técnica adequada, a construção de escolas, a disseminação dos rudimentos da agricultura, não se incluem no quadro da reforma agrária, mas antes no da política agrícola e, melhor, na política de desenvolvimento.

Atendendo aos problemas atrás referidos, o contacto com os elementos disponíveis no Ministério da Economia mostrou claramente que a comercialização era problema fundamental, que a organização da lavoura sob forma quer corporativa, quer cooperativa, era susceptível de muito aperfeiçoamento; o que ouvi de norte a sul sobre estes aspectos deve merecer funda meditação. Quanto à actuação do Ministério é clara a consciência de que é indispensável uma adaptação da orgânica da Secretaria de Estado da Agricultura em que se dê papel mais importante à assistência técnica — executando, aliás, orientação que de há anos vinha — e ao fomento, de modo a

lançar a possibilidade de maior participação nos programas futuros de investimento.

Haveria ainda que estudar a prioridade de culturas adaptadas a solos, climas e mercados, e a investimentos feitos, ou que se iam realizando (entre eles havia que evidenciar o plano de rega do Alentejo, que representava uma aplicação de muitos milhões de contos e que certamente seria o investimento de maior vulto em obra pública agrícola). E este facto teria, e terá, de conduzir certamente a uma atenção especial às culturas de regadio.

Do ponto de vista de culturas e de problemas, podia esboçar-se o seguinte diagrama:



Isto é: os produtos tinham em regra elevada elasticidade-rendimento e mercados externos; implicavam uma transformação ou armazenagem para valorização e conservação; eram nitidamente de economia de mercado, salvo o caso de algumas lenhas ou produtos pecuários, e aconselhando, portanto, uma infra-estrutura comercial que melhor correspondessem à sua valorização.

Além disso, desde que fosse dada prioridade a esta orientação, haveria um ajustamento dos problemas regionais, porque todos os produtos citados interessavam também às regiões norte e centro do País. Aliás, sempre se defendeu que era do maior interesse económico e social olhar decididamente para a valorização regional, trabalhando com base na adesão e aspirações locais. O projecto não era novo, pois em algumas experiências feitas sobre o Alentejo, mesmo quando estava em causa «a reforma agrária», se fazia a apreciação do papel da grande lavoura e se discutia o plano de rega do Alentejo, se podia

concluir pela validade e interesse da acção económica regional.

E a natureza das coisas mostrava que o esforço de desenvolvimento regional teria de ser levado a cabo fundamentalmente através do Ministério da Economia, com a colaboração das populações locais e o conhecimento das suas aspirações, possibilidades e estado de espírito. A acção económica regional era e é complemento indispensável de qualquer política de natureza geral.

O estudo e ponderação do problema à luz das realidades portuguesas conduziu, portanto, à seguinte orientação:

Prioridade à agricultura:

- 1) Adaptação gradual de culturas.
- 2) Revisão selectiva de preços.
- 3) Saneamento e reforço dos meios financeiros.
- 4) Melhor comercialização e apoio industrial.
- 5) Revisão da orgânica: coordenar, concentrar e regionalizar.

16. *A adaptação gradual de culturas:* o grande e imediato problema era o de saber se devia continuar-se com estímulo tão forte à cultura do trigo. Nos últimos anos os «regimes cerealíferos» continham no preâmbulo críticas que não se concretizavam em soluções na parte dispositiva e se formos mais longe concluímos que o relatório do II Plano de Fomento era bem claro a este respeito:

As nossas baixíssimas produções médias são extraordinariamente influenciadas pela grande extensificação cultural, que conduz ao aproveitamento de terrenos de reduzida aptidão agrícola, cuja produtividade pouco influi na produção global, mas que faz baixar as produções unitárias do conjunto.

Um novo ordenamento agrário que permitisse explorar melhor a aptidão natural do solo, circunscre-

vendo a cultura às regiões mais apropriadas, acompanhado de uma melhoria técnica (melhoramento, fertilização, etc.), poderia elevar aqueles índices de produtividade, aproximando-os dos de países de agricultura mais evoluída. *Será mesmo de admitir que esse ordenamento, embora imponha o abandono de certas áreas para as entregar ao aproveitamento florestal, não afecte a produção global.*

E ao fazer a análise através da óptica dos custos concluiu também o relatório do II Plano de Fomento:

O ajustamento dos custos em relação ao mercado processa-se em particular nos pequenos empresários, com restrições nos padrões de vida, sempre que as cotações dos produtos não acompanham a pressão exercida pelos que se encontram em deficientes condições económicas. E porque os mercados mais vastos cada vez obedecem menos a esta pressão, é inevitável o condicionalismo que impõe um novo ordenamento cultural.

Conclui-se, por todos estes motivos, que toda a intervenção na estrutura dos custos, feita no sentido não só de os tornar mais moderados, para baixar os preços do mercado, como também conduzida com o propósito de manter ou aumentar os rendimentos, há-de contar com três circunstâncias fundamentais:

- a) O peso do trabalho;
- b) O preço da terra, e
- c) *O defeituoso ordenamento cultural, que conduz à utilização da terra em culturas que a sua aptidão não comporta.*

Podíamos ir mais longe citando as produções médias por hectare no triénio de 1955-1957, onde Portugal se situava abaixo de qualquer outro país europeu e longe do penúltimo, no trigo, centeio e milho, e aparecia com produtividades razoáveis no caso do arroz.

E as razões para isso não devem procurar-se num único factor, mas antes na conjugação de diferentes elementos onde o desajustamento de culturas parece ter significativa importância.

A esse propósito terá interesse reler algumas passagens do preâmbulo do Decreto n.º 17 252, de 16 de Agosto de 1929, que lançou a Campanha do Trigo e onde se afirmava:

... que se torna necessário assegurar o equilíbrio já alcançado da situação financeira do País por um conjunto de medidas de fomento tendentes a aumentar a capacidade de produção e a valorizar a riqueza nacional;

... que, entre essas medidas, a da intensificação da produção agrícola deve merecer a devida atenção do Governo;

... que nessa orientação se faz mister cuidar em primeiro lugar do problema cerealífero, promovendo desde já o *aperfeiçoamento da cultura do trigo e a sua produção em melhores condições económicas para o País e para a lavoura*;

... que se tinha em vista a necessidade de estreitar a colaboração entre técnicos e lavradores, não só no sentido de exercer a acção imediata e eficaz que se requer, *como também no de permitir, pela experiência, assentar na forma definitiva de aproveitamento dessas actividades, caminhando-se para uma organização mais perfeita e de maior alcance, que venha a abranger o problema agrícola em todos os seus aspectos.*

para se concluir que os princípios estavam certos, mas que foram sendo esquecidos na prática, a qual, exagerando e prolongando os objectivos da Campanha do Trigo, conduziu a uma situação quase insustentável por extensificação demasiada da cultura trigueira. As consequências

que daí se podem tirar, quanto a problemas de repartição do rendimento no âmbito quer pessoal, quer regional, e, portanto, social, ultrapassam o objectivo deste esclarecimento, ainda que não devamos esquecer a velha teoria da renda da terra.

E o próprio relatório do II Plano de Fomento permite e tira ilações sobre este aspecto:

Sendo assim (refere-se à extensificação cultural) não admira que sejam entregues à cultura agrícola solos e climas de fraca capacidade, compreendendo-se que, em parte, os preços de mercado acusem os efeitos das produções verificadas nestes casos. As consequências são *a maior carestia dos produtos agrícolas e a criação de fortes rendas diferenciais, que dão origem, por vezes, a avultados lucros* nos casos de boa localização das culturas em face das condições mesológicas. Esta circunstância só é possível em economias espacialmente limitadas, mas é insustentável quando visada a competição internacional através da unificação de mercados mais vastos.

Com a característica de que sendo as culturas mais protegidas — ou menos desprotegidas — diferentemente localizadas, essa diferente localização conduzia a desigualdades regionais acentuadas. Poderia, no caso português, concluir-se que haveria a contrapartida de um melhor nível de vida geral nas regiões mais protegidas, mas os indicadores disponíveis não permitem essa conclusão.

E talvez o que tenha evitado um desequilíbrio dessa espécie fosse a «extensificação» cultural ter tomado também grande amplitude ao sul do Tejo.

É interessante, porém, apontar que a evolução da produção cerealífera mostra que em relação ao período anterior à guerra, 1935-1939, o milho, o centeio e a batata, que certamente não se situam entre os produtos mais

acarinhados, apresentam evolução perfeitamente comparável à do trigo.

Designação	Produção	
	Milhares de toneladas	
	1935-1939	1956-1960
Trigo	440	650
Milho	330	460
Centeio	100	180
Arroz	70	160
Batata	570	1 060
Vinho	7 270	9 900

Quererá isto significar que a agricultura portuguesa no último quarto de século respondeu sempre mediante uma extensificação cultural? Não acreditamos. O progresso técnico também desempenhou o seu papel, embora o alargamento da área tenha sido obtido, por vezes, não à custa de incultos, praticamente inexistentes desde a Campanha do Trigo, mas em resultado do encurtamento do ciclo de rotações, pela supressão ou redução dos poucios, ou seja pelo esgotamento dos solos; e a intensificação, apontam os técnicos, só poderá fazer-se quando forem acauteladas as exigências de conservação do solo. Logo o progresso técnico coexistiu com alargamento demasiado da cultura do trigo, e, embora haja lugar para melhorar muito a técnica, não parece que possa vencer as condições naturais existentes em muitos solos.

E pode justamente perguntar-se qual o destino destes solos e condições naturais. E a resposta, também dada no II Plano de Fomento, pode ser sintetizada através das exposições feitas por um ilustre deputado e distinto professor donde transcrevemos os seguintes passos:

Esta circunstância (refere-se o orador ao pequeno acréscimo do produto nacional) vem comprovar, o

que de resto é de todos conhecido, o aleatório da nossa produção agrícola, baseada na cultura arvense, vitícola e pomareira. E que a cultura florestal é a única que se encontra verdadeiramente adaptada a grande parte do território metropolitano. (Dezembro de 1959).

Haverá que realçar, desde logo, em relação ao problema florestal, o facto de a aptidão natural de largas extensões do território nacional para a cultura silvícola ser, na realidade, desde há muito conhecida. A história o revela em variadíssimos passos e a economia contemporânea da Nação o confirma amplamente.

.....
Vemos, assim, que o continente, ilhas adjacentes e províncias de além-mar, deverão constituir, em futuro próximo, um território florestal muito extenso e valioso, que, pelo seu valor potencial acrescido do da riqueza a criar, será — pelo menos é de prever que assim seja — absolutamente comparável ao de alguns países europeus que fundamentam na floresta o seu elevado nível de existência.

.....
... podemos avaliar, na realidade, a grandeza das nossas possibilidades florestais, largamente acrescidas quando forem entregues à cultura florestal cerca de 2 milhões de hectares de terras em acentuado estado de degradação e que hoje produzem magras searas de pão. Pelo que fica dito, julgo apoiar a afirmação feita de que Portugal dispõe de possibilidades de produção florestal extraordinariamente valiosas, muito semelhantes às que deram já aos países escandinavos situação de realce quanto ao grau do seu desenvolvimento económico. E não esqueçamos ainda que em muitas regiões do território português a insolação, aliada a outros factores do clima, é de natureza, pelo condicionalismo acentuado que exerce nos fenómenos

do crescimento, a actuar por forma significativa no rendimento das explorações florestais. É o que se verificou ainda recentemente com a cultura dos choupos de origem híbrida, quando esta é posta em comparação com a exploração análoga feita em território francês, belga, alemão ou sueco.

Assim, repito, julgo não constituir exagero afirmar que as condições climáticas dominantes no território nacional facultarão à exploração das florestas ambiente dos mais propícios para o sucesso de iniciativas deste género, que *largamente hão-de contribuir para o acréscimo do nível de existência da nossa gente.*

Vejamos agora, para terminar, um outro factor de interesse não menos destacado como elemento de sucesso do fomento florestal, especialmente no que se refere ao território metropolitano. É o que diz respeito às possibilidades de mão-de-obra rural necessária para levar a cabo os trabalhos de sementeira, de plantação e outros dos novos povoamentos, digamos, do 1.º estabelecimento desta importante indústria. (Março, 1960).

... A diminuição dos rendimentos da agricultura é principalmente influenciada, segundo calculo, pela produção cerealífera.

Um país como o nosso, com uma agricultura influenciada, no conjunto dos seus rendimentos, pela produção cerealífera —excepcionalmente sensível—, está sujeito àquilo que estamos observando, porque o erro vem do facto de o País ter características eminentemente florestais e ser eminentemente cerealífero. (Dezembro, 1960).

17. Por seu lado, o progresso económico tem levado a contínua modificação na Europa das dietas alimentares, substituindo produtos de origem vegetal pelos de origem animal, e, em Portugal, embora este processo se

encontre na fase inicial, tende a acelerar-se com a melhoria do nível de vida e tem sido acompanhado, relativamente aos cereais, por uma progressiva substituição — desejável ou não — do milho e do centeio pelo trigo. Esta lenta variação ou criação de preferências trouxe consigo uma pressão maior sobre o trigo do que sobre outros cereais e o abandono de formas tradicionais de alimentação que, no caso do pão de centeio, não pode dizer-se que estejam abandonadas mesmo em países muito desenvolvidos. Compreende-se, portanto, que após estes anos os preços internos do milho e do centeio se afastem menos das cotações internacionais que o preço do trigo. E o processo de ajustamento também foi possível devido ao diferente quadro social em que se insere a produção destes cereais.

Apesar disso, e de ser difícil falar em termos globais do ponto de vista de rendimentos brutos, as lamentações quanto ao trigo foram sempre mais intensas do que quanto ao milho ou ao centeio; mas houve também, quase sempre, um travão aos ajustamentos dos preços, porque a própria lavoura receava que a subida do preço arrastasse consigo a alta dos salários. Pelo menos quanto ao trigo o exemplo existe, mas cabe também dizer que o preço do trigo rijo de grão claro foi elevado em 1957 e em 1962 de cerca de \$10 por quilograma, o que tem aumentado o preço médio de 2\$85 em 1947-1948 para 3\$0315 em 1963.

Mas não víamos como prosseguir uma política que tão acusada fora de arruinar uma determinada lavoura e cuja permanência exigiria subsídios ou preços crescentes à medida que o esgotamento dos solos fosse continuando. E pelas descrições que se fazem da lavoura do trigo, das condições em que trabalha e dos rendimentos que obtém, parece que a grande questão se encontra nos muitos milhares de pequenos produtores que obtém produtividades de duas e três sementes e vão esgotando progressivamente os solos. E, apesar de tudo, o abandono da agricul-

tura não é tão surpreendente como se pode imaginar. Ainda recentemente, em quadro publicado pelo O. C. D. E., se lia que entre os países europeus era em Portugal (conjuntamente com a Jugoslávia) que tinha sido menor a redução, em percentagem, da população activa agrícola no período 1950-1960 (não havendo números para Espanha e Grécia). Tal não significa que não deparemos com o problema da pequena lavoura do trigo. No entanto, a descrição que dela se faz e a produtividade indicada para os terrenos permite supor que não há preços «possíveis» que possam tirar tais agricultores da miséria de duas e três sementes.

E não havendo solução económica imediata para essa situação, não se vê que os aspectos sociais não possam ser cautelosamente ponderados e atacados.

E foi a pensar na situação de pequenos agricultores e na diferença entre ajustamento e reviravolta que se entendeu caminhar por uma solução gradual mas activa, maleável mas firme, para um reajustamento das culturas. E analisemos qual a orientação, tendo em conta as circunstâncias do momento.

18. O primeiro passo seria *abrandar* o ímpeto da «campanha do trigo», na convicção de que a sua permanência nos termos actuais era causa de extensificação cultural e do esgotamento de terras e até, segundo alguns, de ruína da lavoura. Aliás, está implicitamente reconhecido que «a campanha do trigo» era frequentemente forma de obter créditos que, não sendo para semear, teriam de ser pagos pela colheita de trigo. E, quantas vezes, à baixa produtividade das terras se somou a alta apetência para os consumos, acelerando um processo ruinoso vivido na esperança de colheita compensadora, prémio aleatório de jogo arriscado.

Sendo um factor de estímulo o apoio financeiro, foi sobre ele que se actuou, dando a indicação de que o empréstimo ao trigo iria ser *lentamente* reduzido. A solução foi estudada em colaboração com o Ministério das Finanças e a

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, e cabe aqui uma palavra de justiça ao esforço feito no sentido de mobilizar capitais em momento tão difícil. Os princípios foram simples: o Fundo de Abastecimento substituiria os lavradores nos créditos passados (cerca de 220 000 contos em moratórias), que deviam ser reembolsados entre 1963 e 1964, e assim aliviaria *imediatamente, sem juros e com prazo de diferimento*, a lavoura do trigo. Esta substituição representa de facto um *subsídio da ordem de algumas dezenas de milhares de contos*. Os restantes 400 000 contos — do período 1962-1963 — seriam reemprestados aos produtores de trigo para continuar a «campanha», embora o sistema fosse (diminuindo o valor por hectare) de reemprestar até 80 por cento do máximo obtido nos últimos três anos. O objectivo era *não incitar* a cultura do trigo em zonas marginais (aquela onde parece haver produções com custos muito superiores ao preço). A solução adoptada significava, porém, que do ponto de vista de liquidez a lavoura do trigo (aliviada de um terço da dívida e recebendo praticamente dois terços sob a forma de reempréstimo para cultura de trigo, com ou sem encontro de contas) ficaria sem encargos imediatos quanto a créditos do sector público, e qualquer outra solução já sugerida — aumento de preço ou subsídio — não traria *imediatamente*, e dentro dos termos possíveis, melhor posição financeira para a lavoura do trigo «descapitalizada», salvo se fosse acompanhada de moratórias adicionais das dívidas, o que se revelava inteiramente impossível nas circunstâncias financeiras do momento.

Esta a base e a razão da operação financeira. Pondere-se, porém e ainda, que os 220 000 contos reembolsados pelo Fundo de Abastecimento à Caixa Geral de Depósitos viriam a ser volante para empréstimos àqueles que iniciassem uma reconversão cultural ou ainda a outra lavoura não trigueira que até então teria, eventualmente, maior dificuldade no acesso ao crédito; aliás, sendo esta soma reembolsada até Agosto deste ano, pode dizer-se que prà-

ticamente nos encontramos desde já com estes fundos disponíveis. Poderia ainda, com critério optimista, pensar-se que os eventuais fundos não reemprestados na campanha do trigo para 1963-1964 poderiam também ser utilizados, mas a prudência havida aconselhou a não considerar estes fundos; deveria, no entanto, incluir-se o crédito que a Caixa Geral de Depósitos normalmente concede à agricultura para além da campanha do trigo, e que atinge volumes elevados: caso dos créditos directos ou de organismos de coordenação, os quais, aliás, tiveram de procurar também no sector bancário apoio para as campanhas do vinho e do azeite.

Por outro lado, obrigações internacionais assumidas exigiam uma liberalização (não digo libertação total) da importação de adubos e a extinção de formas de auxílio à produção interna que não podiam ser aceites no âmbito da E. F. T. A. Os subsídios à indústria de adubos foram sempre objecto de grande controvérsia, em virtude de muitos pensarem que, com maior concorrência e sem subsídios, a indústria nacional poderia vender mais barato — basta lembrar que os subsídios aos adubos somam mais de 2 milhões de contos desde a sua instituição. A ser assim, o subsídio que no seu espírito se destinava à lavoura representava afinal um subsídio à indústria, dado que a concorrência não era permitida. Talvez a verdade seja de que o subsídio em parte se destinava à lavoura e em parte se destinava à indústria, mas a natureza das coisas obrigou à sua extinção. O seu valor actual, que era de mais de 80 000 contos — e era financiado em parte pelos resultados do Fundo Especial de Compensação das Fari-nhas —, foi, porém, integralmente destinado a acrescer os recursos do Fundo de Melhoramentos Agrícolas, para que este pudesse ampliar substancialmente a sua acção a juro baixo e assim duplicasse praticamente os seus recursos anuais. E quanto à acção deste Fundo há suficientes aspectos positivos para não lhe negarmos elogios.

Para melhor esclarecimento do problema dos adubos não parece, aliás, indispensável referir as posições tomadas, quer por organizações da lavoura, quer pela própria indústria.

Havendo recursos postos à disposição dos melhoramentos agrícolas, resultava também que os reembolsos dos créditos concedidos viriam a constituir possibilidades adicionais de financiamento. E a partir daí se construiu a exequibilidade de actuar através do Fundo de Fomento Florestal e Aquícola, na sua nova forma, no sentido de intensificar a tarefa de florestação da propriedade particular, conjuntamente com reforços orçamentais que, por transferência (sublinho *por transferência*), foram obtidos. Tal permitirá que possamos dispor de cerca de 70 000 contos em 1964 para este objectivo (povoamento florestal do património particular) complementar da reconversão de culturas.

Continuaremos, no entanto, com o subsídio para as sementes seleccionadas de trigo, cujo encargo anual tem tendência crescente e atinge hoje cerca de 35 000 contos. Este regime, instituído a título transitório em 1948, representou já um encargo superior a 300 000 contos, mas, dados os seus objectivos louváveis, virá a continuar, embora possa ser aperfeiçoado no seu funcionamento. Do mesmo modo se tem prosseguido com o bónus ao gasóleo, que beneficia especialmente a lavoura já mecanizada e de maior dimensão e que atinge o volume de 35 000 contos anuais, ou sejam mais de 100 000 contos desde a sua instituição.

Se olharmos ainda a outros aspectos que interessam à lavoura trigueira, talvez concluamos que alguma preocupação tem havido com o processo técnico do cultivo do trigo e que, mesmo sem funcionar a Estação de Cerealicultura de Beja (cujo problema foi resolvido em pouco tempo pelo actual Secretário de Estado da Agricultura), seria injusto esquecer os contributos da Estação de Melhoramento de Plantas de Elvas, ou ainda

olvidar o modo como tem funcionado, do ponto de vista técnico e comercial, a Federação Nacional dos Produtores de Trigo.

Se atendermos, porém, a que a reconversão de *algumas* áreas destinadas ao trigo significa fundamentalmente para além de floresta, gados e forragens, teremos de abordar a questão pecuária, onde desempenha papel importante — e justificado — o problema dos preços. Mas será talvez mais útil completar o esquema do regime cerealífero.

Regressando ao aspecto financeiro, os escassos recursos disponíveis permitiam um pequeno subsídio. Foi escolhido um cereal de terras pobres das zonas mais altas, frias e montanhosas do Norte. E aliás nas Beiras interiores e Trás-os-Montes que se situam três quartos da produção, ou seja em regiões pobres e que não haviam ainda beneficiado directa ou permanentemente de protecção especial. É possível que o benefício não tenha sido grande; somente quando as regiões são pobres os subsídios, embora pequenos, ganham outra dimensão. Acresce que, no caso do centeio, a intervenção deste ano parece ter sido particularmente benéfica, se atendermos a que a colheita foi muito superior à do ano anterior; e realmente a pequenez da nossa produção é tanta que nos encontramos já com excedentes de centeio, o que poderá representar um encargo de muitos milhares de contos se tiverem de ser exportados. Virá a propósito lembrar que nos anos de 1958 e 1959 tivemos de exportar 46 000 t de centeio, com um prejuízo da ordem dos 72 000 contos. O que teria acontecido este ano sem intervenção no centeio? E teve-se em conta que o preço no mercado livre no ano anterior era ligeiramente superior ao orientador e o subsídio manteve esse preço?

Vem finalmente o caso do milho. Cultura de características muito especiais em regiões densamente povoadas do País, em sistemas de produção que não se inserem directamente no mercado, o milho foge frequentemente a estímulos desta natureza e é simultaneamente meio de

troca em muitas zonas nortenhas. Sendo assim, não surpreende que muitos não queiram fazer variar o valor dessa moeda por razões que dizem respeito à sua própria economia de troca, em particular à relação entre preço do alqueire e da jorna. Alguns pensam que com a alteração do preço do milho novas regiões acudirão à sua produção, em particular em zonas de novos regadios, que, com sistemas técnicos certamente mais evoluídos do que aqueles que poderemos enxertar em explorações minifundiárias, virão a concorrer num mesmo mercado e a substituir-se numa economia que poderá ser de superprodução. E não fiz referência ao milho ultramarino, que é tão português como o do Minho ou o do Algarve.

Por estas razões, e em virtude das vantagens que podem resultar da sua transformação — farinhas forrageiras, óleos, germe —, quer para o mercado interno, quer para a exportação, e da complexidade do seu circuito de distribuição, constituiu-se um grupo de trabalho presidido por um lavrador e presidente de uma federação de grémios da lavoura. Os resultados do estudo permitirão tomar as disposições necessárias quanto a este cereal que se considera tão importante como outros na cultura cerealífera.

Todos conhecem a diferença de condições destes três cereais, quer na técnica da sua produção, quer nas regiões onde se cultivam, quer na estrutura económica e social em que se inserem. Mas é sobre o trigo que incidem as preocupações de alguns.

19. O trigo foi alimento de ricos e mais tarde pão de todos e a relação entre os preços do trigo e do pão é demasiado evidente para que sobre ela algo acrescente.

Pode dizer-se que o preço do trigo é baixo, ou melhor, que não remunera a sua produção; pode também afirmar-se, e já se tem ouvido, que o preço do pão em pouco influi no custo da vida. Sem dúvida, estamos todos de acordo sobre estes aspectos e sobre estas afirmações, se as não aprofundarmos com a devida cautela.

O preço do trigo não remunera a produção em que regiões? É verdade para as zonas marginais para onde se ampliou a cultura de trigo e as contas mostram claramente que o empobrecimento de muitos também constitui o enriquecimento de alguns. O pão não influi no custo da vida; também é verdade no caso de muitos portugueses. Mas como ainda recentemente se afirmava que cerca de 50 por cento dos trabalhadores auferiam um salário inferior a 30\$ diários, afigura-se que para estes muitos outros em que a dieta alimentar é o pão, uma gordura, um peixe seco, salgado ou fresco, e, em época de abundância, alguma fruta, não será a influência tão reduzida. Aliás, inquéritos conduzidos em meios menos favorecidos mostram claramente a importância que o pão tem na dieta alimentar.

Pode também afirmar-se que o pão ou o trigo são baratos em Portugal. Talvez seja verdade. Mas para evitar comparações em termos monetários poderemos recorrer a outros indicadores. Assim, sem referir o Canadá e os Estados Unidos, onde o quilograma de trigo representa 5 minutos de trabalho, ou da Inglaterra, Alemanha e França, onde se situa nos 15 minutos, em Portugal devemos rondar hoje 45 a 60 minutos. E também se pode concluir, a partir deste simples exemplo, que a mesma percentagem de aumento no preço do trigo tem repercussões muito diferentes no custo da vida conforme as categorias sociais. Pode também afirmar-se que o preço do trigo pouco tem aumentado, mas teremos de aceitar simultaneamente algumas outras hipóteses: ou a técnica da produção pouco tem variado de 1948 para cá, e então algumas descrições que se fizeram da produção agrária portuguesa são válidas, o que me parece de rejeitar, ou a agricultura é uma actividade dinâmica, progressiva, e então os aumentos de produtividade poderiam eventualmente fazer face aos acréscimos dos preços das entradas de factores. E talvez houvesse lugar para melhoria de técnica, pois nos situávamos na cauda das produtividades

européias, indicando os peritos uma longa lista de factores mais eficazes desde as variedades de trigo à mecanização, das rotações e consociações à racionalização do trabalho, etc., etc.

Também se admite que a verdade não se encontra nestes extremos, e que é legítima a dúvida quanto à necessidade de um acréscimo do preço do trigo. Mas, sendo uma cultura extensificada, alargada a terrenos marginais, e que parece interessa reordenar, não estaríamos por esta via a incitar quando por outra visávamos abrandar os estímulos? Se tivermos ainda em mente a influência imediata no preço do pão e o afastamento considerável entre o preço de garantia do trigo e os preços internacionais (ou, se adoptarmos preços internos europeus, o nosso preço de garantia não se pode incluir entre os mais baixos), permanece a dúvida se pela via dos preços conseguiríamos o objectivo que muitos recomendavam: o reordenamento da cultura do trigo. Olhando ainda às circunstâncias presentes, em que a pressão inflacionista é de todos conhecida, e reconhecendo que uma das nossas maiores forças é a relativa estabilidade financeira e monetária de que gozamos e ponderando que o preço do pão é um preço estratégico, que, independentemente das relações puramente mecânicas de percentagem, desencadeia reacções psicológicas não mensuráveis, pode legitimamente manter-se a dúvida quanto à solução através do preço do trigo.

E vem a propósito referir o problema do preço do pão, que talvez se possa prestar a esclarecimento adicional à resposta dada a requerimento enviado pela Mesa da Assembleia Nacional. O «regime cerealífero» não aumentou o preço do pão, invoque-se ou não o aspecto do peso. As tolerâncias que se *mantiveram* ou *alinham* dizem respeito ao fabrico, e não à venda. Todo o consumidor tem o direito de exigir a pesagem, e assim foi entendido, interpretado e ordenado às entidades competentes. Pelo contrário, o novo regime trouxe consigo uma melhoria

de qualidade do pão mais barato, que se continuou a vender ao mesmo preço.

Antes do actual regime cerealífero existiam três tipos de pão que eram vendidos ao público aos seguintes preços por quilograma:

Extra	6\$60
Tipo especial (TE)	4\$40
Tipo corrente (TC)	3\$30-3\$40

Destes três tipos, subsiste o extra, ao mesmo preço, tendo os outros dois sido substituídos por um novo tipo denominado de 2.^a qualidade, vendido ao preço de 3\$30-3\$40. Para se poder avaliar o benefício que o consumidor teve com essa substituição, note-se que o actual pão de 2.^a qualidade — que é aquele que ainda hoje serve as classes menos favorecidas — tem características muito aproximadas às do antigo pão TE, que era vendido a 4\$40. Isto é: baixou o preço relativo para os consumidores do antigo pão TE e melhorou a qualidade para os consumidores do antigo pão TC. E esta última melhoria verifica-se em todo o País, em virtude de a farinha de trigo utilizada ser de melhor qualidade, e especialmente no Sul, onde a incorporação de centeio substituiu parte da incorporação de milho feita no anterior tipo de pão TC. Os números indicam, aliás, que as vendas de pão de 2.^a aumentaram 50 por cento no último trimestre de 1963 e em relação a igual período de 1962, não sendo ainda possível fazer uma previsão válida (por o período ser curto) quanto aos encargos globais que traz esta melhoria e que serão suportados pelo Fundo Especial de Compensação.

E em todas as considerações não se referiu a estrutura económica e social da lavoura trigueira, nem se provocam controvérsias quanto ao papel que desempenha no País.

Não queria, no entanto, deixar de citar alguns números que poderão ter algum interesse para a Assembleia.

A leitura do último relatório da Federação Nacional dos Produtores de Trigo permite verificar que a distribuição por escalões de produção baseada no quinquénio 1956-1960 era a seguinte:

Categoria de produtores	Número — Milhares	Produção — Milhares de toneladas	Percentagem	
			Número de produtores	Produção
Muito pequenos, menos de 1 t.	198	64	72	11
Pequenos, 1 t a 5 t	62	130	23	20
Médios, 5 t a 50 t	13	175	5	29
Grandes, mais de 50 t . .	1,6	238	0,6	39

E esta estrutura vem ainda mais polarizada quanto à produção no Sul, pois, atendendo à colheita de trigo nos últimos anos — considerados maus anos de trigo —, os produtores que manifestaram mais de 100 t representavam no continente 25 a 30 por cento da produção total e em Beja, Évora e Portalegre cerca de 35 a 50 por cento da produção distrital.

Se aceitarmos a opinião dos peritos, de que são considerados grandes produtores aqueles que produzem mais de 50 t, isso significaria que as percentagens ultrapassariam largamente os 50 por cento no Alentejo.

E a estrutura assim indicada mostra claramente um predomínio da produção pela grande exploração, acompanhado de uma multidão de pequenos produtores.

Por outro lado, a compilação de elementos, tendo em conta os dados colhidos pelo S. R. O. A. e as estruturas de 52 contas-tipo de cultura, de acordo com certos agrupamentos de solos, aproveitamento cultural e rotações mais usuais, indica o seguinte:

- a) De acordo com as rotações estabelecidas, a área anualmente semeada de trigo no Alentejo atingirá cerca de 330 000 ha.

b) A distribuição será aproximadamente a seguinte:

Designação	Porcentagens	
	Área	Produção
Grupo A	17	46
Grupo B	40	30
Grupo C	12	5
Grupo D	3	1
Grupo E	27	18

- c) As estimativas de custos completos permitem pensar que o primeiro grupo é rentável para o preço actual do trigo; o segundo grupo será uma zona de transição entre o lucro e a perda, dando certamente perda os restantes grupos de solos, salvo excepções esporádicas de algumas propriedades;
- d) Os números apontados não significam, porém, e sempre, a existência de terrenos não rentáveis no seu conjunto produtivo, em particular nas formas de ligação de cultura arvense com montado de sobro e sob coberto de olival, que representavam cerca de 5 por cento de área dos grupos C e E e 3 a 4 por cento da produção do trigo.

A conjugação destes elementos com os anteriores e as transcrições feitas parecem indicar que deparamos com problemas na cultura do trigo que merecem profunda meditação e que a solução simples de aumento de preço desencadeará certamente um sistema de mais-valias e improvavelmente uma solução do problema dos pequenos ou mal localizados produtores.

Posta a dúvida quanto ao preço, não surge outra solução que não seja o recurso ao subsídio. Aqui as circunstâncias eram mais simples e mais difíceis; simples, porque não dispúnhamos de recursos financeiros para ir além do

subsídio que representava a substituição dos créditos em moratória; difíceis, porque entendíamos que o subsídio, embora encarado em moldes novos, podia desempenhar um papel estratégico.

E o problema não finda aqui: estará ainda em saber se, conseguindo recursos adicionais para um subsídio, *a quem* e *a quê* deveria ser concedido. E nesta ocasião outros cereais se deveriam encarar e outros produtos o mereceriam. Senão, vejamos: o preço do milho rondava 2\$20 em Portugal, 2\$11 em Espanha, 2\$14 em França, na campanha 1963-1964. O preço do centeio variava entre 2\$30 e 2\$50 em Portugal (sem referir o subsídio de \$10), 2\$12 em Espanha, 1\$80 a 1\$90 em França. Os preços do trigo variavam entre 2\$85 e 3\$15 em Portugal, 2\$76 a 3\$05 em Espanha e 2\$20 a 2\$40 em França. Deve ter-se também em atenção que os preços propostos para o Mercado Comum eram de 2\$40 para o milho, 2\$52 para o centeio, 2\$44 e 2\$66 para o trigo, e que o mercado internacional cotava o trigo entre 1\$80 e 2\$, o milho exótico em cerca de 2\$, não dispondo neste momento de outras cotações para o centeio que não sejam em redor de 1\$80. Sendo assim, o maior nível de protecção referia-se ao trigo e a situação menos favorável ao milho.

Se atendermos à repercussão social da produção de milho, parece não haver dúvidas de que interessa uma grande região e grande população do País. Pode discordar-se, mas não se afigura que existam muitas dúvidas quanto a esta vantagem, ou desvantagem, da produção do milho. E afigura-se mesmo que haveria também algum interesse em estimular o agricultor na região norte do País, mediante, quer subsídios, quer maior assistência técnica, a qual é mais premente do que no Sul, em virtude da exiguidade de dimensão da exploração, e não porque se aceite totalmente a afirmação recentemente feita na Assembleia Nacional de que «é no Sul que ainda se encontram em maior número pessoas mentalmente evoluídas, vivendo só da agricultura».

Mas podia ir-se mais além e procurar-se uma produção que interesse intensificar e tenha um significado social importante para a lavoura, e por este critério de escolha talvez viesse a ser abrangida a produção de leite. E nada obstava a que o subsídio fosse aplicado sob a forma de compra de produtos frutícolas (ou mesmo de batata) para remunerar produtores que não conseguiam encontrar mercado devido a deficiências da comercialização.

Como se depreende, o Ministério da Economia, se conseguir reunir alguns recursos para encarar a hipótese de subsídios, terá dificuldade em definir o critério da sua atribuição. E ao termos em mente os problemas dos pequenos produtores, tão justamente sublinhados em várias intervenções na Assembleia Nacional, não resistimos à tentação de transcrever o que ainda recentemente foi afirmado em relatórios e reuniões da O. C. D. E. sobre os «baixos rendimentos na agricultura».

Quanto a preços:

Todas as medidas através da variável preços podem apresentar vantagens para agricultores com baixos rendimentos; todavia, elas são provavelmente muito mais vantajosas para as outras categorias de agricultores. Os baixos rendimentos estão fundamentalmente ligados à exiguidade da empresa; as explorações com baixo rendimento têm tendência para produzir relativamente pouco e para consumir uma proporção bastante grande da sua produção. Uma subida do preço dos seus produtos tem, por isso, uma incidência proporcionalmente menor sobre o seu rendimento real global que no caso de explorações mais importantes.

.
No conjunto é provável que o agricultor com baixos rendimentos apenas retire um benefício limitado das intervenções através de preços uniformes, que nada contribuem para reduzir as disparidades de rendimentos no interior do sector agrícola. Além disso, a

importância dada à intervenção nos preços no domínio geral da política agrícola pode comprometer uma solução permanente do problema relativo aos baixos rendimentos; o custo de programas de intervenção nos preços é socialmente muito elevado e torna difícil o financiamento de outras actuações, enquanto reduzindo um pouco a importância da variável preço poder-se-iam reforçar verbas que, consagradas às reformas de estrutura, resultariam em contribuição bem mais importante para o bem-estar geral.

.....

Todavia, como as medidas de intervenção nos preços são relativamente pouco vantajosas para as explorações que mais necessitam de um esforço de adaptação, não se pode defender que sejam indispensáveis preços elevados durante o período de transição para uma estrutura agrícola assente em bases mais sãs.

E quanto a subsídios:

É provável, todavia, que também neste caso as explorações com fracos rendimentos beneficiem proporcionalmente menos de subvenções que as outras, pelo facto de serem menores o volume da sua produção e o nível de vendas.

Tal como as medidas de intervenção exagerada nos preços, também este tipo de subvenções tende a encorajar os agricultores a aumentar as suas produções: isto pode constituir razão importante para justificar a sua aplicação quando se deseja aumentar a produção, mas estas medidas podem deixar de ser oportunas quando são reduzidas as possibilidades de aumentar a produção em boas condições de rentabilidade.

E na exposição do secretário-geral da O. C. D. E., durante a reunião preparatória da reunião de Ministros da Agricultura — 20 a 22 de Janeiro de 1964 —, afirmava-se,

segundo o relatório que foi enviado ao Ministério da Economia:

Os subsídios concedidos não conseguem, como é sabido, resolver o problema dos baixos rendimentos do pequeno agricultor, mas vão beneficiar substancialmente os grandes, que eram quem menos precisava de ajuda.

Que seja perdoada esta longa exposição sobre cereais, em especial sobre o trigo, embora tal não possa significar que o Ministério da Economia só com ele se preocupa, porque isso poderia comprometer a política agrária na medida em que só uma pequena parcela — menos de 2 por cento — do produto nacional cabe ao trigo.

20. Conviria talvez, antes de entrar na acção empreendida ou a empreender, passar em relance o ano agrícola de 1963:

A *produção de trigo* é estimada em mais de 500 000 t (i. e. inferior à do ano anterior — 650 000 t —, mas deve atender-se a que esta produção só foi nitidamente ultrapassada nos anos excepcionais de 1954 e 1957-1958 e encontra paralelo nas de 1932 e 1953) e não pode considerar-se o ano de 1963 como incluído nos maus anos de trigo, como, por exemplo, 1961.

A *produção de milho* deverá ser inferior à dos anos anteriores (cerca de 10 por cento), mas situa-se acima de toda a produção dos anos 50, tudo a indicando, portanto, como uma colheita normal. Como a procura foi superior à habitual e não houve as entradas de milho ultramarino que se esperavam, as cotações no mercado livre situaram-se acima do preço orientador e admitem os técnicos que o valor de receita da produção tenha sido superior ao do ano anterior ou comparável (ano considerado bom). Não deve também olvidar-se que quando a produção nacional obrigou à exportação dos

excedentes em 1955, 1956 e 1958, os prejuízos originados foram da ordem de 118 000 contos.

No *centeio* tivemos das maiores produções dos últimos anos (mais de 200 000 t) e, graças à concessão do subsídio, certamente a receita foi superior à do ano anterior.

A *batata* teve um ano normal e não tem havido, no seu conjunto e até agora, alterações sensíveis de comercialização e preços, factos que tanto afligem as regiões produtoras. As informações indicam que o ano se apresenta normal.

O *azeite* teve um ano bom, com uma colheita em cerca de 50 por cento superior à do ano anterior e sem dificuldades na comercialização, pois um ou outro problema que se aponta vai tendo solução. Deste modo, a receita é certamente superior à do ano passado.

No *vinho* haverá uma colheita inferior à de 1962, mas o termo de comparação não é válido, por excepcional. Pode afirmar-se que a colheita é boa, que a comercialização está a processar-se normalmente, o que já é de louvar num período de excesso de oferta. Sublinhe-se que pela primeira vez o Ministério levou a sua intervenção a outras zonas do País (à região do Dão e dos vinhos verdes) e que, embora alguns problemas subsistam quanto a esta última, afigura-se que se encontrará solução dentro do espírito manifestado quando da visita dos representantes da região dos vinhos verdes ao Ministro da Economia.

Tivemos, além disso, uma das maiores exportações de vinhos para o estrangeiro (em ano normal) e em relação ao ano anterior aumentámos quase 30 por cento o valor da exportação.

Não será também inconveniente referir que os financiamentos ao vinho atingem um volume nunca alcançado e convém salientar que o sector bancário colaborou com o Ministério da Economia no auxílio à produção.

Na *cortiça* houve um acréscimo de produção, uma melhoria das cotações e um aumento das exportações que

atingiram quase 1,6 milhões de contos, o que só foi alcançado em período excepcional anterior.

Nas *resinas* houve um decréscimo da produção e devem surgir algumas dificuldades no futuro, embora a exportação em 1963 se apresente nitidamente superior à do ano anterior. As reuniões internacionais que estão a ser feitas com a França, Espanha e Grécia podem levar ao estabelecimento de um eventual acordo para ordenação e estabilização do mercado. O problema é de organização do comércio e da exportação, mas só após a publicação do Estatuto do Comerciante ou diploma similiar estaremos em condições de intervir eficazmente.

Arroz: houve uma produção ligeiramente inferior à do ano anterior, mas admitem os técnicos que não deve ter-se dado uma diminuição similar da receita. Se adicionarmos que houve um grande aumento do consumo (substituição da batata), explica-se o recurso à importação. É, no entanto, assunto que será revisto, em especial no aspecto de preços à produção, ainda que a dificuldade de expansão em novas áreas e o desvio que se fez para culturas mais ricas (tomate) possam dificultar uma solução de fomento exclusivamente através dos preços. Quanto à criação de eventuais excedentes, convirá ter presente que quando se realizaram exportações em 1956 e 1958 os encargos foram da ordem dos 29 000 contos.

Carne: aumentou o consumo e a produção, com possível excepção do gado bovino. Os preços subiram e tudo leva a pensar que as receitas aumentaram consideravelmente. O problema consiste em o aumento de preço não ser absorvido pelo intermediário. O apoio que se está fazendo por subsídio, que absorveu até hoje cerca de 275 000 contos, sendo o encargo actual da ordem dos 80 000 contos anuais, não parece o mais adequado, pois só em parte beneficiará a produção. O aspecto da comercialização tem a maior importância, mas os inconvenien-

tes da dificuldade da circulação livre de carnes nos maiores mercados tem levantado obstáculos a uma comercialização mais eficaz. Ainda recentemente a necessidade de importação de carnes teve de se pôr em confronto com a possibilidade de compra no interior do País, e se concluiu por fazer reverter para a produção nacional o subsídio extraordinário destinado à importação de carnes. Por tudo isso, terá de proceder-se com rapidez à revisão do circuito de distribuição.

Leite: aumentou a produção e ligeiramente o preço nas zonas abastecedoras de Lisboa e Porto. Os problemas são de organização e capacidade e de antagonismo de interesses entre a lavoura e a indústria. O esforço feito para conseguir uma solução através das Corporações da Lavoura e da Indústria, devido a múltiplas insistências do Ministério, parece ter resultado num princípio de acordo que, a ser adoptado e aperfeiçoado, poderá dar considerável estímulo à pecuária e trazer razoável benefício para muito pequeno produtor de vastas regiões do País com aptidão para a produção de leite.

Lãs: como a produção foi sensivelmente igual e os preços sensivelmente superiores, houve um acréscimo substancial de receitas.

Frutas e produtos hortícolas: informam ter melhorado a situação, embora persistam os problemas de base: organização e comercialização. De evidenciar, a extraordinária exportação de concentrado de tomate, que passou de 68 000 contos no ano de 1962 para 238 000 contos em 1963, sendo também de assinalar a expansão das exportações de sementes (9000 para 17 000 contos), de produtos hortícolas desidratados (0,3 para 3,3 milhares de contos), pasta de figo (5,8 para 14,1 milhares de contos).

Em suma: não temos ainda disponíveis as estimativas do produto da lavoura em 1963, mas tudo indica que o produto agrícola no seu conjunto não teve quebra que corresponda a um ano excepcionalmente mau para a agri-

cultura, inclinando-se mesmo algumas estimativas preliminares para que a receita bruta do sector agrícola tenha aumentado.

III) A acção empreendida

21. Esquematizada a posição da agricultura no mundo actual, sintetizada a situação da agricultura portuguesa, em especial no domínio cerealífero, e feito um apanhado das estimativas da produção agrícola em 1963, parece chegado o momento de expor a acção empreendida ou a empreender pelo Ministério da Economia.

A preocupação e cuidado que merecem a agricultura nacional serão traduzidos pela Lei de Orientação Agrícola, cujo projecto foi enviado para apreciação do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, em virtude de interessar diferentes departamentos de que dependerá a acção conjugada em favor da produção agrária. Num país de forte população agrícola, onde já existia desde 1945 uma Lei de Reorganização e Fomento Industrial, não parece que se possa duvidar do interesse em elaborar os princípios e objectivos da política agrária, em especial para o período de transição.

Este diploma será fundamental para a política agrária futura, embora não se deva pensar que virá a substanciar para sempre tudo o que respeita à agricultura. A evolução mais ou menos acelerada da economia portuguesa aconselhará também quais os complementos indispensáveis ao quadro agora elaborado.

22. A *adaptação gradual de culturas* iniciou-se agora com maior intensidade, a partir do regime cerealífero, mas não podemos esquecer realizações iniciadas com o povoamento florestal, a obra de rega, o fomento pecuário e frutícola. O passo que foi dado permitirá, porém, a criação de melhores condições à obra que se tinha iniciado e equacionou em termos mais gerais e económicos as diferentes

acções até então empreendidas, obedecendo a um critério de prioridade que nos é imposto pela reprodutividade dos empreendimentos e pelo condicionalismo actual.

Espera-se, portanto, integrar esta política como elemento básico do próximo plano intercalar 1965-1967, e o grupo de trabalho n.º 1 (agricultura) que com o Ministério vem trabalhando, assim está orientando os seus esforços, dando simultaneamente grande audiência aos representantes da lavoura. O próprio problema do trigo aconselhou a constituição de um grupo de trabalho, presidido por um lavrador, que proporá as medidas mais necessárias para o período de transição 1965-1967, inserindo-as no conjunto do fomento agrário e no período maior ou menor que se entenda ser indispensável ao ordenamento da cultura.

E talvez haja interesse para muitos — tendo em conta a maior aptidão trigueira dos solos e o menor preço de garantia em Espanha — em ler o relatório do grupo de peritos enviado pelo Banco Mundial para auxiliar a programação do fomento em Espanha. Do relatório de 1962 transcrevemos alguns passos, nos aspectos referentes à cultura trigueira e à política de reconversão:

A auto-suficiência em cereais panificáveis foi a base da política agrícola. A intervenção do Governo para a conseguir foi mais ampla do que em relação a qualquer outro produto:

b) Os preços do trigo fixaram-se a nível suficientemente alto para atrair recursos para a sua produção e os reter nela.

Contudo, a meta da auto-suficiência está a ser atingida com um custo considerável. O trigo é cultivado actualmente em todas as províncias de Espanha, dedicando-se anualmente cerca de 4 500 000 ha à sua produção. Em muitas zonas de sequeiro cul-

tiva-se só de dois em dois anos, e uma grande proporção das terras de alqueive, que excedem os 5 milhões de hectares, teve de atribuir-se à cultura do trigo. Os preços e condições de mercado favoráveis que o Governo estabeleceu têm levado a dedicar ao trigo terras valiosas, que poderiam ter sido utilizadas para outras culturas mais intensivas e de maior valor. Além disso, o trigo é cultivado, em grande parte, em zonas muito marginais e em condições naturais desfavoráveis que só permitem a mera subsistência do agricultor. Em consequência disso, o rendimento médio é muito baixo (só um pouco mais de 1000 kg por hectare em 1959). 23 das províncias espanholas, com 2 300 000 ha dedicados à produção de trigo, conseguiram um rendimento médio de 10 q (1000 kg), ou menos, em produções de sequeiro durante o período de 1954-1958 (quadro D.5 do anexo). Albacete, Saragoça e Cáceres dedicaram uma extensa área ao trigo, com rendimentos de 6,2 q, 7,4 q e 7,5 q, respectivamente. Por outro lado, na maioria destas terras o trigo é produzido, quando muito, de dois em dois anos.

.
Isto exigirá uma reorientação substancial da política trigueira nos sentidos seguintes:

a) Suprimir as exigências relativas à atribuição de uma parte específica das terras à cultura do trigo.

.
b) O Governo deveria anunciar que, como base da sua política, o preço subvencionado do trigo será pouco a pouco reduzido e finalmente eliminado. A longo prazo desaparecerá gradualmente a vantagem no preço que deu lugar a que fossem dedicados à produção do trigo recursos que deveriam utilizar-se noutros fins, e isto daria lugar a uma estrutura de preços agrícolas relativos, que reflectiria com maior exactidão a procura dos consumidores.

c) Deveriam prosseguir os esforços no sentido de aumentar os rendimentos da cultura do trigo mediante a utilização de sementes seleccionadas, adubos, aplicação de melhores métodos, concessão de créditos, etc. Contudo, estes programas deveriam ser oferecidos aos agricultores nas mesmas condições que vigoram para outros produtos agrícolas e deveriam concentrar-se nas zonas que com segurança continuarão a ser destinadas à produção de trigo.

.....

A silvicultura é um destino natural para zonas extensas do território, especialmente em virtude de um previsível incremento da procura de produtos de madeira. A silvicultura é também fonte importante de emprego rural. A política florestal a seguir deve ter em conta duas orientações: uma parte das terras baixas destinadas actualmente a matas deve converter-se em terras de pastagem e o excelente Serviço Nacional de Florestas deve dirigir o fulcro da sua actividade de repovoamento florestal para o sul, com o fim de facilitar a deslocação da cultura do trigo para a silvicultura.

Este relatório levantou naturalmente algumas críticas e sobre ele se debruçou um conjunto de economistas, representando diversas correntes e tendências. Na parte referente à agricultura encontram-se, entre outras, as seguintes afirmações:

De verdades como punhos podemos classificar afirmações tais como: que, por um lado, estamos a levar a cabo uns investimentos muito volumosos e provavelmente muito pouco rentáveis para a transformação em regadio de zonas onde as condições (de clima, por exemplo) não são as mais adequadas, enquanto que, por outro lado, não estamos a realizar — ou não estamos a realizar com a intensidade devida e factí-

vel — investimentos comparativamente baratos e extremamente rentáveis no emparcelamento, na selecção de sementes e raças, na melhoria das pastagens, na luta contra as pragas dos campos e as enfermidades do gado, na extensão técnica, etc. (e também, naturalmente, na melhoria e extensão dos grandes e pequenos regadios nas zonas óptimas); que os créditos postos à disposição dos empresários agricultores são absolutamente insuficientes; que também o é o esforço de educação e formação profissional levado a cabo no campo; que a política de preços e orientação da produção agrícola até agora seguida — na qual um dos eixos é constituído pela protecção à cultura do trigo — é, em grande medida, justamente o contrário da que seria necessária para possibilitar a adaptação da oferta à evolução da procura de produtos alimentares e às exigências do comércio externo nos próximos anos; que a organização administrativa da política agrícola — caracterizada pela insuficiência dos serviços de campo e pela sua abundância e concentração em Madrid e pela rígida divisão das competências e falta de coordenação entre direcções-gerais, delegações, institutos autónomos e corpos — pode difficilmente servir de base a uma acção de fomento eficaz.

Estas e outras críticas maiores que formula o Banco Mundial à situação actual da nossa política agrária não foram até agora rebatidas, que se saiba; nem creio que possam sê-lo, pois trata-se, no essencial, nem mais nem menos que de evidências e de coisas que não têm controvérsia.

Verificou-se, evidentemente, que o relatório do Banco Mundial *não agradou*. Mas isso não interessava. O que importava era que fosse acertado. Recorreu-se na crítica ao expediente dialéctico, bastante pouco refinado, de isolar do seu contexto estas ou aquelas afirmações do Banco Mundial, que, por

hipótese, isoladamente consideradas seriam absurdas. Assim é, quando se julga escandaloso que o relatório proponha a elevação da taxa de juro praticada nas operações de crédito agrícola (silenciando o que de verdade propõe o Banco Mundial, isto é, que se amplie muito para lá dos fundos actualmente disponíveis o volume do crédito agrícola, adequando ao mesmo tempo as taxas de juro ao custo real do capital em Espanha, para transformar com isso o que hoje é financiamento privilegiado para uns poucos em financiamento normal para muitos beneficiários). Ou, ainda, reprovou-se ao relatório o ser pouco científico, o que só significa provavelmente — se é que significa alguma coisa — que nele se dizem coisas que têm importância real e de forma que qualquer cidadão entenda, em vez dessa forma sacerdotal e obscura — a expressão é do Sr. Pla — que tanto agrada a alguns economistas e que tão bem se presta, por outro lado, à apologia implícita ou explícita de medidas e instituições que em termos de sentido comum e de verdadeira análise científica (e não pseudocientífica) não são mais que disparates.

Tudo isto não quer dizer que se pense que as 100 páginas que o relatório do Banco Mundial dedica à agricultura espanhola sejam o princípio e o fim da questão e o receituário acabado, exaustivo e perfeito da nossa política agrária.

E mais adiante:

As principais recomendações do Banco Mundial poderiam sintetizar-se nos seguintes pontos:

1) É necessário intensificar muito em Espanha, e a curto prazo, uma série de medidas de fomento da produtividade agrária que têm um custo relativamente baixo, podendo dar excelentes resultados, e que não se aplicam hoje em absoluto com a intensidade dese-

jável e factível: emparcelamento, luta contra as pragas das plantas e doenças do gado, selecção de sementes e variedades, melhoria de raças, luta contra a erosão, etc.

2) O esforço de educação profissional e de extensão técnica no meio agrário é hoje totalmente insuficiente e é urgente dar-lhe uma envergadura muito maior. Também são insuficientes os fundos e meios dedicados à investigação agrária. (Mas a eficácia do sistema de educação, da extensão técnica e da investigação agromónica é muito mais uma questão de pessoas, organização e competência do que um problema de fundos disponíveis).

3) Há que assentar o sistema de crédito agrícola em novas bases, ao mesmo tempo mais normais — a taxa de juro deve aproximar-se do custo real do capital — e muito mais adequadas. Devem multiplicar-se os fundos de que dispõe o Serviço de Crédito Agrícola e tornar mais eficaz a sua organização, mas também se deve permitir a entrada neste campo de outras instituições — principalmente das caixas económicas — em que há um potencial de oferta de crédito para a agricultura importantíssimo e actualmente não utilizado.

4) A política de preços e de orientação da produção agrícola, dirigida hoje primordialmente para a protecção do trigo e das culturas de substituição das importações, deve mudar de sentido. A sua missão fundamental tem de ser no futuro facilitar a adaptação da oferta à procura crescente de produtos da pecuária e de outros bens alimentares de grande elasticidade em relação ao rendimento e às possibilidades de expansão das exportações. A posição privilegiada do trigo já não tem qualquer sentido.

5) A organização da Administração tem de modificar-se substancialmente se se aspira a que os seus serviços prestem uma contribuição eficaz ao desen-

volvimento da agricultura. É necessário, acima de tudo, dar um sentido de conjunto à actuação dos diversos organismos e corpos e conseguir, pelo menos, a sua convergência.

.....

Ao recomendar a eliminação de intervenções, uma nova orientação da política trigueira, o fomento da pecuária, a revisão dos métodos de comercialização e distribuição de produtos, as variações a introduzir na acção florestal, etc., o relatório do Banco Mundial, sempre de interesse e utilidade, expõe ideias e orientações que foram anteriormente comentadas e debatidas.

A ideia que encontra maior resistência entre as expostas nesta secção é, como se indicou, a nova orientação que convém dar à política trigueira. A orientação aconselhada tropeça, na verdade, com muitas resistências, mas também tinha no País defensores há muito tempo.

No caso português, porque se dispunha do reconhecimento dos solos na escala 1 : 50 000 da quase totalidade da região a sul do Tejo e do estudo da sua capacidade de uso, foi possível preparar o esboço da carta geral de ordenamento agrário da área respeitante às províncias do Algarve, do Baixo Alentejo, do Alto Alentejo e dos concelhos de Ponte de Sor, Coruche e Benavente, da província do Ribatejo. Os resultados já foram divulgados. Foi também determinado, em meados de 1963, que se acelerasse o reconhecimento do resto do País, esperando-se brevemente concluir os trabalhos relativos à bacia do Mondego e em seguida à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, de modo a poder satisfazer as necessidades mais imediatas das comissões regionalmente constituídas em conjugação com o Ministério da Economia, para a acção económica regional. De qualquer

modo, espera-se ter terminado toda a região ao norte do Tejo em fins do corrente ano. Dispomos, portanto, de bases para trabalhar imediatamente e no futuro.

Não parece que quanto ao povoamento florestal se duvide da vantagem da sua intensificação, embora se possa corrigir alguma tendência para a florestação estreme que se tem verificado. É um problema técnico-económico que pode aconselhar desde os povoamentos mistos, mediante consociações em que diferentes espécies possam contribuir para uma favorável génese do solo, até à pastagem e cultura agrícola entre alinhamentos florestais, quando as circunstâncias forem mais favoráveis. Mais uma vez se evidencia que não existe a obsessão de florestar, mas simplesmente a orientação de ir introduzindo o povoamento florestal onde efectivamente possa representar melhor aproveitamento; caso contrário, estaríamos a cometer a mesma generalização que se verificou na Campanha do Trigo.

Foi esta orientação e a necessidade de dispor de um organismo que, em estreita ligação com outros departamentos do Ministério, desse um impulso à florestação do património particular que aconselharam a alargar e renovar a estrutura do Fundo de Fomento Florestal e Aquícola, o qual se vai dotar com meios mais amplos, como atrás foi indicado. Aliás, na própria tarefa de florestação pode também colaborar o Fundo de Melhoramentos Agrícolas (por diploma recentemente publicado), em especial na consociação da floresta com outros aproveitamentos agrários. E como se encontre também elaborado o estudo quanto ao povoamento florestal do património particular a sul do Tejo, afigura-se haver elementos suficientes para iniciar a acção.

Quanto aos fomentos pecuário e frutícola, dispõe-se já de planos de actuação imediata e que serão em breve publicados, embora os problemas mais importantes e imediatos continuem a situar-se no campo da comercialização. A evolução recente do mercado, com a alta de preços, veio

contribuir para um maior interesse pela pecuária nacional, através da qual se espera poder cobrir alguns défices do consumo em futuro mais ou menos próximo. E o problema não está somente em substituir trigo por carne, mas sim em escolher aquelas produções em que temos vantagem comparada.

Mais se entende que todo o ordenamento agrário deve ser conduzido em ligação com o desenvolvimento regional nos termos já enunciados e que estão a informar o estabelecimento ou a criação de comissões de acção económica regional no Alentejo e Algarve, em Trás-os-Montes, na região do Mondego e em outros distritos do País. Foram assim apoiadas e impulsionadas pelo Ministério da Economia aquelas comissões que abrangem regiões onde se estejam ou venham a realizar grandes investimentos de infra-estruturas económicas, em especial no aproveitamento de bacias hidrográficas ou na realização de grandes obras de rega.

23. *A revisão selectiva de preços é indispensável, em especial para aqueles produtos cuja produção interessa fomentar.*

Entre eles se encontram certamente o binómio leite-carne e, por esta razão, foram alterados (\$20/\$30 por litro) os preços do leite nas zonas abastecedoras de Lisboa e Porto e se insistiu junto (e se persuadiu) das Corporações da Lavoura e da Indústria para encontrarem uma solução nacional para o problema do leite, tendo em conta as linhas de orientação do Ministério da Economia. Por seu lado, não é aconselhável qualquer ajustamento no preço da carne (em Lisboa e Porto) enquanto não se modificarem as condições de comercialização, mas, apesar disso, as condições do mercado levaram a uma alta sensível — talvez até exagerada — dos preços. O projecto de diploma sobre alguns aspectos da comercialização foi enviado a Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e espera-se para breve a sua completa apreciação. O mesmo pode

dizer-se quanto às frutas e alguns produtos hortícolas, onde o processo de comercialização é mais importante do que o preço, cujo carácter orientador é quase nulo quando não existem canais de distribuição adequados.

Entre os cereais está em curso, e já foi anunciada, a revisão de preços do arroz. Ainda que se possa pôr em dúvida o seu carácter fomentador pela expansão das áreas cultivadas, haverá, pelo menos, que não perder alguns terrenos que são agora destinados à sua produção. Aliás, o problema do arroz levantará menos objecções, até por ser uma cultura cuja produtividade é elevada no nosso país, em confronto com outras regiões produtoras.

Por seu lado, os estudos sobre o milho poderão indicar qual a solução mais adequada, tendo em atenção os factores já apontados no decorrer desta exposição e a conclusão a que se chegar quanto à orientação de fomento deste produto.

São estes os produtos que se encontram dentro da orientação selectiva de preços com intuito de fomento de produção agrária, embora tal não exclua correcções que se possam fazer quanto à forma de comercialização e remuneração de outros produtos agrícolas.

Mas o fomento não pode exclusivamente basear-se no preço e terá, portanto, de procurar outros apoios de carácter financeiro. E se a tendência é para a escolha de produções rentáveis, tudo indica que o apoio financeiro poderá ser feito através do crédito, com menor ou maior taxa de juro. E deste modo se reforçaram os recursos para créditos à lavoura, quer através da Caixa Geral de Depósitos, quer dos Fundos de Melhoramentos Agrícolas e Florestal e Aquícola.

Era, portanto, indispensável sanear a situação financeira do Fundo de Abastecimento, reduzindo os seus défices e equilibrando o seu orçamento. Nesse sentido se está caminhando, embora o empréstimo sem juro de 220 000 contos para substituição de débitos da lavoura do trigo e a impossibilidade de prever desde já os en-

cargos resultantes da melhoria da qualidade do pão não permitam, como se esperava, reforçar o equilíbrio até fins de 1965. Não deve, aliás, esquecer-se que as receitas de importação de trigo de 1963 (e em parte de 1964) estavam já consignadas ao pagamento de subsídios do ano de 1962, que os subsídios dos adubos (e não se extinguíram todos) foram transferidos para o Fundo de Melhoramentos Agrícolas, que se reforçaram os meios do Fundo de Fomento Florestal (cerca de 50 000 contos), que os subsídios ao abastecimento de peixe foram transferidos para a aceleração do programa da frota pesqueira, que os subsídios para as carnes (atingindo mais de 90 000 contos e com tendência a aumentar) foram mantidos e que a sua redução significará somente transferência para o fomento pecuário, que necessitamos de avultada soma para o lançamento e ampliação da infra-estrutura de armazenagem de peixe, carne e fruta (algumas dezenas de milhares de contos), que mantivemos os subsídios ao gasóleo e às sementes seleccionadas (cerca de 70 000 contos), que precisamos de estar preparados para enfrentar algumas altas transitórias de produtos comprados no mercado internacional e indispensáveis ao abastecimento, e tudo isto sem referir a amortização necessária dos débitos do Fundo de Abastecimento.

24. Na orientação que vinha sendo seguida concluía-se facilmente que todo o fomento da agricultura, e em especial dos produtos-qualidade, seria comprometido se não fosse apoiado por uma *melhor comercialização e apoio industrial*.

O ponto de arranque fundamental seria, e é, o Estatuto do Comerciante, cujo projecto se encontra em apreciação pela Corporação do Comércio, embora não devesse descuidar-se desde já o saneamento dos circuitos comerciais de alguns produtos, em especial carnes, leite e frutas. Como se depreende do decorrer desta exposição, os projectos de diploma de comercialização encontram-se já

elaborados, mas o facto de o assunto interessar outros Ministérios e, em especial, as câmaras municipais tem significado uma elaboração mais complexa.

Mas o aperfeiçoamento do circuito seria insuficiente se não houvesse uma infra-estrutura de armazenagem, conservação e transformação dos produtos. Assim, para além do apoio financeiro à construção da Central Leiteira do Porto, está em curso o estudo da rede frigorífica polivalente (peixe, carne e frutas), aproveitando instalações já existentes, a ampliar ou a construir para a conservação de peixe, de modo a diminuir os encargos que se imputarão a cada produto. Deste modo, para Lisboa e Porto é possível, desde já e com menor custo, incrementar a capacidade frigorífica para carnes e frutas. Este esquema terá de ser completado com uma rede fixa regional, cuja construção está em larga medida dependente da possibilidade de instalação de matadouros regionais, os quais permitem custos de abate menores e aproveitamento mais completo da potencialidade pecuária de algumas regiões, além de contribuírem para a regularização do abastecimento. Também neste caso o aspecto do circuito comercial das carnes e frutas apresenta o maior relevo. E este programa não significa que tenha sido esquecida a necessidade de iniciar a rede frigorífica móvel, que poderá ter grande significado para o regular e melhor abastecimento do interior do País em carne, peixe e fruta.

Para além da conservação pelo frio, vem tomando grande relevo a conservação pela «transformação» industrial, e deste modo se vêm apoiando programas de industrialização de produtos agrícolas nas regiões do Alentejo, Beira Alta e Trás-os-Montes, cujas previsões ultrapassam 150 000 contos.

E nem só nos produtos novos se cuidou da industrialização, pois conviria também apoiar algumas transformações tradicionais ou recentes ligadas à produção florestal, dando em especial ao agricultor uma maior

possibilidade de valorização dos seus produtos. As autorizações dadas para o fabrico de aglomerados e de celulose, sempre no sentido regional e com a possível participação da lavoura, abrem um caminho e marcam uma orientação que deverá, quanto possível, prosseguir, apesar das dificuldades reais ou artificiais que venhamos a defrontar.

25. E não terminaram aqui as preocupações do Ministério, pois, certamente, a sua acção no terreno era susceptível de aperfeiçoamento. Está indicada a orientação: *coordenar*, não só entre serviços da agricultura, mas também com os departamentos do comércio e da indústria; *concentrar*, evitando uma dispersão de esforços, quantas vezes com justificação personalista, que resultava frequentemente numa impossibilidade de acção por escassez de meios materiais e humanos e se prestava, simultaneamente, à justificação de que os meios eram insuficientes para se fazer alguma coisa; *regionalizar*, coordenando a acção e concentrando os meios de modo a haver um programa de conjunto que, podendo ser cumprido, possa também satisfazer aos autênticos interesses da região servida. É a esta orientação que as comissões de acção económica regional podem prestar serviços inestimáveis, sendo veículo de ideias e assembleia para o intercâmbio de opiniões; foi obedecendo a este espírito que se preparou e apresentou o diploma sobre a Junta Coordenadora de Acção Económica Regional, que concretizava, finalmente, a proposta enviada à Câmara Corporativa tendente à criação da Junta de Planeamento Económico Regional.

E na orgânica da agricultura avultam ainda nesta orientação os problemas de actuação ligados ao fomento e à assistência técnica, que se dispersam em acções, quantas vezes concorrentes, e exigindo a sua solução uma coordenação de esforços que espero se concretizará na nova orgânica dos serviços da Secretaria de Estado da Agri-

cultura, cujo projecto se encontra elaborado e em apreciação. Mas não se exija nem ao fomento nem à assistência técnica que substituam a necessidade imprescindível de haver empresários, dirigentes agrícolas e organização da lavoura que vivam no campo e pela agricultura.

26. Tudo o que se acaba de expor deve ser encarado à luz do nosso estado de espírito: insatisfação. E o esforço feito para realizar algo não é proporcional aos resultados obtidos. Problemas existem e existirão. Estaremos sempre abertos ao debate sincero, construtivo e desinteressado. Por essas mesmas razões me tenho deslocado a diversas regiões, falando com alguns e estando disposto a ouvir muitos mais, pronto a apreciar os problemas *concretos* que surjam e a procurar soluções possíveis e justas. Nunca se deixaram de estudar, meditar e ponderar alvitre e sugestões, e mesmo perante grupos de pressão ou de interesse todos foram ouvidos e tentados situar na perspectiva nacional. Quis e quero, honesta e sinceramente, fazer algo pela agricultura de norte a sul, sem cuidar de saber se são grandes ou pequenos, bons ou maus, e antes tentando preocupar-me com o País presente e a sua evolução futura. Decerto grande tarefa nos espera a todos, e é na esperança de que este debate possa ajudar na elaboração, adopção, continuação e aperfeiçoamento da política que foi enviado este esclarecimento e que estarei sempre pronto para oportuno, desinteressado e objectivo intercâmbio de ideias.

Não esqueçamos, porém, que uma evolução de grande amplitude está a processar-se nos campos a qual ameaça as formas tradicionais de produção em que a própria estrutura familiar se começa a ressentir e de que a mecanização é sintoma superficial. A par disso avançam os progressos da química e da biologia, modificam-se as preferências e os modos de exploração. Pior do que rejeitar o progresso é não o compreender.

E, para findar, talvez não seja inútil relembrar um autor que tratou no seu tempo da agricultura e da economia de Roma com autoridade de político e agricultor e que afirmava:

*Nam res rustica sic est, si unam rem sero feceris,
omnia opera sero facies.*

*Lisboa, 18 de Fevereiro de 1964 **

Poucos duvidarão da necessidade de intensificar a política de povoamento florestal iniciada antes da segunda guerra mundial com a Lei de Povoamento Florestal de 1938, na base da qual se têm vindo a arborizar os baldios serranos, e continuada com a Lei n.º 2069, de 1954, destinada a fomentar a arborização do património particular. Os trabalhos de ordenamento agrário agora concluídos e em curso permitem, de facto, concluir que, mesmo em estimativa prudente, a ocupação racional da terra implicará uma extensa conversão cultural a favor da mata.

Surgiu agora a oportunidade de atribuir ao Fundo de Fomento Florestal e Aquícola funções ligadas ao povoamento florestal do património particular com a maleabilidade e autonomia de acção necessárias a esta tarefa. Deste modo, a par da actividade da Direcção-Geral dos Serviços Florestais, que tanto vem contribuindo para a arborização dos baldios, surge em novos moldes um organismo destinado fundamentalmente a trabalhar com o sector privado.

E não serão diminutos os recursos materiais postos à sua disposição, escasseando antes os meios humanos para poder levar a cabo com a rapidez desejada a sua tarefa. Esperemos que a acção e entusiasmo dos dirigentes do Fundo possam atrair novas vontades e acelerar ou estimular a formação de técnicos ao nível superior e médio.

* Palavras proferidas no acto de posse dos dirigentes do Fundo de Fomento Florestal e Aquícola.

E a acção do Fundo será certamente difícil porque terá de se afirmar pelas realizações, de persuadir pelo exemplo e de apoiar pela assistência técnica os proprietários de terrenos que não tenham aptidão económica ou técnica diferente da florestal. E tem, por outro lado, de não escutar o apelo da arborização a todo o custo, atribuindo uma maior ponderação económica aos projectos de florestação e contribuindo assim para disseminar conceitos económicos que, por vezes, eram diminuídos pelo aspecto técnico e beleza da mata. Isto é, para além da escolha das espécies não poderá esquecer que a instalação da cultura florestal é susceptível de abrir novas perspectivas ao pastoreio e à agricultura. E não deve também olhar exclusivamente ao rendimento económico imediato de uma espécie, defendendo antes a fertilidade a prazo do meio e dos solos mediante técnicas adequadas, entre as quais avultarão os povoamentos mistos. E terá de trabalhar com critérios que o aproximem do sector privado quer quanto à rentabilidade dos povoamentos directos, quer no referente ao apoio financeiro e técnico que venha a conceder.

O sector florestal, desde a influência contra a erosão até à criação de cinturas verdes, desde o clássico lenho para queimar até à matéria indispensável ao alojamento do homem e à difusão da cultura, participa em muitos e importantes aspectos da vida das populações. Papel singular e obra de vulto estarão por isso reservados ao Fundo de Fomento Florestal e aos seus técnicos e servidores no desenvolvimento económico do País. A tarefa é aliante e, como em muitas acções do homem, esperamos que para além da árvore se atenda também à floresta.

*Lisboa, 21 de Fevereiro de 1964 **

Nem só circunstâncias acidentais justificam a minha presença no Ministério da Marinha.

O pouco que sei ou tenho ouvido sobre a pesca respeita mais a aspectos humanos do que a factores económicos. A vida árdua e dura do pescador tem mesmo servido imaginações mais vivas a descrever com romantismo ou heroicidade os traços singulares da sua faina. Fácilmente se explicam assim a admiração e o respeito que possamos ter pelos 50 000 trabalhadores do mar e os cuidados que devem merecer as actividades que os servem. Esta a primeira razão.

Vem de muito longe o lugar singular que o pescado desempenha na alimentação do povo português e ainda hoje as capitações do consumo de peixe nos colocam em lugares cimeiros entre os vários países do Mundo. Na alimentação quotidiana de muitos portugueses o peixe fresco ou seco, conservado pelo sal ou pelo frio, tem primazia nas preferências e pesa no orçamento familiar. Esta uma justificação adicional.

Todos conhecem também o que a pesca representa para as indústrias derivadas e complementares, embora alguns menos atentos possam olvidar as actividades de construção por ela fomentadas. E as conservas abarcam percen-

* Palavras proferidas na reunião havida no Ministério da Marinha, em que representantes da pesca agradeceram a SS. Ex.^{as} os Ministros da Marinha e da Economia a aceleração do programa de construções para a pesca.

tagem elevada das vendas para o estrangeiro e a construção naval faz viver e dinamiza algumas regiões do País. Eis, portanto, outro motivo.

A razão, justificação ou motivo dizem só da importância do sector, mas não constituiriam suficiente causa para a minha presença, se outras circunstâncias não permitissem que a colaboração do Ministério da Economia viesse apoiar a acção e o programa do Ministério da Marinha.

Diz-se que é necessário lembrar o passado, dispor o presente e prever o futuro para enquadrar correctamente a acção. E, ao pensarmos assim, teremos de prestar justiça aos homens que dirigiram e dirigem o Ministério da Marinha, porque lançaram com visão, audácia e oportunidade os programas da pesca e da marinha mercante, para falar somente naqueles que mais directamente interessam o sector económico. E basta dizer que no sector da pesca, que hoje nos reúne, acompanhamos praticamente o ritmo mundial e ultrapassamos com largueza a expansão europeia. Mas a pesca não se pôde furtar ao embate do progresso. Novas técnicas mudaram substancialmente a face da produção de pescado e hoje sulcam os oceanos poderosas frotas, com enorme apoio técnico e científico, autênticas fábricas flutuantes, que se deslocam a mares longínquos e justificam plenamente a designação de indústria da pesca.

Um ligeiro afrouxamento se vinha esboçando no ritmo português quando comparado ao mundial. Não viu o Ministério da Marinha outra alternativa que não fosse acelerar o ritmo de construção da nossa frota de pesca, adaptando-a às novas condições e aproveitando as potencialidades dos seus homens. E esta política vinha ao encontro daquela que o Ministério da Economia tentava seguir transformando subsídios que amolecem em investimentos que revigorem. E podemos assim, graças à colaboração do Ministério das Finanças, ajudar a antecipar o programa de 1965-1967, iniciando-o imediatamente mediante empréstimos ao Fundo de Renovação e de Reape-

trechamento da Indústria da Pesca, que permitam a execução do programa já aprovado de 330 000 contos.

E se o facto nos leva a dar um passo em frente, não significa que chegamos ao fim da caminhada. Em economia os problemas não findam, sòmente se aperfeiçoam as soluções. Por isso outras tarefas nos esperam.

Adaptar as novas técnicas levará a cuidar da formação profissional do pescador, a que o Ministério das Corporações pode dar apoio valioso, elevando a sua produtividade aos níveis mundiais. Abastecer melhor as populações significa uma rede fixa e móvel de frio que estará incluída no programa agora iniciado e que, conjuntamente com o termo dos trabalhos em alguns portos de pesca, deverá permitir uma regularização do mercado e dos preços que interessa o consumidor e a indústria. Seguir-se-á, como complemento desta orientação, o estudo, em conjugação com as empresas de construção naval, da repartição das encomendas entre os diversos estaleiros. E a análise do programa de construção previsto para os próximos anos poderá aconselhar uma reavaliação das possibilidades nacionais de contribuir para as diferentes marinhas que uma nação marítima tem de possuir. Em qualquer caso, pode V. Ex.^a, Sr. Ministro da Marinha, contar sempre com o melhor espírito de colaboração do Ministério da Economia, disposto a ajudar a indústria nacional e a inseri-la quanto possível no esforço que vamos fazendo com a defesa e o fomento.

A indústria bem precisa de ajuda, o País bem merece o esforço.

*Lisboa, 28 de Fevereiro de 1964 **

Assente a conveniência de instalar no Norte do País uma nova refinaria de petróleos, consultou o Governo empresas interessadas nesse empreendimento, facultando-lhes a possibilidade de apresentar as suas propostas. Estas foram numerosas e mereceram o estudo cuidadoso da comissão designada para o seu exame. O Governo verificou que as duas propostas mais favoráveis, tendo em vista aspectos económicos e financeiros, eram justamente as das sociedades portuguesas Sonap e Sacor. E, graças ao entendimento entre as duas, foi possível ao Governo fixar-se numa só, a da Sacor, restando agora dar início ao processo legal de autorização.

Deverá, pois, a Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal (Sacor), S. A. R. L., requerer, no prazo de 60 dias, a contar da data do presente despacho, a instalação, ao norte do rio Douro, de uma refinaria de produtos derivados do petróleo bruto e de um complexo petroquímico a ela associado, de acordo com a Lei n.º 1947, de 12 de Fevereiro de 1937, e o Decreto n.º 29 034, de 1 de Outubro de 1938, obrigando-se expressamente às seguintes condições:

1. A capacidade de laboração da refinaria será calculada para o tratamento anual mínimo de 1 500 000 t métricas de petróleos brutos ou seus resíduos.

* Despacho sobre a instalação de uma refinaria e de um complexo petroquímico no Norte de Portugal.

2. A instalação far-se-á no local que for aprovado pelo Governo, sob proposta da concessionária, nos termos legais.

3. O prazo para a instalação e entrada em laboração da refinaria será de 30 meses, após o que se contará o prazo de concessão da refinaria.

4. Para o efeito da instalação da refinaria de que se trata, o capital da sociedade será aumentado, por uma ou mais vezes, até 800 000 contos. No caso de o aumento se fazer por mais de uma vez, a primeira emissão não poderá ser inferior a 200 000 contos e deverá estar inteiramente realizada 120 dias após a entrega do requerimento.

5. O Estado (Direcção-Geral da Fazenda Pública) receberá gratuitamente da concessionária o número de acções liberadas que for necessário para ficar possuidor de um terço do seu capital social, quer aquando das emissões a fazer para realizar o aumento do capital a que se refere o número anterior, quer noutras quaisquer que tenham lugar enquanto durar a concessão de que é detentora a Saccor.

6. No prazo de quinze dias, a contar da data da entrega do requerimento, deverá reforçar o depósito de garantia com 13 000 contos à ordem da Direcção-Geral dos Combustíveis, substituível por garantia bancária nos termos legais e que permanecerá até à entrada em funcionamento das unidades fabris referidas neste despacho.

7. Tratar na refinaria petróleos brutos provenientes de jazigos existentes ou que forem encontrados no espaço territorial português.

8. Utilizar, de preferência, a frota petroleira nacional, nos termos que o Governo fixar.

9. Manter a reserva permanente de matérias-primas e de produtos refinados imposta pelas disposições da base x da Lei n.º 1947 e do artigo 19.º do Decreto n.º 29 034.

10. Na montagem e na exploração, ficará sujeita a todas as disposições legais relativas a segurança e hi-

giene industrial, nomeadamente às do Decreto n.º 36 270, de 9 de Maio de 1947.

11. O esquema de fabrico será o aprovado pelo Governo nos termos da lei, devendo apresentar o respectivo estudo, devidamente fundamentado, na Direcção-Geral dos Combustíveis.

12. Deverá ainda ajustar um acordo com a Sociedade Nacional de Petróleos, S. A. R. L., em termos que traduzam, com vista ao empreendimento de que se trata, participação recíproca no capital das duas empresas e nos respectivos conselhos de administração, e, bem assim, o estabelecimento de condições especiais relativas quer ao tratamento a feítio, na refinaria referida neste despacho, das ramas fornecidas pela Sonap nas quantidades necessárias ao seu comércio no mercado metropolitano, quer aos preços praticados nesse tratamento (por exemplo, *cost price*).

Este acordo deverá ser homologado pelo Secretário de Estado da Indústria, ouvida a Direcção-Geral dos Combustíveis quanto à matéria relativa às condições e preços do tratamento a feítio.

13. As duas empresas (Sacor e Sonap) deverão obedecer aos requisitos exigidos para a nacionalidade portuguesa das sociedades anónimas, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente nos que se referem ao aumento de capital ou aquisição de partes de capital de empresas já existentes para a exploração de actividades desta natureza.

14. As mesmas empresas tomarão perante o Governo o compromisso de não alienarem as acções que representarem a participação recíproca nos seus capitais sociais sem autorização do Governo, a qual poderá ser sempre condicionada nos termos que forem julgados convenientes ou ser substituída pela opção na aquisição a favor do Estado.

15. Junto da nova refinaria será instalada uma fábrica de óleos lubrificantes derivados do petróleo, para produ-

ção de um mínimo anual de 80 000 t, podendo a concessionária aceitar a participação técnica e financeira de outras empresas. O requerimento para a instalação desta fábrica será apresentado dentro de 180 dias, a contar da data deste despacho, e deverá incluir os respectivos programa e estudo técnico-económico elaborados com o desenvolvimento necessário à conveniente apreciação da sua rentabilidade.

16. Também na zona da nova refinaria e para aproveitamento dos respectivos subprodutos a concessionária deverá promover a instalação de uma fábrica de produtos petroquímicos nas condições seguintes:

- a) A concessionária poderá fazer-se substituir pela Sociedade Portuguesa de Petroquímica, S. A. R. L., ou por outra a constituir, devendo em qualquer caso procurar-se a colaboração da Companhia União Fabril, S. A. R. L., nos termos do protocolo a assinar entre esta empresa e a concessionária e que deverá ser homologado pelo Secretário de Estado da Indústria;
- b) O requerimento para a instalação desta fábrica será apresentado dentro de 180 dias, a contar da data do presente despacho, e deverá incluir os respectivos programa e estudo técnico-económico elaborados com o desenvolvimento necessário para a devida apreciação da rentabilidade do empreendimento;
- c) O capital destinado a este empreendimento será, pelo menos, de 200 000 contos, obtidos pela subscrição do capital social da empresa que para o efeito for constituída ou por aumento do capital social da empresa já existente. No caso de o aumento se fazer por mais de uma vez, a primeira emissão não poderá ser inferior a 100 000 contos e deverá estar inteiramente

realizada 90 dias após a entrega do requerimento;

- d) No capital dessa empresa será reservada para o Estado uma participação que lhe será entregue gratuitamente, em percentagem a fixar, tendo em conta o projecto a apresentar quanto ao empreendimento e sua rentabilidade.

*Lisboa, 28 de Fevereiro, de 1964 **

Falar de petróleo significa falar de energia, ou seja da força que alimenta o mundo industrial moderno e apoia as sociedades de abundância.

Assim, a descoberta de petróleo traz uma força no concerto mundial que, por vezes, desencadeia forças que diminuem as dos próprios países possuidores e que, sempre, faz nascer esperança em melhores rendimentos e nível de vida. As empresas produtoras e transformadoras de ramas constituem-se, por sua vez, em autênticos pólos multinacionais, sempre ligadas à raiz que lhes deu origem e interessadas em alargar mercados e conquistar o apoio dos países onde se instalam. A dimensão dessas empresas e, por vezes, os interesses nacionais que servem ou em que se apoiam, conduziu à criação de poderes de compensação cuja extensão tem frequentemente aconselhado que sejam exercidos pelo próprio Estado. Assim, o sector público não é, nem pode ser, indiferente em nenhum país ao problema dos petróleos.

E não se limitam à simples transformação de ramas as actividades das empresas de petróleos. O aproveitamento dos múltiplos subprodutos da destilação deu vida a novas indústrias — as petroquímicas —, que estão hoje competindo, substituindo e completando as poderosas in-

* Palavras proferidas na cerimónia que teve lugar no Ministério da Economia para divulgação pública do despacho dado sobre a instalação de uma refinaria e de um complexo petroquímico no Norte de Portugal.

dústrias químicas tradicionais. Um novo mundo de produtos se abriu que a investigação e o consequente progresso técnico estão constantemente ampliando. A vida moderna vem exigindo novos produtos ou procurando novas utilizações e, por seu lado, a indústria petroquímica vem respondendo a muitas dessas solicitações de modo tal que quase se pode considerar a par de indústrias básicas, como a electricidade e a siderurgia. E aliada, portanto, ao petróleo — fonte de energia —, justifica assim grandes complexos produtivos, que representam cruzamentos essenciais de modernos sistemas industriais.

Fizemos uma política de electricidade. Mais recentemente, lançámos uma siderurgia e arrancámos com uma primeira experiência petroquímica, ligada à refinaria de Lisboa, mas só agora se pode afirmar que iremos construir um complexo industrial concebido desde início como um todo harmónico e interligado.

Mas uma indústria como esta, onde a investigação é motriz e o progresso técnico vertiginoso, aconselha, ou quase exige, a colaboração com os mais diversos e dinâmicos conhecimentos técnicos de outros países. Assim se está pensando, sem esquecer interesses portugueses tradicionais ligados à indústria química, pelo que o estabelecimento de programas conjuntos com outras empresas portuguesas deverá constituir uma primeira preocupação da Sacor e uma exigência do plano económico industrial.

O silêncio havido e prolongado sobre este assunto não significa a inexistência de trabalho, estudo e colaboração entre o Governo e as empresas interessadas. Foi possível chegar a um entendimento entre duas iniciativas nacionais no campo dos petróleos — a Sacor e a Sonap — que vem permitir uma base sólida para uma política de petróleo alargada a vários territórios portugueses. Poderia ter-se ido mais além. Eu próprio o desejaria, e as circunstâncias o recomendavam, se não houvesse que andar depressa e se o Ministério da Economia tivesse conhecimento e

domínio de outros factores. Um primeiro passo foi dado, esperemos que seja uma caminhada.

Foi agora dado o despacho orientador, de que transcrevo o preâmbulo:

Assente a conveniência de instalar no Norte do País uma nova refinaria de petróleos, consultou o Governo todas as empresas interessadas nesse empreendimento facultando-lhes a possibilidade de apresentar as suas propostas. Estas foram numerosas e mereceram o estudo cuidadoso da comissão designada para o seu exame. O Governo verificou que as duas propostas mais favoráveis, tendo em vista aspectos económicos e financeiros, eram justamente as das sociedades portuguesas, Sonap e Sacor. E, graças ao entendimento entre as duas foi possível ao Governo fixar-se numa só, a da Sacor, restando agora dar início ao processo legal de autorização.

Deverá a Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal (Sacor), S. A. R. L., requerer, no prazo de 60 dias a contar da data do presente despacho, a instalação, ao norte do rio Douro, de uma refinaria de produtos derivados do petróleo bruto e de um complexo petroquímico a ela associado, de acordo com a Lei n.º 1947, de 12 de Fevereiro de 1937, e do Decreto n.º 29 034, de 1 de Outubro de 1938.

Este despacho permitirá à Sacor a continuação dos trabalhos em bases mais seguras e prevê a colaboração de empresas nacionais e estrangeiras no domínio técnico e financeiro. Em matéria de tantas dependências não vemos possibilidades de estarmos alheios ao que se passa no mundo e de sermos fechados à cooperação internacional.

O interesse nacional implica sòmente que as vantagens sejam mútuas e que os princípios básicos orientadores da política não sejam postos em causa. E a experiência mos-

tra que tal é possível quando se conhecem os objectivos e se tem fé nos princípios.

Em 1966 veremos erguido no Norte um dos maiores complexos industriais do nosso país, símbolo de uma economia dinâmica, sintoma de uma nova fase do progresso português.

Que a aspiração de avançar depressa não esmoreça.

*Lisboa, 11 de Março de 1964 **

Convidados ou designados para membros do conselho administrativo do Fundo de Abastecimento, não enjeitaram VV. Ex.^{as} responsabilidades que correspondem a tarefa tão difícil e ingrata.

Difícil porque a solução de carências de abastecimento implica a conjugação e ponderação de muitas variáveis, entre as quais avultam algumas de natureza psicológica cuja medição é impossível e o domínio frágil. Ingrata porque quando o abastecimento é normal ninguém reconhece ou conhece preocupações havidas ou maus momentos vividos; além disso, assegurado o fluxo de produtos, todo o esforço pode ser diminuído ou anulado por um distribuidor que humanamente falhou, ou deliberadamente sabotou; acontecimentos com conteúdos muito diversos vêm quase sempre acompanhados de protestos ou reclamações, e nunca de reconhecimento ou justiça. Quantas vezes, alvos de críticas fáceis, não poderão responder, apontando as causas autênticas de má adaptação de circuitos, de rarefacções de oferta, de retracções de procura. E não poderão responder porque as razões são exteriores à acção do Ministério da Economia, e dela não dependem e por ela não se orientam.

A experiência indica também que a solução fácil por todos apontada é o recurso ao Fundo de Abastecimento. Fácil por imediata, solução por suportar custos de des-

* Palavras proferidas no acto de posse dos membros do conselho administrativo do Fundo de Abastecimento.

perdícios alheios. Em termos nacionais pode o Fundo de Abastecimento pagar erros que se cometam, não deve, porém, continuar a suportar defeitos que não se queira corrigir.

Passou a época em que se conseguia mobilizar abundantes recursos próprios ou alheios. Afrontando um défice que vem do passado, trabalhando num mercado monetário e financeiro com as características próprias do momento actual, terá o conselho administrativo de equilibrar o orçamento e as contas mediante ordenado plano financeiro que, contribuindo para a solução de problemas presentes e futuros, abandone progressivamente o amontoado casuístico onde podemos encontrar popularidade ou apoio transitórios.

Para assegurar com firmeza uma política, teremos de assegurar os meios que o próprio Fundo venha a proporcionar, pois não vemos que o Ministério das Finanças possa dispensar recursos, nem cremos que seja conveniente entrar em competição com outras categorias de despesas.

2. Sabem muitos portugueses, dispersos por vários continentes, o significado da palavra sacrifício. Uns porque lutam, outros porque labutam no dia a dia. Não se me afigura que haja ainda uma consciência colectiva do esforço que vamos fazendo e pretendem mesmo alguns lucrar com sacrifícios dos outros. Devemos ignorar tais atitudes ou, pelo contrário, valerá a pena enfrentar com decisão e autenticidade a tarefa colectiva que cabe ao povo português? São numerosos os acidentes que começam com a negligência, são maiores os desastres que provêm da ignorância.

Vem-se processando na economia europeia uma pressão inflacionista que tende a afectar a estabilidade monetária e financeira de alguns países. E não podendo isolar-se Portugal da propagação desses movimentos, têm de criar-se instrumentos de acção rápidos e eficazes que possam ser utilizados pelo Ministério da Economia. Se atendermos às procuras monetárias que se projectam no mer-

cado sem contrapartida de ofertas internas, se olharmos a certas rarefacções de mão-de-obra e de capital que elevam preços de factores, concluimos que estão criadas condições para empurrar os preços no sentido da alta, se o Governo não tomar disposições que contenham essa pressão. Por nosso lado, tivemos já ocasião de suscitar este problema, que consideramos da maior relevância para a orientação da economia portuguesa.

A par disso, não devemos hesitar na repressão de práticas contra a economia nacional, embora conscientes de que, para dirigir, a força é o meio mais grosseiro e a educação e adesão o processo mais subtil. Por isso, simultaneamente com a adaptação e o reforço dos meios de repressão ao dispor do Ministério da Economia, haverá que formar e reorganizar os intervenientes — homens e empreendimentos — nos circuitos de distribuição. Num e noutro caso, estão elaborados por parte do Ministério os diplomas iniciais necessários à aplicação de orientação já definida. A acção na frente não pode corresponder inércia na retaguarda. Trabalhemos na certeza de que pode governar-se com a política dos outros, mas só se administra com a capacidade própria.

*Guarda, 21 de Março de 1964 **

Tenho o mérito de tentar ser claro, por vezes claro de mais, o que me atrai as críticas de alguns e a incompreensão de outros, mas, apesar de realista, nunca desanimei. Tenho uma confiança ilimitada nas qualidades do povo português, donde vim e aonde regressarei. Conheço o campo onde nasci e a pobreza onde vivi. Por isso sempre considerei um e outra como parte de mim próprio e talvez as únicas fontes das poucas qualidades que dizem possuir.

Depois de agradecer as palavras proferidas pelos vários oradores e de agradecer ao Sr. Governador Civil a organização de tão útil reunião, prosseguiu:

Comecemos por ser claros: ouvi dizer que estamos em guerra, mas nem sempre vejo que assim seja entendido. A guerra na frente pressupõe também guerra na retaguarda. E pressupõe guerra na retaguarda para estarmos à altura daqueles que se batem na frente. Guerra na retaguarda significa consolidar, vincular, estimular a Nação para uma luta que se nos impõe, e para isso necessário é que todos tenhamos consciência do momento que estamos a viver. É necessário que não estejamos inertes, enquanto outros agem; é necessário que aban-

* Palavras proferidas de improviso para encerramento da reunião com os representantes da agricultura, comércio e indústria locais, no decorrer da visita oficial à Guarda — transcrição da imprensa.

donemos a ideia de não correr riscos, quando alguns os correm todos os dias. Por isso, na retaguarda não creio que haja melhor guerra do que a guerra contra a pobreza, a guerra contra a desigualdade excessiva entre a cidade e o campo, a guerra contra a injustiça social, que todos devemos sentir e todos devemos conduzir.

Tenho vindo a várias reuniões. Sempre desejei que delas algo de frutuoso possa derivar: quanto mais não seja, que nasça a certeza de que tenho o desejo sincero de contactar com os representantes locais, de os ouvir, de lhes falar e, tantas vezes, com eles aprender. Que dessas reuniões saia também a certeza de que não há milagres para resolver os problemas.

Os problemas só se resolvem com trabalho, com persistência, com sacrifício e, em particular, com espírito de solidariedade. E esse nem sempre o encontro. Por outro lado, estas reuniões trazem-me também uma alegria: muita gente se me dirige, não como Ministro da Economia, mas como membro do Governo. E isso porque muita gente se me dirige pondo problemas que me interessam como homem, mesmo que os não possa resolver como Ministro. Por isso, e apesar de tudo, continuo a pensar que estas reuniões são úteis.

Tinha pensado e prometido que não falaria de agricultura. Vou fugir um pouco ao que tinha prometido. Talvez contrariamente à opinião de muitos, eu penso que o grande mal, o mal-estar da lavoura, provém de o rural ter sido integrado na vida nacional através da informação, através, portanto, da imprensa, da rádio e da televisão, e de não ter sido ainda integrado na economia nacional. Isto é, os rurais compreenderam finalmente a pobreza em que viviam. Os rurais compreenderam finalmente que havia outros meios de vida, que havia outras possibilidades de viver; e que fora do campo havia pessoas que viviam essa vida. Foi essa uma grande revolução da agricultura. E por isso julgo, contrariamente ao

que muitos dizem, que o grande mal-estar da lavoura resulta da consciencialização que ela teve dos problemas e da miséria em que por vezes vivia.

Por outro lado, esse mal-estar teve outra origem. E essa provém de outro tipo de informação: da pessoa que emigrava para as cidades ou do rural que emigrava para o estrangeiro. E a essa dificilmente podemos fugir. Não podemos fugir, porque possivelmente não temos o direito de amarrar muitos à pobreza em que vivem, quando podem viver melhor noutros locais ou até noutros países. Temos, sim, de estar conscientes do problema e da obrigação de tentar criar melhores condições de vida a todos. Simplesmente, também devemos estar conscientes de que não é com competição de salários que podemos lutar com a atracção de outros países ou até de cidades, porque por muito melhor que paguemos na agricultura, e possivelmente algo melhor podemos pagar, não conseguiremos competir com os salários franceses ou com os salários alemães. Portanto, essa tendência, essa atracção, existirá, e durante muito tempo, enquanto o País no seu conjunto for muito menos desenvolvido do que muitos países europeus. E a isso não podemos fugir imediatamente.

Um outro aspecto, também, da tarefa, importante quanto à agricultura, assenta num provérbio que aprendi há já alguns anos e que se refere a um país de pescadores:

Quando encontrares um pobre, se lhe deres um peixe, alimenta-lo por um dia; se o ensinares a pescar, alimenta-lo por toda a vida.

E aqui julgo situar-se outro problema fundamental do País em geral e da lavoura em particular: a instrução; não só a instrução em geral, mas também o ensino profissional e a instrução rural, como alguns lhe chamam.

Não creio que possamos progredir, seja de que maneira for, nem com preços, nem com outros meios, se não ensinarmos a trabalhar melhor as pessoas, se não lhes dermos possibilidades de ter maior produtividade nas profissões que exerçam. Julgo que difficilmente poderemos resolver o problema sem uma generalização muito maior da instrução. E temos de ter consciência de que a instrução não dá resultados imediatos, mas também ter a certeza de que os nossos filhos viverão muito melhor do que nós.

Quanto à agricultura, ainda levanto outro problema: como difundir essa instrução, como difundir essa especialização e a informação?

Não basta somente a instrução, tal como é entendida no momento actual e no nosso país. É necessário que haja órgãos de difusão dessa instrução, dessa informação. E aqui toco no que me parece ser um ponto essencial da lavoura e que, tendo sido referido, não constitui, portanto, novidade. É que a lavoura, tal e qual como se encontra, é uma lavoura isolada; cada lavrador, normalmente, é um homem isolado, e, embora tenha tendência a ser isolado, não pode estar só todo o tempo. Simplesmente surge um dos problemas fundamentais da lavoura portuguesa: a organização da lavoura, a maneira como o lavrador isolado se integra numa vida cada vez mais social, uma vida de interpenetração. E não creio que sem organizações de lavoura capazes e eficazes possa o Governo substituir-se a elas e ter um técnico junto de cada lavrador. Não pode ser assim. Tem de se organizar a lavoura; sejam grémios de lavoura ou sejam cooperativas, mas autênticas organizações de lavoura; isto é, organizações solidárias que pensem na agricultura, e não em alguns agricultores.

Já de há alguns meses para cá venho encarando o problema da lavoura e tentei coordenar e esquematizar a primeira lei de orientação agrícola. Essa lei foi por muitos considerada demasiado protectora da lavoura. Ainda batalho por ela, e estou convencido de que conseguirei levar a cabo essa luta e que a lei de orientação agrícola virá a

ser uma realidade que corresponda realmente às aspirações e às possibilidades do País.

Também tenho pugnado por uma acção económica regional. Até agora não consegui meios de acção suficientes para isso e a única coisa que tenho conseguido é deslocar-me às regiões, entusiasmar as pessoas e mostrar as vantagens da acção económica regional. No entanto, se ao Governo alguma responsabilidade cabe, também temos de perguntar, a cada um de nós que aqui está presente, não o que o Governo fez (ainda que tenha o direito de o saber), mas o que cada um de nós tem feito pelo desenvolvimento da própria região em que vive. Por isso, embora julgue também que o diploma sobre o desenvolvimento económico regional é um diploma fundamental — e espero que em breve conseguirei fazer que passe de um projecto a uma realidade —, sei que não termina aí a tarefa. E creiam que se abandonei o nome de planeamento regional é porque, por vezes, e talvez por ser um teórico, como se afirma, já estou um pouco desiludido do planeamento e tenho pugnado pela acção.

Estes dois diplomas, a lei de orientação agrícola e o decreto sobre a acção económica regional — assim eu o designei —, serão fundamentais para orientar a lavoura no futuro. Mas não julguem que me esqueci da lavoura no presente. Para mim, tal como o vejo, o grande problema da lavoura, por muito que se diga, é o problema do pequeno e do médio lavrador. Do pequeno e do médio lavrador, porque em regra não têm nem dispõem de capitais, de instrução técnica ou acesso fácil e rápido, quer às instituições, quer ao próprio Governo. E, por isso mesmo, intentei, tanto quanto possível, esquematizar, estruturar, um sistema que permita que os escassos recursos disponíveis sejam postos também ao serviço do pequeno e do médio lavrador. Porque estes, também, não podem abandonar imediatamente a agricultura, estes também têm família e têm vivido durante longos períodos na pobreza. E creio, nesse aspecto, que deve referir-se o facto de se ter dado

pela primeira vez um subsídio ao centeio: não será pelo valor que ele tenha, mas pelo espírito que o informou e pela tendência que representava, sem falar das resistências que teve de vencer.

Toda a sistematização que estou a fazer do problema da lavoura, no sentido de tentar acudir rapidamente à mesma, não é feita exclusivamente com a ideia da pequena e média lavoura. A essa pequena e média lavoura interessa fundamentalmente um problema que aqui foi referido: o problema do leite. Sobre ele nos temos debruçado e vamos ver se conseguimos — creio que sim — que em breve haja um preço nacional de leite e, portanto, o leite possa ser pago a um preço-base em todo o País, o que significa para muitas regiões preços sensivelmente superiores àqueles que actualmente recebem. Tenho também a preocupação do problema do milho. Já referi que o problema do milho não é um problema fácil. Interessará menos a esta região, mas interessa a outras regiões, próximas desta. Em regiões tão pobres como estas, não creio que o problema do milho seja um problema fácil de resolver. E não é um problema fácil de resolver, porque temos de o equacionar com o milho de outras regiões.

Depois de dizer que é sobre o milho que vai actuar o Ministério da Economia, a partir das conclusões de um relatório a elaborar por um grupo de trabalho sob a direcção do Eng.º Camilo de Mendonça, continuou:

Como podemos actuar no futuro sem haver uma reorganização da lavoura eficaz, sem a tal assistência técnica maior? É um problema que me preocupa mais do que conseguir reunir alguns milhares de contos para apoiar este ou aquele produto. Este é, para mim, um dos grandes problemas e creio que, aqui, haverá razão para pensarmos se devemos e como devemos coordenar as acções das organizações corporativas. É assunto em que já por

mais de uma vez tenho insistido e creio que é útil receber sugestões. A prova está que o Sr. Governador Civil referia que algumas cooperativas em projecto nesta região não conseguem arrancar. Razões não as conheço, mas algumas deve haver. Será falta de espírito cooperativo? Será a dificuldade de fazer funcionar as cooperativas? Será porque a legislação actual é insuficiente para fazer funcionar as cooperativas? Não acredito nestas dúvidas, porque algumas cooperativas estão funcionando bem. Mas é preciso, e há pouco já o referi, que as cooperativas sejam realmente solidárias, porque conheço, infelizmente, também, algumas cooperativas que não são mais do que máscaras de outras organizações de interesses. Ora este é um problema para que eu pedia a atenção das próprias entidades regionais, porque creio que, sem uma base corporativa ou cooperativa eficaz, não temos maneira de ir muito além: podemos dar o primeiro passo, não daremos certamente outros indispensáveis para prosseguir.

Outro aspecto que alguns têm referido é o problema da comercialização, o qual, em meu entender, se põe, em especial, quanto a alguns produtos da lavoura: lacticínios, que já aqui referi e que creio que possa ser resolvido pelos termos e em consequência das bases do acordo entre as Corporações da Indústria e da Lavoura, das frutas e carnes. Para qualquer deles o Ministério da Economia tem soluções que não podem, certamente, resultar, se não houver soluções associativa locais; nesta fase a lavoura difficilmente poderá comercializar totalmente os seus produtos, pois não tem organização nem infra-estruturas suficientes.

Referiu-se depois à situação do comércio, com múltiplos intermediários, e disse que não julga possível acabar com todos, mas crê possível intervir de modo a que os lucros

não sejam exagerados. Tratou, seguidamente, do problema do Estatuto do Comerciante, que representa passo importante, pois regula e dignifica a posição do comerciante e acaba com intermediários e lucros indevidos.

Referiu-se a outros elementos do problema e disse que o Ministério da Economia, depois de os estudar, vai responder às sugestões apresentadas; referiu depois o problema do Mondego e do seu aproveitamento, acentuando:

O problema que se pode levantar é de preparar a recepção ao aproveitamento integral do Mondego de duas maneiras: no sector de agricultura, dando prioridade a certas obras de hidráulica agrícola, e no sector da energia, sugerindo prioridade aos aproveitamentos múltiplos, visto que até agora a prioridade tem sido concedida, quase exclusivamente, do ponto de vista da hidroelectricidade, e não dos múltiplos fins de um aproveitamento. Por uma e outra via está preparada a possibilidade de escolha do aproveitamento integral do Mondego. Mais não é possível fazer ao Ministério da Economia. Alguns dos problemas estão certamente ao nível do Terreiro do Paço, outros ao nível dos governos civis, mas outros ainda, talvez os mais importantes, ao nível do esforço e da persistência de cada um de nós.

Disse ainda ser válida a sugestão de haver um coordenador de assuntos económicos junto dos governadores civis e acentuou que esta reunião e o entusiasmo verificado fazem esperar que o esforço e persistência existirão.

Recordou a afirmação feita em 1953 de que Portugal era um país subdesenvolvido, o que então foi considerado uma heresia, e acentuou a terminar:

Afigura-se-me que tenho feito o que posso, com esforço, e creio que se mais não fiz foi por falta de talento para

fazer caminhar os inaptos ou animar os vagarosos ou derrotistas. Tenho tentado lutar pela agricultura, e não por certos dos seus sectores. Dizem que tenho querido andar depressa de mais e, às vezes, perante a lentidão que encontro, chego a ter dúvidas acerca do que o País deseja.

Viseu, 22 de Março de 1964 *

Meus Senhores: Perdoem-me começar de maneira pouco habitual nas minhas visitas a várias regiões do País. E vou começar de uma maneira pouco habitual porque inicio as minhas palavras por uma homenagem pessoal e sincera à pessoa do Sr. Governador Civil, e dizer e exprimir-lhe o desejo de que nos possa conduzir e orientar na luta pelos legítimos interesses regionais e acompanhar sempre na defesa do autêntico interesse nacional.

A Beira Alta é coração de Portugal. Solar da Raça, como é tradição dizer-se. Zona de transição entre o interior e o litoral, entre a montanha e a planície, constelação de várias formas de agricultura, repositório de diversas culturas, centro estratégico de localização económica; palavras secas e despidas de poesia, de um técnico de economia. Este distrito tem, portanto, em meu entender, condições naturais suficientes para se transformar em zona económica privilegiada do interior do País; eis como vejo as suas potencialidades. Mas, exactamente por ser zona de transição e centro estratégico de desenvolvimento, não poderá nunca desligar-se a sua economia do destino das regiões circunvizinhas e, por isso, creio que as questões fundamentais residem em criar formas de colaboração de acção económica regional que excedem por vezes o próprio distrito, e ainda em escolher os pólos de desenvolvi-

* Palavras proferidas de improviso para encerrar a reunião com os representantes da agricultura, comércio e indústria locais no decorrer da visita oficial a Viseu. Transcrição da gravação feita pela Emissora Regional.

mento do interior do País; e uma simples e imparcial observação desse interior aponta imediatamente para o polígono Viseu-Vila Real-Bragança-Guarda, no interior norte do País.

E, se tivermos de optar pela descentralização e regionalização, haverá que ter decididamente em conta os sistemas e estruturas de difusão e transmissão do pensamento e da acção. E onde vamos encontrá-los? Teremos de recorrer a estruturas verticais já existentes e completá-las, porventura, com algumas outras. Assim, e em primeiro lugar, teremos que contar com a estrutura política e de a continuar com as autoridades administrativas e as autarquias locais, teremos de agir através de órgãos técnicos e profissionais, ou do Ministério da Economia e de outros Ministérios, ou dos próprios agricultores, comerciantes e industriais e, até — desculpem-me a incursão em terreno de domínios considerados alheios à economia —, em cooperação com as próprias autoridades eclesiásticas. Mas, ao encararmos assim o problema, todos concluirão que se deverá caminhar para um reajustamento das estruturas e hierarquias paralelas, de modo a conseguirmos uma acção conjunta e uma autêntica solidariedade. Esta a base do projecto de diploma sobre acção económica regional que tive ocasião de entregar ao Governo em Dezembro de 1963.

A acção do Ministério da Economia visa, portanto, e exactamente, este objectivo, e ainda preparar as condições próprias a uma acção regional. Entendendo, porém, que uma boa parte do País depende, e vai depender durante muito tempo, do progresso e da situação da lavoura, resultou a preocupação que sempre tive com o problema da agricultura nacional. E havia múltiplas razões para me preocupar, porque encontrei uma lavoura depauperada — a pequena e média lavoura —, a par de outra endividada — enriquecida também por vezes —, concentrada e hipercapitalista, conforme se analisava o problema agrícola em certas regiões ou em algumas dimen-

sões de exploração. Mas, acontece que, aparentemente, o problema da agricultura era um todo nos seus sintomas, mas o mesmo não se podia dizer das suas causas e do seu diagnóstico.

E a verdade era que, em virtude da orientação até então seguida — seguida por tradição, por rotina, ou até, por vezes, por balanço de poderes —, havia um fluxo de apoio maior a determinados sectores da lavoura que, embora credores de auxílio, tinham ou deviam ter maiores possibilidades próprias de se reconverter, modernizar e rentabilizar, se entendessem abandonar posições tradicionais em que se encontravam. Refiro, evidentemente, a grande lavoura ou a grande exploração que, tendo acesso menos difícil à técnica e aos capitais, e até apoio financeiro gratuito, se encontrou, em muitos casos, durante anos numa posição privilegiada para iniciar o movimento; e deve dizer-se que muitos lavradores, e grandes lavradores, assim procederam, mas aconteceu que esses mesmos lavradores, ao procederem assim, não encontraram uma infra-estrutura de apoio à sua acção, resultando daqui, por vezes, que os mais progressivos foram os mais prejudicados.

Pode razoavelmente perguntar-se: porquê? Porque as preocupações económicas da Administração se dirigiam mais aos produtos tradicionais e, portanto, defendiam e até impulsionavam a agricultura tradicional. Logo, havia, em meu entender, que modificar a orientação e criar um clima propício à viragem que, aliás, era imposta por outras razões, e por motivos exteriores à própria lavoura. E seria fácil enunciar várias razões.

Algumas aqui ouvi, mas entre elas se evidenciam: o êxodo rural, que tanta gente preocupa e em tantos sítios se manifesta com agudeza e gravidade; a industrialização, que atrai às cidades e despova os campos, e a própria exigência da defesa nacional, que orienta e mobiliza muitos homens para a defesa do nosso território; e ainda a própria integração europeia, que abre lenta

mas seguramente algumas das nossas fronteiras e afecta muitas das nossas produções tradicionais.

Mas, ao criar-se um novo ambiente, havia que dirigir simultaneamente a preocupação do Governo sobre toda a lavoura, embora com espírito diferente. E veio a habitual e nunca acabada luta entre o hábito e a inovação, entre a estagnação e o progresso.

Destina-se a política que preconizo a criar condições para apoiar lavradores, grandes ou pequenos, mas progressivos, e ajudar a promover a pequena e média lavoura, que é, em meu entender, base da vida regional de todo o Norte português e de maneira que ela não seja vítima, como por vezes tem sido, da maior e mais permanente crise da lavoura nacional. E tomaram-se pequenas providências que marcam esta última tendência.

Lembrarei somente algumas: a intervenção na região dos vinhos verdes (é uma região de pequena ou média lavoura); a intervenção na região do Dão (uma zona de pequena lavoura); o subsídio ao centeio e o estímulo da utilização do centeio, mediante a incorporação no pão (é um cereal de terras altas e pobres); o estudo do problema do milho, a defesa do milho em muitas circunstâncias e até a sua incorporação (é também um cereal de pequena lavoura); a própria possibilidade de utilização de pães de mistura que fomentem a utilização dos cereais tradicionais do povo português (cereais da região de pequena propriedade); a primeira revisão do preço do leite, preço social que interessa muitos produtores e pode ser elemento fomentador da pecuária, favorecendo em especial a região do Norte — a região abastecedora do Porto —, que é a região pobre em que o lavrador depende de poucas cabeças de gado; o estudo no sentido de conseguir um preço nacional do leite, que suba substancialmente o preço do leite em outras regiões do País, independentemente das regiões abastecedoras de Lisboa e do Porto (também aqui o problema interessa

fundamentalmente à pequena e média lavoura); a prioridade dada ao emparcelamento, o acréscimo dos meios financeiros à disposição do Fundo de Melhoramentos Agrícolas, a defesa da inclusão de outros planos de rega — Mondego e Vilariça — no Plano Intercalar de Fomento, mesmo, se necessário for, em detrimento ou por adiamento da 2.^a fase do Plano de rega do Alentejo; a intervenção recente na batata, de modo a conseguir-se um preço mínimo e uma certa estabilização de receitas; a expansão do fomento frutícola e pecuário nas regiões do Norte e que até agora teriam sido menos favorecidas; a alteração das condições de empréstimo da Junta de Colonização Interna, de modo a que permitissem que os empréstimos até 50 contos pudessem ser concedidos sem a necessária e indispensável hipoteca, como até então; o estudo e criação dos parques de máquinas da Junta de Colonização Interna, para apoio ao pequeno e médio agricultor; e, finalmente, a minha preocupação em me deslocar às regiões para tentar ouvir todos, e não só os maiores.

No entanto, um aspecto me preocupa, e é o seguinte: como ajudar o pequeno e médio lavrador a organizar-se, a ter voz nas suas próprias organizações e a poder beneficiar da assistência técnica.

Por motivos compreensíveis, e por vezes sem que os próprios técnicos conscientemente o façam, há tendência em se dirigir a assistência técnica mais ao grande lavrador do que ao pequeno ou médio, até porque aquele está mais preparado para a receber, enquanto o médio e o pequeno nem sequer sabem por vezes que ela existe e não têm uma receptividade tão grande a essa assistência; por seu lado, o próprio técnico, até por motivos de orgulho profissional, procura um resultado certo e espectacular, que obtém melhor junto de lavradores maiores do que junto de pequenos lavradores. Por isso, este aspecto é uma sombra no optimismo que devemos ter. E como lhe fazer frente? Como organizar a lavoura?

Temos de reforçar as organizações da lavoura, temos que conseguir que os seus dirigentes possam ser dirigentes autênticos dessas organizações; temos de dar condições para que essas organizações corporativas, cooperativas ou outras — e não me preocupa muito como sejam, mas sim mais a forma como trabalham —, possam ser órgãos de difusão válida da assistência técnica e financeira que o Ministério da Economia está disposto a conceder. Mas um aspecto também me preocupa: o modo como se irá organizar a assistência técnica do Ministério da Economia.

Tenho viajado alguma coisa e tenho algumas preocupações, porque ainda há pouco referia aos Srs. Directores-Gerais que todos os serviços trabalham com a melhor das intenções, mas trabalham de maneira demasiado parcelar, trabalham demasiado isolados, trabalham com a preocupação demasiada de utilizar os seus próprios dinheiros, como se os dinheiros fossem dos serviços, não fossem do Estado, ou melhor, não fossem de todos nós. Por isso, continua em aberto este problema, que ainda não ponderei de maneira suficiente para lhes dizer qual a forma ou orientação que julgo se possa adoptar.

No entanto, em todas as soluções que vierem a ser dadas, em particular do ponto de vista da lavoura, tenho sempre presente, e julgo que todos devemos ter presente, um provérbio que há muito conheço: «Quando os pequenos peixes discutem, nunca chamam os tubarões para conciliar ou julgar as suas disputas».

E aqui vem outro ponto das minhas preocupações: não basta assistência técnica, não basta organização da lavoura. E não basta porque o pequeno e médio lavrador precisa de ter assistência técnica e financeira e de ter organização, mas precisa também de ter possibilidades de aprender e, em particular, não só de ele próprio aprender — porque alguma coisa podemos fazer através da assistência —, mas, em especial, de ter possibilidades de os filhos aprenderem mais e melhor do que eles próprios

aprenderam. E aqui o problema fundamental é o problema da instrução, instrução em geral, instrução rural em especial.

Creio, pelo pouco que vi hoje, que Viseu terá condições bastante favoráveis a que possamos fazer alguma instrução profissional da lavoura; é possível que tenha condições para uma escola agrícola: os técnicos que aqui encontrei podem dar uma colaboração decisiva na instalação, se não de uma escola agrícola, pelo menos de um centro de instrução ou preparação profissional rural. E farei todo o possível para que isso venha a acontecer.

E encontramos agora, quase independentemente do problema da lavoura, um aspecto que constitui hoje preocupação instantânea do Ministério da Economia e do Governo. Esse problema prende-se não à defesa da pequena e média lavoura, mas à defesa das pequenas e médias economias; e é o seguinte: em virtude de os preços estarem a subir no estrangeiro e de nós termos de importar alguns produtos, estamos necessariamente a importar preços maiores; em virtude do exodo rural, e portanto, da emigração e da migração, estamos a assistir a um fenómeno inevitável, e, devo dizer, se for devidamente controlado, indispensável, de subida dos salários; em virtude, também, do próprio esforço de defesa e, portanto, da mobilização de muitos homens no ultramar, teremos uma escassez efectiva de mão-de-obra neste momento para as técnicas que estamos a aplicar.

Daqui resulta, em primeiro lugar, uma pressão nos preços, porque importamos matérias-primas mais caras ou até produtos acabados mais caros; uma pressão nos preços da mão-de-obra, em particular em virtude da escassez de trabalho que por vezes se verifica para as técnicas actuais; uma escassez de capital que conduz a taxas de juro mais elevadas e deparamos, portanto, com outro factor cujo preço vai subindo.

Se a isto juntarmos que há um certo número de receitas que provêm dos emigrantes e dos militares, no

estrangeiro e no ultramar, e do surto turístico, concluimos que encontramos uma forte razão adicional para uma pressão nos preços, que, por sua vez, gera um estado de espírito altista e um estado de espírito oportunista. Altista, porque todos querem fazer subir os seus preços para se precaverem; oportunista, porque alguns querem alcançar lucros injustificáveis aproveitando dificuldades momentâneas, reais ou artificiais.

Ora, por estas diferentes vias, estão a ser ameaçados, nesta primeira fase, os níveis de vida das classes médias, e em primeiro lugar daquelas cujos rendimentos são fixos, e ainda das classes pobres. Temos de pôr um travão a esta subida ou a esta tendência para a subida dos preços. Apesar disso, os produtores reclamam, e justamente em alguns casos, visto que passámos muitos anos sem nenhum reajustamento de preços, em épocas em que esse reajustamento se podia dar.

No entanto, não há aqui uma opção a fazer entre inflação e estagnação, porque creio que temos de seguir outras vias, sem cairmos em extremos tão perigosos. E, por isso mesmo, a responsabilidade que ao Ministério da Economia aparentemente cabe — digo aparentemente, visto que, neste momento, não tem o Ministério da Economia elementos totais à sua disposição para poder controlar ou combater esta alta de preços — implica que ele possa dispor das condições necessárias para enfrentar essa tendência altista, as quais só serão plenamente eficazes se houver a compreensão de todos quanto à necessidade de não pormos em perigo o elemento fundamental da nossa estabilidade monetária e financeira, visto que esse elemento é elemento nervo da guerra, como já foi definido, e podemos por esta via estar a pôr em perigo o esforço que muitos fazem em defesa do ultramar.

Por isso, esta luta contra a alta de preços está a assumir, no Ministério da Economia, a primeira prioridade, e se continuar a verificar-se a pressão actual, espero que lhe venham a ser dados os meios suficientes e a com-

preensão de muitos — e, se não tiver a compreensão de todos, terá de haver a repressão e a punição de alguns e de algumas atitudes —, mas sempre no sentido de orientar, e não de congelar os preços. E digo orientar e não congelar, visto que uma economia dinâmica não pode esperar-se que seja dinâmica com preços fixos. Isto é: temos de continuar a estabilidade na expansão e evitar a inflação na agitação.

E este apontamento que não posso deixar de pôr à consideração de todos, e, embora talvez seja só preocupação minha, julgo que deve ser preocupação de muitos dos presentes.

E neste contexto dos preços me cabe referir um aspecto que foi hoje aqui sublinhado: o problema do comerciante, o problema do intemediário. É evidente que muitos falaram na reorganização industrial, todos falam da reorganização da lavoura, na reestruturação da lavoura, mas até agora pouco se tem falado, não sei porquê, na reorganização do comércio.

A verdade é que o comércio também tinha, e tem, uma estrutura que não se adapta às necessidades actuais da economia portuguesa; e não se adapta às necessidades actuais da economia portuguesa até porque o comércio dizem ter sido sempre uma actividade que interessou os Portugueses. É natural que sim. Simplesmente, é uma actividade que, em meu entender, precisa de ser dignificada, e precisa de ser profissionalizada.

Não creio que neste momento esteja nem dignificada pela actividade de alguns, que não são autênticos comerciantes, nem profissionalizada pela estrutura profissional ou conhecimentos técnicos desses mesmos comerciantes, porque, se comerciar é uma actividade económica, pressupõe um mínimo de conhecimentos técnicos. Sem querer ter atitudes demagógicas nesta matéria, basta lembrar que para exercer muitas profissões ou até para ser jogador de futebol é necessário o exame de instrução

primária e para ser comerciante nem sequer isso exigimos.

Na situação ou estrutura actual do comércio português também não podemos exigir demasiado aos comerciantes, e em particular àqueles que vivem do comércio em condições que datam de há muitos anos. Mas daqui resulta a solução de podermos dignificar e profissionalizar o comércio, mediante o Estatuto do Comerciante.

Perguntaram-me aqui qual era a situação do Estatuto do Comerciante; a situação é a seguinte: o Estatuto do Comerciante tinha sido revisto pelo Ministério da Economia, tinha sido apresentado à Corporação do Comércio, que me solicitou fosse ela própria a fazer a redacção final do projecto. Com isso concordei e espero, portanto, que a Corporação do Comércio me envie brevemente o referido projecto.

Nesse mesmo estatuto são encaradas algumas das preocupações que aqui foram referidas, e entre elas as actividades de certas organizações que, não sendo comerciais, exercem funções de comerciante.

Mas não basta o Estatuto do Comerciante; é necessário que dêmos a muitos dos comerciantes actuais a possibilidade de se reconverterem e, após a sua publicação, dispõe já o Ministério da Economia dos meios financeiros iniciais para constituir um fundo de reconversão das actividades comerciais, permitindo, e aconselhando mesmo, a concentração de algumas dessas actividades. Mas ainda não basta. É necessário que se faça um esforço dentro da própria profissão, para que sejam divulgadas as novas condições de comercialização dos produtos.

Parece estarmos todos de acordo em relação, pelo menos, às grandes cidades, ou até às cidades médias, de que a maneira de comerciar actual é nitidamente insuficiente. Não quero estar a referir números de produtos, nem de cadeias de comerciantes com exemplos estrangeiros, bastará dizer o seguinte: no comércio de mercearia, se atendermos a que no País há cerca de quarenta mil

ou quarenta e tantos mil retalhistas, e se tivermos em conta que o volume de vendas de produtos de mercearia atinge cerca de dois a três milhões de contos para os produtos principais, e que um comerciante possa ganhar legitimamente 20 por cento em cada produto (o que não é o caso, visto que muitas das margens são inferiores a 20 por cento), tal representaria um lucro médio por comerciante da ordem de 10 contos por ano.

Ora facilmente se imagina que não se vive, em particular no comércio de víveres, com 10 contos por ano; e por isso alguma coisa está errada em todo o sistema.

Se juntarmos a este comércio de mercearia todos aqueles numerosos comerciantes em talhos, peixarias, leitarias, tabacarias e quantas coisas mais, teremos para cima de 100 000 retalhistas de produtos de venda ao público que necessariamente terão de dar sempre um lucro baixo, e esse lucro baixo significará sempre margens altas na venda ao consumidor.

Esta situação não pode ou não deve continuar. Tem de se adoptar um processo em que se permita a difusão e a polivalência de muitas das vendas.

No entanto, é assunto que tem de ser encarado com relativo cuidado, mas que, em particular nas grandes e médias cidades, poderia merecer desde já a atenção do Governo e, julgo com vantagem para todos, comerciantes e consumidores, mas para o qual é indispensável a colaboração e compreensão das autoridades administrativas.

Foi aqui também levantado o problema da indústria. Devo dizer, e faço *mea culpa*, que me tenho preocupado mais com a lavoura e até com o comércio do que com a indústria; e porquê? Porque a indústria, em meu entender, tinha já e tem ainda um dinamismo próprio e poderia ser melhor deixá-la entregue a esse dinamismo do que a muitas intervenções do Estado; por isso atravessei este período de tempo observando a sua evolução mais do que tentando intervir aqui ou além, e sempre que tal aconteceu interveio o Ministério com objectivos definidos: quanto possível,

quebrar situações de monopólio; naquilo que era possível, permitir a difusão regional da indústria; quanto possível, permitir a industrialização de produtos agrícolas. Entretanto, encontra-se em laboração o Plano Intercalar Industrial. No grupo de trabalho que foi constituído pelo Ministério estão trabalhando algumas centenas de industriais, e do seu estudo, que está praticamente acabado do ponto de vista sectorial, virá a sair o primeiro projecto de desenvolvimento industrial. Esse projecto tem de ser acompanhado de uma revisão das formas de intervenção do Estado no desenvolvimento da própria indústria. E para quê? Por um lado, teremos de intervir menos, preocupando-nos menos com pormenores, o que conduz quase sempre a burocracia, e, por outro, teremos de intervir mais, preocupando-nos com actuações de empresas que, possivelmente, terão lucros excessivos que resultam da sua dimensão, não da ilegitimidade das suas actuações, mas simplesmente da sua força no mercado. Por isso mesmo, também temos preparado um projecto de proposta de lei de defesa da concorrência. Está pronto, mas não foi apresentado ainda ao Governo.

Creio que com essa lei e com a revisão da Lei n.º 2005, que foi muito necessária no seu tempo e criou condições para o desenvolvimento da indústria, poderemos estabelecer o quadro da actuação da indústria sempre neste sentido, quando possível, empresa e iniciativa privadas, quando necessário, intervenção do Estado, quer mediante formas de economia mista, quer pela correcção dos abusos de poder das próprias empresas.

Também aqui foi referido o artesanato. Devo dizer que sobre isso pouco poderei adiantar. A minha única atitude, quanto ao artesanato, foi tomada há pouco tempo.

Como sabem, e possivelmente já tiveram alguma experiência, o artesanato é matéria que, pela sua própria natureza, tem características sociais, mais até do que características económicas. E alguns, desculpem, imprimiram-lhe características folclóricas, mais até do que caracte-

rísticas sociais ou económicas. Daqui resulta que muitos se interessam pelo artesanato, e daqui resulta que, como muita gente se interessa e julga ter responsabilidade na matéria, ninguém se preocupa efectivamente com o artesanato. Daqui também resultou a atitude muito simples de procurar as pessoas e dizer-lhes que não interessava ao Ministério da Economia ter competência quanto ao artesanato através do Fundo de Fomento de Exportação; interessava antes saber quem é que melhor o pode fazer. Parece que essa primeira fase está, neste momento, ultrapassada.

A preocupação é começar com coisas simples, com coisas simples ao nível regional. Pensava, para já, começar com uma experiência no Sul, em Évora, começar com uma experiência no Norte, possivelmente em Barcelos, como alguns defendem, começar com uma experiência em Viseu, mas sem criar desde já uma estrutura pesada — porque creio que já temos organismos a mais — que se chame logo Instituto do Artesanato, cujo nome seria bonito, mas de cuja eficácia duvido para já.

Teremos, portanto, de aproveitar o que temos, tentar duas, três experiências, do ponto de vista regional. Eis o que se me oferece dizer quanto ao artesanato.

Fui possivelmente além do que queria dizer, fiquei aquém do esclarecimento que todos desejariam; mas espero que este seja só um dos vários encontros que teremos ou que irão ter, porque creio que não pode terminar aqui o diálogo, nem nas palavras, nem na acção.

Estamos em guerra, guerra implacável, porque total, como a maior das guerras. É necessário ser muito firme e sólido para resistir aos chamados «ventos da história», porque, se eles existirem, todos sabem que não movem as montanhas, mas que provocam a erosão. E por isso, a firmeza não significa imobilismo. À actividade na frente tem e deve corresponder a acção na retaguarda. Sei que me encontro entre homens do «Solar da Raça», por isso não são indispensáveis nem as exortações, nem as expli-

cações, porque melhor do que eu falará a determinação e coragem de todos e a orientação do seu mais lúcido representante, S. Ex.^a o Presidente do Conselho.

Somos pequenos de mais para nos dividirmos, e a coesão do todo depende da resistência do núcleo. Se a Beira Alta é coração de Portugal, o seu pulsar é demasiado importante para que dele não cuidemos.

*Lisboa, 15 de Julho de 1964 **

Completoou-se uma fase da tarefa infindável de elaborar um plano de fomento. A colaboração entre o sector privado e a administração pública processou-se em termos que, confirmando esperanças havidas, abriu caminho para melhor e maior conjugação entre programas, projecções ou simples ideias. E o próprio relatório introdutório sobre programação industrial deixa entrever umas vezes, ou claramente o afirma noutras ocasiões, que o trabalho de colaboração deve prosseguir em ordem à mútua compreensão dos problemas industriais metropolitanos. E se pode lamentar-se que prazos curtos e outras circunstâncias não tenham permitido ir mais além, transformando a análise em autenticamente nacional, deve também concluir-se que, no âmbito da programação industrial, se deu um passo em frente em relação aos métodos e âmbito do II Plano de Fomento. Só isso justificaria o esforço despendido e o agradecimento a todos devido pelo entusiasmo e conhecimentos que puseram à disposição da Secretaria de Estado da Indústria.

O sector secundário não pode deixar de ser um dos motores do desenvolvimento económico português. **A indústria terá de ser um dos fundamentos do esforço de defesa.** A transformação industrial corresponde ao esforço que será exigido pelo indispensável incremento das expor-

* Reunião com a Comissão Central do Plano de Fomento da Secretaria de Estado da Indústria.

tações. Mas ao lembrarmos esta tríplice função, não podemos esquecer que haverá sectores industriais mais dinâmicos, onde devem incidir os esforços dos empresários actuais ou potenciais e as atenções da administração pública. Sem iniciativa ou resposta do sector privado, sem orientação definida da política industrial, magros serão os resultados. E se a taxa de crescimento industrial tem muito de satisfatório, não se duvida que com encorajamentos adicionais não possa alcançar-se nível mais elevado.

Haverá, portanto, que continuar a tarefa iniciada de modo a conseguir-se, por um lado, a harmonização do crescimento industrial entre si e com aquele que se prevê para outros ramos, em especial o agrícola, e, por outro, a análise e interdependência de projectos já elaborados e a promoção e escolha de iniciativas nos sectores com carência de projectos e, finalmente, a avaliação sistemática dos problemas suscitados na e pela expansão industrial.

Deste modo, toda a indústria transformadora será incluída no Plano Intercalar na medida em que se preferiu ou escolheu uma determinada taxa de desenvolvimento industrial. E as projecções sectoriais servirão não só, e mediante um sistema de prioridade, para orientar a política sectorial de incentivos e de investimento, mas também como elemento justificativo de intervenções conjunturais.

E no domínio da avaliação sistemática dos problemas, afigura-se vantajoso explicitar desde já algumas iniciativas ou orientações da Secretaria de Estado da Indústria. Sendo conhecida a orientação geral do Ministério da Economia, através de diversas declarações, será dispensável insistir sobre o enquadramento da política industrial. Um aspecto fundamental do progresso económico português encontrava-se, nesta fase do crescimento, na avaliação do problema agrícola e na apresentação de linhas da acção que fossem consentâneas com as exigências do progresso

económico e social. Foi uma tarefa prioritária porque, a não ser assim, arriscávamos uma ruptura ou estrangulamento na expansão económica. Por seu lado, a indústria em fase de crescimento tinha um dinamismo próprio que permitiria, com uma ou outra intervenção conjuntural e a reformulação exigida pela política energética, readquirida a confiança nas possibilidades nacionais, atravessar o período após os acontecimentos de 1961. E, entretanto, se deveriam preparar e ponderar elementos fundamentais para orientação futura, nos quais avultava a colaboração com o sector privado, que se entendia indispensável concretizar através da elaboração do programa de 1965-1967.

Assim aconteceu, do mesmo modo que era alargada a representação empresarial em órgãos de acção ou consultivos do Ministério da Economia, como por exemplo o Fundo de Fomento de Exportação e o Conselho Superior de Electricidade. Para além disso, o trabalho da comissão, dos peritos e a experiência do próprio Ministério indicavam que:

- O condicionamento industrial teria de se adaptar às novas condições;
- As iniciativas nacionais ganhariam em ser completadas com diferentes formas de colaboração estrangeira;
- A dimensão de algumas empresas e a instalação de grandes empreendimentos e empresas aconselhavam a elaboração de um enquadramento das formas de concorrência;
- A evolução crescente do condicionalismo externo — em especial compromissos E. F. T. A. e obrigações G. A. T. T. — marcava ainda mais as exigências concorrenciais e punha em relevo o factor externo no crescimento económico geral e industrial.

Acontece também que no domínio da legislação sobre condicionamento industrial e sobre capitais estrangeiros se entendia, e bem, que as iniciativas a tomar deveriam

ser à escala nacional e, por essa razão, elaborou e apresentou o Ministério da Economia a orientação que sobre essas matérias deveria adoptar-se na metrópole. E a linha geral não poderia ser diferente daquela já conhecida, e que se pode traduzir mediante a expressão «liberalização orientada e enquadrada». Orientada, porque devemos conhecer com razoável certeza para onde nos queremos dirigir e quais os eventuais resultados da liberalização. Enquadrada, porque temos de dispor de instrumentos de intervenção indirecta — ou directa — que permitam corrigir os desvios anormais em relação aos objectivos que prosseguimos com essa liberalização. E não teremos muito para investigar nessa matéria, pois em quase todos os países já industrializados encontramos sistemas ou métodos directos ou indirectos de intervenção que podem ser adoptados ou adaptados.

A lei de defesa da concorrência virá, por seu lado, e depois de apreciada pelas Câmaras, actualizar e inovar no domínio do comportamento das empresas no mercado, abandonando aquela espécie de fobia que por vezes se encontra quanto à grande empresa, só pelo facto de ser grande, e antes fazendo incidir a atenção sobre formas de actuação nos mercados de produtos e de factores.

Finalmente, e ainda dentro da visão geral do enquadramento do progresso industrial, teremos ainda de estudar e elaborar legislação que favoreça a descentralização geográfica, mediante incentivos à instalação de estabelecimentos industriais em zonas determinadas e preparadas para a recepção de indústria — pólos ou zonas industriais. Isto é, a acção económica regional do Ministério da Economia encontra-se já prevista sob a forma de um texto submetido a Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos. Acresce também que a avaliação dos termos de actuação do Fundo de Fomento de Exportação será objecto de debate nos órgãos apropriados, e a realização de um colóquio sobre exportação dará a dimensão adequada à sua importância na vida económica nacional.

E se caminharmos pela via sectorial concluiremos que as indústrias químicas, mecânicas, eléctricas e agrícolas merecerão prioridade no desenvolvimento. Finda a elaboração do relatório sobre a política industrial, passaremos ao estudo mais pormenorizado do presente e do futuro de tais sectores, encontrando-se para isso prevista a colaboração de reputados técnicos estrangeiros para a análise das químicas, da indústria automóvel e das indústrias agrícolas, sem contar que através da Comissão de Desenvolvimento Económico da E. F. T. A. estão em curso avaliações referentes à indústria de máquinas-ferramentas, de produtos florestais, em particular pasta de papel, e quanto à possibilidade de subcontratos para colocação de encomendas na indústria portuguesa, em especial metalomecânica.

Se pensarmos ainda que através do Instituto Nacional de Investigação Industrial poderemos incrementar a formação e conhecimentos sobre administração e gestão de empresas, e através das experiências de formação profissional acelerada formar mão-de-obra especializada, concluímos que se encontram em curso iniciativas que, concertadas, poderão dar novos rumos e impulsos à indústria nacional. Isto é, a Secretaria de Estado da Indústria poderá dispor, no próximo ano, de elementos que permitam uma melhor fundamentação da política industrial.

Não quereria terminar sem referir que a ligação entre o esforço de defesa e a indústria se está fazendo em termos que dispensam as palavras, embora não evitem esforços ainda maiores para se caminhar mais além. E, na verdade, factor da maior relevância que a indústria nacional possa participar plenamente e dentro das suas possibilidades na execução das encomendas para as forças armadas, até porque elas podem estimular de maneira decisiva as indústrias metalomecânicas, eléctricas e alimentares, que correspondem a sectores chaves do nosso progresso industrial. Acresce que a maior importância tomada pelo

sector externo obriga, para além do esforço de exportação, à elaboração de um programa bem definido de substituição de importações. Encontra-se esboçado um esquema preliminar que deverá ser discutido com industriais, a fim de sabermos da viabilidade económica da produção de bens, cuja importação é estimada em alguns milhões de contos.

E todo este esforço não será inútil se soubermos continuar. E não posso encontrar melhor prova do entusiasmo despertado pela colaboração iniciada do que a carta que o Ministério da Economia acaba de receber da Corporação da Indústria, onde, entre muitas outras coisas, se destaca que poderá conseguir-se a colaboração dos próprios sindicatos na elaboração de programas industriais. Através da Corporação espero que possa caminhar-se por essa via de dimensão autêntica da participação nacional, e não creio que se possa pedir a esta instituição mais do que a concretização da promessa feita, na certeza de que ao proceder assim conseguirá realizar mais uma obra que a dignifica e afirma.

Lisboa, 27 de Julho de 1964 *

Tem vindo a processar-se em muitos países uma evolução dos preços que afecta a sua estabilidade económica interna e que, através dos efeitos de propagação inerentes ao condicionalismo das relações económicas internacionais, atinge também a estabilidade de outros países. Explica-se por esta via um primeiro factor de pressão sobre os preços internos portugueses.

Ainda, no caso português, a evolução recente da procura de bens e serviços mostra não ter tido imediata contrapartida em certos sectores da oferta interna, verificando-se, deste modo, em alguns casos, o recurso acrescido a compras no estrangeiro ou a uma pressão inflacionista interna que se adiciona àquela que do exterior é importada. Por seu lado, alguma rarefacção da oferta de trabalho, em especial de mão-de-obra qualificada ou semiespecializada, gera uma pressão adicional nos preços dos factores, que se repercute ou é antecipada nos custos e nos preços dos bens e serviços, fazendo surgir um novo elemento favorável à concretização das tendências inflacionistas já referidas.

Atendendo a que a estabilidade económica e financeira interna representa um factor da mais elevada impor-

* Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 835, que atribui ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, sob proposta do Ministro da Economia, a definição dos princípios a que devem obedecer a organização e o funcionamento dos mercados e dos circuitos de comercialização e a política dos preços («Diário do Governo» n.º 175, 1.ª série, de 27 de Julho de 1964).

tância na política portuguesa e que as repercussões de altas do custo de vida assumem o maior relevo na ordem social, preocupa-se o Governo em criar, através deste primeiro diploma, instrumentos de acção indispensáveis à política de preços.

Tais instrumentos terão de obedecer aos requisitos de rapidez e eficácia de acção indispensáveis para dominar altas especulativas ou perturbadoras do processo económico. A rapidez e eficácia aconselham que se centralize no Ministério da Economia a orientação que vier a ser definida em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, onde se poderá fazer ampla avaliação dos múltiplos aspectos de política de preços que interessem ou estejam dependentes de acção de outros Ministérios. Por outro lado, após a definição da política geral, os instrumentos legais de intervenção podem ser tornados mais simples remetendo-se para despacho, portaria ou decreto simples, conforme a importância dos assuntos, a concretização da política adoptada. Neste sentido se criam ainda condições para intervenção nos circuitos de comercialização e, em especial, na venda ao consumidor, atribuindo a ponderação devida a novos sistemas e métodos de venda a retalho.

Finalmente, a «eficácia de acção» é também reforçada, quer mediante conjugação de competências que pertencem a vários departamentos e respeitam a factores que influem mais directamente nos preços, quer pela atribuição de fundos de intervenção corrente no mercado a diferentes organismos de coordenação económica ou similares.

*Lisboa, 1 de Setembro de 1964 **

1. O último regime cerealífero introduziu novas directrizes, que, embora menos profundas do que tem sido por vezes preconizado, exigem tempo para avaliação dos seus resultados. Este facto aconselha e explica que apenas se introduzam no regime vigente pequenas modificações de carácter circunstancial.

Não se deve, porém, perder a oportunidade de acentuar as linhas de orientação nesta matéria.

2. Independentemente das situações criadas pelos maus anos de produção cerealífera ou das revisões possíveis da respectiva estrutura de preços, parece não haver dúvida de que — fundamentalmente para o caso do trigo — a solução a encontrar para a cultura cerealífera no nosso país se localiza no quadro geral de uma agricultura solicitada para transformações de base. E, se há unanimidade quanto aos objectivos a atingir, não pode também haver dúvidas quanto à necessidade de encontrar soluções que minorem dificuldades actuais.

É, pois, este caminho de gradual transformação que vem sendo seguido, na convicção de que, em certos aspectos, poderá alcançar-se para a produção cerealífera renovado papel na economia nacional.

* Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 900, que mantém em vigor, para a campanha de 1964-1965, com as alterações constantes neste diploma, o disposto no Decreto-Lei n.º 45 223, que estabelece o novo regime cerealífero («Diário do Governo» n.º 205, 1.ª série, de 1 de Setembro de 1964).

Com a colaboração de elementos do sector privado, o Ministério da Economia tem vindo a proceder a estudos neste sentido, cujas conclusões poderão começar a ser executadas no âmbito do Plano de Investimentos para 1965-1967. Os estudos em curso, relativamente às regiões de sequeiro com aptidão cerealífera, incidem especialmente sobre as relações forragens, gado e trigo e permitem admitir, para além da valorização pecuária, uma maior produtividade para aquele cereal, desde que se proceda também à drenagem dos solos de difícil escoamento de água no período invernal. E no quadro do grupo de trabalho em causa terá pleno cabimento a análise objectiva e ponderada dos preços do trigo e das eventuais alterações que sejam aconselhadas pelos resultados do estudo.

3. Na perspectiva de mais um mau ano cerealífero, teve o Ministério da Economia de procurar medidas de carácter eventual capazes de atenuarem as consequências de uma acentuada quebra de produção, embora não podendo deixar de ter em conta o actual momento da vida nacional.

Os recursos financeiros que, por esse motivo e com a citada limitação, o Governo pode pôr à disposição da lavoura escalonar-se-ão pelos anos de 1964 e 1965 e poderão atingir cerca de 300 000 contos para o conjunto destes dois anos.

4. Simultaneamente, não deixará o Governo de, no âmbito de uma política de revisão dos preços dos produtos agrícolas, tentar corrigir a estrutura de preços de alguns cereais.

Nesta ordem de ideias, a valorização do trigo deverá, quanto possível, orientar-se no sentido qualitativo. Na verdade, não está em causa somente o rendimento industrial, mas igualmente a qualidade dos produtos finais, dependentes do valor tecnológico dos cereais. Por isso se introduzem alterações quanto à classificação de trigos

rijos, as quais, criando quatro tipos em vez de dois, permitirão uma melhor valorização dos trigos de produção nacional, que será traduzida por uma receita adicional de milhares de contos para os produtores desses trigos.

Dá-se assim um primeiro passo no sentido do estabelecimento de uma nova base de apreciação de todos os trigos, a qual exige não só prévio e cuidado estudo, mas também a observação das possibilidades de formação de lotes típicos.

Aliás, certos aspectos da valorização qualitativa dos produtos finais, nomeadamente o pão, podem implicar alterações que abrangem a formação de lotes, a caracterização dos produtos e a comercialização de trigos e farinhas, e até a formação profissional (de empresários e técnicos) e o apetrechamento industrial.

Embora não se possa atingir imediatamente, tal objetivo deve ter-se sempre presente.

5. Por outro lado, dada a interdependência existente entre os vários cereais panificáveis, procura-se fazer participar o milho e o centeio do regime que anualmente tem vindo a ser estabelecido para o trigo.

Para o centeio, e enquanto não for realizado o estudo de conjunto dos preços dos cereais panificáveis que permita estabelecer preços harmónicos, será mantido para a campanha em curso o valor melhorado que foi fixado para a campanha anterior.

Quanto ao milho, pretende-se que o preço de intervenção da Federação Nacional dos Produtores de Trigo venha também a ser fixado com um ano de antecedência. Trata-se, no entanto, de cereal cuja cultura, comercialização, industrialização e consumo requerem análise ponderada.

Por um lado, a cultura do milho parece apresentar entre nós grandes possibilidades de aumento de produtividade e, por outro, admite-se que possam ser destina-

das a esta produção terras onde actualmente não é praticada.

Além disso, é bem conhecido o significado de ordem social que a cultura do milho tem em certas regiões do País, onde domina a pequena propriedade e se regista grande pressão demográfica.

Não se poderá, outrossim, deixar de tomar em conta a posição do milho ultramarino e a produção e comercialização do cereal na Europa ocidental.

Não surpreende, por isso, que se tenha prolongado o funcionamento do grupo de trabalho para estudo do melhor aproveitamento do milho e da redução de encargos que oneram o respectivo circuito de compra e distribuição. E não se afigura razoável que antes de terminado esse estudo se fixe o preço de intervenção para a colheita de 1965.

6. O artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45 223 fixou o regime até há pouco vigente para os financiamentos à campanha do trigo. Dada, porém, a maleabilidade admitida desde início, e atendendo à colheita do corrente ano, a redução que se prevê para a próxima campanha é muito pequena e marca apenas o respeito pelo princípio estabelecido, permitindo assim que não se reduza substancialmente o crédito de campanha concedido aos produtores de trigo.

Lisboa, 2 de Setembro de 1964 *

Para os fins do disposto no artigo 5.º ⁽¹⁾ do Decreto-Lei n.º 45 900, de 1 de Setembro de 1964, determino que o Fundo de Abastecimento, em colaboração com o Insti-

(¹) Subsídio à lavoura fixado em cerca de 800 000 contos para os anos de 1964-1965 e distribuído segundo os termos propostos e aprovados por unanimidade na reunião do Conselho Superior de Agricultura de 20 de Agosto de 1964.

Os subsídios pagos ou atribuídos às federações dos grémios da lavoura foram os seguintes:

	Milhares de contos
Entre Douro e Minho	55
Vila Real e Alto Douro	28
Nordeste Transmontano	23
Beira Alta	36
Beira Baixa	14
Beira Litoral	27
Ribatejo	19
Estremadura	27,5
Portalegre	20
Évora	32
Baixo Alentejo	52,5
Algarve	7
<i>Total</i>	<u>341</u>

Foram também aprovados os programas de utilização das Federações dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho e do Nordeste Transmontano.

* Subsídio à lavoura no âmbito do Decreto-Lei n.º 45 900, de 1 de Setembro de 1964 (trigo).

tuto Nacional do Pão e a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, proceda à distribuição do subsídio previsto na referida disposição legal, para o caso imediato do trigo, nos seguintes termos:

1) A parcela de subsídio em causa será atribuída aos respectivos produtores de trigo, em função da média de entregues à F. N. P. T. nas últimas cinco campanhas (1958-1959 e 1962-1963) e de acordo com o seguinte escalonamento:

	Por quilograma
Até 5 t	\$80
De 5 a 50 t	\$50
Além de 50 t	\$30

com o limite máximo de 100 contos e com a ressalva de, na mudança de escalão, a subvenção individual ser igual ao máximo do escalão anterior até ao limite em que, pela aplicação da subvenção unitária específica, não resulte um valor superior.

2) Cada organização regional da lavoura, relativamente à quota-parte do subsídio correspondente ao trigo, dará conhecimento à F. N. P. T., no prazo de quinze dias, da aplicação que pretende dar à mesma participação: entregue directamente aos produtores, em numerário ou espécie (adubos ou sementes); ou a reverter para o financiamento de infra-estruturas comerciais e industriais de interesse para a agricultura das respectivas regiões e, em especial, para os cultivadores de trigo.

Não tendo o parecer aprovado por unanimidade pelo Conselho Superior de Agricultura, na sua última reunião, contemplado o caso dos agricultores das ilhas adjacentes, deverão os organismos atrás referidos estudar a extensão a tais produtores dos princípios agora determinados para a concessão de um subsídio à lavoura, não deixando de ter em devida conta os condicionalismos da área em causa.

Lisboa, 12 de Março de 1965 *

Em execução do disposto no Decreto-Lei n.º 45 900, relativamente à concessão do subsídio à lavoura para os anos de 1964 e 1965 e de acordo com a resolução do Conselho Superior de Agricultura de 20 de Agosto de 1964, determina-se que:

- a) O Fundo de Abastecimento satisfaça o subsídio na parte relativa às culturas do milho, batata e centeio, nos montantes, respectivamente, de 85 000, 80 000 e 30 000 contos;
- b) A distribuição daquelas importâncias, a fundo perdido, pelas diferentes federações de grémios da lavoura em face dos elementos que me foram apresentados pelos serviços e dentro do critério da referida resolução do Conselho Superior de Agricultura, será a seguinte:

	Milhares de contos
Entre Douro e Minho	55
Vila Real e Alto Douro	27
Nordeste Transmontano	14
Beira Alta	32,5
Beira Baixa	7,5
Beira Litoral	27
Ribatejo	7
Estremadura	13,5

* Subsídio à lavoura no âmbito do Decreto-Lei n.º 45 900, de 1 de Setembro de 1964 (milho, centeio e batata).

Portalegre	4
Évora	1
Baixo Alentejo	3
Algarve	4

- c) A estas importâncias acrescerão as relativas à quota-parte correspondente ao trigo, na medida em que não tenham sido distribuídas directamente aos produtores;
- d) A utilização pelas diferentes federações destas importâncias se faça à medida que sejam apresentados à aprovação do Fundo de Abastecimento os estudos económicos de cada um dos empreendimentos;
- e) Nos casos de conversão do subsídio a fundo perdido em empréstimo, nos termos da última parte do n.º 14 da referida resolução do Conselho Superior de Agricultura, o Fundo de Abastecimento cobrará o juro de 3,5 por cento, para prazos não excedendo normalmente os 10 anos e acordará com os interessados a forma de garantia suplementar, podendo, no entretanto, adiantar, nos termos da alínea anterior, até ao montante do subsídio atribuído;
- f) Comunique-se às federações a quantia que lhes cabe;
- g) Deverá ainda proceder-se a um estudo para os Açores e Madeira, que deverão também ser beneficiados.

Lisboa, 6 de Novembro de 1964 *

Estou à disposição da imprensa, visto que esta reunião com a imprensa assentará mais nas perguntas que me possam fazer.

P. — Em 1939 foi assinado entre Portugal e Espanha um tratado de defesa mútua e não agressão, o tão celebrado Pacto Peninsular.

Com base em tal tratado, nestes últimos 25 anos as relações luso-espanholas têm-se desenvolvido extraordinariamente em quase todos os sectores, menos no económico. Sendo Portugal uma nação pluriterritorial com vastas províncias em África, donde se exportam numerosos produtos tropicais, logicamente não poderá argumentar-se com verdade que as economias portuguesas e espanholas são concorrentes e que por isso as trocas comerciais entre elas não são possíveis. V. Ex.^a muito bem sabe que a Espanha é grande importadora de mercadorias da zona dos trópicos, para além das produções das suas províncias do rio Muni e Fernando Pó.

As trocas entre Portugal e a Espanha têm sido verdadeiramente insignificantes no plano legal, e no período de 1955 e 1962 somente em 1961 se atingiu de um lado algo mais do que 227 000 contos e só depois de 1959 se encontram nas estatísticas valores superiores a 100 000 contos. Na época dos mercados comuns com transcendência polí-

* Conferência de imprensa.

tica ou sem ela, permitimo-nos perguntar a V. Ex.^a, nas vésperas da sua partida oficial para Madrid:

- 1.º As conclusões do recente colóquio luso-espanhol de actividades económicas realizado em Lisboa foram todas elas no sentido de um imediato fortalecimento das relações económicas entre Portugal e a Espanha. Terá isso decidido os dois Governos a encarar com rapidez e objectividade o assunto?
- 2.º Estão em curso negociações entre os Governos de Madrid e de Lisboa, e vai V. Ex.^a oficialmente a Espanha para assinar qualquer convénio ou tratado comercial?

R. — Em relação às perguntas que me acaba de fazer, sem dúvida que o conjunto de transacções entre Portugal e a Espanha não corresponde às relações de outra ordem entre os dois países. As razões serão de diversa natureza, e entre elas devemos apontar o facto de a Espanha, praticamente até 1958, ter tido um regime de comércio externo e de câmbios que dificultava algumas dessas mesmas relações, e, por isso, não surpreende que seja fundamentalmente a partir de 1959, como frisou, que tais relações se tenham expandido. Sem dúvida que, em meu entender, se situam ainda aquém das possibilidades intrínsecas dos dois países, entendido no sentido mais amplo.

A minha visita à Espanha resulta de um convite que me foi dirigido há meses atrás e que por circunstâncias diversas não pôde ser concretizado. Só agora, e em virtude do encontro que houve aquando da inauguração das barragens do Douro internacional, se veio a fixar a data dessa visita. Vou a Espanha fundamentalmente para visitar realizações industriais espanholas e, em particular, de alguns dos ramos que mais podem interessar ao desenvolvimento comum dos dois países. Ramos em que se possam exprimir de maneira concreta as possibilidades potenciais de

cooperação entre os dois países. Cito dois ou três casos em que tal poderá ser viável.

E o caso da indústria energética, entendida em todos os sentidos, hidroeléctrica ou térmica, da indústria química e em especial petroquímica e das indústrias siderúrgica e de equipamento ou metalomecânica pesada. E são estes os pontos fundamentais da minha visita a Espanha; por isso mesmo serei acompanhado de alguns representantes desses sectores da indústria química, da indústria petroquímica, da indústria metalúrgica e metalomecânica, visto que foram convidados representantes da Companhia União Fabril, da Sacor e Petroquímica, da Siderurgia Nacional e ainda o presidente do Conselho Superior de Electricidade e o presidente do Grupo de Trabalho de Energia do Plano de Fomento e também presidente da Empresa Termoeléctrica Portuguesa. Por essa razão, a visita incidirá sobre estes três aspectos nas reuniões a haver, quer com representantes do sector privado espanhol, quer com representantes do sector oficial.

Essas reuniões serão em regra presididas pelo Sr. Ministro da Indústria de Espanha e por mim próprio. E é nessa base, portanto numa base de colaboração entre o sector privado e com o patrocínio do sector oficial a essa colaboração, que esta visita a Espanha decorrerá. Creio que será talvez a maneira mais simples e ao mesmo tempo mais efectiva de conseguir uma colaboração entre os dois países nesta fase do desenvolvimento industrial em que se encontram, em que temos problemas comuns, em particular nos ramos mais dinâmicos da economia industrial, isto é, no sector das indústrias químicas, metalomecânicas e no sector energético.

E aqui tem, em termos muito simples, as razões e o programa da minha visita a Espanha.

P. — O Sr. Ministro disse-o, e nós todos o sentimos também, que se tem verificado um aumento do custo de vida. Ora eu desejava saber Sr. Ministro, primeiro, quais

as medidas que o Governo encara para fazer face ou para travar esse aumento do custo de vida, e, em segundo lugar, como o Sr. Ministro disse que esse problema se punha especificamente em muitos países da Europa ocidental, eu desejava saber se o problema se põe da mesma forma ou se nalguns países da Europa ocidental esse problema não é antes um problema de abundância e aqui um problema de carência?

R. — Será difícil anunciar desde já as medidas que estão previstas. E digo que é difícil porque são medidas cuja execução e cuja publicação não dependem exclusivamente do Ministério da Economia. No entanto, poderei, pelo menos, esquematizar algumas delas. Temos de ver quais são as causas da pressão inflacionista neste momento e no País. As causas da pressão inflacionista, neste momento e no nosso país, são de diferente natureza e de diferente ordem.

A primeira que podemos apontar é uma causa que resulta dos excedentes da procura e, portanto, em certa medida, partilha das razões que apontou para outros países europeus, em particular daqueles em que se fala de crise de abundância. Sem dúvida, no nosso país há também um aspecto que resulta das procuras excedentárias em relação à sua oferta interna. As razões dessas procuras excedentárias são de diferente ordem, umas internas, outras de natureza externa.

Quanto às internas, sem dúvida que é o próprio desenvolvimento económico do País um dos elementos primordiais e em particular a intensificação dos investimentos feitos no sector industrial de há um ano e meio para cá. Originou-se assim uma série de rendimentos sem que as indústrias em que se verificou esse investimento correspondessem imediatamente, visto que há um período de instalação e arranque antes de as fábricas começarem a produzir; isto é, criou-se um rendimento e uma procura, sem que houvesse a correspondente produção.

A outra razão resulta também de alguns efeitos das próprias despesas militares; essas despesas de natureza militar dão origem a procuras internas no País sem imediata contrapartida da oferta.

Outro factor encontra-se nas importações de bens, que, em virtude dos aumentos de preços nos outros países, têm preços superiores àqueles que tinham anteriormente e, portanto, assiste-se ao que podemos designar como «inflação importada».

A quarta razão que podemos apontar reside nas remessas dos emigrantes, que criam rendimentos, criam procuras, sem que a contrapartida produtiva se situe no País, visto que eles trabalham no país para onde emigraram.

A quinta razão que poderemos indicar é o volume enorme de turismo no decorrer deste ano, que deu origem a uma série de procuras e a um aumento de preços, visto que, apesar de tudo, os nossos preços são inferiores em regra aos preços médios da Europa e, portanto, é muito natural que o turista esteja disposto a pagar sem dificuldade preços maiores do que aqueles que vulgarmente se encontram no mercado. Daí resulta uma certa tendência psicológica para a alta de preços inteiramente compreendida pelos estrangeiros e imediatamente aceite por alguns nacionais.

Todos estes factores conjugados levam sem dúvida a duas consequências: uma no plano interno — pressão nos preços —, outra no plano externo, visto que, quando a produção nacional não pode reagir imediatamente, será a importação que vai responder. E por isso mesmo estas duas consequências conjugadas conduzem, por um lado, a uma pressão nos preços internos e, por outro, a que aumentemos as nossas compras no estrangeiro. Isto quanto às causas.

Ora bem: poderia encontrar, em termos mais técnicos, algumas outras causas ou razões explicativas da inflação, mas não creio que valha a pena nesta conferência de im-

prensa entrar num pormenor que pode ser importante no futuro: o problema da inflação dos custos e, em particular, da pressão nos preços, que resulta de aumentos salariais. É uma questão que precisa de ser claramente definida e configurada, antes de chegarmos a alguns resultados definitivos nessa matéria.

Quanto ao combate que se pode fazer, teremos de o encarar principalmente no lado dos sintomas.

Alguns dos factores são factores intrínsecos ao desenvolvimento económico, e na medida em que fôssemos contrariar esses factores íamos contrariar o próprio desenvolvimento, e, portanto, não podemos ir para uma política de contenção do lado da produção ou do lado dos investimentos. Temos de ir para uma política de contenção do lado dos sintomas, neste momento. E a política de contenção do lado dos sintomas tem múltiplos aspectos: em primeiro lugar, tem de haver uma política de prevenção relativamente evoluída a que o País, de há vinte anos para cá, pelo menos, não estava, digamos, habituado e habilitado a seguir, visto que não havia necessidade.

Tem, portanto, de haver uma modificação dos serviços que normalmente têm a seu cargo a intervenção no mercado. E não basta só a política de prevenção, é necessária a política de repressão. A política de repressão tem, pelo menos, esta consequência: quando se cria uma carência de um produto (ou a eventual carência de um produto), há uma tendência psicológica para a alta de preços, e, por isso mesmo, ao fazer-se a repressão, o público fica também informado das autênticas razões dessa carência, que, por vezes, é mais subjectiva do que objectiva. Mais. É necessário ter meios de repressão para que as actuações possam evidenciar essa situação.

Considero também que a repressão tem um aspecto muito importante, que eu já tenho comparado com a polícia de trânsito; em regra, quando os automobilistas apercebem a polícia de trânsito, ou vêem às vezes simplesmente indícios da sua presença, são conduzidos a

abrandar a velocidade sem que a polícia intervenha no travão do carro ou no próprio motor. Por isso mesmo se diz que a existência de uma repressão organizada tem um efeito preventivo, através do exemplo das intervenções directas.

Ora bem, quer pelo lado da informação e da prevenção, quer pelo lado da repressão, é necessário organizar todo um sistema que, creio, possa estar pronto, do ponto de vista geral, até ao fim deste ano. Além disso, há toda uma série de problemas ligados aos próprios circuitos de comercialização e à colaboração que o sector privado, e em especial comercial, pode dar a esta política. Se nós formos buscar exemplos ao estrangeiro, teremos de seguir uma política que seja, em certa medida, uma mistura da política francesa com a política italiana e com a política holandesa, digamos, pois temos características das inflações que se geraram em cada um destes países.

P. — A pergunta que eu queria fazer era a seguinte: Todos os países da E. F. T. A. se manifestaram acerca daquela resolução do Governo Britânico que impôs uma taxa a certos produtos de importação e todos os países manifestaram a sua posição, indo alguns ao ponto de declarar que essa resolução foi tomada para além da E. F. T. A. e contra a E. F. T. A.

Nós soubemos por uma notícia publicada em todos os jornais que se reuniu recentemente o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos. V. Ex.^a, como Ministro da Economia, poderá dizer-me qual é na realidade a posição portuguesa frente a essa resolução do Governo Britânico e, no caso de V. Ex.^a poder dizer qual é a posição do Governo em face dessa resolução, poderemos exercer o que eu posso chamar na minha linguagem não técnica uma espécie de represálias económicas?

R. — A notícia que refere foi a que veio recentemente nos jornais relativamente ao último Conselho de Ministros

para os Assuntos Económicos. Não tive a oportunidade de estar presente neste Conselho e o assunto foi abordado para além da agenda que estava prevista.

No entanto, qualquer esclarecimento lhes poderá ser dado pelo Sr. Secretário de Estado do Comércio, que esteve presente nesse Conselho.

No entanto, não queria deixar de dizer que, quanto eu sei, não se tomou ainda, ou pelo menos nesse Conselho não foi tomada, qualquer atitude quanto à orientação que o Governo Português deveria assumir nas organizações internacionais, relativamente ao problema das sobretaxas ou taxas lançadas pelo Governo Britânico às importações da maioria dos produtos.

Na verdade, nesse Conselho fez-se uma exposição prévia e factual dos acontecimentos e posteriormente noutros Conselhos se irá certamente abordar qual a atitude que o Governo Português terá de tomar nessa matéria.

No entanto, e independentemente da atitude que vier a ser tomada pelo Governo, e que eu neste momento não poderei antecipar, queria sòmente fazer referência também a alguns aspectos factuais.

A imposição das taxas britânicas surgiu como uma surpresa no campo internacional. Surpresa pelo facto de não ter havido aquele período de consulta prévia que está consignado nos próprios textos internacionais. Não foi tão grande a surpresa porque algumas entidades internacionais e alguns estudiosos conheciam as condições intrínsecas da balança de pagamentos britânica.

Na verdade, a balança de pagamentos britânica, temos de concordar, tinha um desequilíbrio muito pronunciado, e em particular no decorrer deste ano.

No decurso dos anos anteriores é possível que a estrutura da balança de pagamentos britânica fosse também desequilibrada; não quero entrar nessa discussão, que deixarei a técnicos mais competentes nesta matéria.

No entanto, no decorrer deste ano, e em particular no 1.º semestre, verificou-se uma acentuação muito grande

no desequilíbrio da balança de pagamentos britânica, de tal maneira que se estimava que o *deficit* previsto ultrapassaria possivelmente os 700 milhões ou até os 800 milhões de libras. Esse *deficit* resultava em parte, e só em parte, da balança comercial, e a outra componente, quase equivalente à da balança comercial, provinha da balança de capitais e da balança de invisíveis. Apontam-se várias razões para isso, entre elas a saída de capitais da Inglaterra.

É um facto que saíam capitais de Inglaterra por variadíssimas razões. Entre elas se evidenciam as razões psicológicas e de segurança e, finalmente, os investimentos feitos pela própria Inglaterra noutros países (é o caso típico da compra de uma empresa petroquímica em Itália, do grupo Montecatini, por uma grande empresa de petróleos com base em Inglaterra). Portanto, há uma multiplicidade de causas que levaram a esse desequilíbrio. Esse desequilíbrio, em regra, seria enfrentado mediante os processos clássicos, mas possivelmente não pôde o Governo Britânico chegar a outras formas que não fosse a imposição de uma taxa.

A imposição dessa taxa, como se diz no citado comunicado, encontra-se para além e contra o quadro da Convenção de Estocolmo, visto que, quer na Convenção de Estocolmo, quer no próprio acordo do G. A. T. T., estão previstos outros meios. O Governo Britânico comunicou que não teve possibilidade de transmitir a tempo estas imposições, e, na verdade, encontramos-nos todos perante uma situação de facto, que é, evidentemente, mais ressentida por uns países do que por outros. É ressentida pelos países do Mercado Comum, que são muito afectados por essa decisão; é ressentida por alguns países da E. F. T. A.; menos ressentida pelos Estados Unidos; muito pouco ressentida por países da Comunidade Britânica. Por isso mesmo, e dentro disso, as reacções mais fortes vieram certamente dos países do Mercado Comum e mesmo de alguns países da E. F. T. A.

Na verdade, por exemplo, no caso português (nós não somos o país mais afectado, creio que o mais atingido será a Noruega se se mantiverem as listas actuais de produtos isentos), veremos afectadas 60 por cento das nossas exportações para Inglaterra, ou seja praticamente 10 ou 11 por cento das nossas exportações totais para o estrangeiro. E vemos prejudicados sectores tradicionais portugueses ou sectores que apresentavam um dinamismo acentuado nos últimos tempos; é o caso da indústria têxtil nas suas exportações.

Portanto, e sem dúvida, isto constitui para nós matéria de extrema gravidade, não só por dificultar um dos nossos principais mercados, mas por afectar também aquele mercado que, por garantias das próprias convenções, deveria apresentar maiores condições de estabilidade do que outros, menos ligados pelos compromissos internacionais. E sem falar do precedente que isto pode criar noutros países e relativamente às convenções . . . Pode dizer-se que possivelmente chegaremos a soluções menos drásticas. É claro que, qualquer que seja a solução menos drástica a que chegemos, faço lembrar que não podemos deixar de estar descontentes com a atitude e com a forma como ela foi tomada.

Na verdade, quando se toma uma atitude contra o quadro e para além do quadro, todas as compensações que venham a ser dadas posteriormente não deixam de ter criado o precedente. E isso faz-me pensar o que aconteceu com o caso do muro de Berlim. Ergueu-se o muro de Berlim, o Mundo protestou. Hoje fazem-se concessões para que as pessoas transitem de um lado para outro; toda a gente fica muito contente, mas, na verdade, esqueceu-se o facto fundamental de que o muro de Berlim constituiu a violação de um princípio.

Partindo destas atitudes, temos de pensar no que significam as concessões que possam vir a ser feitas. Certamente serão bemvindas, serão favoráveis, não obstante a existência do facto principal e da forma como

ele se verificou. Por tudo isto nada poderei dizer quanto a medidas previstas. Referi só o quadro em que se situa o problema.

Creio, apesar de tudo, que não deveremos falar em represálias neste momento. Teremos de fazer um estudo relativamente objectivo das condições britânicas, ter o tal espírito de compreensão que o Governo Britânico pediu a todos os países, e que em regra pede quando se trata dos seus próprios interesses, e teremos ainda de ver se realmente dentro do quadro das convenções, e sem ser portanto para além e contra ele, poderemos encontrar soluções que rectifiquem a posição e permitam a solução dos problemas britânicos sem recurso exclusivo à política actualmente seguida, a qual, aliás, é uma política conhecida na teoria do comércio internacional — a teoria conhecida pela «política de empobrecer o vizinho» para resolver os próprios problemas . . . E é tudo o que eu teria a dizer nessa matéria.

P. — Adentro da política de petróleos nacional, que V. Ex.^a preconizou, uma lacuna se fez sentir em relação à prospecção dos petróleos brutos, particularmente em Angola. Eu peço licença para pôr-lhe dois aspectos: está prevista a revisão do ruinoso contrato com a Petrangol ou está prevista a nacionalização da indústria dos petróleos em Angola?

R. — É assunto que realmente poderá ter pertinência perguntado ao Sr. Ministro do Ultramar numa próxima conferência de imprensa.

P. — Queria perguntar, se V. Ex.^a me desse licença, qual o estado de adiantamento dos estudos relativos à localização industrial e ao crédito industrial, que têm merecido a V. Ex.^a especial importância; e, correlacionada com esta pergunta, eu quereria perguntar também se V. Ex.^a não entende que a localização das indústrias

em meios distantes, fora das zonas mais fortemente industrializadas, além do desenvolvimento regional que provocariam, não permitiria obter mão-de-obra mais barata e, portanto, pelo menos, a curto prazo, preços mais baixos de artigos de grande interesse para o nosso mercado interno e externo.

R. — Relativamente ao ponto que foca, pode dizer-se que a atitude do Ministério foi de que os problemas da indústria seriam retomados com maior profundidade quando se conseguisse, através de medidas de diferente ordem, mais até de contacto directo e de persuasão pessoal, retomar o crescimento industrial. Portanto, pode dizer-se que, conseguido isso, teremos agora de estudar qual a orientação que a expansão industrial deveria seguir. É claro que o elemento fundamental se encontrará certamente expresso no Plano de Fomento, no sector ou no capítulo da indústria, como possivelmente terão oportunidade de verificar. E dentro disso, tomamos como pontos importantes vários conjuntos de providências que tiveram de esperar pela elaboração do próprio Plano de Fomento.

Essas providências dizem respeito, em primeiro lugar, ao condicionamento industrial e à sua revisão. Do ponto de vista do Ministério, o problema encontra-se perfeitamente equacionado, pelo menos do nosso ponto de vista, e já é do conhecimento público qual a orientação preconizada, que foi exposta aquando da última reunião relativa ao Plano de Fomento que tive a ocasião de ter com os industriais.

Quanto à localização das indústrias, o problema é um problema múltiplo, visto que a localização das indústrias exige um conjunto de circunstâncias que, no mínimo, serão as seguintes: disponibilidades de mão-de-obra e de energia; existência de água (uma coisa que normalmente se esquece na indústria, mas que é fundamental); e existência de transportes.

Sem esta conjugação de factores não poderemos seguir uma política de localização industrial perfeitamente definida. Por outro lado, a actuação do Ministério nessa matéria tem de ser sempre condicionada pela atitude dos próprios industriais, porque não podemos impor a um industrial uma localização; o que podemos é impedir o industrial de se localizar em determinados pontos. Quer dizer: a política que o Ministério pode seguir é uma política negativa, ou seja, «a empresa não se instala nestas regiões». Não podemos, porém, obrigar um empresário a ir para determinado local, porque pode responder (e responderia muito bem) — «para aí não vou porque não me convém».

Portanto, temos de passar em primeiro lugar pela política negativa (aliás como aconteceu em quase todos os países); a política negativa tem sido utilizada pelo Ministério, dentro das suas possibilidades de acção, no sentido de impedir a concentração nas regiões de Lisboa e Porto. Se, aliás, virem o volume de autorizações dadas através da Secretaria de Estado da Indústria, verificam que quase sempre excluimos as regiões de Lisboa e Porto, entendidas como regiões ligadas ao plano director de Lisboa e ao plano director do Porto. Esta a política negativa.

Sou, no entanto, o primeiro a concordar que não basta; simplesmente, para se chegar à outra política, é precisa a coordenação dos meios de acção, quer do ponto de vista de abastecimento e disponibilidades de água (que é um problema muito mais difícil do que à primeira vista pode parecer), quer quanto ao problema dos transportes e da sua conjugação, quer no que respeita ao problema de incentivos de outra ordem — por exemplo, incentivos fiscais. E só depois de feita a escolha de determinadas zonas do País (trabalho que se encontra em vias de elaboração), depois de definidos determinados pólos de atracção, podemos chegar a uma política de localização apropriada. Mas para isso precisamos também de algo muito importante: a colaboração das próprias entidades locais, das

autoridades municipais, sendo indispensável que, havendo, por exemplo, junto de uma vila ou de uma cidade, uma zona industrial, o plano de urbanização esteja feito e preveja essa zona industrial.

Ora tudo isto, como digo, é um conjunto de factores que se torna muito mais difícil de conjugar do que à primeira vista parece. Apesar disso, estou convencido de que poderemos chegar dentro de pouco tempo à definição de duas ou três zonas industriais fora das zonas tradicionais.

Há ainda uma afirmação que fez que me permite acrescentar alguma coisa mais. A política de descentralização industrial não conduz, em regra, a custos inferiores para a indústria nas primeiras fases. Por isso mesmo, precisamos de criar um conjunto de incentivos para que os industriais se instalem nessas regiões. Em regra a indústria tem tendência a localizar-se nos pólos já habituais, porque nesses pólos tem aquele conjunto de facilidades (as chamadas economias externas) que são necessárias à instalação de indústrias e diminuem os seus custos; é o caso dos transportes, de uma rede de comércio, da mão-de-obra, de facilidades no abastecimento de energia e de água . . .

São factores importantes, e por isso na primeira fase, a política de descentralização das indústrias, não conduz, em regra, a uma diminuição dos custos. E é por isso que ela necessita de uma política de investimentos públicos, digamos, complementar, ou de incentivos à própria indústria para que se instale fora dessas regiões privilegiadas. Numa fase mais adiantada já poderá deixar de ser assim, porque a solução dos problemas do urbanismo representa custos elevadíssimos, e a aglomeração de pessoas em determinadas zonas provoca despesas elevadíssimas no alojamento, nos transportes citadinos, e em todos os aspectos que são indispensáveis à vida de uma grande cidade. E isto independentemente dos custos humanos, como, por exemplo, a perda de tempo no transporte (uma hora ou duas horas) para chegar ao local de trabalho, a fadiga e o estado de tensão que isso provoca, ou seja, as-

pectos sociais, aspectos humanos, que têm um custo muito elevado e que não se verificam possivelmente na primeira fase da descentralização industrial.

P. — Mais duas perguntas, se V. Ex.^a permitisse que eu lhas fizesse. Outra pergunta que gostaria de formular aqui, era esta: tem V. Ex.^a insistido na ideia de que no sector económico é indispensável criar na população portuguesa uma mentalidade nova e adaptada ao condicionalismo moderno. Que se tem feito nesse sentido entre as classes patronais, onde também a mesma necessidade de uma mentalidade económica e da empresa se faz sentir? Os cursos de gestão e outros afins realizados em Portugal ultimamente têm dado resultados animadores?

Uma outra pergunta que gostaria de fazer era a seguinte: O Ministro Ulisses Cortês prometeu criar as condições que permitissem uma revisão de preços da energia eléctrica na zona de Lisboa. Pensa-se efectivamente numa unificação do preço da energia eléctrica em Portugal por agora? Na eventualidade de uma integração europeia, como se encontram os nossos preços em relação aos do estrangeiro?

R. — Quanto à mentalidade de que fala, sem dúvida que precisamos de criar uma nova mentalidade, pelo menos essa é a minha opinião. E não creio que seja necessário fazer muito para criar essa mentalidade. Quer dizer: acontece que as circunstâncias criam por vezes essa própria mentalidade e a necessidade que pode haver é mais de orientação do que propriamente criação desse estado de espírito. Em regra, as criações de mentalidade através da acção governamental têm conduzido em muitos países a uma rigidez demasiada dessa mesma mentalidade.

Por isso o problema que se levanta é mais o problema de orientação de uma mentalidade, a qual se está a modificar a um ritmo extraordinário (pelo menos é o resultado qualitativo de um ou outro inquérito que possa ter sido

conduzido em várias regiões do País), visto que essa mentalidade e essa modificação resultam não só dos meios de informação modernos, mas também do facto de esses meios de informação modernos serem completados com outros tipos de informação pessoal: as pessoas que se deslocam ao ultramar; as pessoas que viajam ou vivem no estrangeiro (emigrantes), conjugadas com um outro elemento de informação, também pessoal, que é a entrada maciça de turistas no nosso país. Quer dizer: estes elementos conduzem a que o País tenha realmente hoje uma atitude (se não inteiramente explicitada ou revelada, pelo menos uma atitude implícita de alteração da sua mentalidade) quanto às aspirações, quanto ao futuro, quanto às condições de vida diferente daquela que tinha, digamos, há cinco anos ou há dez anos atrás.

Esta é uma opinião pessoal que com certeza pode ser rebatida, mas não creio que, se se fizerem exames de natureza sociológica mais profunda, se chegue nesta matéria a conclusão substancialmente diversa.

O problema da mentalidade existe, embora mais no sentido de orientar a nova mentalidade do que fazer um esforço para que ela se crie. Porque esta nova mentalidade está a criar-se independentemente de qualquer esforço que se venha a fazer nessa matéria. E tal só vem a sublinhar, chamar a atenção, para o aspecto muito importante da nossa vida que é o da educação e da instrução.

Quanto à mentalidade própria no campo industrial, ela também tem sido criada pelos resultados dos cursos de gestão. É claro que não podemos pensar que, de 100 pessoas que assistem a um curso de gestão, todas saiam de lá inteiramente convencidas dos novos métodos, mas, se acaso saírem 10 ou 20 por cento, já é uma alteração substancial.

E os cursos de gestão fazem-se no nosso país, e fazem-se também em outros países, simplesmente o problema é que nós estamos a começar, e estou convencido de que,

apesar disso, temos hoje um interesse pela gestão e pela administração racional das empresas muito maior do que havia há quatro anos atrás.

Por exemplo, nesse momento conhecia eu as dificuldades que as empresas tinham (as empresas de estudos de gestão) para se instalarem no nosso país ou para venderem os seus serviços. Hoje já não acontece assim. Hoje são as empresas industriais que procuram esses mesmos serviços. E daí que tenha havido e continue a dar-se uma proliferação de cursos e até de escolas que pretendem, digamos, satisfazer essas novas necessidades da vida moderna.

Esses cursos têm dado, portanto, os seus resultados e estou convencido de que há necessidade, se não de os intensificar, pelo menos de os institucionalizar. Aliás, está prevista, e até no próprio Plano de Fomento (e foi inserida a pedido do Ministério), a criação de um Instituto de Administração e Gestão de Empresas, de maneira tal que não tenhamos sempre de recorrer a peritos estrangeiros, visto que estou convencido de que hoje a técnica nacional suficiente para poder difundir técnicas eficazes de gestão.

P. — Ainda tinha mais uma pergunta, que era relativa à unificação do preço da energia eléctrica em Portugal.

R. — Relativamente à unificação do preço da energia eléctrica em Portugal temos de ver, em primeiro lugar, quais são as condições de custo neste momento.

Sem dúvida que as condições de custo da energia são menos favoráveis neste momento do que foram alguns anos atrás, e compreende-se porquê. E compreende-se porquê, porque, em princípio, do ponto de vista hidroeléctrico, foram aproveitados — ou deveriam ter sido aproveitados — os empreendimentos mais rentáveis, isto é, que tinham ou poderiam fornecer electricidade mais barata.

Hoje, à medida que nos vamos aproximando dos aproveitamentos hidroeléctricos menos rentáveis, portanto com custos mais elevados, temos de inserir aproveitamentos de origem térmica absolutamente indispensáveis para manter o equilíbrio térmico-hídrico e vamos caminhar certamente para custos de produção mais elevados. Tal não significa que não haja necessidade de corrigir o sistema de distribuição da electricidade, e isto porque a electricidade não é melhor que os outros produtos no sistema de comercialização. Portanto, quando faço referência às necessidades de corrigir os circuitos de comercialização, também faço referência, certamente, aos circuitos de comercialização da energia.

Estamos neste momento a avaliar no Ministério, pelo menos, aquilo que se pode tentar: estudar uma providência de natureza especial, porque, em matéria tão delicada como as tarifas, se começamos os estudos, nunca mais acabamos e, portanto, teremos de tomar medidas de natureza especial. Essas medidas, neste momento, ainda não poderei indicá-las, mas pelo menos espero que possam beneficiar as populações das regiões que produzem a energia. É tudo o que posso dizer nesta matéria.

P. — A actividade desenvolvida nos últimos tempos pelo Ministério da Economia e das suas Secretarias de Estado só pode merecer, julgo, muitos e merecidos louvores dos portugueses.

O que se tem feito em todos os capítulos, quer para a valorização do sector industrial, quer para a valorização das nossas actividades exportadoras, é muito importante. Todavia, não quer dizer que num ou noutro caso não haja um ou outro esclarecimento a fazer. E, se V. Ex.^a me permite, eu vou formular para já uma pergunta: a programação linear da indústria portuguesa estar-se-á a operar por métodos científicos? A nossa organização industrial por sectores não poderia realizar-se em condições de garantir um maior desafogo à iniciativa particular?

É claro que se diz que a produção industrial, a nossa produção industrial, em muitos casos não se realiza ainda em condições de poder competir com as similares estrangeiras.

Um diálogo permanente, constante, entre os dirigidos e dirigentes não se ajustaria melhor e não contribuiria para resolver tantos problemas pendentes? Não seria a maneira mais fácil de chegar a um *modus vivendi* que é preciso estabelecer com as nossas actividades exportadoras dos produtos portugueses?

R. — O que acaba de me pôr corresponde, no fundo, à política que tem sido seguida pelo Ministério. Por exemplo (lembro só aspectos recentes da actividade do Ministério), o caso do Fundo de Fomento de Exportação, em que hoje estamos a chamar muito mais a actividade privada à participação ou à comparticipação nas actividades do Fundo, e o caso do próprio Plano de Fomento, visto que na elaboração do Plano de Fomento no sector industrial, como V. Ex.^a sabe, participaram centenas de industriais e na base sectorial o plano foi feito pela própria indústria, embora com apoio técnico do Ministério. E será justo que aqui fique uma palavra de agradecimento.

Independentemente do facto de ser difícil neste momento dizer alguma coisa sobre o Plano de Fomento, visto que ele se encontra em apreciação pelas Câmaras e portanto não deve antecipar-se um juízo sobre esse mesmo Plano, não queria deixar de significar que o Plano de Fomento, na parte do sector industrial, representa sem dúvida um avanço marcado em relação ao último Plano de Fomento.

Abrangemos pela primeira vez uma projecção sectorial completa, fizemos pela primeira vez uma interpenetração dos sectores industriais. É claro que isto significa que precisamos de ter algo que acompanhe a sua execução e que mantenha vivo aquele diálogo havido com a indústria durante a fase preparatória. E logo que

o plano esteja aprovado pelas Câmaras, com as correcções que entenderem dever introduzir-lhe, poderei então de novo chamar os industriais à colaboração, para que se continue a corrigir e melhorar o plano na parte industrial.

P. — Anuncia-se mais um esforço para acelerar o desenvolvimento económico do País por meio de um Plano Intercalar de Fomento em que, pelo que já se sabe, as actividades produtoras têm papel de relevo, com vista à melhoria do nível de vida da população portuguesa.

Dado que uma das dificuldades com que se depara no nosso país para corresponder às exigências do indispensável progresso industrial é a falta de pessoal com a devida preparação, pode V. Ex.^a dizer-nos como se encarou este aspecto no Plano Intercalar? Qual a proporção dos encargos previstos para o desenvolvimento industrial e a satisfação das necessidades do ensino? Para a preparação do pessoal que esse esforço exige?

R. — Claro que tenho alguma dificuldade em falar num tema que não é meu: a preparação do pessoal, quer ao nível técnico, quer ao nível de instrução geral.

Queria simplesmente, e ressaltando aquilo que se vier a decidir nas Câmaras, chamar a atenção para o seguinte facto: o Plano de Fomento, tal como foi apresentado, necessita de esclarecimento, que foi dado por S. Ex.^a o Ministro de Estado oportunamente, e por isso qualquer esclarecimento meu adicional seria perfeitamente redundante. Mas não queria deixar de chamar a atenção e, portanto, de lembrar, que, no ponto de vista da educação, o plano tem, quanto a investimentos, uma cobertura próxima de outros sectores.

Poderia lembrar um elemento, que é o seguinte: como recordam, o Plano é um plano de três anos que prevê uma taxa de crescimento de 6-6,1 por cento. É um plano, portanto, que prevê que no decorrer destes três anos sejam

investidos cerca de 53 milhões de contos para, de acordo com as projecções, atingir aqueles níveis de produto. Portanto, 53 milhões de contos serão os investimentos necessários para se chegar, no decorrer de três anos e segundo as projecções, ao nível de 100 milhões de contos em 1967.

Esses investimentos de 53 milhões de contos desdobram-se por vários sectores, segundo as orientações do Plano. Simplesmente o Plano, para além dessas projecções de 53 milhões de contos, prevê especificamente, ou toma compromissos mais fundos, chamemos-lhes assim, ou, pelo menos na apresentação feita pelo Governo, um compromisso mais forte quanto a 34 milhões, ou seja, aproximadamente, 60 a 63 por cento do total. Agora será preciso saber como é que isso se desdobra por sectores. Quer dizer: o Governo não seguiu a orientação de tomar um compromisso mais forte — eu sublinho mais forte, porque um compromisso há sempre, em relação à totalidade — em relação a cada sector e a estes 60 a 63 por cento; isto é, não se tomou um compromisso em cada sector: «nós vamos cobrir 60 a 63 por cento»; não foi e nem podia ser assim, porque em alguns sectores não havia, digamos, estudos suficientes para se decidir que investimento se podia fazer já, que investimento se poderia fazer em 1966 e em 1967, visto que o Plano vai de 1965 a 1967.

Portanto, no decorrer do próprio Plano, o Governo tem de tomar disposições, tem de continuar os estudos, para seleccionar investimentos e para cumprir as projecções globais que se previam. Mas o que é que isto significa desde que não se seguiu a orientação de tomar um compromisso mais forte quanto a 60 a 63 por cento em todos os investimentos? Temos de observar quais são os sectores em que se tomaram compromissos mais ou menos fortes.

Na agricultura, o investimento projectado é da ordem dos 4 milhões de contos, como sabem, e qual foi o com-

promisso tomado? Da ordem dos 70 por cento. Na pesca, também foi de 70 por cento; na indústria, já chegámos a 100 por cento; e porquê? Porque, como tinha havido a comparticipação larga do sector privado e como o próprio sector privado previa investimentos, até relativamente superiores, julgámos que com incentivos do Governo e com a colaboração que sempre teremos desse sector podemos atingir o volume programado; o mesmo aconteceu, por exemplo, nos combustíveis e, em particular, nos combustíveis líquidos.

Já no caso da electricidade só tomámos compromissos mais fortes quanto a 58 por cento, porque havia empreendimentos que eram competitivos, no sentido de que há um empreendimento aqui, outro acolá, ou outro ainda, todos possíveis; qual deles é que vamos realizar, visto que todos, em conjunto, não têm interesse imediato? Tem de haver o estudo económico desses empreendimentos, para saber qual deles é que deve prioritariamente ser realizado. Ora é isso que irá fazer-se no decorrer de 1965.

Disponos, por exemplo, de três ou quatro empreendimentos competitivos para poderem entrar para preencher o restante da parcela da electricidade; no decorrer de 1965 teremos de os estudar, e esta foi, portanto, uma razão que levou a não programar os 100 por cento, porque na electricidade era possível escolhê-los imediatamente. Nos transportes e comunicações programou-se, por exemplo, 77 por cento; no ensino e na saúde, programou-se 70 por cento. Significa, portanto, que no caso do ensino e da saúde não nos afastámos muito daquilo que se considera indispensável, e isto significa, também, que no caso do ensino não diminuimos a sua importância.

Se me perguntam, agora, a minha opinião nessa matéria, direi que é uma matéria em que tenho dificuldade em dar uma opinião, porque devo ter uma deformação profissional, visto que sou professor universitário . . . Por isso mesmo, é natural que pense que o ensino é um dos aspectos fulcrais da nossa actividade e da nossa sociedade.

Mas trata-se, certamente, de uma deformação, e por isso eu não me atrevo a expô-la com maior força . . . Quero dizer: para o ensino e a saúde estava previsto um investimento de 1 700 000 contos; e, no fundo, a razão da pergunta é saber se a verba me parece pequena. Não me parece. E vou dizer que não me parece por esta razão simples: as projecções globais foram feitas atendendo aos ritmos dos diferentes sectores, e àquilo que era indispensável entre eles para se atingir a taxa dos 6 por cento.

Qualquer pessoa pode sempre fazer um programa maior de educação, pode fazer sempre um programa maior de saúde, mas vai prejudicar outros sectores; o que pode acontecer é que, depois, tenha uma população com muita saúde e sem emprego, ou com muita instrução e sem emprego. Isto quer dizer que há aqui um equilíbrio entre os diferentes sectores que deve ser mantido.

P. — Dado que um dos aspectos que vão prender a atenção de V. Ex.^a durante a sua próxima viagem a Espanha se refere a problemas de energia, parece-nos oportuno pôr a seguinte questão: em virtude de obras em estudo ou já executadas no curso do Tejo, para além da fronteira, considera-se ameaçado o regime normal do caudal do rio, por virtude das descargas inesperadas de albufeiras espanholas ou da retenção das águas sem aviso prévio; verificam-se, assim, prejuízos, não apenas nas actividades agrícolas dos campos marginais, mas também na produção das centrais accionadas pelas águas do Tejo. Tem V. Ex.^a prevista alguma diligência junto das autoridades espanholas no sentido de coordenar estas actividades, para evitar tais anomalias?

R. — Esse é um assunto que tem sido conduzido por outros Ministérios, e existe já um exemplo ainda recente da colaboração entre os dois países, que foi o caso do Douro. Como sabe, essa Comissão Internacional trabalhou muito bem e, agora, cometeu-se-lhe o encargo de estudar os ou-

tros aproveitamentos internacionais comuns. Entre eles, portanto, se encontrará o Tejo e se encontrará, por exemplo, o Guadiana. Por isso mesmo, teremos de esperar pelos trabalhos dessa Comissão, pelos resultados desses mesmos trabalhos, que são bastante difíceis. No caso de aproveitamentos comuns, por exemplo, há zonas inundadas que serão parcelas de um país ou que serão parcelas do outro país. É um assunto que tem de ser analisado com muito cuidado, e a única coisa que se pode pedir, e certamente pedirei, é que os trabalhos dessa Comissão sejam quanto possível acelerados.

P. — Em nota do Instituto Português de Conservas de Peixe anuncia-se que as nossas conservas vão readquirindo lá fora o prestígio de que gozavam anteriormente às anomalias que se verificavam há dois anos. Recompõe-se, assim, a posição de um dos mais importantes sectores da nossa actividade produtora com expressão no nosso comércio externo. Há, no entanto, um aspecto acerca do qual se fala, e é o que respeita ao andamento da questão da fraude dos azeites fornecidos à indústria e que deram origem a essa grave situação.

No editorial do último número da *Revista das Conservas de Peixe*, que, aliás, teve repercussão na imprensa regional, insiste-se pelo esclarecimento do assunto. Lamenta-se que subsista em ponto morto uma questão que acarretou, além de graves consequências para o prestígio da indústria nacional, prejuízos materiais da ordem dos 80 000 contos. Pode V. Ex.^a dizer-nos alguma coisa sobre a demora do completo esclarecimento desta questão?

R. — O senhor é mais feliz do que eu, porque não li a nota do Instituto Português de Conservas de Peixe. Deve ter sido publicado hoje ou, de qualquer maneira, é recente.

Na verdade, foi retomada este ano a exportação de conservas. Fundamentalmente em relação ao ano anterior,

estivemos a sofrer os efeitos de algumas fraudes que se tinham verificado anteriormente a 1962 e que se repercutiram em 1963, especialmente, visto que as conservas são enviadas com algum atraso para o estrangeiro.

Creio que, depois disso, a meu conhecimento não chegou mais nenhum problema dessa natureza, dado que naqueles que têm chegado ao meu conhecimento, respeitantes a deterioração de conservas de peixe e que tenho mandado averiguar, tem-se concluído sempre que foram conservas enviadas antes de 1963. Portanto, a meu conhecimento e quanto eu posso saber, não se tem verificado nenhum caso, pelo menos espectacular. Que retomámos o nosso nível de exportações anteriores, também é um facto.

Quanto às análises de que fala, há milhares de análises a fazer, e nessa matéria não sei quantas restam neste momento; a única coisa que sei é que já se multiplicaram as equipas de trabalho que fazem as análises em laboratório, visto que a mesma pergunta que me foi feita faço eu trimestralmente. Creio que neste momento (independentemente da situação jurídica de algumas dessas análises, porque algumas, depois de feitas, são sujeitas a recurso, e depois entramos no período de controvérsia com muitos peritos a discutir, e isso demora, certamente) a única coisa que posso dizer é que esses milhares de análises se encontram hoje quase prontas, e, embora não disponha aqui do último número, acerca disso, creio que faltarão muito poucas para se completar o esquema total, independentemente daquelas que já estão a seguir o seu curso de natureza puramente legal e, portanto, sujeitas a todos os adiamentos, a todos os recursos possíveis que podem surgir nessa matéria.

P. — Tem o *Diário Popular* dedicado especial e constante atenção ao problema das conservas de peixe. Desejaríamos dirigir a V. Ex.^a, agora que a ocasião se oferece para tal, as seguintes interrogações:

- 1) Como se explica que, tendo sido reconhecida no despacho de V. Ex.^a a indispensabilidade de

uma mais rigorosa fiscalização, a nova direcção do Instituto Português de Conservas de Peixe, por V. Ex.^a nomeada, começasse por alterar as condições que até então se verificavam, mas no sentido oposto, isto é, reduzindo à fiscalização os meios de acção?

- 2) Porque não foram tornadas ainda públicas as diligências determinadas com vista à intensificação da fiscalização em conformidade com as conclusões do inquérito efectuado no ano passado?
- 3) Os casos de dúvida na recusa da mercadoria eram por lei decididos no âmbito directivo do Instituto, sem a ingerência dos industriais; ora, os representantes da indústria passaram a tomar parte activa nessa matéria através do conselho geral daquele organismo. Porquê?

R. — Relativamente ao problema da fiscalização, não vou às causas, vou aos efeitos. Quero dizer: se aquilo que afirmei de que realmente a meu conhecimento não tem havido casos posteriores, é porque a fiscalização existente se pode considerar suficiente. Porque às vezes não é um problema de haver muita fiscalização; é o problema de saber como ela fiscaliza. Isto é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é o de que, realmente, havia muitas queixas dos industriais, e uma coisa é certa: é que se não houver a colaboração dos próprios industriais, precisamos de ter um fiscal em cada fábrica, um fiscal em cada fase do fabrico. Isto é: se não houver uma participação dos próprios industriais na responsabilização da qualidade do produto, creio que será muito difícil chegarmos, a não ser mediante um sistema inteiramente policial, a um *contrôle* total e exacto dessa qualidade. Por isso mesmo o conselho geral do Instituto Português de Conservas de Peixe existe, e existe para funcionar.

No conselho geral têm assento os industriais; portanto, nós não podemos proclamar, por um lado, que temos de

dar audiência à iniciativa privada, e, por outro lado, recusar essa audiência ou essa participação; portanto, continuo a pensar que as medidas de fiscalização que se exerçam e em que não haja a colaboração do próprio sector produtivo são medidas muito difíceis de executar; o que é preciso fazer é partilhar a responsabilidade nessa matéria, o que é preciso é que não surjam desculpas depois, porque, se surgirem casos como o de 1962, estamos muito mais à vontade para exigir aos próprios industriais a sua responsabilização.

P. — Há uma terceira pergunta. Referiu-se há pouco o total dos investimentos previstos para o Plano Inter-calar, que é, se não estou em erro, o de 53 milhões de contos, com compromissos assumidos, portanto, para 43 compromissos mais fortes assumidos, perdão, para 34.

Eu queria perguntar a V. Ex.^a se o Governo tem a garantia de que os investimentos que competem ao particular, ao capital particular, se de facto eles vão ser feitos, porque, por exemplo, nalguns sectores, como o do turismo, eu pude observar que uma grande parte do investimento cabe ao capital particular, e até talvez aí seja mais fácil, porque nós sabemos que o capital tem tendência para se deslocar para o turismo, precisamente porque é de lucro mais imediato, mas eu queria saber se de facto há já garantia de que esses investimentos se vão realizar de forma a totalizar o previsto.

Por outro lado, apesar do acordo assinado recentemente com a França acerca da emigração, nós constatamos que a emigração clandestina não diminuiu, pelo contrário, ela já não se limita aos campos, mas chegou até às cidades, às zonas de concentração industrial; nós sabemos, por exemplo, que nos arredores de Lisboa há empresas que começam a pôr a si próprias o problema da falta de pessoal, porque diariamente desaparecem operários das empresas que estão montadas nos arredores de Lisboa. Ora, quer dizer, isso parece que de facto é um

problema perante o desenvolvimento industrial que se projecta, que está em curso; eu queria saber, portanto, sobre estes dois assuntos, a opinião do Sr. Ministro.

Quanto à garantia que, quanto ao sector privado, pode procurar estruturar com a tal ferramenta, tais elementos válidos capazes, com nível cultural, intelectual, que possam de facto corresponder inteiramente à política de turismo traçada pelo Governo. Foi esta a pergunta que eu fiz.

R. — Eu aqui estou um pouco a antecipar-me ou substituir-me ao Sr. Secretário Nacional da Informação.

Já foi dito mais de uma vez: é claro que há um problema de formação, de formação até profissional, porque às vezes no turismo não basta construir os hotéis, há toda uma gama de infra-estruturas e de factor humano, chamemos-lhe assim, que é indispensável, mas que não é algo específico do próprio turismo. Encontramos isso noutros sectores da vida nacional e, portanto, o problema da formação é um problema comum a quase todos os sectores. Poderá notar-se num ou noutro caso, como acaba de referir, que havia um delegado do turismo que não falava francês, também devo dizer que isso não me perturba muito, porque também há turistas portugueses, e embora seja matéria que não conheço, creio que o problema estará na mente das entidades competentes nessa matéria.

Quanto à garantia que se pode dar, quanto ao sector privado dos investimentos, só posso dizer: é claro que o Governo não pode dar garantia de que será feito; e porquê? Porque no dia em que o Governo der a garantia de que isso será feito — garantia autêntica —, caímos num sistema político inteiramente diferente. Isto é: no dia em que se fizesse um planeamento do estilo soviético, poderia garantir-se que é feito isto, que é feito aquilo, que é feito aqueloutro, etc. Ou melhor, julga poder-se garantir — e isso não é verdade, porque os próprios diri-

gentes soviéticos, após um ano de elaboração do plano, deixavam de garantir, e atrasavam a execução ou confessavam os seus atrasos. Portanto, não podemos também garantir; a única coisa que o Governo pode garantir é que tomará as disposições necessárias para que o Plano se venha a realizar através dos diversos estímulos que pode usar, que vão desde as facilidades de financiamento às prioridades dadas na obtenção de determinado número de elementos, à localização, ao crédito industrial ou à própria possibilidade de financiamento; tudo isso o Governo pode fazer e são incentivos indirectos, e naquilo que for considerado básico — básico no sentido de uma indústria básica indispensável — o Governo ainda tem outros métodos, como, por exemplo, o recurso às sociedades de economia mista, como já fez no passado.

Portanto, o Governo tem à sua disposição uma gama de elementos de intervenção, para executar o Plano; o que o Governo não pode garantir é que um empresário determinado realiza este e aquele investimento, porque então caímos num tipo de economia inteiramente diferente.

Quanto ao problema da emigração, de que fala, pois é um problema que a mim próprio preocupa.

É claro que, mesmo dentro do volume de emprego previsto para o desenvolvimento industrial, não creio que se levantem problemas de mão-de-obra, quer dizer, problemas de quantidade.

No País podem-se levantar problemas de mão-de-obra de qualidade, daí que o Plano dê também uma certa importância ao problema da formação profissional; esse sim, esse é que pode constituir, em meu entender, preocupação ou estrangulamento grave para o desenvolvimento industrial projectado pelo Ministério da Economia. Mas, ainda dentro das disponibilidades que nós temos, não é na disponibilidade quantitativa e neste período até 1967 que se deve levantar o problema; aqueles novos milhares de empregos industriais que vão ser criados necessitarão

de um ajustamento da estrutura da mão-de-obra e, portanto, de qualificação profissional. Por isso, o que temos de seguir é algo intensivo no campo de formação profissional.

P. — Antes de mais, eu quero-lhe agradecer, agradecer a V. Ex.^a as suas palavras de há pouco. Eu não podia esperar do Sr. Ministro da Economia outras respostas às minhas perguntas. Elas satisfizeram-me plenamente. É evidente que um problema se põe ainda de pé: a necessidade de incrementar a exportação dos produtos nacionais. É um problema instantâneo que se põe a cada momento à consideração dos Portugueses, e eu penso que V. Ex.^a, com a sua admirável equipa ministerial, pode em muitos aspectos contribuir para que as dificuldades que se apresentam se debelem, digamos a bonificação da exportação, a facilidade de isenção de direitos para as manufacturas portuguesas que sejam produzidas com matérias-primas absolutamente nacionais, etc.

Mas a propósito disto eu queria talvez que V. Ex.^a me permitisse fazer-lhe esta pergunta: teremos nós já alcançado a noção exacta da gravidade do momento que nos permite conhecer com precisão o clima da consciência económica que torne possível melhorar a coordenação dos esforços comuns para o desenvolvimento do nosso potencial económico, evitando decisões dispersas que possam comprometer esse desenvolvimento? E o tema, é a pergunta da actualidade.

R. — É uma pergunta que é muito difícil, até porque na medida em que deixamos de permitir essas actuações dispersas podemos ser acusados de intervencionismo demasiado, não é verdade? Portanto, há sempre uma ineficácia que resulta da relativa dispersão de esforços.

O problema não está na dispersão de esforços em si, porque os esforços têm de ser dispersos; o que realmente esses esforços precisariam, e precisam, é de ser harmo-

nizados. Portanto deparamos com um problema que é a opção entre a centralização e a descentralização.

O problema português, fundamentalmente, é um problema de centralização de decisões e de descentralização de acção. Frequentemente, e dentro do sistema que temos, ao nível do próprio Ministério, inclusive, encontramos uma acção centralizada e uma decisão descentralizada; aliás, no Ministério da Economia isso não é agora muito corrente, embora tenha acontecido e aconteça. O resultado é que, por vezes, as decisões de base eram tomadas a um nível mais baixo, o que resultava depois numa aparente contradição, e para evitar isso deveriam centralizar-se as decisões básicas e descentralizar-se a acção e as decisões acessórias. Porque o que não pode estar-se é afogado em pequenos problemas e, por vezes, deixar decisões básicas serem tomadas ao nível de direcções-gerais.

Ora bem, o problema da Administração, numa administração moderna, é exactamente o contrário: é conseguir controlar as decisões básicas e descentralizar as acções menos importantes. É claro que isso levanta um problema da maior importância do nosso país, que é o problema da acção e da adaptação da administração pública a condições económicas inteiramente diversas daquelas para que essa administração foi criada.

P. — Há um problema crucial sobre que se tem escrito muito: a alucinante política de pulverização das instalações de montagem de automóveis.

Peço de novo que sejam considerados dois aspectos. Uma vez que o potencial do mercado continental não podia de maneira nenhuma absorver a produção dessas linhas de montagem não havia possibilidades de escoamento e estávamos num campo utópico; infelizmente a decisão foi por diante. E este aspecto se afigura fundamental: o enquadramento de uma política ibérica, peninsular, para procurar desafogar um pouco a situação alarmante que essas instalações de montagem atravessam.

A exemplificar, a Volkswagen está a produzir por dia 15 carros, está a montar, mais exactamente. A Volkswagen alemã produz por dia 5500, os números são bastante elucidativos; tendo em atenção aspectos, despesas gerais, etc., para não estar a tomar mais tempo ao Sr. Ministro.

O outro aspecto seria o seguinte: qual o motivo de se não poder exportar carros para o ultramar, talvez o termo de exportação não seja exacto ou pelo menos não seja o mais conveniente, enfim, vender unidades no ultramar talvez seja mais correcto, mas parece que, de facto, nem exportar, nem o termo vender podem ser utilizados.

Eu tinha uma segunda pergunta a fazer, que faço daqui a bocado, se me dá licença.

R. — A política da indústria automóvel, como sabe, não foi objecto de despacho, é objecto de um decreto-lei de 1961. Encontrámos a indústria de montagem de automóveis numa fase já adiantada e, portanto, era muito difícil a qualquer pessoa, pelo menos a mim, que não tenho o dom da previsão, dizer que realmente se devia refazer tudo. Quer dizer, estavam lançadas as bases e, portanto, tinha de se ir até ao fim, porque às vezes podia ser que algo de bom resultasse dos princípios estabelecidos.

No entanto, o problema tem vindo a ser estudado pelo Ministério. E agora deve vir a Portugal uma equipa de técnicos estrangeiros, aliás reputados, que foram convidados pelo Ministério da Economia a estudar o problema da indústria automóvel em Portugal, ou, melhor, a reestudar o problema da indústria automóvel em Portugal à luz das actuais circunstâncias.

Quanto ao ultramar, já está tomada uma posição de princípio no sentido de facilitar a ida para o ultramar de automóveis montados na metrópole. É assunto, como digo, que do ponto de vista do Ministério tem merecido a maior atenção, mas que temos também de ver em função dos problemas de pagamentos interterritoriais e dos princípios da unificação do mercado nacional.

P. — A segunda pergunta era o seguinte: na primeira entrevista que V. Ex.^a deu à televisão, a diversas perguntas que lhe foram formuladas V. Ex.^a disse que competiam exactamente ao Ministro da Presidência, outras que competiam ao Ministro do Ultramar. Surge exactamente esta ideia: que há uma estagnidade absoluta, radical, entre problemas Ultramar, problemas Presidência do Conselho, problemas Ministério da Economia, mas existe uma só verdade, que é economia nacional, a conjuntura económica nacional.

Eu pergunto: estará o Governo a rever uma nova estruturação no sentido de não haver de facto esta estagnidade tão pronunciada, aliás que V. Ex.^a na televisão deu a entender bem claro na primeira entrevista e a que a opinião pública reagiu desfavoravelmente, tendo dito «mas a conjuntura económica nacional é uma e só uma»? Esta era a pergunta.

R. — O problema que se pôs na televisão, e noutros sítios, é que não podia responder a questões que eram de outros Ministérios, o que é natural. Também é natural que as competências estejam divididas. Mas, sendo natural que as competências estejam divididas, também o é que as competências estejam coordenadas, e para isso há um órgão, um órgão especial, que é o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos. E, portanto, é esse Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos que tem de coordenar, ou a quem compete coordenar as diferentes políticas. E para que existem as instituições? Para se fazerem funcionar.

Portanto, não creio que haja o problema de correcção ou de reestruturação de que falou. Haverá que saber primeiro qual o funcionamento efectivo das instituições já existentes, porque só depois da experiência de um funcionamento efectivo é que podemos colher as lições para a sua eventual correcção, se acaso essas instituições

não se adaptarem ao momento actual. Essa a minha opinião.

P. — Quais as medidas, tanto quanto possível e quanto o Sr. Ministro possa revelá-las concretamente, que foram tomadas no aspecto da exportação de têxteis para evitar a depreciação do mercado externo?

R. — Até agora não tem surgido para nós com grande intensidade o problema da falta de mercados nos têxteis. Pelo contrário, a indústria está em expansão, continuamos a ter pedidos para instalação de novas unidades e até sem aproveitamento racional das existentes. E o problema que possa haver não se pode pôr em termos da falta de mercado e de preços.

Como sabe, funciona internamente e por razões de ordem vária um Fundo dos Têxteis (o antigo Fundo de Estabilização do Algodão), que não dá compensações, não dá subsídios, mas permite a regularização interna das diferentes taxas entre os diferentes industriais. O problema que virá a pôr-se neste momento nos têxteis é o problema do mercado inglês, fundamentalmente. Mas é exactamente o problema que está neste momento em estudo. Aliás, não é original, visto que já anteriormente — o ano passado — o problema da exportação de têxteis tinha sido posto pelo Governo Inglês ao Governo Português, e tinha-se procurado uma solução dentro do espírito de compreensão do Governo Português para com os problemas ingleses. Solução que era harmónica para ambos os interesses — para os interesses ingleses e com algum sacrifício de interesses portugueses, mas não sacrifício fundamental.

O problema modificou-se, porque agora há um problema, não de restrições quantitativas em Inglaterra, como estava eventualmente previsto, mas um problema de preços e taxas, que estamos a estudar.

P. — O Sr. Ministro referiu-se na sua exposição também ao turismo, dando naturalmente a importância que ele tem no contexto da nossa economia.

O Plano Intercalar reserva para o turismo, no triénio 1965-1967, se não estou em erro, 1 200 000 contos no plano de investimentos elaborado; portanto, antes de ser anunciado o Plano Intercalar estava previsto um investimento, se não estou em erro, de cerca de 2 milhões de contos.

Numa previsão de vinda de turistas, que se verificou errada, quer dizer, esse plano previa a vinda de 1 milhão de turistas e fazia portanto o seu projecto, a sua previsão, nessa base, previa a vinda de 1 milhão de turistas para 1967 e, portanto, nessa base planeava cerca de 2 milhões de contos de investimento para esse triénio. Simplesmente, verifica-se que 1 milhão de turistas virá não em 1967, mas sim em 1965. E foi com surpresa que se viu que no Plano Intercalar afinal, em vez de cerca de 2 milhões de contos para turismo, se anunciam apenas 1 200 000 contos. Quer dizer: é muito menos do que aquilo que se previa, que se desejava, para uma previsão errada. Quer dizer que já se dispunha de elementos antes de ser anunciado o Plano Intercalar.

Eu desejava saber, se fosse possível, se já não houve tempo de fazer uma reactualização ou se se achou inconveniente fazê-la.

R. — Era uma pergunta a que o Sr. Secretário Nacional da Informação melhor do que eu poderia responder. Eu só posso dizer o seguinte: eu creio que consideramos cerca de 1 500 000 contos. Foi tomada uma determinada taxa de acréscimo do produto do turismo — cerca de 17 por cento. E temos de ponderar que o tempo nos fará corrigir alguma estimativa. Mas também não podemos criar uma economia demasiado desequilibrada e demasiado assente no turismo. Porque, se nós fizermos assim, arriscamo-nos a ter o País transformado numa «colónia de

férias», como já foi dito. Terá, portanto, que haver uma certa prudência nos investimentos turísticos, que devem ser precedidos de uma definição clara das correntes turísticas que queremos e devemos aproveitar. Aliás, é assunto que já tem sido objecto de várias comunicações e ainda recentemente de um congresso, e ultrapassa claramente a competência do Ministério da Economia.

P. — O Sr. Ministro sabe que o problema agrícola é o problema que mais aflige o País, até porque a maior parte da mão-de-obra vive para a agricultura e à custa da agricultura.

O Sr. Ministro, numa das últimas conferências de imprensa, se não na última, reconheceu que existia, ao tratar do problema da rentabilidade da agricultura, uma grande terra de ninguém entre a técnica, por um lado, e a actividade rural, por outro. E o Sr. Ministro estava esperançado em dominar ou ocupar essa terra de ninguém e preconizou até algumas soluções. Acontece que este Plano Intercalar prevê um crescimento anual do produto nacional de 6,1 por cento. E parece-me que é só 1,5, se não estou em erro, quanto à agricultura. O recente relatório da O. C. D. E., nos jornais portugueses publicaram um telegrama muito sucinto da France-Presse; eu tive a sorte de ler um resumo mais desenvolvido num jornal suíço, que é o *Journal de Genève*.

A O. C. D. E. acusa-nos, ou, melhor, adverte-nos, de que, se não fizermos investimentos muito mais importantes e uma reforma substancial no campo da agricultura, nós arriscamo-nos a retardar o progresso geral. Isto é verdade, Sr. Ministro?

R. — Os investimentos que estão previstos no Plano para o sector agrícola são aqueles que resultam das projecções de um determinado desenvolvimento em que a agricultura será um sector harmónico com os outros.

Por outro lado, eu devo dizer que falar da taxa de crescimento de 1,5 por cento ao ano na agricultura é muito difícil, até porque pode sobrevir um bom ano agrícola e atingirmos uma produção agrícola de mais 8 por cento ou mais 10 por cento. Daí ser muito difícil nessa matéria falar em termos do crescimento anual.

Em termos mais técnicos, o crescimento de 1,5 por cento na agricultura deve acompanhar-se do conhecimento de que a agricultura vai perdendo braços todos os anos. Isto é, a agricultura com muito menos gente consegue atingir um produto maior do que aquele que atingia anteriormente, o que significa, portanto, uma melhoria substancial das condições de produtividade da agricultura. Por isso mesmo, nós não nos devemos iludir ao comparar o 1,5 por cento da agricultura com os 9 por cento de outros sectores, porque nesses outros sectores está a aumentar substancialmente a população que aí trabalha, ao passo que na agricultura está a diminuir a mão-de-obra que se emprega no sector.

*Lisboa, 23 de Dezembro de 1964 **

1. A análise da situação actual da agricultura portuguesa revela que o seu grau de desenvolvimento se reflecte desfavoravelmente no conjunto da actividade económica nacional, quer pelo nível da sua produtividade económica, quer através da sua eficácia social.

Quanto ao primeiro aspecto — a produtividade económica —, interessa ponderar em que medida e de que maneira a agricultura se adapta às condições de solo e clima, considerando não só as características técnicas da produção, mas também as possibilidades e oportunidades que lhe são oferecidas pelos mercados interno e externo. Quanto ao segundo — a eficácia social —, teremos de atender especialmente à repartição funcional e pessoal dos resultados da actividade produtiva agrícola, não só em termos absolutos, mas ainda em termos relativos, no conjunto da economia portuguesa; haverá por isso que avaliar o modo como a agricultura remunera os factores de produção e assegura à população dependente condições de trabalho e de segurança social compatíveis com o nível económico geral do povo português.

A ponderação de qualquer destes aspectos evidencia, invariavelmente, a necessidade da reconversão da estrutura económica e social da agricultura, visando a adaptação às novas condições e realidades que orientam, e largamente determinam, o desenvolvimento económico nacional.

* Relatório da proposta de lei sobre orientação agrícola.

Aliás, a fase de transição que estamos vivendo entre uma economia agrícola e uma economia industrial, acentuada pelo próprio esforço de defesa, e a unificação do espaço económico português, inserido em mercados mais amplos mediante a adesão a acordos mundiais ou regionais de comércio, mais justificam e reforçam a evolução que se vinha dando na orientação económica e social da agricultura portuguesa. Embora susceptíveis de interpretações diversas quanto à sua amplitude e intensidade, as novas condições, requerem a definição de princípios informadores da política de fomento agrário, do mesmo modo que oportunamente se estabeleceram as bases do fomento industrial.

2. A política de reconstituição económica e dos planos de fomento revela a preocupação de imprimir à economia portuguesa um progresso que, para continuar a processar-se inteiramente, tem sido, e virá a ser, acompanhado de novas repercussões e alterações na vida económica nacional. Na verdade, o desenvolvimento económico requer uma diversificação da economia, que implica, ou resulta de, novas combinações produtivas, em especial no sector industrial; e a agricultura não pode ficar alheia ou indiferente a esse movimento, na medida em que se vão modificando as disponibilidades de factores produtivos, e consequentemente as suas próprias remunerações, e se vão alterando as preferências alimentares dos consumidores ou as exigências técnicas dos utilizadores de matérias-primas agrícolas. O problema fulcral não é, portanto, o de manter o anterior predomínio do sector agrário, mas o de exigir e proporcionar aos que lhe fiquem ligados métodos produtivos e condições de vida que possam vir a harmonizar-se com o crescimento económico geral. Este objectivo só poderá realizar-se mediante uma lenta, mas segura, adaptação a modernos processos tecnológicos e a novas combinações

de factores em que diminua progressivamente a parcela da população trabalhando na agricultura ou dela vivendo. E este processo de desigual crescimento sectorial continuará a verificar-se até se encontrarem novas formas de equilíbrio intersectorial.

Não surpreende, portanto, que o sector agrário português tenha recebido, em consequência do desenvolvimento económico geral, o embate de efeitos naturalmente induzidos. De uma forma progressiva e irreversível, vem a acelerar-se a migração de mão-de-obra e a tendência para o acréscimo das remunerações do trabalho, as quais mais explicitam no sector agrícola a existência de sistemas produtivos não ajustados às condições actuais. E também é certo que o dinamismo de uma economia em desenvolvimento tende a arrastar o sector primário menos evoluído, chamando-o à integração no conjunto de aspirações colectivas já despertadas e impondo-lhe um ritmo de modernização, de elevado custo financeiro e humano, difícil para muitos, mas indispensável para todos.

Não são, porém, as condições exclusivamente económicas que aconselham ou implicam uma alteração dos quadros da vida agrária nacional.

Não podemos esquecer que fins mais elevados da actividade económica se situam no âmbito social e que estes aspectos vão ganhando relevo à medida que a evolução da técnica, e em especial dos meios de informação, permite trazer ao conhecimento de todos novos modos de viver e, consigo, a aspiração a melhores níveis de bem-estar.

3. Mostra ainda a experiência nacional e alheia quão grande é o risco de se aguardar a adaptação espontânea de um sector, como o agrícola, que não pode adquirir por meios próprios a necessária velocidade de crescimento e que, pelo seu peso na economia e sua importância na vida social, constitui aspecto fulcral na presente fase da política de desenvolvimento. A lentidão que se instala naturalmente num sector menos afectado pela evolução técnica,

a influência de tradições quantas vezes seculares, os estrangulamentos ou travões provenientes da organização da produção e dos mercados, as limitações de recursos disponíveis e de capacidade técnica das populações rurais, constituem factores que contrariam ou desviam a difusão das inovações contidas nas políticas de crescimento.

Por tais motivos, importa definir e solenemente decidir as linhas gerais de uma política agrária que integre num único instrumento legislativo, harmónico e coerente, não só disposições vigentes, mas também orientação que permita lançar outras iniciativas que sejam aconselhadas pelos estádios sucessivos de adaptação do sector a novas situações. E não deve julgar-se que estas linhas gerais serão rígidas e imutáveis na sua aplicação; será conveniente, pelo contrário, pensar que elas constituem mais um esforço de uma longa tarefa que exige um contínuo aperfeiçoamento nas formas da sua aplicação e um possível alargamento no âmbito dos seus objectivos.

4. Os objectivos fixados na presente proposta de lei correspondem à necessidade de evitar assimetrias no desenvolvimento que exerçam efeitos cumulativos responsáveis por atrasos globais ou regionais difíceis de remediar. Por isso se defende a participação da agricultura no desenvolvimento geral do País, em ligação harmonizada com os restantes sectores da economia.

Caminhar para uma melhoria de níveis de vida, instituir gradualmente condições de trabalho e de segurança social análogas às de outros sectores, representa, portanto, e compreensivelmente, um dos outros objectivos maiores. E não findam aqui os aspectos da renovação proposta, pois insiste-se na necessidade de aumentar a eficácia da investigação e da experimentação, ligando-as, quanto possível, aos problemas concretos da agricultura portuguesa e preparando, por outro lado, o ambiente próprio à recepção de inovação mediante um esforço de vulgarização técnica, formação profissional e extensão agrícola familiar.

Não pode, porém, num sistema tão interdependente, como o de uma economia em evolução, limitar-se o legislador ao estabelecimento de condições técnicas da produção; há que atender ao modo como esta se organiza e se comercializa ou se transforma. Dá-se, por isso, grande relevo às formas de organização da produção e do sector, prevendo-se e estimulando-se o aparecimento de novas formas de associação e atribuindo ao «mercado» gradual e crescente importância no progresso da agricultura.

Vai-se mais além: refere-se a vantagem de incrementar a produção agrícola de forma estável, não só tendo em conta as necessidades do consumo interno, mas também as possibilidades de mercados externos que poderão vir no futuro a desempenhar papel do maior relevo na expansão da agricultura portuguesa. Mas, nestas condições, a produtividade dos factores de produção, em especial do trabalho, será via adequada para melhorar o salário e o rendimento e para dar o indispensável carácter competitivo às nossas exportações; integram-se especialmente nestas finalidades as medidas já previstas de melhoramentos fundiários, de reorganização agrária e outras que importa ainda elaborar quanto à organização dos mercados internos e de exportação, de motomecanização da agricultura, de assistência técnica e de formação profissional.

Reconhece-se, finalmente, a importância da agricultura como factor de equilíbrio demográfico e como alavanca do desenvolvimento regional, prevendo acções específicas de carácter local e tendo em conta a diversidade de situações e problemas que caracterizam a agricultura portuguesa.

Todo o processo de desenvolvimento económico é longo e difícil. Na agricultura, os obstáculos e o imprevisível das condições naturais tornam a tarefa ainda mais ampla e complexa. A importância do sector e as virtudes dos seus homens justificam os sacrifícios, são lenitivo das mágoas e fundamento da esperança.

*Lisboa, 23 de Dezembro de 1964**

1. Esta proposta de lei insere-se num movimento de definição e reajustamento dos quadros gerais da actividade económica, ao qual o Governo vem dedicando particular atenção, tanto por exigências de lógica interna do sistema económico como por conveniência de adaptação em face dos novos arranjos de cooperação europeia.

Em todas as circunstâncias se tem reafirmado oficialmente o respeito pelo princípio fundamental que informa a nossa Constituição em matéria de organização económica e social: o princípio da iniciativa privada. Acontece, porém, que o funcionamento e progresso de uma economia, e designadamente o seu desenvolvimento acelerado, aconselham frequentemente o recurso a modalidades diversas, mas sempre relevantes, de intervenção do «sector público»; apesar disso, continua o Governo a defender e salvaguardar uma participação tão ampla quanto possível do sector livre ou da economia de empresa privada, por entender que nessa atitude consubstancia uma opção valorativa básica da comunidade nacional.

Tem de ponderar-se, todavia, que a filosofia contemporânea dos sistemas de empresa apenas postula a liberdade de iniciativa e actuação económica, porque admite ser esse um dos elementos essenciais ao «mecanismo» de conjugação e ligação entre as necessidades da comunidade, os seus recursos potenciais e as suas estruturas e decisões

* Relatório da proposta de lei sobre defesa da concorrência.

de produção. O outro aspecto, tão fundamental como a liberdade da iniciativa individual, é a independência e a capacidade de determinação de umas empresas ou iniciativas em relação a outras complementares ou concorrentes, reais ou potenciais. Quando se olvida este aspecto e se torna clara a desigualdade do poder empresarial em presença, encontra-se aberto o caminho para, em nome da liberdade, praticar atentados à própria liberdade económica e à justiça social.

2. É conhecida a tendência do progresso tecnológico: conduzir à formação de grandes fábricas e empresas. Contrariar cegamente essa tendência pode acarretar a ineficácia dos processos, com elevados custos e preços e importantes prejuízos no campo social.

São, por essa razão, múltiplos os exemplos da vida económica quotidiana, mesmo para além das meras operações de transformação material e fabricação, em que se colhem benefícios de custos e preços mais reduzidos e de melhor qualidade dos produtos, mediante fórmulas de cooperação, acordos e arranjos entre fábricas, empresas e indústrias autónomas; a normalização de produtos e a especialização de fabricos, como a realização em comum de tarefas de comercialização, de análise de mercados — designadamente externos — e de investigação, constituem prova bastante divulgada da realidade da afirmação. Mas em todos estes casos haverá que ter em conta eventuais prejuízos sociais derivados da acumulação do poder privado e da redução da concorrência. A orientação a seguir na política económica, designadamente na definição dos quadros concorrenciais, consistirá em aceitar (ou promover até) a formação de unidades e agrupamentos relevantes, sujeitando-os, porém, a esquemas de vigilância e fiscalização suficientes para corrigir ou atenuar as consequências, na hipótese de se manifestarem abusos de poder ou injustificadas práticas restritivas nos arranjos entre empresas. As entidades detentoras de poder económico,

que dele não abusem contra outras empresas ou em prejuízo do interesse geral, e as coligações ou arranjos que se mantenham dentro de normas aceitáveis e úteis, não chegarão a tomar contacto com limitações e sanções legais, exclusivamente dirigidas à correcção de situações abusivas.

3. Pouco se conhece em matéria de situações de poder ou de preponderância, por parte de empresas, grupos e coligações, na economia portuguesa; e acredita-se, mesmo, que a extensão e as manifestações do fenómeno da concentração e coligação não assumem entre nós a dimensão e a gravidade que o caracterizam em outros países.

Mas, estando o Governo empenhado em um intenso esforço de desenvolvimento económico, a acelerar ainda necessariamente nos próximos decénios, reveste-se do maior interesse a lição da experiência alheia, tal como se nos apresenta por observação atenta do processo histórico, e dela se infere que o crescimento da economia portuguesa há-de continuar a significar a formação de empresas poderosas em todos os ramos de actividade, bem como o estabelecimento ou o reforço de relações entre tais entidades, mesmo quando juridicamente separadas. Mais ainda: há elementos da nossa actual política de industrialização que significam a defesa da concentração — o que é ilustrado por medidas de reorganização de indústrias existentes e pelo fomento de algumas novas produções. Nem se alinham palavras a defender, uma vez mais, esta política, tão evidente se deve considerar a sua necessidade. Tem, simplesmente, de enfrentar-se uma das suas consequências inevitáveis. E a previsão serena e objectiva das consequências implícitas numa orientação é condição de êxito e eficácia em toda a acção política.

Acrescenta-se, no momento presente, outro argumento a justificar a expectativa de reforço do poder privado na economia nacional. Avoluma-se, efectivamente, a exigência de fortalecer a nossa estrutura industrial, para resistir ao embate aberto no espaço europeu; mas essa estrutura

é, afinal, composta pelas múltiplas empresas e o alargamento delas equivale a consolidar-se ou reforçar-se um poderio ainda incipiente. É certo que esse poder significa capacidade concorrencial em face de forças opostas, vindas do exterior; mas fica sempre entreaberto o caminho para abusos lesivos de interesses nacionais, por exemplo quando não se manifeste, por qualquer razão, concorrência externa compensadora, ou quando seja dirigida contra outras empresas nacionais concorrentes. E não deve esquecer-se, por último, quanto à unificação dos espaços económicos europeus, que mesmo os maiores estímulos à formação de sólidos grupos ou empresas na economia nacional poderão revelar-se incapazes de lhes conferir resistência suficiente para, por si sós, suportarem o embate e a luta com interesses alheios que resolvam eliminá-los ou subjugar-los no nosso mercado.

Todos os argumentos conduzem a aconselhar a promulgação de uma lei nacional destinada a prevenir eventuais abusos de poder económico. Sempre ela se justificaria, para benefício dos consumidores, para defesa das pequenas e médias empresas e como salvaguarda das condições de eficácia e de estímulo ao progresso, que se costumam designar por interesse geral; mas à luz das novas perspectivas de abertura comercial ao exterior, bem se pode dizer que também a legislação que se propõe assume um sentido de sobrevivência para todos os interesses da produção nacional, mesmo os de maiores proporções. Para defesa de todos, haverá que coarctar e evitar os abusos de alguns.

*Lisboa, 15 de Fevereiro de 1965 **

Avesso por natureza a encontros ou manifestações desta ordem, não quis, porém, perder a ocasião de tentar esclarecer alguns aspectos ligados às preocupações mais imediatas aqui expostas.

Terá contudo cabimento e representa até avivar reconfortante de memórias, citar factos do passado mais recente da produção vinícola portuguesa. Na verdade, a velocidade e a sucessão rápida da informação projectam quase imediatamente no passado longínquo acontecimentos e ensinamentos recentes. Poderia dizer mais: o interesse e os interesses ligados à economia conferem à informação, quase sempre, um relevo interessante e, por vezes, uma deformação interessada.

Embora consciente desta última dificuldade, nunca o Ministério da Economia interveio, directa ou indirectamente, no fluxo normal — ou anormal — de informação, pois considera que é não só meio adequado de recolher opiniões válidas, mas até de entrever indícios de movimentos mais amplos e sintomas de males mais profundos. E poderia assim concluir-se simplistamente que o País só tinha problemas económicos, e que factos isolados ou acontecimentos ligados apontavam causas únicas ou requeriam soluções isoladas. Bom seria que assim fosse, pois temos consciência de que, a ser assim, qualquer um encontraria remédio para todas as dificuldades.

* Palavras proferidas aquando da reunião havida com representantes da vitivinicultura.

Aliás, a inexistência de problemas económicos é quase sempre sintoma de estagnação, porque é da própria vida que o crescimento e a evolução provocam ajustamentos, mais ou menos dolorosos, mas sempre inevitáveis. E como é utópico pensar na ausência de problemas ou na paragem do tempo, teremos de nos habituar a viver com problemas e a não perder tempo. Não devem, porém, os presentes ouvir falar de dificuldades tão amplas, pois lhes bastam certamente aquelas que encontram no sector da sua actividade. Não ignoram, apesar disso, como homens, que a realidade é um todo e que, embora habilmente apresentada, difficilmente revestirá sempre a mesma faceta.

Busquemos então no passado alguns momentos mais difficeis da produção vinícola.

E ao relembrar o passado, não pretendo sequer ir tão longe que analise as condições havidas em 1934 — e tão diferentes eram das actuais! —, que levaram à instituição do Fundo Social da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal. É possível, no entanto, que a invocação dos anos de 1956 e de 1959, acompanhada de uma simples leitura sobre as reuniões havidas, a queda vertical dos preços, que chegaram a \$80 o litro, o clima criado e as providências pedidas ao Governo através quer do Ministro da Economia, quer do Secretário de Estado do Comércio, elucidem sufficientemente os menos esclarecidos quanto aos problemas existentes no mercado do vinho em épocas de produção muito inferior à actual, em que a Junta não intervinha permanentemente no mercado dos vinhos e não havia limitações de ordem financeira tão grandes como as presentes.

E se meditarmos nas frequentes solicitações da lavoura vitivinícola quanto a problemas que não dizem respeito directamente ao escoamento das produções anuais, concluiremos que só mais recentemente foi possível pôr em prática providências que se julgavam adequadas: permanência da intervenção da Junta; alargamento da

intervenção às regiões dos vinhos verdes e do Dão; instituição de guias de trânsito que permitam um mais exacto *contrôle* da oferta; revisão do regime de condicionamento do plantio de vinha; adaptação e revisão da economia do álcool industrial, inseridas no âmbito mais lato da economia vitivinícola. Entre todas estas disposições, falta concluir a preparação dos diplomas referentes ao álcool, encontrando-se as restantes ou já em vigor ou propostas ao Governo pelo Ministério da Economia. E da importância da revisão do condicionamento de plantio da vinha diz o facto de estarem apresentados cerca de 18 000 pedidos, o que parece traduzir expectativas de rentabilidade neste importante sector da economia nacional e em algumas regiões do País.

Estamos convictos de que não poderemos limitar a estes aspectos o estudo e a acção na economia vinícola, pois deverá prosseguir a tarefa, quer no campo dos circuitos de distribuição, em particular mediante uma melhor definição das funções do interveniente, quer armazenista, quer retalhista, quer através de uma política de qualidade com o estudo e demarcação de novas regiões e uma actuação mais eficaz das adegas cooperativas.

E ao olharmos as condições presentes concluímos que a produção total manifestada, enquanto no decénio 1950-1959 não chegava a alcançar a média anual de 10 milhões de hectolitros, em 1962 ultrapassou os 15 milhões de hectolitros — a maior produção de sempre — e em 1963 e 1964 atingiu praticamente os 13 milhões de hectolitros por ano. Isto é, se pensarmos que a colheita de um ano traduz intervenção no ano seguinte, concluímos que, em dois anos — 1963 e 1964 —, houve que enfrentar uma produção quase equivalente a três anos normais. Pois foi precisamente durante este período de 1963 e 1964 que a acção de intervenção da Junta Nacional do Vinho foi alargada às regiões do Dão e dos vinhos verdes, que enquadravam pequenos produtores que até então menos beneficiavam do apoio directo do Go-

verno e se encontravam muitas vezes, para não dizer quase sempre, dependentes dos intermediários. E a acção interventora nestas duas novas regiões, e para os anos de 1963 e 1964, ultrapassa já largamente os 80 000 contos.

Se levarmos em conta que no período de 1950-1959 a média anual de intervenção se fixou nos 67 000 contos, e que no ano de 1963 atingiu 600 000 contos e no ano de 1964 cerca de 550 000 contos, concluiremos sem dificuldade o que foi a acção do Governo no apoio à viticultura nestes dois últimos anos.

E poderíamos acrescentar que no decénio de 1950-1959 se investiram cerca de 57 000 contos em adegas cooperativas, enquanto em metade do tempo (1960-1964) se aplicaram cerca de 93 000 contos para os mesmos fins.

E valerá a pena esclarecer que em 1965 já foram comprados e pagos alguns milhares de contos da colheita de 1964? E terá interesse esclarecer que, graças à adopção das medidas propostas pela lavoura, se conseguiu o regresso ao nível normal dos preços de venda em vinhos pelos quais se ofereciam — em virtude da informação ou propaganda pessimista — cerca de 1\$40 a 1\$50 por litro, e menos em alguns casos? E haverá ainda que dizer que, devido à estabilização dos preços, se conseguiu que a comercialização na região dos vinhos verdes tivesse prosseguido em bom ritmo e em nível razoável de preços? E duvidar-se-á do interesse dos abonos ou adiantamentos feitos às adegas cooperativas, que nos anos de 1962, 1963 e 1964 se situaram sempre acima dos 110 000 contos anuais?

E se no plano interno os factos e números são claros e significativos, afigura-se que devemos aludir ainda às vendas para o mercado exterior. No ano de 1962, as saídas de vinhos comuns atingiam, para o ultramar, 870 000 hl, e para o estrangeiro, cerca de 295 000 hl. Apesar de alguns serem de opinião de que não se poderia incrementar a exportação com preços à produção tão elevados, conseguimos,

graças à prossecução de uma política concertada com a lavoura, elevar as vendas para o ultramar e para o estrangeiro, que passaram, respectivamente, para 1 321 000 hl e para 600 000 hl, ou seja um aumento de 52 por cento e de 103 por cento.

Quando, há alguns anos atrás, a vitivinicultura se reuniu ou deslocou a Lisboa para tratar dos seus problemas, expor a sua situação e pedir providências urgentes, era orientada e dirigida pelos mesmos lavradores que hoje se encontram presentes para reafirmar ao Governo o apoio dado à adopção das providências sugeridas pela lavoura e aprovadas unânime e repetidamente em diversas reuniões dos órgãos representativos apropriados, designadamente nos conselhos gerais dos grémios da lavoura e das suas federações e nos plenários da secção do vinho da Corporação da Lavoura. Isto significará, mesmo para o observador menos atento, que os problemas foram equacionados e resolvidos a tempo, e que o foram atendendo ao interesse geral da vitivinicultura, tal como ela se exprime pelos seus órgãos mais representativos. Nem se compreenderia de outro modo quando vemos os mesmos dirigentes de 1956 e 1959 sugerirem, aprovarem, apoiarem e reafirmarem que as providências pedidas foram as mais adequadas às circunstâncias presentes.

Apesar disso, desde que tomou conhecimento das propostas se preocupou este Ministério com o problema da diversidade de qualidades de vinho em diferentes regiões, e em especial naquelas que produzem vinhos com mais baixo grau alcoólico. Por isso se entendeu que a Junta Nacional do Vinho deveria estudar e propor um sistema, que, tendo em conta esta circunstância, viesse a beneficiar as regiões definidas na Portaria n.º 20 984, de 17 de Dezembro de 1964, e no Decreto n.º 25 137, de 16 de Março de 1935, ou seja, praticamente, toda a área compreendida na região demarcada do Dão e ainda concelhos dos distritos de Aveiro e Guarda, Vila Real e Bragança. E a variação do diferencial pago em função das gradua-

ções alcoólicas poderá fazê-lo baixar gradualmente até cerca de \$30 por litro nestas regiões, e ainda para os vinhos vendidos à Junta que se encontrem em idênticas circunstâncias, embora provenientes de outras áreas.

Nem sempre é fácil estudar e executar soluções concertadas. Convém, no entanto, evidenciar que, quando se encontram homens de boa fé e com atitudes rectilíneas, se simplifica o que parece difícil. Vou já tendo alguma experiência nesta matéria, e não queria deixar de reafirmar que as soluções encontradas para o vinho, assim como aquelas adoptadas para o leite e para o milho, provam claramente que muito se deve ao espírito construtivo, desinteressado e esclarecido de dirigentes da lavoura.

Apesar disso, temos de estar atentos àqueles que nem sempre assim procedem e que, aproveitando o menor pretexto e deformando a mais sã intenção, sopram o lume em que muitos se poderão consumir, na esperança de desviarem a atenção de autênticas realidades e questões da vida e da economia portuguesa. Mas estas e aqueles encontram-se para além da produção vinícola, porque esta o Governo defendê-la-á.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1965 *

1. Não se duvida da necessidade de dispor de serviços de prevenção e repressão das actividades delituosas contra a economia nacional e saúde pública, apetrechados de meios orgânicos, técnicos e financeiros, e outros dispositivos indispensáveis a uma acção ampla, coordenada e eficaz. Este o objectivo do presente diploma.

Acresce que tal objectivo perderá muito do seu alcance se, paralela e concomitantemente, não se submeterem os próprios organismos de coordenação económica e corporativos dependentes do Ministério da Economia, aos quais cabe o enquadramento das actividades, a uma inspecção e vigilância efectivas. Por essa via indirecta se conseguirá um maior aperfeiçoamento da acção preventiva.

O reconhecimento do interesse e da conveniência de uma ordenação dos serviços com intervenção nestas matérias não conduziu nem a sistematização das diversas competências, nem a reformulação das formas e meios de intervenção, surgindo antes um processo cumulativo de medidas dispersas no tempo e, por vezes, sobrepostas na acção. Por seu lado, a circunstância de o órgão básico da acção — a Intendência-Geral dos Abastecimentos — ter sido criado no decorrer da guerra de 1939-1945, para corresponder a um período de emergência, conduziu à inadequação e desactualização das respectivas estruturas

* Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46 193, que cria a Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

orgânicas ao desenvolvimento da economia e à evolução dos problemas. Este facto, aliado à proliferação de serviços com competência fiscalizadora, dependentes uns, directamente, dos serviços públicos, outros de organismos de coordenação económica, implicou, além de outros inconvenientes, dispersão de esforços, multiplicação de processos, divergências de métodos de actuação e gastos inúteis. No momento presente, a carência de pessoal tècnicamente habilitado, a necessidade de assegurar em condições de normalidade o abastecimento do País em matérias-primas e produtos de primeira necessidade, o recrudescimento de delitos antieconómicos e contra a saúde pública, a multiplicidade e pluralismo dos diplomas reguladores dos serviços, a publicação do Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, revisto pelo Decreto-Lei n.º 43 860, de 16 de Agosto de 1961, que remodelou profundamente o direito penal substantivo nestas matérias, constituem, entre outras, razões adicionais que justificam a reorganização dos serviços de prevenção e repressão de actividades contra a economia nacional.

2. Procurou-se, porém, aproveitar tanto quanto possível as estruturas orgânicas e jurídicas existentes, compatibilizando-as com o novo sistema.

Dentro desta orientação, transformam-se serviços já existentes, integrando-os no novo organismo, e permite-se ao Ministro da Economia requisitar os elementos materiais e pessoais dos serviços de fiscalização dos organismos corporativos obrigatórios e de coordenação económica que a experiência tenha demonstrado poderem desempenhar melhor a sua função quando integrados na nova entidade.

E o mesmo critério veio a influenciar ainda noutros aspectos o próprio sistema agora estruturado.

Efectivamente, logo ao definirem-se as atribuições da Inspecção-Geral das Actividades Económicas se esclarece que elas se exercerão «sem prejuízo das especialmente cometidas a outros organismos».

Concebeu-se, pois, a Inspeção-Geral como organismo de coordenação, cuja actividade se desenvolverá, dentro dos limites das respectivas atribuições, não só para além das funções que cabem aos organismos e serviços especializados dos diversos sectores, mas também em complementaridade com esses mesmos serviços.

E para evitar inútil concorrência de esforços, e porque precisamente se pretendeu evitar duplicações de actividades, atribuiu-se-lhe competência coordenadora de todos os serviços e organismos com funções de polícia económica.

3. Interessam ainda alguns esclarecimentos sobre as restantes atribuições que são cometidas à Inspeção-Geral.

Assim, em conformidade com o que ficou referido, e porque pareceu impossível assegurar uma eficaz prevenção e repressão das actividades delituosas sem submeter a inspecção e vigilância os próprios organismos corporativos e de coordenação económica, de forma que as respectivas operações se completassem mutuamente, confere-se à Inspeção-Geral, não só a competência para fiscalizar as actividades económicas, mas também a de inspecção dos próprios organismos.

A natureza das actividades a desenvolver, os meios de que passa a dispor a nova Inspeção-Geral e a necessidade imperiosa de garantir a execução das providências que o Governo eventualmente entenda tomar no sentido de assegurar o abastecimento do País em matérias-primas e géneros de primeira necessidade fundamentam plenamente as atribuições cometidas nesta matéria.

Finalmente, a inexistência actual de serviço com competência para fiscalizar e proceder ao levantamento dos autos relativamente a algumas infracções previstas no Código da Propriedade Industrial — o que, nalguns casos, tem suscitado situações difíceis para a Administração — e a conexão que existe entre essas infracções e

as que constituem o objectivo fundamental deste diploma determinaram a sua inclusão entre as atribuições da Inspecção-Geral.

4. Justificado na generalidade o presente decreto-lei, explicado o sistema que pretende instituir, esclarecidas sumariamente as atribuições do novo organismo, importa por último salientar alguns aspectos de pormenor que, por mais relevantes, ou por constituírem inovação, merecem referência.

Passa a dedicar-se maior atenção à prevenção das infracções, procurando conseguir-se uma mais ampla e intensa vigilância que, pela simples acção de presença, dissuada da respectiva prática, sem se deixar de definir com certo pormenor outros meios de que o novo organismo poderá e deverá socorrer-se para a organizar de forma eficaz, designadamente no que se refere à competência normativa atribuída à Inspecção-Geral.

No que se refere à repressão, além de se resolverem dúvidas que se suscitaram no domínio da legislação anterior, prevêem-se e solucionam-se dificuldades de natureza processual, procurando-se ainda reforçar as garantias de uma actuação pronta e eficaz mediante ampla colaboração das empresas e actividades sujeitas a fiscalização.

Nesta matéria, merece ainda destaque a circunstância de se atribuir competência disciplinar à Inspecção-Geral em relação às actividades económicas não enquadradas em qualquer organismo de coordenação económica ou corporativo dependente do Ministério da Economia.

Além de permitir uma investigação mais rápida, o fundamento destas soluções reside não só no facto de ser frequente a estreita associação entre as infracções criminais e disciplinares, mas ainda na circunstância de estas se revestirem, em certos casos, de especial gravidade e offenderem interesses que excedem os das actividades enquadradas pelos organismos, aos quais cabe a competência disciplinar moral.

E, no exercício das atribuições, poderá a Inspeção-Geral contar com a colaboração qualificada dos organismos, laboratórios e serviços técnicos dependentes do Ministério da Economia, conforme se prevê no decreto regulamentar, e bem assim de outras autoridades policiais, administrativas e fiscais.

5. Finalmente, justifica-se em absoluto a criação, nos quadros da Inspeção-Geral, da Direcção do Serviço de Contencioso, a que se atribui ampla competência para estudar e dar parecer sobre as questões processuais que necessariamente surgirão no exercício das atribuições do novo organismo, bem como para orientar tècnicamente a instrução preparatória dos processos que corram pelos serviços de fiscalização.

A natureza das atribuições da Inspeção-Geral, o número, complexidade e gravidade das questões a resolver, a necessidade de uniformizar critérios de interpretação e processos de actuação, tudo concorre para atribuir à criação da Direcção do Serviço de Contencioso um relevante significado.

6. Mereceu especial atenção toda a matéria referente a pessoal, designadamente nos aspectos de recrutamento e disciplina.

Assim, prevê-se neste diploma e no respectivo regulamento o funcionamento de cursos de habilitação técnica, destinados à preparação e especialização dos funcionários de fiscalização, bem como concursos de provas públicas, por forma a obter-se uma melhor selecção de pessoal, e reforça-se a disciplina, cominando sanções disciplinares especialmente rigorosas para os casos mais graves de desvio do cumprimento dos deveres funcionais.

7. Na estruturação dos novos serviços houve também que resolver dificuldades de ordem administrativa e finan-

ceira, designadamente as decorrentes da situação do pessoal dos serviços agora extintos, devendo salientar-se que se não foi mais além pela circunstância de a reforma agora estruturada ter sido levada a cabo sem qualquer aumento de encargos para o Estado.

*Porto, 26 de Fevereiro de 1965 **

Meus Senhores: Estamos todos de parabéns. E estamos todos de parabéns porque tudo funcionou — funcionaram os serviços, para além do que se esperava, funcionaram as corporações, funcionaram as cooperativas.

E parece que tudo funcionou, e parece que funcionou bem.

Sempre que assim se proceder, e sempre que as instituições obedecerem ao autêntico espírito que as informa, estou convencido de que conseguiremos progredir e chegar a soluções construtivas.

Na verdade, quando se trata de conciliar interesses e entramos em negociações — e as negociações quase sempre são incompatíveis com negócios —, temos que fazer funcionar todas as instituições com o autêntico espírito que as informa. Se assim não for, dificilmente as prestigiaremos, e então dificilmente progrediremos, salvo em detrimento de alguns e, por vezes, de todos.

Está o Ministério da Economia também de parabéns porque o Sr. Presidente da Corporação da Lavoura afirmou: «Nada pedirei a V. Ex.ª». E digo que o Ministério da Economia assim se encontra porque,

* Palavras proferidas de improviso na sessão efectuada na sede da Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho, em que foram assinados contratos sobre recolha e tratamento de leite entre organizações da lavoura e da indústria e agradecido ao Ministério da Economia o benefício havido para a região de Entre Douro e Minho pela modificação havida no preço do leite e do milho.

na verdade, apesar da crise da lavoura — para a qual creio que o Ministro da Economia muito contribuiu para chamar a atenção desde que chegou ao Ministério — algo se tem feito para resolver os problemas autênticos da lavoura nacional.

E, na verdade, creio que dificilmente poderemos ir mais além imediatamente. Basta lembrar que no decurso dos anos de 1963-1964 o Governo, por formas directas ou indirectas, concedeu à lavoura mais de 1 milhão de contos, dos quais cerca de 400 000 para o trigo, mais de 300 000 para o vinho e mais de 200 000 para os milhos e centeios, que pela primeira vez foram beneficiados.

Deste último subsídio resulta que à Federação de Entre Douro e Minho vêm a caber algumas dezenas de milhares de contos — os quais irão permitir a essa mesma Federação constituir a infra-estrutura indispensável, para que possa funcionar com a eficácia que corresponde à autenticidade da sua representação.

Podia tecer mais algumas considerações sobre muitos aspectos da vida agrícola portuguesa, porque compreende muitos problemas da lavoura, visto que, nascido no Norte e tendo família no Sul, vivi algumas dezenas de anos com lavradores e sempre ouvi as queixas da lavoura.

Na verdade, creio que o problema da lavoura portuguesa está e continua a ser equacionado em bases que me parecem seguras. E mais do que isso não peço, porque reconheço que em todos os momentos temos de rectificar caminhos, ajustar opiniões e construir diálogo autêntico entre os vários interessados. Mas para isso é necessário que estejamos todos de boa fé, que actuemos com o tal espírito autêntico das instituições que são para o bem comum, e creio que nenhum de nós pretende mais do que obedecer a esse imperativo. Por isso mesmo reconheço que a lavoura atravessa um período difícil que teria em quaisquer condições no momento

actual, período esse que se agravou ainda pela sucessão de maus anos agrícolas e pela falta de mão-de-obra dirigida à emigração. Mas penso, e ainda há pouco o disse, que o próximo passo que deveremos dar é um passo que ultrapassa o Ministério da Economia, porque não creio que possamos prender muito mais gente na agricultura se não lhe dermos condições de segurança social.

Mas por tudo isso e a tudo isso o Governo está atento, e creio que oportunamente poderemos fazer funcionar (se quisermos e colaborarmos todos) apoios mais amplos à agricultura, que não sejam sob a simples forma de subsídios, que, por vezes, são difíceis de dar, ou sob a simples forma de aumento de preços, que, por vezes, são difíceis de suportar.

Meus Senhores: Foi aqui referido que demos um passo em frente. Creio que avançamos todos, não só a lavoura, mas também a indústria. E provado está que demos um passo em frente ao vermos que a indústria cedeu algumas das suas posições tradicionais. Isto significa somente que a indústria evoluiu, que a indústria progrediu. A luta da indústria, a preocupação da indústria, deixou de se dirigir para a conquista do mercado interno e das fontes de produção; estou convencido pela evolução que a indústria tem tido e pelos dirigentes que tem, corporativos e de empresas, que conseguirá dar um passo mais em frente, isto é, projectar-se nos próprios mercados internacionais, reorganizar-se de maneira a satisfazer as necessidades actuais da economia portuguesa.

Para isso muito conto com a indústria e estou certo, pelo que dela conheço, de que dará conteúdo a este meu desejo. Creio que acabou a época em que a indústria gastava as suas energias em pequenas lutas com a produção agrícola; a indústria tem de possuir muito mais energias e de as reservar para a competição com outras unidades industriais portuguesas e estrangeiras.

Por isso mesmo, creio que com esta decisão demos o primeiro passo para a reorganização da própria indústria e para a regulamentação, que está a ser estudada, do sector. Creio, também, que com a participação activa de todos os industriais — e entre eles muitos há que têm espírito que permite muitas esperanças —, se conseguirá levar a cabo uma autêntica renovação do panorama da indústria de lacticínios portuguesa. Por isso mesmo pondero que o passo iniciado na agricultura poderá ter uma grande influência no próprio sector industrial.

Quanto ao resto, termino como comecei: estamos todos de parabéns, demos um passo em frente. Estamos ainda de parabéns porque, tendo dado um passo em frente, continuamos insatisfeitos, o que é sinal de progresso e de uma mentalidade mais aberta.

Lisboa, 12 de Março de 1965 *

Em face dos elementos trazidos ao conhecimento do Ministério da Economia;

Tendo em conta a imperiosa necessidade de desenvolver econòmicamente as regiões interiores do País;

Considerando os recursos materiais e humanos, efectivos e potenciais, da região correspondente ao Alto Portugal;

Reconhecendo os aspectos e valores qualitativos e quantitativos das populações beneficiadas pela eventual navegabilidade do Douro;

Sabendo o papel estratégico fundamental que a navegação fluvial pode desempenhar no crescimento económico de regiões interiores;

Atendendo até aos aspectos históricos e tradicionais da navegação realizada no rio Douro;

Evidenciando as diferentes e frutuosas tentativas que se estão fazendo para desenvolvimento e melhor aproveitamento de recursos agrícolas da região;

Relembrando a responsabilidade que nesta matéria sempre foi atribuída à própria empresa Hidroeléctrica do Douro;

Verificado o interesse que há em prosseguir com a maior rapidez o aproveitamento hidroeléctrico do Douro nacional;

* Despacho dado sobre o relatório da Comissão de Estudo do Problema de Navegação do Rio Douro.

Analizando as possibilidades que derivam do aproveitamento e rentabilidade possível do empreendimento de Atães;

Olhando às vantagens económicas que poderão resultar do lançamento e execução de empreendimentos hidroelétricos, que, sendo próximamente localizados, permitirão uma racionalização e melhor aproveitamento dos meios de trabalho da empresa Hidroelétrica do Douro e até a eventual colaboração da Hidroelétrica do Cávado:

Comunique-se ao Ministério das Obras Públicas o elevado interesse e prioridade que o Ministério da Economia põe na navegabilidade do Douro e a indicação que foi oportunamente dada à empresa Hidroelétrica do Douro para que proceda rapidamente à programação das obras do Douro nacional, de modo a obter todas as vantagens possíveis de uma construção acelerada e harmoniosa dos diferentes empreendimentos previstos.

Transmita-se igualmente a S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas o agrado com que este Ministério dá o seu acordo ao público louvor da comissão nomeada pelo modo como apresentou aspectos técnicos do estudo do problema da navegação do rio Douro.

*Lisboa, 19 de Março de 1965 **

Srs. Ministros e Secretários de Estado — Meus Senhores: Com que sincera e profunda satisfação regresso à minha situação anterior e à Universidade, que para todos tanto representa e deles, portanto, muito deve esperar.

E que privilégio para o Ministério da Economia ver deslocar-se alguém de uma das mais elevadas posições políticas nacionais para se ocupar directamente dos assuntos económicos, o que mais sublinha a sua real posição na vida portuguesa.

E quão grato me é poder falar com optimismo do futuro imediato da economia metropolitana, não porque conheça melhor do que outros a evolução próxima, mas porque vivi e ajudei à construção de uma política económica que, após o tempo indispensável de amadurecimento, poderá enfrentar e ajudar a bem resolver alguns problemas económicos fundamentais. Quem nos fins de 1962 se debruçasse sobre o panorama da economia portuguesa poderia, se tivesse ânimo fraco, dar largas ao cepticismo e deixar-se ganhar pela renúncia. Muitos afirmavam aqui e no estrangeiro — e nem sempre os adversários — que os Portugueses não podiam resistir pela força, quer dos homens e das armas, quer dos meios materiais.

Apesar da sucessão de dois maus anos agrícolas — e o de 1964 se situa entre os piores —, o progresso da produ-

* Palavras proferidas no acto de transmissão de poderes.

ção industrial subiu ao nível de 9 por cento neste último ano — e nesse aspecto algo se deve à anterior acção do Prof. Eng.º Ferreira Dias —, e os investimentos em curso ou projectados fazem supor que o surto continuará; por seu lado, a produção agrícola — atingida no seu cerne por condições desfavoráveis — foi-se transformando e, com menos homens e muito sacrifício, adaptando aos caminhos de uma evolução indispensável. O bom ano agrícola que se anuncia pode ajudar de modo decisivo a vencer as dificuldades.

E o Ministério foi aperfeiçoando os meios de acção.

Apesar de circunstâncias de vária ordem, foram lançados os alicerces de uma construção mais ampla que assenta numa visão de conjunto da economia e da vida portuguesas. Dizer o que se foi adaptando na actuação corrente e na estrutura poderia parecer descabido se não fora a sua repercussão no futuro.

E desde a criação, quer de uma orientação global na política de preços, de electricidade e de petróleos à escala nacional, em que esta última não pôde ter a profundidade desejada, quer de novos e importantes órgãos, como podem ser a Inspecção-Geral das Actividades Económicas e o Fundo de Fomento Florestal, à adaptação dos Fundos de Fomento de Exportação e de Abastecimento, à apresentação dos textos sobre orientação agrícola, defesa da concorrência, da Junta de Acção Económica Regional, da Junta de Fomento Industrial e da Direcção-Geral de Minas, à elaboração de diplomas sobre o Estatuto do Comerciante e sobre ajustamentos da Comissão de Coordenação Económica e de organismos dela dependentes, sobre a reforma da orgânica da Secretaria de Estado da Agricultura, à reorganização já pronta das indústrias de conservas de peixe, do álcool, dos lanifícios e do açúcar, alguma coisa se tentou fazer neste Ministério nos dois últimos anos; e na elaboração de complexos diplomas muito agradece o Ministério a colaboração inestimável que sempre lhe foi prestada pelo

Ministério da Justiça. Tudo, e muitos outros elementos que não posso citar, obedeceu a uma política económica que foi claramente explicitada em 1963, nas comissões apropriadas da Assembleia Nacional e ao público através dos órgãos de informação.

E talvez mereça ainda referência a colaboração deste Ministério no Plano de Fomento e a elaboração já feita e aprovada do programa da acção agrária para 1965, em que se alargam e ultrapassam consideravelmente os empreendimentos previstos no próprio Plano Intercalar, assumindo especial relevo as acções previstas no âmbito da intensificação e racionalização das culturas do trigo, milho e centeio e da formação profissional e extensão agrícolas.

No campo industrial, permito-me salientar o esforço que foi feito para conjugar as necessidades de guerra com a capacidade produtiva, passando nós a produzir e, portanto, a ser independentes de muitos fornecimentos de material. E se sublinho este aspecto, e designadamente me refiro ao caso dos veículos e do material de transmissões, é porque, se quisermos, se encontram criadas as condições para virmos a cobrir praticamente a totalidade das nossas procuras militares. Muitos desses resultados se devem, porém, à vontade firme e esclarecida dos Srs. Ministros e departamentos das forças armadas, que, para além das ingentes tarefas militares que os ocupam, quiseram colaborar e conscientemente significar que a defesa de Portugal tem de fazer-se em várias frentes e por diferentes maneiras. A todos o meu agradecimento e uma palavra simples de justiça ao que os Portugueses devem às forças armadas.

No sector industrial, devo também salientar a colaboração e encontros que se estabeleceram com centenas de industriais na elaboração do Plano de Fomento e, mais recentemente, no Colóquio de Exportação, os quais provaram claramente que é possível e desejável construirmos uma economia concertada. E o que se está projec-

tando ou realizando sob o impulso do Ministério da Economia nos ramos petroquímico e carboquímico, siderúrgico e metalomecânico, e de transformação de produtos agrícolas e florestais, permite ter muita esperança quanto ao futuro da indústria portuguesa. Também neste sector se obedeceu a uma política de conjunto.

Mas, sem dúvida, entre o que mais pode interessar se encontra também o facto de, em virtude da gestão dos meios financeiros do Ministério, termos podido sanear a posição do Fundo de Abastecimento, que passou de uma situação deficitária de muitas centenas de milhares de contos para uma posição de sólido e sã equilíbrio financeiro. Esta transformação foi conseguida nos mesmos dois anos em que o Ministério da Economia deu o maior auxílio de sempre à lavoura nacional, ultrapassando largamente o milhão de contos nos apoios financeiros de vária ordem.

Posso ser mais sucinto afirmando que se pretendeu elaborar uma verdadeira política económica global, ao seguirmos a política da verdade. No entanto, para que esta indispensável visão global da actuação económica possa ser completada, espero e desejo vivamente que a coordenação que cabe ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos possa ser eficaz e frequente, e para isso estou certo de que muito pode contribuir também a experiência de V. Ex.^a, Sr. Ministro, nessa matéria tão delicada e importante.

Não poderia findar sem agradecer a todos os membros do Governo o apoio e grato convívio que me concederam neste período de dois anos. Seria, porém, injusto se não tivesse uma palavra de especial reconhecimento ao Ministério da Finanças pelo interesse e compreensão que sempre tem dado à actividade do Ministério da Economia, neste momento particularmente difícil da vida nacional.

Tenho ainda a maior honra e satisfação em poder, mais uma vez, manifestar publicamente a S. Ex.^a o Presidente da República, para além da sincera homenagem que todos devemos a um grande português, a expres-

são do meu maior reconhecimento pelo modo como acompanhou as actividades económicas nacionais.

A S. Ex.^a o Presidente do Conselho gostaria de bem saber exprimir sempre a honra e privilégio que tive em participar num Governo sob a sua presidência e afirmar que em problemas difíceis ou soluções complexas sempre pude beneficiar do seu apoio, orientação e conselho. Por tudo, estou profundamente grato.

A todos os colaboradores neste Ministério, sem qualquer distinção, do director-geral ao contínuo ou motorista, estou grato pela forma e entusiasmo com que trabalharam numa obra comum, que, sendo de todos, só a todos pertence.

Aos órgãos de informação e aos seus agentes mais ligados ao sector económico muito deve este Ministério pelo modo como souberam informar, divulgando, louvando ou criticando a sua acção. Continuarão a encontrar em nós amizade e gratidão.

Sr. Ministro da Economia: Não poderia desejar melhor sucessor nesta pasta complexa. A experiência, o prestígio e a obra de V. Ex.^a são garantia do futuro da economia portuguesa. Encontra V. Ex.^a uma economia em expansão e as perspectivas de um bom ano agrícola, e isso mais pode contribuir para o muito que se espera da obra de V. Ex.^a Permita que, para além dos laços pessoais que nos unem, lhe deseje as maiores felicidades neste novo cargo.

Para VV. Ex.^{as}, Srs. Secretários de Estado da Agricultura, Comércio e Indústria, vão os nossos melhores votos de felicidades no desempenho dos novos cargos, para os quais se encontram VV. Ex.^{as} singular e especialmente qualificados. Em especial ao nosso antigo colega Eng.^o Amaro da Costa e colaborador no Ministério Prof. Vitória Pires dirigimos palavras de amizade e sincera admiração pelo esforço que têm feito ao serviço da causa nacional.

Meus Senhores: Vivem os Portugueses uma época difícil, mas digna do seu passado. Devemos todos, sem excepção, trabalhar de forma intensa, dedicada e honesta para construirmos o futuro sem renunciar ao passado. E termino com palavras idênticas às pronunciadas na data da posse neste cargo: que tudo o que façamos ou sacrificuemos seja para bem de todos, e não para proveito de alguns.